



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA  
(DOUTORADO)

Marcus Vinicius Cunha Oliveira

Conversa de pescador: história e cultura política na praia de Ajuruteua, Pará (1970-  
2010)

BELÉM  
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA  
(DOUTORADO)

Marcus Vinicius Cunha Oliveira

**Conversa de pescador: história e cultura política na praia de Ajuruteua, Pará (1970-  
2010)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, sob a orientação do prof. Dr. Márcio Couto Henrique

BELÉM  
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

O48c Oliveira, Marcus Vinicius Cunha.  
Conversa de pescador : história e cultura política em  
Ajuruteua, Pará (1970-2010) / Marcus Vinicius Cunha Oliveira. —  
2019.  
225 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Márcio Couto Henrique  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em  
História, Belém, 2019.

1. Ajuruteua. 2. Modernidade. 3. Natureza. 4. Amazônia.  
5. pescadores. I. Título.

CDD 981.15

---

MARCUS VINICIUS CUNHA OLIVEIRA

**Conversa de pescador: história e cultura política na praia de Ajuruteua, Pará (1970-2010)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, sob a orientação do prof. Dr. Márcio Couto Henrique.

Data de Aprovação:

Banca examinadora:

Orientador: \_\_\_\_\_  
Prof.º Dr.º Márcio Couto Henrique (IFCH/UFPA)

Examinadora Interna: \_\_\_\_\_  
Prof.ª Dr.ª Cristina Donza Cancela (IFCH/UFPA)

Examinador Interno: \_\_\_\_\_  
Prof.º Dr.º Karl Heinz Arenz (IFCH/UFPA)

Examinadora Externa: \_\_\_\_\_  
Prof.ª Dr.ª Maria Cristina Alves Maneschy (PPGSA/UFPA)

Examinador Externo: \_\_\_\_\_  
Prof.º Dr.º José Luís Ruiz-Peinado Alonso  
Universidade de Barcelona/ Espanha

BELÉM, PARÁ

2022

*Dedico esta tese à minha família, minhas amadas Ana Claudia e Ana Luíza, pelo carinho e cuidado que dedicaram a mim durante esses duros anos de pesquisa. À Corina Cunha, Mãe, responsável por toda minha formação e por alimentar meus sonhos.*

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é resultado da soma de muitos esforços. Familiares, amigos, professores, colegas de trabalho e instituições. Foi feito com muita dedicação que venceu dilaceramentos cotidianos e uma pandemia de covid-19 que levou embora 687 mil pessoas e nos trouxe angústias, frustrações e muita ansiedade. Portanto, meus agradecimentos vão:

À Universidade Federal do Pará, pela oportunidade e qualidade da formação oferecidas, um ensino público e gratuito que transforma a vida de milhões de brasileiros.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, os quais tenho apreço e admiração. Pesa sobre eles grande responsabilidade na construção deste trabalho, desde a sua formatação até a defesa. Em especial à professora Nazaré Sarges, pelos momentos de ricos diálogos durante a disciplina “Cidade, Floresta e Sertão: cultura, trabalho e poder”, fundamental para a reflexão e problematização do meu objeto de estudo. Sua sabedoria e gentileza são referências na pós-graduação em história da UFPA.

Sou muito grato aos professores Karl Arenz e Maria Cristina Maneschy pelas valiosas críticas e indicações por ocasião da qualificação, corrigindo equívocos e apontando caminhos que deram “rostro” e substância a esse trabalho. Devo a eles grande parte do referencial teórico adotado.

A todos os interlocutores, pescadores e pescadoras, marisqueiros e marisqueiras, colaboradores, pesquisadores e pessoas comuns que junto comigo escreveram essas linhas. Em especial, à Manoel Ramos e Lázaro Fernandes, sempre solícitos e disponíveis com as minhas demandas.

Aos meus amigos pesquisadores Josinaldo Nascimento (o famoso Tio Bill) e Osimar Barros, parceiros de estudo e pedaladas desde os tempos da graduação. Obrigado por me ajudarem a alcançar o doutorado assim como vocês!

Aos meus colegas de turma, André, Jerusa, Márcio, Letícia, Elis, Flávio, Elierson, Francisnaldo, Pablo, Vanice, Daniela, Rafael e, em especial, meu amigo Laécio, companheiro de longas resenhas no terminal rodoviário enquanto esperávamos o ônibus para retornar para nossos lares. Foram ricos momentos de debates e conversas com essas pessoas que me ajudaram a pensar criativamente esse trabalho e fazer do doutorado um momento mais leve.

Aos meus amigos do mestrado, Tunai, Marina, Amilson, Edivando, Elielton e

Luíza, os quais mantemos vínculo até hoje, trocando experiências, ideias, incentivos, angústias e livros.

Aos colegas de trabalho das escolas em que exerço a docência, pelo incentivo, compreensão e paciência nos momentos de ausência. Em especial à gestora da escola que atuo Roseane Guimarães, a qual sempre me ajudou adaptando o horário para que eu pudesse assistir aula e receber orientações em Belém, uma vez que não consegui auferir licença na rede estadual. Nós somos a resistência!

Agradeço também a todos os profissionais dos órgãos de pesquisa, bibliotecas e arquivos que frequentei, lugares e profissionais pouco assistidos pelo Estado, mas essenciais para a produção historiográfica no país.

Um salve aos amigos Anderlon Andrade, pela formatação do mapa de localização das comunidades e a Fernando Alves pela elaboração do abstract.

À prefeitura municipal de Augusto Corrêa, que financiou esse estudo com licença remunerada durante três anos. À diretora do departamento pedagógico deste município, Sileide Gonçalves, e à secretária de educação Ivanez Baldez, que nesse retorno ao trabalho, me concederam tempo para finalizar a escrita e fazer leituras. Obrigado pela compreensão e paciência!

Ao meu orientador, professor Dr. Márcio Couto Henrique, maior incentivador acadêmico, um mentor que se tornou amigo, mas que sempre colocou o profissionalismo em primeiro lugar e exerceu com maestria sua função. Não tenho palavras para agradecer pelos conselhos, críticas, sinceridade e confiança. Um dos orgulhos que carrego comigo é ter sido orientando desse grande profissional.

À minha mãe Corina Cunha, “quem me sonhou”. Resiliente, quem nada tinha, mas tudo me deu. Minhas vitórias são suas. Mulher forte, amável, honesta e perseverante. Te amo, mãe! À minha irmã e sua família, pelo acolhimento durante minhas estadas em Belém, incondicionais no apoio e carinho dedicados a mim.

Às minhas “Anas”, Claudia e Luíza, minhas companheiras que, como diz Carlos Drummond de Andrade *“a meu lado une o passado ao novo dia em harmonia, a sempre forte e meu suporte quando vacilo, porte tranquilo, voz de carinho, leal, paciente constantemente, simples, discreta força do poeta, quero-a no instante final – constante com sua mão acarinhando em gesto brando meu coração”*. Foram dias difíceis, ausências, crises de ansiedade e frustrações e pouco tempo, mas estavam sempre lá me apoiando. São minha energia, meu estímulo e inspiração para continuar. Muito obrigado! Amo vocês!

*Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a terra, passando a pensar que ele é uma coisa, e nós outra: a terra e a humanidade: eu não percebo que exista algo que não seja natureza. Tudo é natureza. Cosmos é natureza. Tudo o que eu consigo pensar é natureza.*

**Ailton Krenak**



## RESUMO

Esta tese investiga a agência de pescadores e pescadoras frente aos impactos socioambientais da construção da rodovia PA-458 e às mudanças geográficas do processo de erosão e avanço do mar na ilha de Ajuruteua. Com base em documentos oficiais, jornais, fotografias, teses, dissertações e relatos orais foram analisadas as ações de moradores, lideranças locais e pescadores e pescadoras em relação às mudanças provocadas pela rodovia e às ameaças ao seu modo de vida. Conclui-se que os pescadores e pescadoras, ao contrário do que se costuma afirmar, estão atentos às transformações do seu tempo e da natureza, criam estratégias de adaptação, atualizando seus saberes, práticas e crenças, produzem cotidianamente novos conhecimentos ecológicos, aceitam ou rejeitam as inovações da “modernidade” de acordo com seus interesses, estabelecem relações complexas com a sociedade circundante e com a natureza, participam de redes de comércio nem sempre desfavoráveis, se apropriam de leis e linguagens fora do seu universo cultural e se organizam politicamente para defender seu território e seu modo de vida de acordo com a legislação vigente.

Palavras-chaves: Ajuruteua, pescadores, modernidade, natureza, Amazônia.

## ABSTRACT

This thesis researches the fisher(wo)men's agency facing the socio-environmental impacts of the construction of the PA-458 highway and the geographic changes of the erosion process and advance of the sea on the Ajuruteua's island. According on the official documents, newspapers, photographs, thesis, dissertations, oral speeches were analysed the actions of residentes (dwellers) fishermen and fisherwomen in relation (face) to the changes caused by the highway and the threats to their ways of life. As a result, we can say that fisher(wo)men, instead of the commom sense usually said (would say), are aware of the transformations of their time and nature, they produce/create adaptation strategies, atualyzing (updating) their ecological knwoledge, they accept or not the inovation of "modernity" according to their business (interests), they create complex relationships with the society around and with nature, they participate in trade network that are not always efficiency, they apropriate laws and languages outside their cultural universe and organize themselves politically to protect their territory and their ways of life according to current legislation.

Keywords: Ajuruteua. Fisher(wo)men. Modernity. Nature. Amazon.

## ÍNDICE DE FIGURAS

- Figura 1** Croqui adaptado de um mapa confeccionado por um pescador de Ajuruteua com os principais pesqueiros, micro-habitats e pontos utilizados na pesca artesanal em Ajuruteua (BARBOZA, 2006, p.60). 35
- Figura 2** Localização das três comunidades em Ajuruteua. Imagem de Satélite. Fonte: Google Earth. Dados: IBGE. 45
- Figura 3** Esquema do ciclo lunar que determina os tipos de marés, desenhado pelo pescador Manoel Ramos de Ajuruteua. (SÁ LEITÃO BARBOSA *et al*, 2017, p.28) 94
- Figura 4** Formação de um banco arenoso no litoral de Ajururteua. Imagem de satélite (Landsat TM 3R2G1B – 2001) Fonte: LAIT/UFPA. 113
- Figura 5** Capa da programação da festividade de São Pedro, 2004. (Fonte: Arquivo pessoal). 155
- Figura 6** Panfleto informativo com a programação da festa de São Pedro, 2004 (Fonte: Arquivo Pessoal). 156
- Figura 7** Mapa das comunidades. (ABDALA *et al* , 2012a, p.76). 195

## ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1: Entrada da Vila do Bonifácio, “Rua Principal”, esquina com a PA-458.	36
Foto 2: Rua “paralela” à principal na Vila do Bonifácio. Pesquisa de Campo, ago. 2018.	36
Foto 3: Ruas e casas na Vila dos Pescadores. Pesquisa de Campo, ago. 2018	37
Foto 4: Lázaro Fernandes sentado à porta de sua casa, na Vila dos Pescadores. Pesquisa de Campo, set. 2018 Foto: Marcus V. C. Oliveira, 10 set. 2018.	40
Foto 5: Pescador consertando sua rede de pesca.	41
Foto 6 Estiva, barraca situada nos fundos da casa de seu Manoel Amorim Cardoso. (Foto: Marcus Oliveira. 2018).	41
Foto 7 Mariscador de caranguejo em ação no manguezal de Ajuruteua.	47
Foto 8 Pescador exibindo um peixe "arraia", <i>Batoidea</i> (ou <i>Rajomorphii</i> ) da classe <i>Elasmobranchii</i> .	48
Foto 9 Peixes gó, bagre e outros, capturados por pescadores artesanais em Ajuruteua.	48
Foto 10 Tamanduá morto na rodovia PA-458	49
Foto 11 A proximidade entre o pescador e a garça.	50
Foto 12 Munzuá fabricado por Manoel Amorim Cardoso, “seu Manelão”. Pesquisa de Campo realizada em out. de 2018	55
Foto 13 <i>Puçá</i> ou <i>Pyçá-Gûaçu</i> (rede de pescar) ou <i>Pyçá</i> exposta por Ednaldo Ramos de Souza. Pesquisa de Campo realizada em out. de 2018.	56
Foto 14 Comércio de peixe in natura no Bonifácio.	59
Foto 15 Fotografia de Ajuruteua exibida no jornal explorando suposta rusticidade do lugar.	66
Foto 16 Seu Nilo Miranda e seus dois filhos, Nivaldo e Danilo Miranda, pescando às 6h da manhã de rede em Ajuruteua. Arquivo pessoal de Vilma Miranda.	75
Foto 17 A presença da mulher na pesca tradicional acompanhada do marido e filhos.	77
Foto 18 Crianças participando da missa na Igreja de São Pedro.	80
Foto 19 crianças jogando futebol em um igarapé, na Vila dos Pescadores. Fonte: Arquivo Pessoal de Renato Challu.	80
Foto 20 Crianças pulam da ponte na vila do Bonifácio, em Ajuruteua. Fonte: Arquivo Pessoal de Renato Challu. Foto: Renato Challu, 2014.	81
Foto 21 Menino brincando com sua pipa na Vila dos Pescadores. Fotografia: Renato Challu, 2020. Disponível em:	

<a href="https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1135996466762776&amp;set=pb.100010573002215.-2207520000.&amp;type=3">https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1135996466762776&amp;set=pb.100010573002215.-2207520000.&amp;type=3</a> . Acessado em 13 de dezembro de 2021.	81
<b>Foto 22</b> Curral em Ajuruteua (MANESCHY, 1993)	92
<b>Foto 23</b> "Avuado" refeição a base de peixe assado e farinha de mandioca, podendo ser complementada com outros itens como açai e camarão.	98
<b>Foto 24</b> Pescadores despescam sua rede malhadeira de <i>nilon</i> na Vila dos Pescadores.	105
<b>Foto 25</b> Fotografia publicada no Jornal O Semanário para mostrar os efeitos da erosão na Vila dos Pescadores em Ajuruteua. Foto: AJURUTEUA..., 1996, p.5)	112
<b>Foto 26</b> Vila dos pescadores antes da erosão de 1993.	114
<b>Foto 27</b> Vila dos Pescadores em 2018. Pesquisa de Campo 6 de agosto 2018.	115
<b>Foto 28</b> Campo de futebol na localidade do Bonifácio. Pesquisa de Campo em 23 de outubro de 2018.	122
<b>Foto 29</b> Geleira instalada nas margens da praia de Ajuruteua. Pesquisa de campo. Ago., 2018	131
<b>Foto 30</b> Interior de uma geleira. Pesquisa de Campo. Jan. 2018	131
<b>Foto 31</b> O atravessador, com sua balança na mão, abordando o pescador no desembarque de sua produção. Pesquisa de Campo realizada em 23 de janeiro de 2020	132
<b>Foto 32</b> Canoa, embarcação tradicional construída artesanalmente de madeira, com motor de "rabeta" sendo preparada para pescaria. Fonte: Pesquisa de Campo realizada em 08 de agosto de 2018	136
<b>Foto 33</b> Interior de uma casa na vila do Bonifácio. Fonte: Pesquisa de campo, set. 2018.	145
<b>Foto 34</b> Dona Baruca (Maria Nelza Pinheiro) e Alcir, seu filho, na sala de sua casa. Fonte: Pesquisa de campo, out. de 2018.	146
<b>Foto 35</b> Procissão fluvial em homenagem à São Pedro.	148
<b>Foto 36</b> Mastro dedicado à São Pedro em Ajuruteua.	149
<b>Foto 37</b> Procissão fluvial em homenagem à São Pedro.	150
<b>Foto 38</b> Lázaro Amorim Fernandes (à direita agachado de camisa verde) com seu grupo de carimbó "Mani de Urutá" no barracão de São Pedro em dia de apresentação. Fonte: Lázaro Amorim, 27 novembro de 2020. Facebook: Lázaro Amorim. Disponível em	
<a href="https://www.facebook.com/photo.php?fbid=118558670070715&amp;set=pb.100057497465054.-2207520000.&amp;type=3">https://www.facebook.com/photo.php?fbid=118558670070715&amp;set=pb.100057497465054.-2207520000.&amp;type=3</a> . Acesso em 04 de junho de 2021.	154
<b>Foto 39</b> Festividade de Nossa Senhora de Fátima, na comunidade do Bonifácio.	157
<b>Foto 40</b> Chegada da comitiva de São Benedito das Praias.	159
<b>Foto 41</b> Placa de identificação. Crédito: Fernando Repinaldo, abril de 2008.	194
<b>Foto 42</b> Lixo comumente encontrado na praia na Vila dos Pescadores.	196

## LISTA DE SIGLAS

ALEPA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
AMELIAPIS	Associação de Criadores e Criadoras de Abelhas de Bragança
ASSUREMACATA	Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú
CD	Conselho Deliberativo
CEB'S	Comunidades Eclesiais de Base
CEL	Conhecimento Ecológico Local
CEPNOR	Centro de Pesquisas e Gestão de Recursos Pesqueiros
CMMAD	Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNTP	Conselho Nacional de Populações Tradicionais
CONAMA	Comissão Nacional do Meio Ambiente
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
DER	Departamento de Estradas e Rodagem
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENEAM	Encontro Nacional de Educação Ambiental
GPS	Global Positioning System
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Nacional do Meio Ambiente
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFPA	Instituto Federal do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MADAM	Mangrove Dynamics and Management
MMNEPA	Movimento das Mulheres do Nordeste do Pará
MOPEPA	Associação Movimento dos Pescadores do Pará
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PALMAZON	Palmitos da Amazônia

PDS	Partido Democrático Social
PMB	Prefeitura Municipal de Bragança
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido Social Democrata Brasileiro
PT	Partido do Trabalhador
RESEX	Reserva Extrativista
SECTAM	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SEMEP	Secretaria Municipal de Economia e Pesca
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SPU	Serviço de Patrimônio da União
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUCAM	Superintendência de Campanha de Saúde Pública
SEDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
ZEE	Zoneamento Econômico Ecológico

## SUMÁRIO

À GUISA DE INTRODUÇÃO	17
Uma história de pescador	17
Caminhos metodológicos	29
A entrada	34
CAPÍTULO 1: UM LUGAR “SELVAGEM” E OS “TESTEMUNHOS DA PUREZA”: a descrição da paisagem.	43
1.1. Território “selvagem”: aspectos geomorfológicos, climáticos e a diversidade biológica de Ajuruteua	43
1.2. As Testemunhas da pureza e a estrada para o “progresso”: a ocupação do litoral bragantino e a constituição de uma territorialidade haliêutica	50
1.3 Pescadores e pescadoras	68
CAPÍTULO 2: “A GENTE QUE NASCE AQUI E VÉVE AQUI, A GENTE QUE SABE”: TRABALHO, SABERES E MEMÓRIA EM AJURUTEUA	82
2.1. O pescador é lunar	86
2.2. Das águas para o asfalto	99
2.3. A vida litorânea: Águas grandes, erosão, moradia, especulação e conflitos	105
CAPÍTULO 3: “TÁ RUIM POR UMA PARTE, MAS TÁ FÁCIL POR OUTRA”: táticas, estratégias e adaptações às transformações da “modernidade”	116
3.1 “A gente não sabe quem é quem!” Transformações demográficas e a dinâmica da imigração.	117
3.2 O comércio do pescado e a economia simbólica: “Tem que morrer na mão deles aqui!”	122
3.3. Santos, benzedeiros, curandeiros e visagens: uma “moderna tradição”	140
CAPÍTULO 4: O MARETÓRIO E O PROTAGONISMO POLÍTICO DOS PESCADORES	165
4.1 Territorialidade, agência e cultura política na praia	165
4.2 “Mas se é maré, por que falam território? Então é maretório!”: a institucionalização do território tradicional em Reserva Extrativista.	176
4.3 A RESEX idealizada e a RESEX praticada: o pescador como “sujeito” da história	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
REFERÊNCIAS	214



## À GUISA DE INTRODUÇÃO

### Uma história de pescador

*[...]  
Um bom profissional  
Na arte de pescador  
Um grande mentiroso  
Sem perder o seu valor  
Nunca vi mentir tanto  
De até causar espanto  
Ta [sic] nem aí para o pudor  
[...]*<sup>1</sup>

A imagem do pescador - em vários lugares do Brasil, senão em todos - está vinculada à fama de um grande mentiroso, de um contador de “estórias”, “sem pudor”, como expressa Miguel Nascimento em seu cordel. Essa fama tem contribuído para a reprodução de uma imagem estereotipada desses sujeitos, como indivíduos passivos, indiferentes e avessos à política. Essa tese, ao analisar as experiências de pescadores e pescadoras que habitam uma fração do litoral amazônico em fins do século XX e início do século XXI, tem por fim demonstrar o inverso. Sua problemática consiste na compreensão das suas (re)ações constituídas frente a abertura de uma rodovia (PA-458), a criação do balneário de Ajuruteua e ao avanço do mar em seu território ao longo desse tempo, levando em conta seus desejos, intenções, sentimentos, pensamentos e significados, sua maneira de agir no mundo, sua “agência” segundo Sherry Ortner (2007). Ou seja, o que os pescadores/pescadoras fizeram com aquilo que fizeram com eles/elas? Como enfrentaram os desafios do seu tempo e espaço, os impactos em seu modo de vida, as mudanças e permanências na cultura, religiosidade, economia e relações de trabalho? Sua relevância acadêmica e social se constata pela resumida quantidade de trabalhos em história que documentam e problematizam a relação entre rodovias e meio ambiente na Amazônia, a importância da temática aumenta quando lembramos que o processo de expansão da malha rodoviária prossegue no território nacional, impactando a vida de milhares de pessoas.

A partir das constatações advindas da pesquisa, esta tese defende que, ao

---

<sup>1</sup> Trecho do cordel “conversa de pescador” de Miguel Nascimento. NASCIMENTO, Miguel. Conversa de pescador. [S.l.: S.N.], 2010. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/cordel/2051394>. Acesso em 13 out. 2022.

contrário das ideias que se reproduzem sobre pescadores do interior da Amazônia e o termo exógeno de “sociedade tradicional”<sup>2</sup> carregam sobre eles - tais como atrasados, isolados, passivos, resignados, avessos à política e resistentes às mudanças (MALDONADO, 1986; DIEGUES, 1995) -, estes sujeitos possuem complexas relações estabelecidas com a sociedade circundante e com a dinâmica ambiental, atualizam suas tradições e crenças e se organizam politicamente para defender seu território, experiências que conjugam momentos de protagonismo com situações de resistência e colaboração.

O período estudado vai de 1970 a 2010. A década de 1970 é representativa devido ao início do projeto de modernização com a construção de uma rodovia (PA-458) de 36 km ligando a praia de Ajuruteua à zona urbana do município de Bragança, possibilitando um maior acesso e o contato dos moradores com os espaços urbanos, incentivando as atividades turísticas e econômicas na região. Ao longo desse tempo, esses sujeitos ainda vivenciaram o significativo avanço do mar em direção ao litoral, alterando a geografia do lugar, pondo fim a praias e comunidades, obrigando-os a deslocar suas casas para outro espaço. Já 2010 marca a consolidação da Unidade de Conservação Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú, criada pelos pescadores e ambientalistas com o fim de proteger a área, contra a superexploração e a tentativa de implantar a carcinicultura, e gerenciar o manejo e a utilização dos recursos renováveis (NASCIMENTO, 2021).

A unidade de conservação foi resultado de um processo de mobilização social a partir da articulação dos moradores com movimentos sociais de pescadores e com instituições de pesquisa e proteção ambiental. Estes sujeitos, tomando o lugar de liderança local constituem uma trajetória política e formativa em busca de um “protagonismo político que, historicamente, foi negado” (NASCIMENTO, 2021, p.73). Com a reconfiguração do território tradicional de pesca em Reserva Extrativista Marinha (RESEX Marinha), um território de uso comum, novas regras de uso dos componentes naturais foram criadas juntamente com as lideranças locais, consolidou-se meios de extração “sustentáveis” e condenou métodos considerados

---

<sup>2</sup> À luz de Regina Horta Duarte (2005), o conceito de “população tradicional” não passa de uma danosa ilusão do desejo de alguns intelectuais não correspondendo à realidade. Seria antes um mito autoritário de caráter urbano forjado por indivíduos que projetam suas idealizações e expectativas sobre sociedades que vivem em ambientes “bucólicos”. Esta ideia estaria associada às concepções genéricas cristalizadas que define apenas duas formas de comunidades humanas: o campo e a cidade, na qual o campo estaria relacionado ao atraso, ignorância, limitação e a cidade como um centro de realizações, de saber, de comunicação (WILLIAMS, 2011).

predatórios.

Os fatos citados acima circunscrevem uma nova realidade ao sistema ecológico local, implicando uma perspectiva diferente no âmbito da reprodução social diante das contingências de um meio fluido como o mar, o elemento central na vida dos moradores. Esse elemento passou a ser objeto de outras leituras, essencialmente divergentes das praticadas pela população residente, criando conflitos e adesões, alterando o modo de vida e forjando novas perspectivas.

As transformações indicadas fomentaram novas leituras e práticas da paisagem litorânea, uma sensibilidade que ao longo da história tomou inúmeros contornos, já tendo suscitado repulsa, desejo, prazer e admiração em contextos e espaços distintos (CORBIN, 1988). Sua dimensão, movimento e vida provocam ainda hoje inúmeras criações culturais, ditando padrões, comportamentos, hábitos e crenças, numa dinâmica constante. Para o morador da cidade contemporânea é difícil desvencilhar-se da ideia da praia como lugar de lazer e “renovação espiritual”, fato que oculta as vidas que se movem de acordo com a preamar, com a “parança”<sup>3</sup> ou a baixa-mar, um “lugar praticado” com outras “especialidades”, com experiências míticas, poéticas e antropológicas, um lugar de memória (CERTEAU, 2014). A contenda entre as diferentes visões e usos do espaço impõe novos desafios às populações residentes, as quais muitas vezes tem seu estilo de vida estereotipado e condenado por um determinismo ambiental (NUGENT, 2006), sem considerar os fatos históricos os quais experienciaram e sua expertise ao adaptar-se às mudanças.

Outra eventualidade típica com a qual os moradores do litoral convivem são as alterações geográficas do lugar, historicamente recorrente no espaço em estudo e que tem significativa influência em seus modos de vida e organização social. Matéria veiculada em um *site*, em julho de 2015, sobre esta praia mostrou um dos fatores de contingência ambiental que obriga constantemente esses sujeitos a criarem um sistema de adaptação e seu título destacava: “Águas do mar avançam sobre Ajuruteua”.<sup>4</sup> A matéria, embasada nas informações prestadas pela supervisora da área de Gestão Territorial e de Mapeamentos de Riscos Geológicos da CPRM (Serviço Geológico do Brasil) Diane Fonseca, alertava sobre um processo geológico

---

<sup>3</sup> De acordo com os pescadores de Ajuruteua, a “parança” é o momento de intercessão entre a enchente e a vazante da maré.

<sup>4</sup> O Liberal, Atualidades, Belém, 18 de julho de 2015. Disponível em <http://www.ormnews.com.br/noticia/aguas-do-mar-avancam-sobre-ajuruteua>, data da captura: 06/03/2019

milenar: o avanço do mar sobre o continente, que atrelado à ocupação humana desordenada gerou áreas de risco. De acordo com a matéria, só em Ajuruteua, nos últimos sete anos, o mar teria avançado vinte e cinco metros e a erosão, acelerada pela ocupação do local, atingia 200 habitações com 600 pessoas. A saída para o problema, segundo o estudo, seria a retirada dos moradores da faixa de areia, devido a aceleração do processo, pois a tendência é a extinção dessa faixa no futuro. “É necessário remanejar as famílias para evitar mortes”<sup>5</sup>, alertou Fonseca. A dinâmica marinha obriga os moradores a uma mudança periódica, a construir casas suspensas, com madeira específica, resistente ao ambiente, que possam ser deslocadas. O problema recente é que desde o início da construção da rodovia, a região entrou no rol da especulação imobiliária e as poucas áreas habitáveis foram loteadas e vendidas para pessoas que moram em outras cidades. O enfrentamento dessas questões por esses pescadores, sua destreza, sua adaptação, seus desejos, projetos e táticas são objeto de estudo desta tese.

Em dissertação de mestrado<sup>6</sup>, concluída em 2015, analisei os impactos socioambientais da construção da rodovia PA-458 na vila de Bacuriteua, localizada a 3 km da zona urbana da cidade de Bragança, tendo como foco os impactos causados às atividades dos mariscadores de caranguejo. Na época, concluí que as autoridades desconsideraram os impactos ambientais causados no manguezal e no cotidiano dos mariscadores, que, mesmo avaliando a estrada como positiva, passaram a lidar com a escassez progressiva do crustáceo e o aumento do número de atravessadores. Esta tese, por sua vez, focaliza uma população litorânea, estabelecida na praia, com uma relação mais íntima com o mar e que se ocupa predominantemente da pesca artesanal, o que os faz, segundo eles, diferentes dos mariscadores de caranguejo de Bacuriteua, “especialistas” de outra atividade.

Maria Cristina Maneschy é autora de um trabalho intitulado *Ajuruteua: uma comunidade pesqueira ameaçada*. Produzido entre 1986 e 1988 como sua dissertação de mestrado junto ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), aborda a organização social dos pescadores, priorizando uma análise economicista, ela identifica suas técnicas de captura, as relações de trabalho, a participação da família no sistema produtivo, a

---

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> OLIVEIRA, Marcus Vinicius Cunha. A estrada para o “progresso”: política, cultura e natureza em Bragança, Pará (1970-1996). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2015.

comercialização e a dependência dos pescadores em relação à atravessadores. Sua principal problemática foi elencar os fatores que ameaçavam a permanência da comunidade, tais como a expansão turística e os conflitos com a pesca industrial. O trabalho é rico em registros etnográficos, com fotografias e relatos valiosíssimos, além de uma análise teórica atenta e criteriosa. No entanto, ela tem uma visão pessimista quanto a continuidade da comunidade pesqueira apresentando os fatores ecológicos e antrópicos como ameaças à sua continuidade. Tomei o caminho inverso, no sentido de enfatizar as ações desses sujeitos para se adaptarem e fazerem uso dessa mudança a seu favor. Intervenções que nem sempre são vistas como negativas pelos indivíduos “afetados”, ou que, mais do que imposições, geram negociações e muitas vezes adesões às mudanças.

A história da população litorânea precisa ser contada, mas não se trata de uma história narrada apenas a partir de documentos escritos de velhos arquivos, é uma pesquisa peculiar na qual a paisagem é um dos nossos principais documentos e, por isso, devemos comprar “um par de sapatos resistentes para caminhadas, e não poderemos evitar sujá-los com a lama dos caminhos” (WORSTER, 1991, p.199). Nesse caso, é preciso “atolar” os pés nas lamas do manguezal ou mesmo acostumar-se a caminhar sobre areia quente, embarcar nas tradicionais *canoas*<sup>7</sup> e molhar-se com as águas do mar, pois esses também são espaços sociais e cheios de história. Situação muito estranha ao historiador mais conservador, apegado à poeira dos arquivos.

Uma das riquezas deste estudo é sua particularidade: estudar a influência da variável ambiental nos acontecimentos sociais, especialmente para uma população litorânea, recolocando o homem na sua condição elementar de ser biológico sensível ao frio, ao quente, à insolação, à brisa do mar e ao seu movimento<sup>8</sup>, mas sem esquecer dos processos históricos dos quais foram agentes ativos, agindo e reagindo aos processos migratórios, às intervenções estatais, às pressões comerciais e ao contato com turistas e agentes externos. Não é preciso destacar que são moldados menos pela presença massiva de turistas do que pelas suas

---

<sup>7</sup> Pequenas embarcações tradicionais feitas em um só pedaço de madeira escavado, feitas artesanalmente com técnicas locais, movida a remo.

<sup>8</sup> Essa condição do homem enquanto ser biológico foi observada nos trabalhos de Lucien Febvre e Maximilien Sorre, analisados por Fernand Braudel (2013) no seu texto “Há uma geografia do indivíduo biológico?”. A originalidade dos escritos, segundo Braudel, advém de uma “redução sistemática dos problemas do homem ao plano de sua biologia” (p.144), ou seja, um homem reduzido às bases, às condições primeiras de sua vida, recolocado nas condições geográficas do mundo.

próprias relações sociais e políticas<sup>9</sup>, assim como pelas suas intenções e desejos constituídos culturalmente (ORTNER, 2007).

Consta, nestes termos, que a relação entre as áreas litorâneas e as cidades urbanizadas é mais estreita do que parece, assim como também é a ligação entre o campo e a cidade descrita por Williams (2011, p.11): “na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente essa ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana”. Nesse caso, podemos mencionar o mar como espaço onde, também, extraímos importantes alimentos da nossa dieta e que tem fortes laços com os centros urbanizados.

A Amazônia é composta por uma grande diversidade ambiental e, igualmente, há uma variedade de realidades socioculturais, determinadas não só pelo ambiente, mas também pela sua composição histórica. Não cabe aqui uma homogeneização cultural representada pela figura genérica do “caboclo” ou qualquer tentativa de reificação cultural. Se há características comuns entre os camponeses amazônicos, certamente elas se referem a sua capacidade de flexibilização e resiliência demonstradas pela reinvenção de diversas tradições deslocadas ao longo da sua história (HARRIS, 2006). Há uma conjugação complexa de fatores que se movimentam e combinam numa dinâmica constante de elementos de origem externa e interesses locais, contextualizados num ambiente litorâneo.

O espaço em tela, em sua particularidade ambiental, está situado numa planície costeira conhecida como Costa Norte (FERNANDES, 2003), nas latitudes próximas da linha do Equador, no litoral Amazônico e se estende por 40 km, da ponta do Maiaú até a foz do rio Caeté. É limitada pelos canais de maré e estuários, margeando uma das maiores faixas de manguezal do planeta. A dinâmica do litoral nesta região é provocada por uma combinação de fatores ambientais específicos que criam ciclos diversos de erosão e deposição de sedimentos mudando a geografia do lugar e inevitavelmente a dinâmica sociocultural. Durante muito tempo a velha história desconsiderou o fato de vivermos neste planeta, porém não podemos nos dar ao luxo de sermos tão inocentes e precisamos, como

---

<sup>9</sup> Não se pretende aqui dar proeminência a ação dos sujeitos em detrimento da estrutura, este trabalho concorda com a ideia de que a prática social é resultado de uma relação dinâmica, complexa e transformadora entre a agência dos indivíduos e as forças sociais, da cultura e da história (ORTNER, 2006). Assim, em consonância com Sahlins (2004), a história das sociedades humanas é ordenada culturalmente, assim como, a cultura é mediada também pela história uma vez que os significados são reavaliados criativamente ao serem realizados na prática pelos homens.

historiadores, considerar os fundamentos ambientais da sociedade em nossas análises (WORSTER, 1991).

O avanço do mar sobre o continente é um evento comum e presente a muitas das populações litorâneas, afetando significativamente seus modos de vida, considerando a disposição das moradias instaladas nas praias, suas vivências culturais e atinge sua reprodução econômica dependente, em grande medida, de operações ligadas ao oceano. O movimento das águas, independente das pressões do capital, suscita-lhe mudanças nas atividades econômicas, com destaque à pesca interrompida por conta da força da maré que ocasiona danos aos materiais de captura; aterroriza os pescadores com o perigo do naufrágio; autoriza a saída para o mar ou seu retorno à terra firme e, finalmente, proporciona a safra do pescado condicionada pelos fluxos marinhos.

É bem verdade que, ao longo do tempo e com as transformações antrópicas, a imposição do mar sobre a vida da população residente diminuiu, surgindo assim diferentes perspectivas. Por outro lado, para a grande maioria de pescadores artesanais ou marisqueiros, sujeitos que atuam diretamente nesse meio fluido, os “artefatos” e “apresentações” cotidianas (BURKE, 2010) continuam movidas pelos fluxos marítimos, os rituais religiosos obedecem aos ditames das águas, como a devoção a São Pedro que tem suas procissões fluviais e ritos adequados aos fluxos marítimos. Assim, as missas, procissões ou a festividade seguem o seu tempo. O próprio santo padroeiro foi escolhido pela sua relação com a pesca de acordo com a tradição bíblica. As habitações são moldadas às cheias e à composição dos recursos do ambiente, a alimentação local tem por base várias espécies de organismos oriundas do ecossistema local, o imaginário é instigado por elementos da paisagem litorânea, saberes e faculdades do entendimento são voltados à ordenação dos componentes contidos no meio físico, a organização social e do trabalho seguem os tipos de explorações realizadas junto ao mar, assim como sua produção literária e artísticas frequentemente tematizadas com as “belezas” da paisagem local ou das circunstâncias de vida do pescador.

O homem/mulher que habita a beira tem sua vida submetida a esses ditames, seja em seu ofício ou em outras “experiências significativas”, relação que define sua identidade, particularismo social e cultural em comparação com outras sociedades criando uma “fronteira simbólica”. As categorias sociais, que tenham um mínimo de continuidade temporal, “tendem a articular suas experiências comuns em torno de

certas tradições e valores” (VELHO, 1981, p.16).

Se faz necessário destacar que as sociedades são produto não apenas das influências do ambiente físico, é preciso também considerá-las inseridas num contexto histórico de mudanças e permanências. Assim, atenta-se para essa duplicidade de conexões “que colocam os grupos sociais em relação com o ambiente e sob as compulsões de ordem histórica, social e cultural” (FURTADO, 1987, p.23). Não é intenção reificar a cultura litorânea, mas sim demonstrar sua capacidade de mudança, de incorporação e reorganização na qual tentam sustentar seus próprios projetos culturalmente constituídos mesmo “nas margens do poder” (ORTNER,2007). Nesse sentido é indispensável reconhecer as particularidades históricas assim como sua etnografia, daí então a necessidade de perscrutar as variações de seu sistema. Há zonas de contato e trocas com culturas distintas, sinais de mudanças e compartilhamento de enunciados de grande dimensão com a cultura circundante, mas também persistem elementos característicos. As continuidades ou mudanças estão atentas às ocasiões, pois, “algo essencial se joga nessa *historicidade* cotidiana, indissociável da *Existência* dos sujeitos que são os atores e autores de operações conjunturais” (CERTEAU, 2014, p. 77). Dessa forma, esses indivíduos, estão voltados para o presente, não estão presos cegamente a tradições estanques. Atualizam suas práticas às inovações de acordo com as circunstâncias e por meio de negociações permanentes.

Nesse sentido, além das circunstâncias geográficas, a vida dos moradores alterou-se com os planos de desenvolvimento da década de 1970<sup>10</sup>, a exemplo da inserção de outros espaços periféricos no âmbito dos sistemas político-econômicos capitalistas (ADAMS *et al*, 2006). Desde então, Bragança notabilizou-se do ponto de vista econômico como lugar de grande potencial, fornecedor de pescados e frutos do mar, passou a ser inserida pelo governo do Estado do Pará entre as cidades mais importantes da zona do Salgado, incluída no Polo turístico “Amazônia Atlântica” (FERREIRA, 2009). Por ser detentora de “atrativos” como seus campos naturais, mangues, cordões litorâneos, praias e dunas<sup>11</sup> na qual “aparecem belas praias

---

<sup>10</sup> Consideramos aqui o II Plano Nacional de Desenvolvimento, aprovado em 1974, no governo de Ernesto Geisel que tentou imprimir um novo rumo ao desenvolvimento brasileiro priorizando o aumento da capacidade energética e a produção de insumos básicos e de bens de capital, acelerando o processo de substituição de importação, como previa o Plano (BRASIL, 1974).

<sup>11</sup> Prefeitura Municipal de Bragança. Inventário da oferta turística do município de Bragança. Secretaria Municipal de Turismo, 2013, p.107. Disponível em: [http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/iot\\_braganca\\_-\\_versao\\_final\\_07.11.pdf](http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/iot_braganca_-_versao_final_07.11.pdf). Acessado



oceânicas, como as de Ajuruteua, e o Manguezal da orla flúvio-marinha,”<sup>12</sup> tornou-se um dos principais destinos turísticos do Estado.

Com o propósito de atrair turistas e criar uma alternativa para a economia local desenvolvendo a região, a rodovia promoveu alterações profundas nas experiências sociais dos grupos humanos e no ecossistema da região, trouxe expectativa de “progresso”, estimulou a especulação imobiliária, a construção de habitações, atraiu novos moradores, possibilitou trocas culturais, movimentou o comércio, contribuiu para mudar o rol de aspiração dos pescadores e seus filhos, intensificou a erosão e alterou as relações do homem com o mar (MANESCHY, 1993; HENRIQUE & OLIVEIRA, 2018).

A imagem ufanista de um lugar “abençoado pelas águas do Oceano Atlântico e pelo sol que brilha intensamente em quase todos os meses do ano”<sup>13</sup> estampados em matérias de revistas ou de jornais, amplamente divulgadas em inventários turísticos sobre a região (OLIVEIRA, 2015), oculta experiências sociais diversas, como os aspectos da cultura local, as formas diversas de interações do homem com a natureza e seus significados; assim como as constantes transformações na paisagem costeira e os conflitos e problemas vivenciados pela população residente. Dessa forma, este trabalho também pretende abordar as experiências socioculturais dos moradores de Ajuruteua mediante à sua intervenção no meio ambiente e a coalizão com as forças históricas, analisando as transformações no modo de produção, as trocas culturais, a produção de saberes, temporalidades, adaptações, atualização de tradições e valores e o embate entre sociedade e meio ambiente, produto dessa história. A contento, compartilho da maior preocupação dos historiadores ambientais, e pretendo “aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (WORSTER, 1991, p.200).

Os pescadores estão entre os sujeitos amazônicos que são entendidos por alguns autores contemporâneos como uma sociedade “camponesa histórica” (ADAMS; MURRIETA; NEVES, 2006), porém, são mais do que resultado da tentativa

---

em 07 de março de 2018.

<sup>12</sup> Governo do Estado do Pará. Estatística Municipal: Bragança. Secretaria de Estado de Planejamento, 2013, p.9.

<sup>13</sup> Revista Ver-o-Pará. Bragança: 200 anos de Marujada. Belém: Agência Ver Editora, nº11, maio, 1998, p.16.

histórica de integração ao projeto colonial e nacional ao longo da história (ARENZ, 2015). São, também, fruto de suas próprias ações enquanto sujeitos históricos, resultado de iniciativas e projeções sobre a conjuntura em que vivem. São histórias nas quais emergem ações intencionalizadas<sup>14</sup> no bojo das disputas de relações de poder assimétricas.

Para demonstrar isso, este estudo destaca as diversas redes de comércio - nem sempre desfavoráveis, mas muitas vezes de mão dupla -, a mobilidade, conflitos, adaptações, atualizações de tradições, saberes e religiosidade, assim como, suas ações e estratégias cotidianas frente aos projetos de desenvolvimento, tais como: a transformação da praia de Ajuruteua em um balneário turístico, a introdução da rodovia PA-458 e a expansão da pesca industrial e da carcinicultura em áreas estuarinas.

Os sujeitos não-urbanos contemporâneos da Amazônia costumam ser divididos em sociedades indígenas; camponeses “tradicionais” ou históricos (caboclos); e os neocamponeses, que, desde a década de 1970, têm migrado por causa de políticas governamentais de ocupação da Amazônia. Os pescadores de Ajuruteua, dentro desta perspectiva, se enquadram entre os dois últimos. Esses, assim como as sociedades indígenas, ao longo da história sofrem uma relativa invisibilidade sociopolítica que pode ser explicada, em grande medida, pelo fracasso da famigerada tentativa de integração nacional do passado e pela exclusão destes dos projetos desenvolvimentistas recentes (ADAMS; MURRIETA; NEVES, 2006).

A produção acadêmica a seu respeito, por sua vez, como afirmou Karl Arenz (2015), foi historicamente marcada por uma tendência evolucionista ou racial-naturalista, levando em conta que costumavam enfatizar seu caráter subalterno, como indivíduos incompletos e mal integrados à sociedade. Arenz (2015) cita o caso de Gilberto Freyre ao fazer alusão à experiência histórica dos ribeirinhos realçando a política de miscigenação e assimilação desde o século XVIII em oposição à segregação praticada nas missões coloniais.

Ainda de acordo com Karl Arenz (2015), essa tendência naturalista que permeou as produções literárias ao idealizarem um “caboclo” inserido em um

---

<sup>14</sup> Concebo intencionalidade aqui a partir das elaborações teóricas sobre “agência” de Sherry B. Ortner (2006), a qual, ao utilizar o termo, pretende incluir estados cognitivos e emocionais em vários níveis de consciência orientados para um fim, outrossim, não consiste em definir intencionalidade com ações completamente racionalizadas, mas sim maneiras de ação constituídas por motivações cognitivas e emocionais.

ambiente natural ou em cenários típicos do cotidiano rural, foi também base para a produção de obras lexicográficas utilizadas até os dias de hoje, apresentando conceitos que reproduzem lugares-comuns e estereótipos que contribuem para propalar uma ambivalência associada ao termo “caboclo”.

Ao revisar as abordagens acerca desses camponeses históricos nas décadas de 1950, 1960 e 1970, Arenz (2015) destaca o aparecimento de outros paradigmas. No entanto ainda marcados por um determinismo ambiental e pela a-historicidade, como foi o caso dos autores Charles Wagley (1957) e Eduardo Galvão (1953; 1955) ao utilizarem o método etnográfico para descrever aspectos da vida cotidiana de habitantes das margens do rio Amazonas. O paradigma culturalista teve em Angélica Motta-Maués (1989) e Raymundo Heraldo Maués (1995) suas maiores expressões quando estabeleceram a “cultura cabocla” como modelo de adaptação de populações rurais tradicionais ao meio ambiente tropical da região.

Superando certos limites da abordagem culturalista, na década de 1980 uma abordagem de cunho político-ecológico reage a suposta passividade e a-historicidade dos povos amazônicos ao realçar sua agência enquanto pequenos produtores rurais de diversos ambientes geográficos da bacia amazônica (ARENZ, 2015). Está inserida nessa tendência os trabalhos de David McGrath (1989), Stephen Bunker (1985) e Lourdes Furtado (1993).

Arenz destaca igualmente o surgimento da abordagem britânica influenciada pelo marxismo cultural inglês representadas por Mark Harris (1996; 2000), David Cleary (1993) e Stephen Lewis Nugent (1993; 1997). A principal inovação destas pesquisas foi o rompimento com o isolamento dessas populações, típico das pesquisas de cunho ambientalista e culturalista. Nessa perspectiva, são observados como sujeitos inseridos em uma ampla rede de intensas e complexas relações com outros integrantes das sociedades circundantes. Assim, desconstruiu-se uma visão externa que não considerava as múltiplas dinâmicas e estratificações internas e nem suas (re)ações frente aos desafios da atualidade (ARENZ, 2015). É nesta linha que o presente trabalho se inscreve, uma vez que ele se ocupa das transformações no modo de vida de uma população a partir de projetos de “modernização”<sup>15</sup> na região

---

<sup>15</sup> A “modernização” aqui é entendida como um paradigma da ideologia capitalista que tem influenciado estudos acadêmicos e políticas públicas há algum tempo, sobretudo após o fim da segunda guerra mundial. Naquele tempo surgiram novas categorias para pensar o mundo, como primeiro, segundo e terceiro mundo subdesenvolvido, e fizeram parte do discurso de grandes autoridades políticas mundiais, econômicas e capitalistas. Em sua utilização, a linha de raciocínio

encabeçados pela introdução de uma rodovia, da atividade turística e do aumento da exploração econômica do meio ambiente.

O primeiro capítulo inicia com a caracterização do lugar e sua relação com os habitantes, apresentando aspectos que são fontes de representações e inspiram ideias de natureza. Ideias essas que mobilizam as ações de manejo dos pescadores e de agentes do Estado ao intervirem por meio de políticas de desenvolvimento e exploração, como é o caso da implantação do balneário e a construção da rodovia. A diversidade ambiental também possibilita entender as múltiplas formas de exploração adotadas desde o início da sua ocupação, assim como, a sua dinâmica de movimento e instabilidade que obriga esses trabalhadores a criarem táticas e adaptações a fim de manterem sua reprodução social. Este capítulo se concentra, na mesma medida, em apresentar os habitantes locais, homens e mulheres com histórias de vida, desejos e projetos próprios, aspectos considerados ao remodelarem e reenquadrarem novas práticas e categorias de acordo com sua maneira de ver e agir no mundo. Independente das externalidades impostas ou de condições hostis da natureza, estes indivíduos agem utilizando-se dos seus saberes, experiências, parentesco, articulações políticas e crenças para se reproduzir e manter seus propósitos.

Essa expertise é abordada especificamente no segundo capítulo que destaca a criatividade ao lidar com situações cotidianas como a morte, o nascimento, o trabalho, a moradia, as doenças e a mobilidade em tempos de relativo isolamento geográfico, dependentes dos fluxos marítimos e conseqüentemente do ciclo lunar, mas também, na mudança antrópica, com a inserção da rodovia. Com base em interlocuções, jornais, estudos anteriores e fotografias, são analisadas as estratégias de enfrentamento dos moradores na busca por provisões, alimentos, roupas, serviços e, assim como, suas ações diante de novas possibilidades surgidas com as mudanças no meio geográfico.

O terceiro capítulo se concentra na análise do enfrentamento e ações frente às transformações culturais intensificadas após a abertura rodoviária observadas nos aspectos demográficos, no incremento do comércio de pescado e na conformação de diversas crenças nas manifestações religiosas. São nesses campos

---

defende que há um padrão para o julgamento de todas as sociedades com indicativos do que lhes falta e do que deveriam fazer para alcançarem o nível desejado de desenvolvimento, e esse indicativo estava associado diretamente à industrialização, o único caminho possível para vencer a pobreza e alcançar o desenvolvimento (DUARTE, 2005).

que a capacidade adaptativa e de reorganização dos camponeses amazônicos ficaram evidentes. Não é apenas uma condição passiva em atender os ditames de uma demanda, mas é, também, uma conjuntura de agência em fazer prevalecer seus interesses por meio de negociação da realidade.

O quarto e último capítulo deste estudo destaca a cultura política de mobilização dos moradores, o surgimento de lideranças populares, a criação e consolidação da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú que transformou seus territórios tradicionais de pesca em território de uso comum e o protagonismo político de lideranças locais na gestão compartilhada da Unidade de Conservação (UC). Discute também nesse capítulo, a construção do conceito endógeno de “maretório”, categoria que surge dentro das reuniões do movimento social das lideranças das RESEX na Amazônia, a partir do questionamento de um desses sujeitos. Este é um conceito útil no que concerne à especificidade de uma população que vive a maior parte de sua existência física sob as águas, uma possibilidade de leitura alternativa, possibilitando novas interpretações (NASCIMENTO, 2021). A partir de interlocuções com lideranças, atas de reuniões, documentos oficiais, fotografias, teses e dissertações sobre gestão compartilhada na RESEX, destaco a ampla rede complexa de relações com integrantes das sociedades circundantes como a atuação desses sujeitos ao se relacionarem com integrantes dos movimentos sociais ligados à pesca (Associação do Movimento dos Pescadores do Pará-MOPEPA e Conselho Pastoral dos Pescadores-CPP), com os técnicos dos órgãos de proteção ambiental (Conselho Nacional de Populações Tradicionais-CNPT, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente-IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBIO e Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA), com empresários ligados à indústria da pesca e políticos de todas as esferas. As articulações, a formação de alianças, as negociações e a imposição de seus interesses em seu território são apresentadas como evidência de suas ações políticas e expertise ao agirem perante as mudanças que se apresentam diante deles, um sinal de sua atenção voltada para o presente, antenados a novas demandas com as quais se relacionam com criatividade e inteligência, contrário ao estereótipo geralmente colado à sua imagem de reticentes e isolados.

Maria Cristina Maneschy (1993) em seu “Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada”, mostrou com maestria os pontos da política de desenvolvimento implantada na região responsáveis pelas ameaças à continuidade

dessa “comunidade” pesqueira. A presente tese, por outro lado, abordará a ambivalente relação dos sujeitos com essas “imposições”. As estratégias e negociações que os mantêm ali. Esta tese defende a posição desses sujeitos, mesmo em condições desiguais de poder, como agentes de sua história, ativos diante das intempéries do ambiente, das condições desfavoráveis do sistema produtivo e das ações do Estado. Indivíduos com grande capacidade de adaptação e flexibilidade, negociando sua realidade, buscando alianças, aderindo ou resistindo às inovações de acordo com seus interesses.

A preocupação dessas linhas adiante não está no grau de mudança social ou cultural promovido pela sociedade envolvente, isso tenderia a repetir os pecados do antigo colonialismo em termos acadêmicos (ORTNER, 2007). Está, antes, em demonstrar a capacidade destes indivíduos em exercer algum tipo de influência sobre os resultados dessas intervenções. Diferente das visões tipizadas e homogêneas sobre esses sujeitos amazônicos, vitimizado, passivo, limitado pelas condições geográficas e reduzidos a uma idealização de vida em harmonia com a natureza (NUGENT, 2006; ARENZ, 2015), encontrei pessoas criando estratégias e adequações às recentes realidades naturais, culturais e sociais impostas, incrementando saberes a partir de sua práxis e da memória, atualizando suas crenças e rituais, incorporando hábitos e valores urbanos, aderindo a informatização, à tecnologia industrial, migrando, negociando condições favoráveis dentro das redes de comércio e troca, utilizando-se de novas tecnologias pesqueiras, se apropriando de linguagem e instrumentos jurídicos, se mobilizando e regulamentando seu território produtivo tradicional, adequando suas técnicas de captura à exigências das condições jurídicas atuais, e, ainda, reivindicando espaço e voz na gestão dos recursos ambientais na sua reserva extrativista marinha Caeté-Taperaçu.

### **Caminhos metodológicos**

Escrever a história do tempo presente aparenta ser uma tarefa bem menos temida que a do historiador de um passado longínquo, uma vantagem que parece evidente, tendo em vista a desnecessária tradução de uma linguagem do passado e de qualquer esforço de imaginação para compreender determinados fatos. Mas, ao dialogar com a antropologia, percebemos que tudo isso é ilusório. Essa pretensa

“vantagem” não perdura tanto quando levamos em conta outros desafios, para além das traduções temporais, tais como: o fato de estar imerso em uma cultura específica do nosso tempo, portanto, limitado por ela; a diversidade e quantidade de testemunhos disponíveis; o fato de conhecer a língua não exclui a possibilidade de haver significados e interpretações diferentes a uma mesma palavra (VELHO, 1981), ou seja, é preciso estar atento, então, a uma tradução cultural. Por fim, os relatos orais não são menos questionáveis que os de testemunhas de um passado mais distante marcados em papel, que devem passar, portanto, pelo crivo da crítica histórica.

Em sua Apologia da História, Marc Bloch chama a atenção para o fato de “todo conhecimento da humanidade, qualquer que seja, no tempo, seu ponto de aplicação, irá sempre beber nos testemunhos dos outros uma grande parte de sua substância”, uma sentença muito cara aos historiadores do tempo presente, pois esse se serve de testemunhos vivos, mas que “percebe apenas um cantinho, estreitamente limitado por seus sentidos e sua faculdade de atenção; porque ele nunca possui a consciência imediata senão de seus próprios estados mentais” (2001, p.70) ou em referências e limites oriundos de sua própria cultura. Há nesses relatos um filtro, uma seleção pautada nos critérios individuais do interlocutor, influenciada por seu ponto de vista político, religioso, cultural, social e condicionado pelas circunstâncias do encontro com o pesquisador. Nesse sentido, os testemunhos vivos não detêm mais validade que outros mais pretéritos, mesmo o indivíduo que viveu o passado, pois ao rememorá-lo promove uma seleção dos fatos, conta à sua maneira, evidencia acontecimentos em detrimento de outros, fala do seu ponto de vista a partir de sua compreensão e experiência, condicionadas sempre pelo seu tempo.

Esse filtro é válido também quando se trata da perspicácia humana em relação à natureza. José Augusto Pádua ao considerar a percepção humana em relação ao mundo biofísico, desconstruiu a falácia de apresentação direta, positiva e imediata, tomando como regular a ação do homem por meio de “sentidos e compreensão, estando imerso na linguagem, nos mecanismos de cognição e na presença de visões culturais historicamente construídas” (PÁDUA, 2012, p.31). Nestes termos, Worster (1991, p.210) sublinhou: “a “natureza” não é uma ideia, mas muitas ideias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados uns sobre os outros, frequentemente da forma menos sistemática possível. Todo indivíduo e toda

cultura criam esses aglomerados.” Daí a necessidade de problematizar este conceito por meio de uma etnografia na construção desta análise, tanto nas fontes orais quanto escritas, assim é possível observar a diversidade das percepções de natureza em jogo.

Para alcançar uma melhor objetividade e reconstruir o passado e a história de um povo é fundamental a necessidade de superar uma análise axiomática de modo a dispensar formulações epistemológicas pretensas de uma verdade universal. Nestes termos, o historiador deve estar ciente da importância de abrir mão de uma análise etnocêntrica ou anacrônica. Para isso, lanço mão da “atitude antropológica” nos termos dialógicos suscitados por Ginzburg (2007) ao analisar minhas fontes, os textos etnográficos que registraram mitos, costumes, provérbios, vocabulário, piadas, gestos, leituras da paisagem e o manejo dos componentes naturais. A preocupação é encontrar uma tonalidade dos fatos buscando compreendê-los a partir de uma perspectiva “intercultural”, levando em conta os saberes locais adjacentes ao seu vocabulário e em suas verdades míticas (FERNANDES & FERNANDES, 2013). Ou seja, intercultural no sentido de perceber as fronteiras culturais entre o pesquisador e seus sujeitos, deixando claro, ao abordar temas como economia, política ou religião, ter ciência se me refiro às percepções do grupo estudado ou à conceitos particulares da minha cultura, produto de uma experiência sócio-histórica específica (VELHO, 1981). É bem verdade, nesse âmbito, a necessidade de esclarecer onde estão essas fronteiras, quando e como fixar limites entre as diferentes experiências e tradições dos grupos culturais. É fundamental, para o historiador, perceber as divergências da sua cultura com a cultura do seu interlocutor.

Os registros etnográficos produzidos durante as idas a campo foram cuidadosamente problematizados, reconhecendo que “o olhar, o ouvir e o escrever podem ser questionados em si mesmos, embora em um primeiro momento, possam nos parecer tão familiares e, por isso, tão triviais a ponto de sentirmos dispensados de problematizá-los” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998, p.18). Inclusive, no meu caso, a atenção a esse aspecto é fundamental, pois há uma proximidade domiciliar e emocional com o local da pesquisa, o que Geertz (2013) chamou de “experiência-próxima”. Todavia, é imprescindível reconhecer que “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido” (VELHO, 1981, p.126). As afirmações do antropólogo Gilberto Velho são ainda mais bem



explicadas em outro texto ao determinar a necessidade de verificar o poder relativo das experiências comuns em confronto com outras oriundas da identidade étnica, das crenças religiosas ou da ideologia política dentro de determinados grupos (VELHO, 1981). Worster (1991, p.211), ao tratar da diversidade de ideias sobre natureza e cultura material, sublinhou não negligenciar o fato de que “as ideias variam de pessoa a pessoa dentro de uma sociedade de acordo com o gênero, a classe, a raça e a região.”

Por outro lado, não há como desconsiderar o que foi dito por Hobsbawm (1998) sobre as condições de um historiador do tempo presente que compartilhou de experiências comuns às dos seus sujeitos investigados. A ele não cabe o mesmo esforço de imaginação que a de um historiador do passado, não haverá dificuldades em aprender a língua, nem o perigo de usar parâmetros de uma cultura distante para entender uma realidade. Ele viveu o “calor dos acontecimentos”, sem dúvida, seu esforço de pesquisa será inferior ao de um estrangeiro, este último, disporá essencialmente de experiências imobilizadas em suas fontes idosas. Neste caso, é preciso se estranhar, problematizar a si mesmo.

As principais evidências deste estudo são as interlocuções colhidas na pesquisa de campo, objetos de análise e problematizações. Utilizando questionário aberto, transcrevi treze interlocuções, nas quais quatro com mulheres e nove com homens. O critério de escolha foram: a idade (senhores com mais de cinquenta anos que vivenciaram a construção da rodovia, a criação do balneário e as transformações geográficas do lugar), a atividade econômica (pescadores, pescadoras, marisqueiros e atravessadores que viveram a “modernização” da atividade), participação no processo de criação da RESEX, participação em seu comitê ou Conselho Deliberativo, e o papel de liderança, seja político ou religioso.

Esse trabalho não tem como único sujeito o pescador, ainda que mesmo aqueles que não são, estejam mergulhados em uma realidade ligada à pesca em todas as suas dimensões e, em grande medida, compartilham do mesmo universo cultural. É o caso de José Nazareno Sousa dos Santos, 54 anos, hoje “capataz”<sup>16</sup> da colônia de pescadores Z-17 e conselheiro tutelar do município; e Manoel de Sousa

---

<sup>16</sup> Capataz é o termo utilizado para definir o representante local na comunidade da Colônia de Pescadores Z-17, órgão de representação política dos pescadores da região. Esse termo é muito recorrente na zona rural, se refere a indivíduos que lideram outros trabalhadores braçais nas fazendas e geralmente é o braço direito do patrão. O termo tem origem no espanhol *capataz*, que por sua vez deriva do latim *caput*, significando “cabeça”, neste caso se referindo metaforicamente ao sentido de “liderança”.

Ramos, 48 anos, escritor de literatura de cordel, funcionário público, exerce a função de auxiliar de serviços gerais na escola municipal Domingos de Sousa Melo, sediada na própria vila e frequentada por filhos de pescadores. Manoel tem, ainda, como principal tema de seus textos a vida do pescador e sua relação com o mar. Os dois interlocutores, mesmo não tendo na pesca seu principal meio de vida, são filhos de pescadores, já a praticaram em algum momento e, atualmente, vivem influenciados diretamente por ela, seja em seus escritos, caso de seu Manoel, ou em suas atividades políticas, como a atuação de José Nazareno.

A utilização de fontes orais considerou preocupações metodológicas bastante discutidas pela literatura especializada, tais como: as circunstâncias em que são produzidas e os limites e seleções inerentes à memória e a tensão, provocadas pelo encontro no momento da interlocução entre pesquisador e pesquisado. Esse método proporciona inúmeras possibilidades e uma maior representatividade dos diversos olhares e histórias individuais, oportuniza uma relação original entre o historiador e o sujeito da história, que não se deixa manipular facilmente quanto uma documentação inanimada, gerando uma interação sobre as quais escapam consideravelmente ao domínio do historiador (FRANÇOIS, 2006; PORTELLI, 2010).

Lanço mão também de reportagens de jornais de circulação regional, como *O Liberal* e *A Província do Pará*, com o tema da pesca, do extrativismo, das mudanças ambientais e da exploração turística na praia de Ajuruteua entre as décadas de 1970 e 1980, oferecendo relatos da época sobre o modo de vida na localidade, as transformações ecológicas e da expectativa com o turismo após construção da rodovia PA-458. Há nessas reportagens valores, interesses, imagens e formas filosóficas das mais diversas, especialmente se tratando de olhares sobre a natureza e debates ecológicos. Utilizei em minhas pesquisas também um jornal de circulação local intitulado "O Semanário", comercializado entre os anos de 1995 e 1996. Longe de serem problemas, esses discursos incutidos nos jornais revelam projetos e visões de natureza e de sociedades haliêuticas tanto de agentes públicos quanto privados, importantes para compreender as intervenções antrópicas na região. Sobre as ideias de natureza, diz Raymond Williams (2011, p.90):

O que importa nelas não é o significado mais adequado, mas a história e a complexidade dos significados: as alterações conscientes ou seus usos conscientemente diversos; e, com a mesma frequência, aquelas mudanças e diferenças que, marcadas

por uma continuidade nominal, expressam radicalmente mudanças diversas muitas vezes despercebidas, em um primeiro momento, na experiência e na história.

Essas ideias implícitas em discursos reconstroem experiências passadas, projetos de “dominação” ou “exploração” da natureza em benefício do homem, revelam qual o lugar da natureza nos planos da sociedade e como o homem está apartado dela. Em relação aos moradores, em seus relatos, extraímos desses papéis suas ações, expertise, estratégias, alianças políticas, suas leituras do espaço, suas concepções, saberes, significados e a posição dos componentes da natureza em suas vidas.

Basicamente, fundamento esse trabalho que defende o protagonismo dos pescadores, especialmente, a partir das elaborações teóricas de Mark Harris (2006) que ao invés de reforçar a dicotomia entre “tradicional” e “moderno” nos estudos que se voltam para os sujeitos amazônicos, propõe o argumento de que que esses sujeitos são também modernos ao renovar constantemente o passado no presente. Ou seja, em vez de reforçar estereótipos vinculados a eles como indivíduos parados no tempo, reconhece sua capacidade de adaptação e resiliência diante do seu contexto econômico, político e ambiental ao atualizar suas práticas ditas tradicionais no seu tempo presente. Examinamos também essas experiências levando em conta, igualmente, o movimento da “história ambiental”, observando os três níveis propostos por Donald Worster (1991)<sup>17</sup>, mas em especial o segundo, quando enfatiza a interação do domínio socioeconômico com o ambiente, focalizando nas relações sociais, no trabalho, nas ferramentas, e nos modos criados de produzir bens por meio dos componentes naturais. As ações dos indivíduos enquanto sujeitos de sua história serão observadas a partir das reflexões sobre “agência” de Sherry Ortner (2007), a qual considera agência uma característica universal do ser humano diferindo entre eles no tipo e na extensão da agência e que grupos sociais considerados socialmente com menor poder de decisão, conseguem, mesmo em desvantagem de poder, impor parte de seus projetos construídos culturalmente. Assim, no caso dos sujeitos em análise, destaco que são moldados menos pelo

---

<sup>17</sup> De acordo com Worster há três níveis em que a história ambiental funciona, são três perguntas que ela procura responder, cada uma exigindo a contribuição de outras disciplinas e com um método específico de investigação. O primeiro se preocupa com a natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado. O segundo nível introduz o domínio sócio-econômico na medida em que ele interage com o ambiente. Por fim, o terceiro nível é puramente humano, mental e intelectual, que analisa as percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação que são parte do diálogo dos indivíduos ou de um grupo com a natureza (WORSTER, 1991).

contato com agentes externos (turistas, políticos, comerciantes ou ambientalistas) do que pelas próprias relações sociais, políticas e intenções, desejos e projetos construídos nas “margens do poder” (2007, p.63).

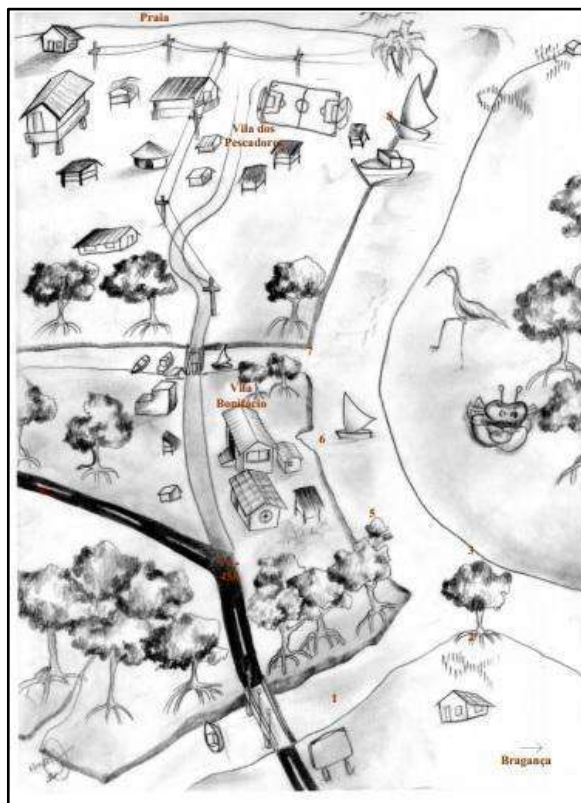
### **A entrada**

A escolha do objeto de pesquisa tem relação com as discussões desenvolvidas durante a construção da dissertação de mestrado (2015). Na época, a pesquisa investigou os impactos socioambientais causados pela construção da rodovia aos mariscadores de caranguejos, especialmente aos que residiam na vila do Bacuriteua, distante 8 km da sede do município de Bragança. Importante considerar que a rodovia impactou a vida de outras localidades próximas e, conseqüentemente, as diversas atividades desenvolvidas nesses lugares, especialmente em Ajuruteua, principal alvo do projeto turístico pensado para a região. Assim, era evidente a necessidade de investigar as transformações ocorridas também naquele lugar, uma vez que mesmo próximo de Bacuriteua, essa localidade tem suas especificidades, como sua vocação pesqueira, e seus moradores (re)agiram à sua maneira. É importante salientar que em cada comunidade dessa região há preferência por uma atividade econômica específica. Bacuriteua, por exemplo, se destaca na captura de caranguejo-uçá, enquanto que em Ajuruteua, a maioria dos moradores se dedica à pesca artesanal. O que não significa, por outro lado, que não haja sujeitos que se dediquem a outras atividades, como pescadores em Bacuriteua e mariscadores nas comunidades da praia. Contudo, é notório a aptidão específica de cada lugar, confirmada pela frequência e habilidade de seus moradores.

A entrada (me refiro aos primeiros contatos com os moradores) na Vila dos Pescadores foi possível graças ao contato com Nivaldo Miranda, um ex-aluno do ensino médio. Nascido na praia de Ajuruteua, mudou-se cedo por causa dos estudos. No início desta pesquisa cursava licenciatura em matemática no Campus Universitário de Bragança (UFPA) e morava com os avós em uma comunidade próxima da sede do município chamada Camutá. Mesmo distante do lugar de origem, ainda mantinha estreita relação com a praia, onde foi criado e visita sua mãe recorrentemente aos finais de semana.

A primeira ida à campo foi no dia 16 de fevereiro de 2018, com a finalidade de

estabelecer o primeiro contato com os moradores, mapear o lugar e constituir uma lista de possíveis interlocutores. No croqui<sup>18</sup> abaixo (Figura 1), o leitor pode ter uma noção espacial da Vila dos Pescadores e da Vila do Bonifácio, das ruas e caminhos, da disposição das casas, da vizinhança e da proximidade destas com o mar.



**Figura 1** Croqui adaptado de um mapa confeccionado por um pescador de Ajuruteua com os principais pesqueiros, micro-habitats e pontos utilizados na pesca artesanal em Ajuruteua (BARBOZA, 2006, p.60).

Na Vila do Bonifácio há uma “Rua Principal”, única asfaltada (Foto 1), paralela a uma outra de areia (Foto 2). Algumas ruas são alagáveis, outras atravessam as ruas principais formando um emaranhado, são tão estreitas que se confundem com

---

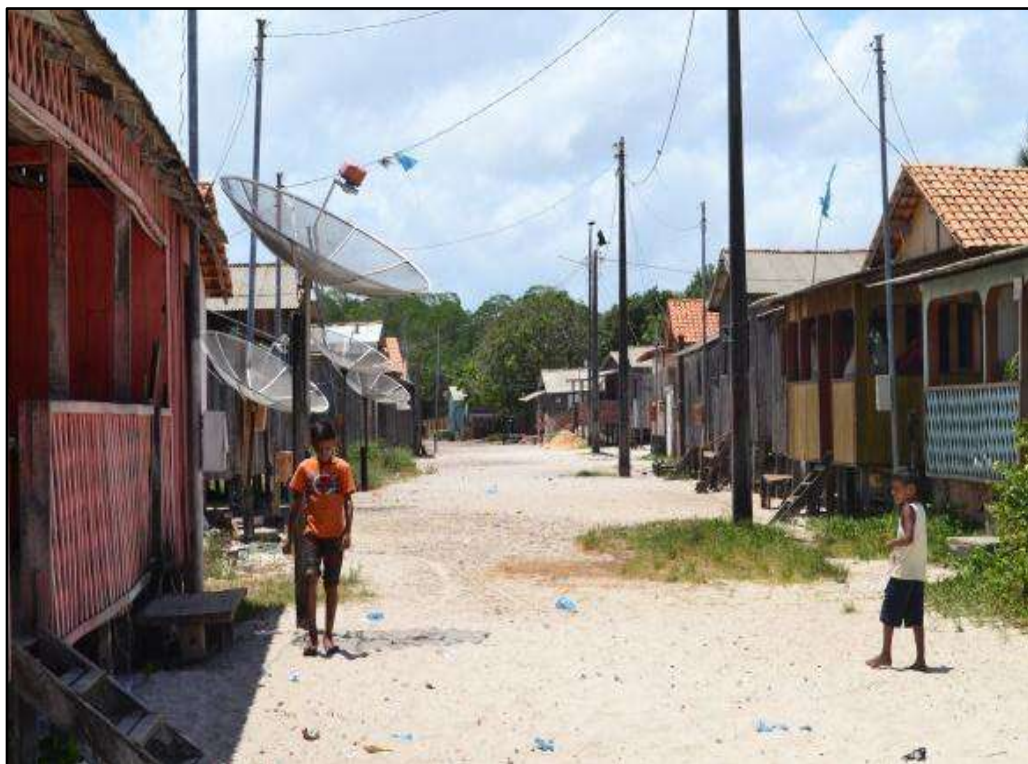
<sup>18</sup> O desenho feito por um pescador de Ajuruteua e utilizado da dissertação de mestrado de Roberta Barboza (2006), não considera mudanças recentes na configuração das comunidades da Ilha, no entanto, ajuda o leitor a observar a disposição das casas em relação aos vizinhos, a distância entre as localidades e a proximidade destas com o mar e os rios.

caminhos. Já que não há demarcações, a disposição das residências não é alinhada. A Rua Principal vai até a Vila dos Pescadores e termina às margens da praia. Antes do seu fim, esta rua é cortada por outras duas paralelas ao mar que mais pareciam trilhas, percorridas em meio a um emaranhado de casas de madeira suspensas na areia do tipo *palafitas*.



*Foto 1: Entrada da Vila do Bonifácio, "Rua Principal", esquina com a PA-458.  
Foto: Marcus V. C. Oliveira, 20 ago. 2018*





**Foto 2:** Rua “paralela” à principal na Vila do Bonifácio. Pesquisa de Campo, ago. 2018.  
Foto: Marcus V. C. Oliveira, 10 ago. 2018.

Uma das principais diferenças entre as duas vilas é a predominância das *palafitas* na Vila dos Pescadores. No Bonifácio, por outro lado, há um número significativo de casas de alvenaria dividindo espaço com as *palafitas*, ainda em maioria. Segundo Tainá Menezes, Ana Perdigão e Anja Pratschke (2015, p.241) o tipo *palafita* representa “um padrão espacial que pode ser descrito pelo sistema mata-rio-roça-quintal (LOUREIRO, 2001) comum às margens de igarapés, rios e furos, indicando a resistência de uma cultura que se adaptou a terras baixas e alagáveis, ao ciclo das águas”, típico de comunidades tradicionais em palafitas com casas suspensas e forte ligação com os rios, um modo de habitar peculiar na Amazônia. Adaptada aos ciclos marítimos, às cheias de março e setembro e à constante erosão do solo, as casas nesse lugar seguem as mesmas tipificações das áreas baixas de

igapó de outras regiões da Amazônia.

Na Vila dos Pescadores não há muros, algumas habitações têm cercas delimitando a propriedade. As casas comumente têm suas portas e janelas abertas, o que para moradores oriundos das zonas urbanas talvez represente pouca privacidade. Um morador pode ver claramente a movimentação na casa do vizinho pela sequência de janelas, umas ao lado das outras, como podemos observar na **Foto 3**. Quintal para quintal, lado a lado, espaços compartilhados socialmente. A intimidade entre os moradores é uma marca comum, o que, aparentemente, fortalece ainda mais os laços de solidariedade. De frente ou de costas para o mar, floresta ou duna, as palafitas agregam relações de proximidade e de continuidade com a natureza, com o lugar por onde o homem transita e tira seu sustento. As dunas, o mangue e o mar parecem extensão das casas, com a intercessão do quintal, espaço de transição. Há, dessa forma, uma relação de sucessão entre os espaços (MENNEZES *et al*, 2015).





**Foto 3:** Ruas e casas na Vila dos Pescadores. Pesquisa de Campo, ago. 2018  
Foto: Marcus V. C. Oliveira, 10 ago. 2018

No período da tarde, a despeito de ser um horário tradicionalmente de repouso, pois é comum na comunidade atarem suas redes e descansarem após o almoço, muitos observam das varandas ou janelas a movimentação externa. A respeito disso, o modo de ser no tempo não é o mesmo que em uma área urbanizada, o uso do tempo tem uma regularidade diferente e está relacionado aos regimes da natureza e a costumes tradicionais. Podemos presenciar durante um dia momentos alternados de trabalho e descanso, assim como, há variação dessa historicidade de acordo com a atividade que se empenha. Alguns passam dias ou semanas sem trabalhar, depois embarcam e podem passar meses sem voltar para casa.

Algumas casas têm dois pavimentos, a maioria tem sua antena parabólica e outras com caixas d'água sobre estruturas de madeira. A água, é bom salientar,

representa uma das maiores agruras do lugar, não há água potável devido o solo arenoso e o lençol freático raso e por isso imprópria para o consumo. Os poços são constantemente salgados pelo avanço do mar e os moradores precisam comprar água na cidade para se hidratar, lavar, cozinhar e banhar.

As ruas mais parecem caminhos pela areia que ora são largas ora estreitas. Pude contar quatro ruas: a principal que inicia na PA-458, atravessa a Vila do Bonifácio e segue em direção ao norte até chegar à praia. Antes é cortada por três ruas, uma à direita (de quem chega à Vila) e outras duas à esquerda. As ruas não seguem uma reta, são interrompidas por desvios de dunas, casas e vegetação. A vila do Bonifácio é composta por duas ruas apenas: a Rua “Principal”, de terra firme, e a rua “Paralela”, de areia, incluindo áreas alagáveis. O “Campo do Meio” conta com seis ruas: A principal (PA-458), duas transversais à direita da PA-458, uma delas logo na chegada da praia e outra próxima ao mar, nos fundos das barracas; e mais três à esquerda da “principal”. Quanto à pavimentação, a primeira à direita e partes da última à esquerda são de areia da praia, a principal (PA) é asfaltada e as outras três de terra-firme, aterrada e batida.<sup>19</sup>

Na Vila dos Pescadores a habitação é mais simples, as casas têm geralmente três compartimentos: sala, cozinha e quarto, quase sempre as salas dão para as cozinhas, de onde podemos avistar as panelas penduradas nas paredes. Os quartos são compartilhados entre os integrantes da família e agregados. Há integração entre os espaços externos. As maiores casas se constituem com varanda. Os espaços de abertura são janelas, *jiraus*, portas, varandas e estivas (compartimento para acomodar instrumentos de pesca), são locais de sucessão, espaços de transição. As mais humildes, parecem improvisadas, mal-acabadas, desalinhas, dá a impressão de estarem prestes a cair. Estas, aparentemente, pertencem aos pescadores menos abastados. Das cozinhas sai um *jirau* nos fundos, uma espécie de balcão improvisado feito de madeira no qual se utiliza para lavar louças e *aviar*<sup>20</sup> o peixe. Não há saneamento básico, o esgoto é a céu aberto e cada casa tem sua fossa nos fundos, que são geralmente alagadas pelo avanço da maré.

O primeiro interlocutor da pesquisa foi Lázaro Amorim Fernandes, homem de 60 anos, casado com Odete Fernandes e pai de nove filhos. Lázaro é a principal

---

<sup>19</sup> Essa ordem de ruas é constantemente modificada devido à erosão, algumas ruas acabaram e sobraram apenas escombros de casas e postes pela areia da praia.

<sup>20</sup> Ato de preparar o peixe para cozinhá-lo, localmente se resume a extrair dos animais suas vísceras.

liderança na vila e é o representante dos moradores na Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú como conselheiro há dois anos. Responsável por zelar pela área da RESEX e evitar que estranhos se alojem ou explorem inadequadamente a natureza, relatou que sempre vê “forasteiros” com certa desconfiança. Uma de suas primeiras perguntas dirigidas a mim foi sobre a posse de documento de autorização para a pesquisa do ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) chamado SISBIO, “autorização para atividade com finalidade científica”. Como respondi negativamente, orientou que eu procurasse o gestor do ICMBIO e assim dar seguimento ao trabalho, o que, com efeito, foi sanado com sucesso posteriormente.

Lázaro (Foto 4) é conhecedor da arte da carpintaria e responsável pela construção de muitas das casas no local, porém, se diz pescador antes de tudo, atividade exercida com frequência por muitos anos até sua aposentadoria. Outra qualidade que lhe dá fama diz respeito ao talento como cantor e compositor de carimbó<sup>21</sup>, prática desenvolvida há pouco tempo, hoje motivo de orgulho pessoal, dos amigos e familiares. É evidente em seu semblante o orgulho ao falar das composições e experiências enquanto artista. O tema principal de suas letras são a pesca e a natureza local. Aposentado, Lázaro costuma dedicar seu tempo ao ofício de carpinteiro e com composições, que segundo ele “é problema de dez minutos, principalmente carimbó”.<sup>22</sup> Uma de suas canções diz:

Das coisas boas da vida,  
Meu pai me ensinou como é  
Aprende de tudo meu filho  
Pra viver do que quiser  
Um grande orgulho que eu tenho  
De ser um pescador,  
Além de ser brasileiro, carpinteiro e compositor.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> Já descritos por vários folcloristas e artistas paraenses, há calorosos debates sobre a origem étnica desse gênero musical, porém, grosso modo, é entendido como música folclórica de origem popular, vindo do interior do estado, especialmente das cidades da região do Salgado e da Ilha do Marajó, e de áreas suburbanas de Belém. Com influências culturais indígena, africana e portuguesa, o gênero tornou-se símbolo da mestiçagem do caboclo paraense e da identidade cultural amazônica a partir da década de 1970, com sua assimilação pela indústria cultural local, especialmente pela atuação de Augusto Gomes Rodrigues, o “Verequete”; e Aurino Quirino Gonçalves, o “Pinduca”. As primeiras referências ao carimbo remontam ao século XIX e são encontradas em Códigos de Postura de Belém como prática proibida junto a outros batuques de gente de cor (COSTA, 2010).

<sup>22</sup> Entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2018 por Lázaro Amorim Fernandes à Marcus Vinicius Cunha Oliveira.

<sup>23</sup> Seu Lázaro não possui as letras de suas músicas escritas, guarda suas composições na memória. O trecho da música “Pra viver do que quiser”, foi extraída do vídeo: YANOMAMI, Fagner. **Amazônia Tan Tan – Lázaro – “Colhereira”**. Projeto Natura Musical. 2018. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rkTtmMUBeWU>>. Acesso em 26 de Jan. 2021. 22:52.

Uma das dificuldades enfrentadas durante a pesquisa de campo foi encontrar interlocutores nas horas seguintes ao almoço. Como escrevi acima, depois das doze horas é quase impossível encontrar alguém acordado disposto a falar, não havia pescadores nas ruas, no porto, nos bares ou em frente às suas casas, nem mulheres ou crianças. Nesse horário, as redes são atadas, alguns dormem pelo chão das casas, nas varandas ou em bancos de madeira espalhados pelas sombras das casas. É como se o tempo parasse, não há movimento nem som, a não ser do mar, dos cachorros ou das aves que buscam alimento nas margens da praia. Um hábito costumeiro, um modo de viver o tempo, incomum em áreas urbanas e em sociedades industrializadas.



**Foto 4:** Lázaro Fernandes sentado à porta de sua casa, na Vila dos Pescadores. Pesquisa de Campo, set. 2018 Foto: Marcus V. C. Oliveira, 10 set. 2018.

Os pescadores quando não estão no mar, trabalham na manutenção de seus apetrechos de pesca, sobretudo no remendo das redes (Foto 5). Homens, mulheres e

crianças costumam se dedicar a esse ofício durante horas, uma atividade que requer certa habilidade e conhecimento para tecer quilômetros de rede dos mais diversos materiais. São momentos de trocas de informações relacionadas aos locais de pesca, sobre a maré, as espécies em safra e o movimento dos cardumes e outras sociabilidades relacionadas ao seu cotidiano.



*Foto 5: Pescador consertando sua rede de pesca.*

*Foto: Marcus V. C. Oliveira, 10 set. 2018.*

Na casa de Manoel Amorim Cardoso conhecido como “Seu Manelão”, os apetrechos se confundem com os móveis da casa. Nos fundos da sua residência, assim como em outras casas vizinhas, mantém uma barraca (*estiva*) onde guarda os equipamentos do trabalho no mar (Foto 6).





*Foto 6 Estiva, barraca situada nos fundos da casa de seu Manoel Amorim Cardoso. (Foto: Marcus Oliveira. 2018).*

Uma particularidade dessa pesquisa é se adaptar à temporalidade dos interlocutores. Os encontros agendados nem sempre ocorriam, por conta de pescarias que se prolongaram mais que o previsto ou da partida repentina de quem precisou aproveitar a “maresada”<sup>24</sup>. A pesquisa com esses trabalhadores têm a peculiaridade em obedecer, também, o tempo da natureza, a safra do peixe ou o movimento da maré, aspectos da natureza que mobilizam os sujeitos.

---

<sup>24</sup> Categoria êmica usada pelos pescadores para se referir às marés boas para capturar os animais.

## **CAPÍTULO 1: UM LUGAR “SELVAGEM” E OS “TESTEMUNHOS DA PUREZA”: a descrição da paisagem.**

De acordo com Donald Worster (1991) o campo da história vem sofrendo importantes transformações e recentemente, segunda metade do século XX, um grupo de reformadores, historiadores ambientais, têm insistido que nós devemos ir ainda mais a fundo, até encontrarmos a própria terra, onde descobriremos forças fundamentais atuando sobre o tempo. É por essa busca de uma presença importante da natureza nos fenômenos sociais que este capítulo se dedica em descrever a paisagem onde ocorrem os acontecimentos aqui analisados, uma paisagem na perspectiva de Milton Santos, considerando não apenas os volumes, mas também as cores, movimentos, odores, sons, etc. (SANTOS, 1998, p.61); assim

como, também, numa perspectiva mais intangível e humana, de caráter mental ou intelectual, ou seja, apresentar valores, percepções, leis, mitos e outras estruturas de significação que servem para estabelecer o diálogo entre os homens e a natureza (WORSTER, 1991). Neste tópico descrevo algumas características desse espaço que suscitaram tais classificações, condição que cria possibilidades de mobilização pelos indivíduos e faz compreender as ações humanas sobre o lugar. Do mesmo modo, considera a existência de várias territorialidades sobre o mesmo lugar, sobretudo a dos seus moradores muitas vezes invisibilizados, as mudanças dessas territorialidades ao longo do tempo, e dessa forma, realça o nível desse fundamento ambiental na vida social e suas consequências ao longo do período proposto. É diante dessa realidade espacial que os pescadores constituem suas estratégias, elaboram ações, se reproduzem, se adaptam e tiram proveito das circunstâncias, o que os tornam agentes de sua própria história.

### **1.1. Território “selvagem”: aspectos geomorfológicos, climáticos e a diversidade biológica de Ajuruteua**

Como já foi dito, a constituição de um território se dá não apenas pelas relações de poder ou pela transformação do espaço pelos homens, é característico da territorialidade, também, a produção de diversos valores sobre ele (SOUZA, 2018). Nesse sentido, as descrições midiáticas acerca de Ajuruteua geralmente são compostas por adjetivos que exaltam uma suposta “riqueza” da natureza do local e, dessa forma, moldam uma imagem para atender determinados interesses, geralmente, utilitaristas. Os termos “Lugar rude”, “praia virgem”, “ambiente estival”, “selvagem” e “puro” são conceitos recorrentemente utilizados em propagandas turísticas, poemas e músicas sobre Ajuruteua e estão relacionados aos discursos de “viagem contemporânea à natureza” teorizado por Bruhns (2010). Caso da publicação do jornal “O Liberal” em 1987:

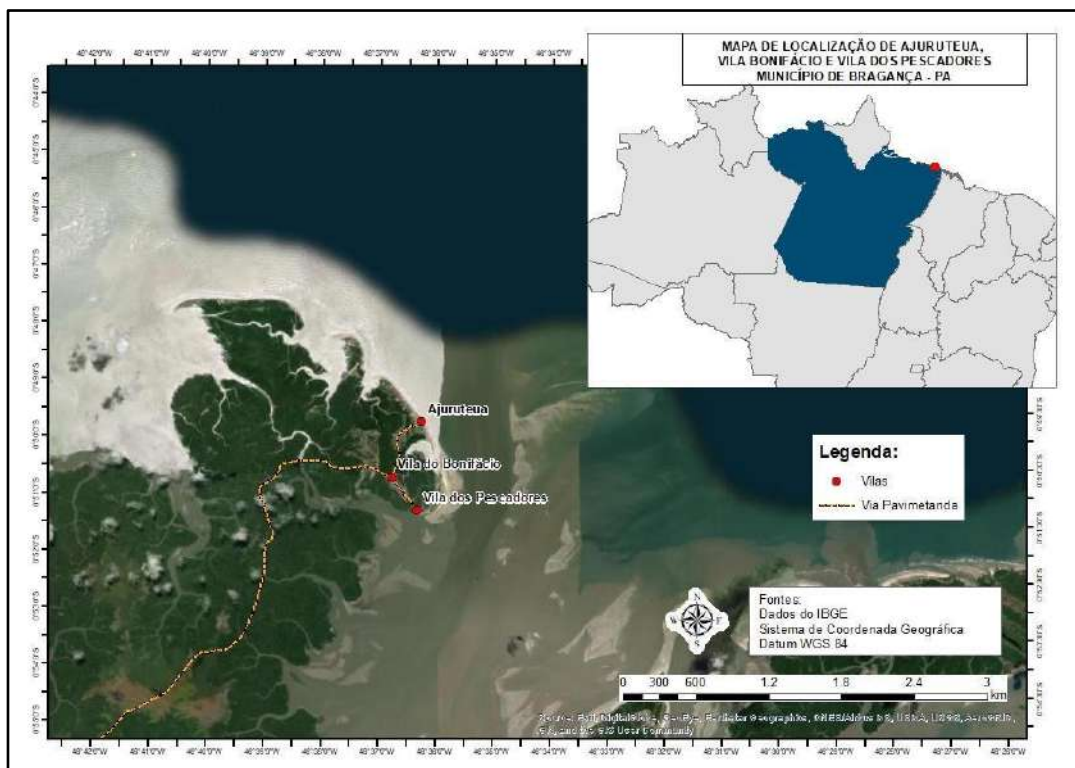
Hoje, Ajuruteua com seus 150 quilômetros de praia está integrada realmente ao lazer dos bragantinos. É um lugar rude, praia virgem e ambiente estival, onde a civilização e o ônus do progresso não chegou. Em Ajuruteua, o mar, ainda livre da poluição, é azul, as areias brancas e macias completam a paisagem pura e autêntica, onde as humildes casas de madeira e os improvisados restaurantes de beira de praia, estão atraindo os turistas, onde tudo está começando. (...) É uma praia que ainda está selvagem, mas tem beleza e tranquilidade, ar puro, fartura em peixes de qualidade, e onde já se vê o “fio-dental”, paradoxalmente (AJURUTEUA..., 1987, p. 3).



Grande parte dessas ideias estão relacionados ao mito da natureza intocada, presente na “representação simbólica relacionada à existência de áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem onde este é visitante e não morador” (BRUHNS, 2010, p.158), uma crença que, segundo Bruhns, responderia a uma necessidade social e revela secretas modalidades do ser ao trabalhar com uma realidade contraditória. No caso do espaço em tela, onde a presença de pescadores insulares é ignorada, essa realidade contraditória deve-se a ambiguidade nas interpretações de sua natureza quando, por um lado, exaltam seu aspecto “virgem”, “puro” e de “belezas naturais”, mas por outro, paradoxalmente chamados também de “rude” e “sem ônus do progresso”. Essa característica geográfica é considerada como atrativo impulsionador da indústria do turismo nas propagandas, matérias de jornais e revistas e discursos políticos (OLIVEIRA, 2015).

Dizia um jornal que “a natureza foi bastante generosa com Ajuruteua, dotando -a não só de peixes de qualidade, mas também de praias de beleza, banhadas com águas azuladas do Oceano Atlântico” (AJURUTEUA..., 1987, p.3). A diversidade ecológica, a grandeza de uma imensa faixa de manguezal, a diversidade da fauna e flora e seus diversos estuários alimentam o imaginário, pois as representações subjetivas explicam-se “pelas acomodações anteriores do sujeito” ao meio objetivo (DURAND, 1989, p.38).

A península de Ajuruteua - Bragança/PA está situada na Costa Atlântica do Salgado, porção norte da planície costeira paraense, distante 36 km da sede do município de Bragança, nordeste do Pará. Está subdividida por três localidades distintas, cada uma com sua formação histórica específica: Vila dos Pescadores, onde se instalaram os primeiros moradores da atual Vila no início do século XX; Campo do Meio, conhecida popularmente como “praia de Ajuruteua” e ocupado em massa a partir da criação do “balneário” na década de 1980; e Vila do Bonifácio, ocupação recente decorrente do intenso processo de erosão e avanço do mar que acometeu a Vila dos Pescadores, especialmente em 1993. As três localidades podem ser visualizadas, em meio a grandiosidade dos manguezais e das areias da praia, na **Figura 2** abaixo.



**Figura 2** Localização das três comunidades em Ajuruteua. Imagem de Satélite. Fonte: Google Earth. Dados: IBGE.

Situada em uma área de planície flúvio-marinha e solo arenoso, onde se destacam manguezais e ilhas de praias, Ajuruteua pode ser classificada como uma praia de macromaré ultradissipativa com características de planície de marés durante as baixa-mares, decorrente de atenuação de ondas que ocorrem devido a uma barra arenosa disposta predominantemente entre 2 a 7 km de distância da linha de baixa-mar<sup>25</sup>. O lençol freático não é fundo, o que contribui para que a água não seja própria ao consumo humano, ainda mais considerando a proximidade com o mar marcado por variações de até 4 m, uma das maiores do país. A umidade relativa paira entre 80 a 91% com uma pluviosidade anual registrada de 2.501 mm/ano. Às

<sup>25</sup>Ação Emergencial para delimitação de Áreas em Alto e muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa (Relatório Bragança-PA). Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Ministério de Minas e Energia, 2015, p.7. Disponível na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Bragança.

águas de março, as maiores do ano, são somadas à grande precipitação pluviométrica da estação que gira em torno de 2.508mm. Sobre os regimes de chuva, há dois períodos bem marcados: chuvas abundantes entre janeiro a junho e estiagens, entre julho a dezembro (ABDALA *et al*, 2012b).

Esse meio físico tem clima equatorial superúmido com média anual de 27°C, atingindo a máxima de 33°C e mínima de 18°C. Os ventos predominantes são os de alísios de NE, com velocidade média de 7,9 m/s, principalmente de dezembro a maio. Entre os meses de junho e novembro, se destacam os ventos de SE e E com intensidades moderadas.<sup>26</sup>

Compõe o sistema uma das maiores faixas de manguezal do planeta que inicia no Amapá e vai até o início dos limites do Piauí; só é menor que a faixa de manguezal da Indonésia, na Ásia. Com árvores de grande porte, os mangues ocupam 95% da costa onde dominam os gêneros *Rhizophora*, *Avicennia* e *Laguncularia*, associados com *Spartina* e *Cornocarpus* (BARBOZA, 2006). Os ambientes de manguezal constituem-se como áreas com rica diversidade biológica e fornecem milhares de nutrientes para as várias espécies de peixes no mar e é considerado berçário de inúmeros animais.

Na fauna costeira se destacam o caranguejo-uçá (*Ucides Cordatus*) e diversos tipos de peixes, essenciais à reprodução das comunidades humanas próximas. A produção dos mariscadores de caranguejo (Foto 7) a cada ano se torna reduzida, assim como o tamanho dos animais. Isso se relaciona a intensa exploração da espécie nos últimos anos (OLIVEIRA, 2015). Uma *condurua* (nome local dado à caranguejo-fêmea) põe milhares de ovos a cada ano, que flutuam na água e podem migrar colonizando outras áreas a quilômetros de distância de onde foram postos, daí a importância da reconfiguração dos territórios tradicionais de pesca do litoral do estado do Pará em RESEX marinhas, o que garante a reprodução social de seus povos.

---

<sup>26</sup> Idem.



Foto 7 Mariscador de caranguejo em ação no manguezal de Ajuruteua.  
Foto: Marcus V. C. Oliveira, 22 nov. 2014.

São cerca de 45 espécies de peixes frequentes na região, os mais capturados e comercializados entre eles em Ajuruteua são: “Cação” (*Carcharhinus plumbeusarraia*), “Arraia” (*peixe-Batoides*) (Foto 8), “pratiqueira” (*MugilCurema*), “pescada-gó” (*MacrodonAncylodon*), “bandeirado” (*Bagre-Bandeira*), “serra” (*Pristidae*) e “pescada amarela” (*Cynoscionacoupa*). A região também se destaca na pesca da ostra (família *ostreidade*), sururu (*Mytella Charruana*) e camarão (*Farfantepenaeus subtilis*), muito valiosos no mercado.



**Foto 8** Pescador exibindo um peixe "arraia", *Batoidea* (ou *Rajomorphii*) da classe *Elasmobranchii*.  
Foto: Marcus V. C. Oliveira, 6 ago. 2018.





*Foto 9 Peixes gó, bagre e outros, capturados por pescadores artesanais em Ajuruteua.*

*Foto: Marcus V. C. Oliveira 20 jan., 2020.*

Nesse ecossistema há algumas espécies de animais terrestres tais como o “mão-pelada” (*ProcyonCancrivorus*), o “cachorro do mato” (*Carnivora*), “irara” (*Eira Barbara*), “tamanduá” ou “tamanduá-anão (*Cyclopesdidactylus*)”, tamandua-mirim” (*TamanduaTetradactyla*), tatupeba (*Euphractussexcinctus*) e gambá comum (*Didelphis*). É rotineiro encontrar esses animais mortos às margens da rodovia PA-458, vítimas de atropelamento (ABDALA *et al*, 2012b). Registrei em julho de 2017, durante uma ida à campo, um desses tamanduás mortos na rodovia (Foto 10).



**Foto 10** Tamanduá morto na rodovia PA-458  
Foto: Marcus V. C. Oliveira, 15 set. 2017.

Inúmeras espécies de aves colorem as praias e manguezais, dividindo o espaço com os homens. Dentre as aves abundantes destacam-se: guará, garça branca, maçarico, maguari, gaivota e o mergulhão. Presenciei mais de uma vez pescadores alimentando garças e guarás ao chegarem das pescarias (Foto 11), os vi também dando comida aos gaviões e papagaios em suas residências. Os sujeitos que frequentam esses espaços montam estratégias ao longo de sua experiência possibilitando estabelecer relações e vínculos de respeito com o meio (CAMPOS, 2012).



**Foto 11** A proximidade entre o pescador e a garça.  
Foto: Marcus Oliveira, 2018. 6 ago. 2018.

O ambiente é rico em variedade de vidas e possibilidades de pesca ou caça, condição atraente para diferentes populações humanas que aí viveram ou vivem, tornando esse espaço também essencialmente humano. Na imensidão do mar ou da floresta de manguezal, quase sempre imperceptíveis, acompanhando o movimento da maré, sempre há a possibilidade de existir homens trabalhando ou interagindo de alguma forma com o ambiente.

Há alguns anos, com a chegada de turistas, a partir da abertura da estrada Bragança-Ajuruteua (PA-458), outros elementos passaram a compor a paisagem. Lanchas, *jet skis*, pranchas, guarda-sóis, carrinhos de vendedores ambulantes e pipas são alguns dos objetos corriqueiramente encontrados que trouxeram uma nova configuração à paisagem, dividindo/disputando o mesmo espaço com os botes, canoas, pescadores e seus apetrechos artesanais de trabalho. Há nesses casos a



superposição de diversos territórios, formas variadas e limites não coincidentes, há ambulantes, banhistas, pescadores, podendo existir contradições entre essas territorialidades causadas por atritos e interesses diversos existentes entre os poderes (SOUZA, 2018).

O cotidiano dos moradores é marcado por uma paisagem onde a grandiosidade da natureza, de certa forma, oculta a relação do homem com o meio natural. Porém, mesmo diante dessa pequenez do homem e sua invisibilidade, não há como desconsiderar a constituição de um território, uma vez que há a transformação do espaço pelo trabalho e a produção de valores agregados a ele (SOUZA, 2018). Adaptado às inconstâncias do clima, do solo e do mar esses indivíduos desenvolvem tecnologias e saberes na prática indispensáveis à sua reprodução, ajudando-os a resistir às intempéries do forte calor, da presença do sal, do cheiro forte do manguezal, das entressafras da pesca e da maré alta, o que Campos (2012) categorizou de “dinâmicas socioculturais da natureza”. Um ambiente dinâmico, em constante mudança que exige dos seus usuários atualizações constantes, adaptações a mudanças geográficas e marítimas. Migrações, deslocamentos, mudança nas armadilhas de pesca, substituição de iscas, alteração nas embarcações demonstram a diligência criativa dos pescadores. A história desses homens só pode ser entendida recuperando essas variáveis ambientais, importantes nas escolhas e comportamentos humanos, nas relações sociais e suas constantes mudanças ao longo do tempo. Ações naturais e antrópicas, de diversos caracteres e com níveis distintos, alteraram a paisagem ao longo do tempo criando novas circunstâncias à flora, à fauna e ao homem. Nesse sentido, é importante problematizar outras territorialidades presentes, as consequências da implementação de um projeto turístico na região para o espaço e seus moradores, assim como analisar as alterações provocadas pela dinâmica litorânea, pela indústria pesqueira e pela nova ligação com as populações urbanas proporcionada pela rodovia (PA 458), uma vez que “esse todo muda conforme mudam a natureza e as pessoas, numa dialética que atravessa todo o passado e chega até o presente” (WORSTER, 1991, p.202).

## **1.2. As Testemunhas da pureza e a estrada para o “progresso”: a ocupação do litoral bragantino e a constituição de uma territorialidade haliêutica**

As poucas informações disponíveis acerca da colonização humana mais

recente da ilha dão conta que a Vila dos Pescadores teve início com a imigração de duas famílias oriundas de Sobral, no Ceará, entre 1913 e 1915. Um fluxo migratório importante na história da região, relacionada à situação histórica experimentada pelo Pará na virada do século XIX para o XX, marcada pela intensa atividade econômica com a extração do látex e sua grande rentabilidade para alguns setores da sociedade (pelo menos para negociantes e comerciantes da borracha), e pela preocupação com a produção agrícola representada pela criação de núcleos coloniais, tudo aliado a um projeto civilizador que na época representava o desenvolvimento e o progresso (LACERDA, 2010). Segundo Maria Cristina Maneschy (1993), os primeiros moradores de Ajuruteua são oriundos de um desses núcleos coloniais instalados ao longo da estrada de ferro de Bragança, que, passados dois anos após o estabelecimento desses migrantes nas suas respectivas colônias houve o fim do apoio financeiro que o governo os concedia e, em face das dificuldades que enfrentavam para desenvolver sua atividade agrícola, os nordestinos, então, teriam resolvido tentar a sorte na pesca e mudaram-se para o litoral. De acordo com Lacerda (2010, p.331)

As famílias, ao chegarem aos núcleos coloniais, deveriam receber ajuda do governo, nos primeiros seis meses, tempo que se dava para que o colono começasse a produzir. (...) Diante das situações apontadas acima, não é difícil supor o quanto esse prazo era curto para que os colonos tivessem condições de se manter sem ajuda do Estado.

Em conformidade com essa versão, uma reportagem de “O Liberal” de 1976, tomando também informações com moradores antigos, concluiu que as famílias de Francisco de Souza Mello e Francisco Sobral, os colonizadores, investiram na pesca como meio de reprodução ao evadirem dos núcleos coloniais. Diz o jornal que “quando lá chegaram, encontraram somente praia e mata, com relativo número de cajueiros e passaram a viver da pesca. A caça não existia e a agricultura, pelo tipo de solo (arenoso) dificilmente seria desenvolvida” (PEIXE..., 1976, p.5)

Na conclusão de Lacerda (2010, p.322), os cearenses que tiveram a zona bragantina como destino eram

Naturais de Sobral, elas haviam embarcado em 16 de fevereiro de 1889, em Camocim no Ceará, a bordo do “vapor inglês Augustine”, que singrava para os portos do norte com 120 famílias cearenses, num total de 561 pessoas. Ao que tudo indica, no mesmo dia em que desembarcaram em Belém, já conseguiram as passagens para a zona bragantina.

Entre várias possibilidades, é possível que esses migrantes sejam oriundos da

colônia Benjamim Constant, no município de Bragança, pois, além dos espanhóis instalados por lá, “viveram nesse espaço colonos cearenses, como Antônio Caetano Vianna, que tinha “uma grande zona aberta e plantada de cana, mandioca, arroz, milho e feijão” (LACERDA, 2010, p.330). Ao contrário da situação de Antônio Vianna, a maioria dos moradores que tiveram Benjamin Constant como destino não progrediram e se submeteram a situações adversas relacionadas sobretudo a questões de moradia, abastecimento e doenças ligadas à fome, o que os levava a abandonar o local. Ao chegarem encontraram “lotes ainda por preparar” e “palhoças impossíveis” para morar. Então, não habituados a criar novos campos cultivados através de matas e obrigados a habitar em palhoças sem condições de higiene e de lhes proteger das intempéries do sol e da chuva muitos decidiram abandonar a colônia (LACERDA, 2010). A vida nas colônias não era menos difícil que a dos seringais, pedidos de remoção estão registrados nas comunicações do administrador da colônia e o inspetor de terras informava que as famílias desejosas de sair haviam sido “embarcadas no Ceará especialmente destinadas para Bragança” (LACERDA, 2010, p.334). A despeito de não ter encontrado nenhuma fonte irrefutável sobre a origem desses imigrantes<sup>27</sup>, o que me deixa no campo das conjecturas, tais narrativas divergem pouco e parecem bastante coerentes com as narradas pelos moradores mais velhos da Vila dos Pescadores. Aqui abre-se uma fenda profícua para futuras pesquisas: a trajetória desses imigrantes após o abandono das colônias agrícolas na região bragantina.

O litoral bragantino é historicamente atrativo para a atividade pesqueira para várias populações ao longo do tempo. O ambiente é rico em recursos aquáticos, resultado da posição das praias e manguezais que funcionam como barreiras mecânicas à ação erosiva das ondas e marés, retendo os sedimentos carregados pelos rios e atraindo inúmeras espécies de peixes em reprodução (ALVES, 2001). Ao concentrar os nutrientes, torna-se área propícia à reprodução e abrigo de inúmeras espécies, chamada por alguns pescadores como “berçário”. O mar, nesse sentido,

---

<sup>27</sup> Ao ter acesso aos documentos do fundo “Hospedaria geral de emigração”, dos anos 1888 ao ano 1915, no Arquivo Público do Estado do Ceará, não encontrei os nomes completos citados pelos moradores nas listas da concessão de passagens da Companhia inglesa de navegação a vapor com destino ao Pará. É citado por moradores o nome de Francisco de Souza Melo e Francisco Sobral, no entanto, apenas encontrei a concessão de passagens a Francisco Antunes, de 22 anos, Francisco Jacinto da Silva, 30 anos, e Francisco Alves Pereira, 6 anos, todos naturais de Sobral, respectivamente nas seções 48, 4 e 41. Como nem todos os documentos estavam disponíveis, não há possibilidade de fazer afirmações mais precisas.

emerge como componente central na vida dos primeiros moradores da ilha no século XX. Na Amazônia, o “recurso pesqueiro”, de alto valor proteico, apresenta altos níveis de abundância natural, representando às populações menos favorecidas socialmente maior possibilidade de acesso, garantindo sua reprodução alimentar e econômica.

Para além da chegada desses imigrantes no início do século XX, a pesca no litoral do Salgado é bem mais remota e, ainda, anterior à chegada dos europeus. De acordo com Denise Schaan (2005), esse ambiente atrai populações sedentárias há pelo menos 6000 anos, como pode ser atestado pela existência de sambaquis pelo litoral do salgado, a zona costeira do nordeste do Estado do Pará. Peixes, moluscos e crustáceos foram complemento importante na dieta alimentar desses povos antigos.

Trazida do Ceará ou/e herança de ancestrais nativos, hoje ainda há sinais de uma dimensão indígena na pesca praticada em Ajuruteua, podendo ser observada nas técnicas, linguagem de origem tupi, objetos da cultura material e imaterial recorrente entre etnias indígenas, bem como nos saberes e imaginário, habituais no litoral do país. Sobre essa cultura litorânea “verifica-se que existem elementos culturais e sociais comuns [...]. Esta identidade se explica, em grande parte, pelas mesmas influências que contribuíram para sedimentar as primitivas bases da vida litorânea [...]” (MUSSOLINE, 1953, p.1). Não obstante, é imprescindível guardar as particularidades, tendo em vista que “mesmo dentro de uma sociedade específica – no caso, em função da classe social -, pode haver forte variação quanto à ênfase e preocupação que é dedicada às peculiaridades, gostos, preferências, traços particulares dos agentes empíricos” (VELHO, 1981, p.26). Entre os moradores de Ajuruteua predomina a pesca “artesanal”, com a introdução de novos elementos industriais, mas ainda tipicamente indígena com a sua aparelhagem “mais adaptada ao rio, à lagoa e à costa do que para o alto mar” (ARAÚJO, 2007, p.40).

No período colonial a pesca continuou tendo grande importância econômica para a região, não só para subsistência local, mas também para o abastecimento dos centros coloniais. Luciana Oliveira (2008), baseada na leitura de documentos do período colonial do século XVII, assegura que a Capitania do Caeté, onde hoje é Bragança, se inseria na economia colonial com a produção e comercialização do sal e peixe seco, além do açúcar, algodão e da farinha, resultado do trabalho dos índios e que o objetivo da produção era o abastecimento de Belém.

Mendonça Furtado, responsável por dissolver a Missão de Caeté, ficou entusiasmado em revigorar a Vila de Sousa do Caeté e suas “boas razões” se justificavam com a existência de salinas no litoral, que se exploradas de modo conveniente, poderiam render muito ao tesouro real, além da proximidade de um oceano riquíssimo em peixes (MAUÉS, 1967).

Consta ainda no século XVIII a criação de um Pesqueiro real na altura de Carutapera, próximo a Viseu, na gerência do governador Fernando da Costa Ataíde Teive (1763-1772). O pesqueiro Real foi a principal forma de controle do Estado Português sobre a atividade pesqueira. “O peixe foi sempre, então como hoje, mais ainda então que hoje, o principal desse alimento. A sua abundância, a habilidade que os índios tinham em pescá-lo foram parte nessa obra verdadeiramente admirável” (VERÍSSIMO, 1970, p.90 Apud MANESCHY, 1993, p.31-32).<sup>28</sup>

Furtado (1981) condiciona a pesca na Amazônia, principal forma de subsistência das expedições coloniais, às técnicas empregadas secularmente pelos índios, estas foram o suporte para a empreitada que os colonizadores realizaram na região. Não à toa Sérgio Buarque de Holanda destacou o papel dos indígenas no adventício colonial, quando “a mistura étnica e também a aculturação [...] deram ao indígena um papel que será impossível disfarçar”, visíveis numa “espécie de solidariedade cultural que logo se estabeleceu aqui entre o invasor e a raça subjugada” (1994, p.60-61). Nesse mesmo texto, o autor aponta que “um simples inventário de caça, particularmente nomes de armadilhas e ciladas que usam em nosso sertão [...] é o suficiente para denunciar a que ponto pôde chegar tal solidariedade” (*et al.* p. 61). Em Ajuruteua, a pesca é um resquício dessa presença se considerarmos o uso de termos e técnicas indígenas como *puçá* (Foto 13), derivada de *Pyçá-Gûaçu* (rede de pescar) ou *Pyçá*; o *Timbó*, erva entorpecente lançada à água que “atordoa” o peixe (palavras de um pescador) e o deixa vulnerável à captura; *munzuá* (Foto 12), um tipo de armadilha artesanal em formato semelhante a um cilindro de vara de bambu (*Bambusoideae*) e base circular feito de jarana (*Lecythis*

---

<sup>28</sup> A importância histórica da pesca na Amazônia também foi registrada por Sérgio Buarque de Holanda (1994, p.70) quando afirmou que “há populações que se fizeram escravas de seus rios e do mar”, pois, em alguns lugares, seu rendimento era tão elevado que dispensava outras atividades produtivas. A atividade pesqueira era tão importante que, de acordo com esse autor, foi anotado a propósito da região Amazônica que a diminuição do pescado teve como consequência a redução do número de índios chegando ao ponto de a “população branca ver-se desamparada de braços que a servissem na agricultura e na coleta de produtos florestais” (1994, p.70).

*jarana*) amarrados com cipó de Timbó-açu (*Magonia pubscens*) com uma abertura ao centro de modo que permite apenas a entrada dos animais; e *emburateua*, nome dado aos igarapés onde há a reprodução de peixes, chamados berçários. Além desses termos, algumas práticas adotadas pelos pescadores são heranças dos povos originários, como a *tapagem* de igarapés, quando os pescadores fecham pequenos braços de rios com redes, não permitindo a saída e entrada dos animais; a construção de *currais*, variação derivada da tapagem dos igarapés, quando varas são fincadas em disposição de cercado fechado com redes de pescar com apenas uma entrada e são despescados com a maré baixa; e *bater na água* para assustar tainha ou *apoiar* a rede, método que consiste em amarrar pedras nas extremidades baixas das redes de modo que elas fiquem estendidas até o fundo da maré.



**Foto 12** Munzuá fabricado por Manoel Amorim Cardoso, “seu Manelão”. Pesquisa de Campo realizada em out. de 2018  
Foto: Marcus V. C. Oliveira, 1 out. 2018.





**Foto 13** *Puçá ou Pyçá-Gûaçu (rede de pescar) ou Pyçá* exposta por Ednaldo Ramos de Souza. Pesquisa de Campo realizada em out. de 2018.  
Foto: Marcus V. C. Oliveira, 1 out. 2018

Marina Hungria Nobre (2017), em sua dissertação de mestrado sobre o trabalho indígena nas “Salinas” e nos “Pesqueiros Reais” atestou que a experiência

de ocupação do Estado português na região se beneficiou das “riquezas” que o lugar oferecia por meio de fábricas coloniais, em torno da qual proliferaram vários tipos de relações sociais, especialmente, no que toca ao trabalho, exclusivamente indígena.

Rita Araújo (2007) reitera a importância da tradição marítima indígena e do seu uso na atividade pesqueira para os colonizadores portugueses: “No primeiro século da colonização, os portugueses muito utilizaram o saber e a experiência dos silvícolas no que diz respeito à pesca e ao seu conhecimento sobre os mares e os rios do Novo Mundo” (ARAÚJO, 2007, p.38).

Levando em conta esse contexto físico e cultural, assim como a histórica atração de grupos humanos para o local, não é despropositado sugerir que os componentes aquáticos da região, mesmo séculos depois, podem ter sido motivação principal também à atração dos imigrantes cearenses para o litoral do salgado após experiências difíceis nos seus núcleos coloniais, representando dessa forma uma entre múltiplas experiências individuais forjadas por esses imigrantes na Amazônia após a sua chegada (LACERDA, 2010), construindo uma nova territorialidade ao longo do tempo. Hoje, a tradição, a cultura e a história dessas pessoas medem o modo como os sujeitos estão ligados ao lugar, como usam a territorialidade e valorizam a terra e o mar (SACK, 1986).

As primeiras famílias cearenses instaladas logo desenvolveram um estilo de vida próprio chamado por alguns antropólogos de “sociedade haliêutica” ou “sociedade de pescadores”, às quais têm um particularismo social e cultural em relação às outras sociedades humanas inerentes a sua condição ambiental e as práticas desenvolvidas sobre ele, especialmente, no que constam: sua valoração positiva ou negativa do mar, o lugar reservado às atividades pesqueiras na economia, seu modo de integração na sociedade mais ampla e o caráter simbólico das relações com o mar (DIEGUES, 1999).

Maneschy (1993, p.5) registrou em seus estudos que esses indivíduos oriundos do Ceará inauguraram um modo de vida “tipicamente pesqueiro” tendo como base de “subsistência” “a captura de frutos do mar, principalmente o pescado, mas também o camarão e o caranguejo, bem como o sururu (ou mexilhão)”. A interação com a natureza erige um tipo de sociedade específica e seu modo de valoração do meio físico possui implicações sociais. Raymond Williams (2011, p.113) advertiu que “nos processos pelos quais interagimos com o mundo físico, criamos não apenas uma natureza humana e uma ordem natural alterada; também criamos



sociedades”. Em pouco tempo houve um aumento populacional considerável, pois de acordo com Maneschy (1993), quando da criação da Federação das Colônias dos Pescadores do Estado do Pará, em 1923, os moradores já tinham condições de criar a Colônia de Pescadores da Praia de Ajuruteua quando para isso eram necessários, de acordo com o regulamento da instituição, pelo menos 40 brasileiros natos ou naturalizados matriculados como pescadores na Capitania dos Portos (FURTADO, 1981, p.32). Nestes termos, podemos sugerir uma população próxima de cem pessoas, passados menos de dez anos da chegada dos primeiros imigrantes, isso porque não era comum a matrícula de mulheres e nem de crianças nesse órgão.

O tempo passou e, além do crescimento vegetativo, outros pescadores foram se instalando na região. Em 1976, de acordo com reportagem de “O Liberal”, a vila contava com 750 habitante distribuídos em 194 casas, três sedes de clubes, 10 casas de comércio, uma igreja, uma escola de primeiro grau e até um “aeroporto” (particular), que deixou de funcionar porque um único avião que o utilizava quebrou (PEIXE..., 1976). Em 1986 a população já somava em torno de 900 habitantes (MANESCHY, 1993).

Esse acréscimo populacional por meio de migrações na segunda metade do século XX acompanhou a expansão da malha rodoviária, não só local com a abertura da PA-458, mas também após surgimento anterior de rodovias que ligaram à capital do estado, Belém, ao centro-sul do país (rodovia BR-153, concluída em 1959)<sup>29</sup> e a zona litorânea do Estado às capitais nordestinas (rodovia BR-316, concluída na década de 1970). Esse sistema de comunicação reduziu o espaço e o tempo, abriu maiores oportunidades de comercialização para o pescado (Foto 14), antes limitado ao comércio do peixe salgado/seco para cidades vizinhas, ampliou o número de intermediários que dispunham de tecnologia e capacidade de transporte e tornou a pesca uma atividade mais rentável e imediata. Por conta da sua perecibilidade, a comercialização do peixe *in natura* só passa a ser viável após a ligação rodoviária

---

<sup>29</sup> A construção da rodovia Belém-Brasília faz parte de um plano desenvolvimentista de integração nacional levado a cabo pelo presidente Juscelino Kubitschek na década de 1950. De acordo com Andrade (2012), a construção da estrada fazia parte do projeto “Plano de Metas”, no qual constavam medidas que visavam uma tomada do progresso via a integração nacional, representado, especialmente pela construção de Brasília e a implantação de rodovias para ligar as regiões “periféricas” ao centro produtor do país. Neste contexto, em face de questionamentos dos opositores, o governo mobilizou um arsenal de propaganda que “inventava” uma Amazônia “selvagem”, repleta de espaços vazios que deveria rumar para o progresso por meio da integração nacional, incorporada ao sudeste pela rodovia. “A Amazônia “Juscelinista” seria desbravada por rodovias, indústrias e carros, numa utópica marcha rumo à civilização (entendida aqui a partir de *standards* urbano-industriais) (ANDRADE, 2012, p.263).

com a sede do município, apesar da existência de geleiras<sup>30</sup> que vinham de outros municípios e circulavam pela costa comprando essa produção. Processo semelhante se deu em outras cidades na zona do salgado, como no caso do município de Marapanim, onde “o mercado e a inovação tecnológica, no setor dos transportes para a comercialização do pescado, consistiram num estímulo ou pressão que levaram a fixação dos pescadores ao longo da costa da área citada” (FURTADO, 1987, p.72).



Foto 14 Comércio de peixe *in natura* no Bonifácio.  
Foto: Renato Challu, 2021.

Ao tratar da ocupação de Marudá, Lourdes Furtado (1987) destaca a relevância assumida pela pesca nesse momento em detrimento da atividade agrícola que se mostrava demorada e pouco rentável. Segundo essa autora, a atividade do roçado impunha nove meses de espera, quando se tratava de farinha ainda havia o tempo de processamento, destacou também a dificuldade de transporte e de comercialização diminuindo os ganhos do produtor. Inversamente a essa condição, a pesca se apresentava como alternativa com ganhos muito mais imediatos oportunizados pela abertura do mercado aos centros de consumo. Em Ajuruteua há casos de lavradores que abandonaram suas roças em regiões de terra firme e tornaram a pesca seu meio de vida. Ednaldo Ramos de Sousa se mudou há

---

<sup>30</sup> Eram segundo Furtado (1987, p.69) “canoas toldadas, guarnecidas com velas e bijarronas” equipadas com caixas contendo gelo para conservar o peixe e levá-los aos centros consumidores.

mais de vinte anos para Ajuruteua, perguntado sobre a escolha da profissão respondeu: “É porque pra mim eu achei aqui melhor de que no sítio, porque lá é mangal e roça, aí é mais difícil”<sup>31</sup>. Ednaldo nasceu em uma pequena comunidade situada na zona rural do município de Augusto Corrêa, onde se dedicava à agricultura e à tiração de caranguejo.

Não obstante, é importante destacar a constante mobilidade e migração relacionada às populações litorâneas, há muitos casos de migrações anteriores à rodovia ou não relacionados a ela. Pescadores que se deslocam constantemente para a comercialização do seu produto ou em busca de paragens mais produtivas, acabam migrando para outros lugares mais acessíveis. Há casos de moradores de praias que são atingidas pela erosão e se veem obrigados a abandonar suas casas e buscar um novo lugar para residir. Esse foi o caso do seu Manoel Amorim Cardoso, que ao tratar da sua infância, declarou: “eu nasci na pesca... eu nasci na praia do Pilão ali de antigamente... acabou a praia do Pilão... tinha Bussucanga... conheceu Bussucanga? Mas era uma praia bonita, olha. Emendava com o Pilão... acabou, tá só a *pancada*.”<sup>32</sup>

A ocupação do “Campo do Meio”, área próxima à Vila dos Pescadores, onde hoje é o balneário, decorreu da construção da rodovia PA-458 e dos inícios das atividades turísticas no local. Era um terreno pouco habitado e havia ali apenas alguns ranchos de pescadores, abrigos feitos de madeira e cobertos com palhas de palmeira retiradas do mangue, nas quais esses sujeitos pernoitavam e faziam suas refeições durante as temporadas de pesca. Contam os interlocutores Lázaro Amorim Fernandes e Moisés Melo Amorim que o terreno teria sido propriedade da família Melo, descendentes dos antigos colonizadores da ilha, os quais utilizaram a área para criação de animais, especialmente, gado, cabra e bode. Foi ocupado em massa após a construção da rodovia quando houve a especulação imobiliária, o consequente loteamento e sua comercialização.

Mesmo diante dos problemas ambientais que a estrada poderia causar, ao atravessar 26 km de floresta de manguezal, as justificativas para construção estavam pautadas na esperança de desenvolvimento econômico que o turismo poderia trazer ao município, uma desejada modernização, uma vez que Bragança dispunha de belas praias ainda “inexploradas”, no entendimento dos governantes

---

<sup>31</sup> Interlocução realizada em 6 de janeiro de 2020.

<sup>32</sup> Interlocução ocorreu em 06 de janeiro de 2020.

locais. Os argumentos traziam consigo elementos herdados de um contexto de hegemonia do discurso desenvolvimentista consagrado no Brasil desde a década de 1950, mais precisamente, consolidado no governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e que foram retomados durante os governos militares sob retórica “desbravadora” e “civilizatória”.

Nessa perspectiva, o “progresso” seria alcançado pela integração nacional, mais especificamente, pela integração de uma Amazônia “selvagem” e repleta de “espaços vazios” ao sudeste, região industrial do país, por meio das rodovias (ANDRADE, 2012). Destacam-se nesse contexto a construção da rodovia Belém-Brasília e em seguida, já durante o regime militar, a rodovia transamazônica. Para Warren Dean (1996), o “desenvolvimento econômico” era mais que uma ideia, era uma obsessão e estava imbuído de valores positivos de independência e auto-realização, “penetrava a consciência da cidadania, justificando cada ato de governo, e até de ditadura, e de extinção da natureza” (1996, p.281). As preocupações ecológicas estavam em segundo plano frente a necessidade do enfrentamento de um problema maior: a pobreza. E para a resolução dessa questão, “nas representações do Estado, nos meios de comunicação e no imaginário popular, o desenvolvimento econômico se vinculava à erradicação da pobreza” (1996, p.281). Para os militares era preciso uma intervenção com base nas “vantagens comparativas” de que dispunha a região, comparada às outras regiões do país, uma terra de “inesgotáveis riquezas” (PETIT, 2003).

Era esse o espírito que tomava as autoridades locais e regionais ao pensar um projeto de desenvolvimento econômico para a região bragantina. Não dispo de riquezas minerais, nem sendo objeto de interesse dos programas de pólos agropecuários do governo federal, os políticos bragantinos voltaram-se para o turismo como plano de recuperação da economia. O vereador Boulanger Ubiraci Nunes, em sessão ordinária da Câmara Municipal de Bragança, em 27 de maio de 1975, pensando “desenvolver o município” entregou documento requerendo maior incentivo ao turismo por parte do prefeito José Maria Cardoso. O documento propunha que o prefeito encaminhasse a vinda para a cidade de dois jornalistas e dois radialistas da capital do estado, como hóspedes oficiais do governo, para que “em contatos diretos com os nossos recursos turísticos, possam encetar uma campanha objetiva e proveitosa (...) em favor do turismo bragantino, objetivando

atrair desde já turistas para o futuro balneário de Ajuruteua<sup>33</sup>. Utilizando-se da retórica “desenvolvimentista”, argumentava:

Considerando que a partir da década de 1960, os homens de negócios, as pessoas entendidas e os próprios governos têm dado bastante ênfase ao turismo como uma grande fonte de renda, produzindo divisas para os estados e os países que o exploram economicamente;

Considerando que a atividade vem sendo apontada como uma das opções para o desenvolvimento econômico e social de Bragança, tendo em vista as excelentes condições que oferecem as belas praias bragantinas;<sup>34</sup>

O prefeito José Maria Cardoso, em entrevista para o jornal “A Província do Pará”, ao apresentar seu plano de turismo para revitalizar a economia local, afirmou que

(...) os benefícios da nova estrada são inúmeros. Além de atingir a praia, servirá de ligação, com a sede do município, da colônia de Bacuriteua, habitada por pescadores; ao seu longo cortará campos e vastas áreas que poderão ser aproveitadas para a instalação de moradias, casa de campo e granjas (TURISMO..., 1975).

Segundo publicação do jornal “O Liberal”, Ajuruteua “é um lugar rude, praia virgem e ambiente estival, onde a civilização e o ônus do progresso ainda não chegou” (AJURUTEUA...,1987, p.3). Muito embora o lugar fosse visto como um “vazio demográfico” e “incivilizado”, a região já era habitada há anos, como foi demonstrada nas linhas acima, realidade negligenciada pelos formuladores da política pública da época. A ideia de “vazio demográfico” se associa ao conceito de “produção da inexistência” das comunidades pequenas de Boaventura de Sousa Santos (2002), uma inexistência que dá substância ao pensamento moderno ocidental, um pensamento abissal, que separa o “outro” como inexistente “sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível” (2007, p.72).

É importante salientar o modo ilegal e desorganizado pelo qual se deu esse processo, tendo em vista que a área em questão, como estava prevista nos artigos 4º e 5º da Constituição de 1967, constituía-se em um “terreno de marinha”, um bem da União e, assim, não poderia ter sido tomada como propriedade privada e loteada. Somente usuários com benfeitorias poderiam regularizar a posse junto ao Serviço de Patrimônio da União (SPU). No caso, as benfeitorias praticadas pelos moradores estavam voltadas ao consumo doméstico, como a criação de animais ou a

---

<sup>33</sup> Requerimento apresentado e aprovado pela Câmara Municipal de Bragança em 27 de maio de 1975. S/n. Câmara Municipal de Bragança. Ofícios Expedidos (1975-1976).

<sup>34</sup> Idem.

construção de armadilhas de pesca. Entre os pescadores, a grosso modo, o que garante a posse de um terreno são suas benfeitorias que podem vir a ser transacionadas. Pelo costume, é seu por direito o local onde constrói sua moradia e onde usualmente arma seus apetrechos (MANESCHY, 1993). Como mencionou Thompson, ao tratar das terras comunais na Inglaterra, é uma noção alternativa de posse, por meio de direitos e usos triviais e particulares transmitidos pelo costume como *propriedade* dos pobres (1998, p.149). As territorialidades “tradiccionais” esbarrariam com novas territorialidades, a de banhistas, comerciantes e especuladores.

Em 1980, em sua coluna intitulada “amenidades” para o Jornal do Caeté, Helder Aranha já chamava atenção para o que ele classificou como “Perigo de Ajuruteua” quando “Ajuruteua começou a despertar a cobiça de muita gente de fora”, referindo-se a “invasão dos economicamente poderosos” que ocuparam a praia de maneira desordenada sem qualquer estrutura urbanística (JORNAL DO CAETÉ, 26 de julho de 1980, p.6).

Há indícios da ocorrência de uma concessão “pública”, com a participação da prefeitura, que, para o morador José Nazareno Santos, ocorreu de modo escuso e sem a devida divulgação. Esse processo foi discutido por políticos na Assembleia Legislativa na época e divulgado nos meios de comunicação impressos. O Jornal Diário do Pará, pertencente ao então governador Jader Barbalho (PMDB), noticiou em 1984 uma querela do deputado Aldebaro Klautau (PDS) contra o DER-Pa (Departamento de Estradas e Rodagem) e o engenheiro Antônio Brasil, diretor do órgão na época, acusando-os de lotearem Ajuruteua, o que foi refutado em seguida pelo deputado Mariaudir Santos na tribuna da Assembleia e endossado pelo deputado bragantino Luís Maria (PMDB), representante do governo na Câmara. Mariaudir Santos desafiou Klautau que apresentasse a escritura do terreno, enquanto que Luís Maria atribuía o loteamento à empresa PALMAZON, que, segundo José Nazareno Santos, pertencia a um empresário da capital de nome Mário Peixoto. Klautau estava de posse de uma planta discriminando os lotes para venda a particulares dizendo tê-lo encontrado na biblioteca do DER e com a marca do carimbo da instituição. Já Luís Maria, denunciava que os pedessistas tinham a intenção de acobertar a PALMAZON. Afirmou o deputado ao jornal:

(...) que o órgão estadual não tem nenhuma ingerência no problema. Garantiu também que não existe nenhuma área do Estado naquela

praia, cujos terrenos são totalmente da Marinha. Revelou que há tempos vem lutando para impedir que se processe a venda de Ajuruteua, tendo solicitado, inclusive, informações do Serviço de Patrimônio da União, no ano passado, e até hoje este órgão não teve a delicadeza de responder-lhe. Houve, segundo disse, uma concorrência pública “graciosa, infundada e injusta” que beneficiou a Palmazon, a qual se prevaleceu da concessão federal para lotear a área (MARIUADIR..., 19 de outubro de 1984, p. 3).

Três anos depois, o mesmo jornal noticia que Luís Maria voltou a fazer a denúncia contra a empresa Palmazon e protestou na Assembleia Legislativa contra a especulação imobiliária na ilha disfarçada de projeto turístico. Diz ele:

toda essa beleza está sendo ocupada por uma empresa, antigamente denominada Palmazon e agora Ajuruteua Ltda. Na verdade, é a mesma sociedade. Ela só visa a especulação imobiliária, justificando que possui um projeto turístico que, na realidade não passa de uma enganação” (ESPECULAÇÃO..., 6 de novembro de 1987, p.A3).

Dona Nazaré, proprietária de uma pousada e restaurante na praia do Campo do Meio, relatou em uma conversa informal ser uma das empresárias mais antigas na área; disse ter comprado o terreno de um político na época, por volta de 1985, do qual não lembrava o nome, mas que não possuía qualquer documento comprobatório. Em que pese seu envolvimento nas querelas políticas locais, José Quintino de Castro Leão, economista e advogado, que participou da elaboração e planejamento do projeto de implantação da rodovia PA-458 a convite do prefeito José Maria Cardoso, quando era seu correligionário, registrou no seu livro de memórias, o apologético *Encantos e Desencantos: A política bragantina, a partir de Augusto Corrêa*<sup>35</sup>, o descontentamento com a forma que se deu a distribuição dos

---

<sup>35</sup> Ao se tratar de uma autobiografia se faz indispensável relativizar seu conteúdo em função da sua historicidade, o momento de produção e suas intenções ao tentar criar determinadas ideias de si, do seu tempo e dos seus pares. Somente a partir dessas considerações é possível entender a lógica na narrativa, a escolha das palavras e dos fatos contados, a ênfase em uns e o esquecimento de outros. A veracidade da fonte está no discurso do produtor ao exprimir sua visão de mundo, não refletindo apenas o social, mas também sua subjetividade (ANDRADE, 2012). Nesse sentido, longe de fazer uma busca unilateral de uma realidade “por trás” do texto, concentro-me em aproveitar o texto como realidade em si mesmo, considerando sua própria *Gestalt*, ou seja, a lógica de sua ordem expressada a partir do contexto, uma vez que o texto reflete as experiências (ROSENTHAL, 2006). O autor da obra, José Quintino de Castro Leão, foi assessor da Diretoria Geral do DER/PA quando da assinatura do documento contendo a ordem de serviço para a abertura da estrada Bragança-Ajuruteua, no governo de Fernando de Leão Guilhon, atribuindo a si, inclusive, o mérito do convencimento do diretor geral do DER, Evandro Bonna, para que autorizasse o repasse da verba que daria início à obra. É um trabalho laudatório e memorialístico de um militante político atuante, de influência e prestígio que exerceu cargos importantes no governo do Estado, na prefeitura de Belém e em Bragança. Bacharel em direito e em economia, era de uma família tradicional da cidade e afilhado de políticos importantes locais, Augusto Pereira Corrêa, a quem dedicou-se nesse livro e Armando Bordalo da Silva. Diz em sua apresentação “reporto-me, nesta obra – que é uma modesta contribuição minha na homenagem que

lotes de terra da praia. Ao rememorar a conclusão do projeto alega que “dava dó assistir, a farta distribuição de lotes de terra da praia, entre amigos do prefeito na época, entre um Whisky e outro, como se isso fosse possível em terra de Marinha” (LEÃO, 2009, p.132). De acordo com De Paula (2019), a instalação de empreendimentos turísticos em territórios tradicionais de pesca geralmente é acompanhada por investimentos imobiliários e pela prática da especulação:

A face da “modernização da expropriação da terra” será evidenciada então na instalação de empreendimentos turísticos, de outras atividades econômicas que reivindicam o direito à terra, e da inserção dos territórios tradicionais no parcelamento do solo urbano para a instalação de empreendimentos imobiliários ou para especulação (DE PAULA, 2019, p.257).

Em sua conclusão, Maneschy (1993) afirmou que só duas famílias registraram terrenos em seu nome na ilha, um em 1937 e outro em 1953. Eram terrenos que ficavam de três a 4 quilômetros de distância da Vila dos Pescadores. Um deles era conhecido como Vila do Bonifácio e o outro como Campo do Meio. O beneficiamento que praticavam para legitimar sua posse era a criação de animais para o consumo doméstico. Na época da construção da rodovia, devido à valorização adquirida com o empreendimento, esses terrenos foram vendidos a investidores que pretendiam lotear. Na época da pesquisa, década de 1980, a autora afirmou que “(...) paralelamente à venda dos lotes, inúmeros bares foram instalados na praia, bem como uma hospedaria. Pelo menos uma empresa turística de Belém promove excursões para a praia” (MANESCHY, 1993, p.143).

Casas foram construídas aleatoriamente em lugares irregulares como em dunas ou sobre áreas de manguezal após aterramento, interferindo no processo natural de trocas de sedimentos e intensificando a erosão. Na verdade, por trás do pretenso discurso de “progresso e desenvolvimento”, havia a intenção de políticos em levar vantagens financeiras com o projeto e pouca preocupação com a população local ou com o meio (ALVES, 2019). É preciso enfatizar, nesse caso, o uso de uma argumentação utilitarista da natureza como forma de atrair interesses sobre a praia evidenciando suas “riquezas naturais”, como foi o caso do prefeito José Maria Cardoso ao defender a construção da rodovia Bragança-Ajuruteua:

---

todos nós devemos aqueles que construíram nosso sentimento de bragantidade, através dos anos – a uma época muito importante da vida política de Bragança e do Pará, quando dois de seus mais ilustres homens públicos pontificaram no cenário político paraense, exercendo destacadas funções públicas: Augusto Pereira Corrêa e Joaquim Lobão da Silveira” (LEÃO, 2009, p.11).



O prefeito José Maria Cardoso externou sua ideia de desenvolvimento para Bragança ao jornal "A Província do Pará" em janeiro de 1975 ao propor um "plano de turismo" para "revitalizar a economia local" prejudicada com o "esvaziamento anunciado da região bragantina". De acordo com esse plano, o objetivo era explorar "as condições que a natureza bragantina oferece", especialmente as "praias", que seriam maiores que as de Salinópolis. Para isso, a prefeitura havia iniciado a abertura de uma rodovia com extensão de 45 km, o que corresponderia a vinte minutos de carro do centro urbano até o litoral. Além das praias, havia um conjunto de opções que a natureza oferecia ao longo da rodovia, que poderiam ser explorados para a prática de "camping", caça e pesca, igarapés e áreas de campo além da possibilidade de estabelecimentos de granjas. (OLIVEIRA, 2015, p.53).

No discurso do mandatário, os componentes da natureza, vistos de forma utilitarista, condicionam a ocupação do espaço a partir da concepção humana sobre ele. O mar é elemento principal entre eles, local de exploração de animais e também de lazer, produto para a exploração da indústria turística, saída para "revitalizar a economia local" e evitar o "esvaziamento" da região bragantina. Em janeiro de 1975, o prefeito José Maria Cardoso afirmou ao jornal "A Província do Pará" que uma das vantagens das praias de Ajuruteua era que, ao contrário de Salinas, permitiam "edificações permanentes, pois existem extensas faixas de terras aproveitáveis para habitação" (ECONOMIA..., 1975, p.5).

Com fotos de mulheres com roupas de banho, em frente a barracas cobertas de palha, em 31 de julho de 1984, o jornal Diário do Pará apresentava Ajuruteua aos seus leitores como "a mais nova opção de lazer" do paraense, "uma praia recém-descoberta para a frequência popular (...) cercada de outros aprazíveis recantos (Foto 15). Água salgada, límpida e azulada é um deslumbramento visual" (AJURUTEUA..., 1984, página sem numeração). Em julho de 1988, ao abordar o lado rústico das praias paraenses, o mesmo jornal, apesar de enfatizar a falta de infraestrutura em Ajuruteua, destacava que essa "permite o contato direto com a natureza ainda preservada na região" (LADO..., 1988, p.A11).

Observando os classificados de O Liberal de 1989, jornal de circulação estadual, disponibilizados no arquivo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, identifiquei 48 anúncios de venda de casas, terrenos e hotéis em Ajuruteua. Os lotes em sua maioria mediam 15 m de frente por 30 m de fundo. Eram comercializados por empresas imobiliárias com o nome de "Alto das Dunas", "Manoel Luiz Corretagem", "Ivone Empreendimentos" e "Park Ajuruteua", todas com endereços

comerciais em Belém. Um dos anúncios mais repetidos era a venda de lotes com 15mx30m, localizados a 120 m da praia e o endereço indicado para a efetivação do negócio era no bairro da Cabanagem em Belém. Grande parte dos terrenos, segundo os anunciantes, eram “documentados” e restavam apenas as “últimas unidades”.

A construção da estrada iniciou por volta de 1973 e foi concluída com muitas dificuldades de natureza financeira e ecológica dez anos depois, atraindo comerciantes e turistas que iniciaram as construções de casas, pousadas e bares na beira da praia irregularmente (OLIVEIRA, 2015). A movimentação, já no início, foi grande, como demonstra reportagem do jornal “Diário do Pará” de 29 de março de 1988, quando informava o grande fluxo de pessoas que se dirigiam à Ajuruteua nos fins de semana, anunciando ainda que “para o feriado da Semana Santa todos os locais de abrigo existentes no local estão lotados e a procura tem sido grande” (AJURUTEUA..., 1988, p.A4). Em junho de 1988, este veículo de imprensa dedicou matéria às principais praias do Estado e descreveu Ajuruteua como lugar ideal aos que “preferem praias primitivas”, “famosa por sua beleza” e “um local extremamente rústico” (JULHO..., 26 de junho de 1988, p.A2). Em agosto do mesmo ano o jornal noticiou que “foi muito bem aproveitado o último final de semana do veraneio 88 na praia de Ajuruteua, com milhares de pessoas comparecendo àquela praia para se deliciarem com o sol que esteve presente, o dia todo, e das verdes ondas de Ajuruteua.” De acordo com a matéria, “só pelas borboletas da estação rodoviária local passaram mais de 25 mil pessoas durante este período em 88” (AJURUTEUA..., 1988, p.A9).



*Foto 15 Fotografia de Ajuruteua exibida no jornal explorando suposta rusticidade do lugar.  
Fonte: AJURUTEUA..., 1984, p.1.*

Por volta de 1993, devido ao grande avanço do mar nos primeiros meses daquele ano, ocorreu um significativo processo erosivo na Vila dos Pescadores mobilizando os moradores em busca de um outro terreno para se instalar, o que deu origem a uma nova localidade: a Vila do Bonifácio. Com a necessidade de remoção, os moradores desabrigados buscaram áreas mais altas e instalaram-se numa fazenda às margens da rodovia Bragança-Ajuruteua (PA-458). Na época, segundo o morador José Nazareno Sousa dos Santos, a área estava cedida ao mesmo empresário da capital (Belém) que detinha a concessão sobre o Campo do Meio mediante autorização do SPU (Serviço do Patrimônio da União) para exploração e benfeitoria. A fazenda foi inicialmente invadida e loteada sob a liderança do próprio Nazareno, e, por conseguinte, conquistado na justiça pelos moradores o direito à propriedade numa celeuma jurídica que perdurou três anos, de 1993 a 1995.

No Censo de 2010 a população total de Ajuruteua era de 2.245 pessoas, somando as três vilas, sendo que havia 1.145 homens e 1.100 mulheres, com 399 domicílios ocupados. Só na Vila do Bonifácio havia 540 homens e 510 mulheres, com uma população total de 1.050 pessoas, com 238 domicílios ocupados, os

maiores números entre as três localidades. Esses números dão a ideia da quantidade de pessoas atingidas pela erosão. Na Vila dos Pescadores, habitavam na época 213 homens e 229 mulheres, para um total de 442 pessoas e 62 domicílios ocupados. No Campo do Meio eram 373 homens e 356 mulheres, num total de 729 moradores com apenas 90 unidades domiciliares ocupadas<sup>36</sup>. Tanto na Vila dos Pescadores quanto no Campo do Meio há um grande número de imóveis fechados, muitos deles pertencentes a moradores de outras cidades ou da sede do município que se deslocam para lá esporadicamente. No Bonifácio, como foi um loteamento exclusivo para pescadores que haviam perdido suas casas com a erosão, identifiquei poucos imóveis fechados. Mesmo com essa limitação ainda há casas no local que pertencem a pessoas de fora que só frequentam o lugar aos fins de semana ou em férias.

Das três localidades, duas têm a maioria de seus moradores envolvidos na atividade pesqueira, são elas: a Vila dos Pescadores e o Bonifácio. Os moradores do Campo do Meio atuam majoritariamente em atividades relacionadas ao turismo, como nas precárias pousadas instaladas na praia, nos serviços de comércio, especialmente com venda de comida e bebida alcoólica, ou como caseiros, para complementar a renda. São muitos imóveis fechados nessa praia, utilizados geralmente apenas aos fins de semana, feriados ou em períodos de férias escolares por seus proprietários ou locatários. Alguns moradores chegam a alugar sua casa nos períodos de alta temporada, mudando-se para casa de parentes. Outros, quando não locam inteiramente suas habitações em período de veraneio, transformam-nas em albergues colocando à disposição quartos, garagens ou quintais para instalação de barracas de camping, como forma de gerar renda.

Já nas outras duas localidades predominam os pescadores e lá poucos são os que se dedicam ao turismo, algumas mulheres prestam serviços nas cozinhas de pousadas e restaurantes aos fins de semana, assim como alguns homens e mulheres prestam serviço como garçons nos bares da praia, outros fornecem sua produção pesqueira a esses estabelecimentos ou vendem-na pessoalmente como ambulantes na praia. É comum encontrar residentes da Vila dos Pescadores e do Bonifácio caminhando em direção ao balneário a fim de comercializarem bebidas, frutos do mar, acessórios e brinquedos de praia. No entanto, nesses lugares, a

---

<sup>36</sup> Censo 2010. Disponível em <http://mapasinterativos.ibge.gov.br/grade/default.html>. Acessado em 20 de outubro de 2018.

atividade predominante é a pesca. Raro uma casa sem redes de pesca estendidas no pátio, nas janelas ou amontoadas nos quintais junto à “manzuás”<sup>37</sup>, “puçás”<sup>38</sup>, “viveiros”<sup>39</sup> e outros apetrechos de pesca da região. Ao andar pelas ruas, é a imagem que mais se repete.

Duas das vilas em questão estão situadas dentro dos limites da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, criada por decreto em 20 de maio de 2005, são elas: a Vila dos Pescadores e o “Bonifácio”. A reserva gerencia uma área de aproximadamente duzentos e sessenta e dois hectares e setecentos e oitenta centiares. A Unidade de Conservação (U.C.), de acordo com o decreto, foi criada com o objetivo de “proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência”<sup>40</sup>. Há, por outro lado, algumas queixas sobre o papel desempenhado pela U.C. entre alguns pescadores relacionadas à falta de um diálogo com os usuários locais do ecossistema, do caráter punitivo do órgão contra estes e, também, a passividade em relação à atuação da pesca industrial.<sup>41</sup> Em estudo sobre a percepção dos moradores de uma comunidade vizinha chamada Caratateua, localidade dentro dos limites dessa RESEX, Dante Ballarini (2012, p.52) avaliou o distanciamento da gestão desta unidade com relação aos usuários ao demonstrar, a partir dos resultados obtidos da sua pesquisa, que grande parte dos moradores “desconhecem a unidade, seus limites geográficos e sua finalidade”.

Em uma reserva que nasceu do desejo e das discussões dos movimentos sociais de pescadores com os moradores residentes da região, a ausência de um diálogo com esses sujeitos pode promover uma intervenção do Estado de caráter

---

<sup>37</sup> Armadilha de pesca feita artesanalmente com talas de madeira, amarradas com barbantes e fios de nylon, com formato cilíndrico e uma abertura em uma das bases que permite o peixe entrar, mas o impede de sair pela disposição das talas.

<sup>38</sup> Apetrecho de pesca confeccionado com rede instalado em uma armação em forma de aro.

<sup>39</sup> Um utensílio com formato de uma canoa, feito de fatias varas de bambu, fechada na parte superior com uma tela de plástico e com uma pequena abertura retangular ao centro, no qual armazena peixes que servem de isca.

<sup>40</sup> Decreto de 20 de maio de 2005. Casa Civil, Presidência da República. Texto publicado no Diário Oficial da União, em 23 de maio de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10531.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10531.htm).

<sup>41</sup> Durante a pesquisa de campo, ouvi vários relatos importantes que questionavam a atuação do gestor da Reserva. Dois são bastante substanciais, porém irei omitir o nome do pescador a fim de preservá-lo. O primeiro relatou a prisão truculenta de um pescador, por policiais armados, após o mesmo ter retirado madeira do manguezal para construir um “curral” de pesca. Outro pescador criticou a passividade do órgão em relação aos crimes cometidos por grandes embarcações de pesca industrial, que segundo ele, despejam grande quantidade de lixo em alto mar que se amontoam na beira da praia. Essa problemática será desenvolvida com maior densidade no 4º capítulo deste trabalho.

exógeno consolidando seu poder sobre os componentes naturais da região e deliberando sobre a exploração e o manejo sem atender os interesses dos usuários tradicionais, o que é contrário aos princípios originais definidos a este órgão gestor.<sup>42</sup> Outrossim, é inegável a importância da reserva extrativista ao garantir a proteção a áreas contra a superexploração de seus componentes, a posse e manejo inadequado por agentes externos, fato que é percebido pelos interlocutores “o meio ambiente melhorou pra cá, porque tavo explorando muito o mangal, né? O mangal, né? Essas coisa, muitas coisa, aí melhorou...melhorou foi muito...”<sup>43</sup>

Fontana (2004) alerta para a importância dos fatores socioeconômicos e culturais para o processo de conservação da natureza, tendo em vista a interação do ser humano como parte integrante desse meio. As populações criam dependência dos ciclos, conhecimentos, terminologias, simbologias e mitos, a desconsideração desses fatos impossibilita a conservação da diversidade biológica.

De acordo com Diegues (2008, p.157) “as populações tradicionais, mediante suas práticas culturais, colaboraram e colaboram para a manutenção da diversidade biológica, desde que sejam respeitadas e mantidas suas formas tradicionais de manejo”. Ratificando esta ideia, Carneiro da Cunha e Almeida (2002) reiteram que cientistas reconhecem que a diversidade biológica pode ser conservada e até aumentada em regiões povoadas em baixa densidade, uma vez que direcionam seus usos para garantir um modo de vida para seus descendentes. Assim, a maioria das perturbações humanas tradicionais têm os mesmos efeitos diversificadores no sistema que as ações naturais, em várias e diferentes escalas. Porém, é preciso avaliar nesse processo o aumento da demanda comercial por esses componentes após a abertura da rodovia.

A região, ao longo de sua constituição, passou de um território transitoriamente utilizado por pescadores para um território em disputa entre: capital relacionado às atividades turísticas (pousadas, bares, imóveis, etc.); o Estado, por meio de suas regras e normas de uso e manejo estabelecidos pelo ICMBIO e IBAMA; e os pescadores, usuários tradicionais do ecossistema que dependem diretamente dos componentes naturais. Estes últimos detêm uma imensa riqueza de conhecimentos ecológicos locais (CEL), práticas e técnicas, e, de acordo com

---

<sup>42</sup> Importante ressaltar que mesmo que criação do Plano de Manejo (ABDALA *et al*, 2012) tenha ocorrido de forma cooperativa, não há homogeneidade acerca de algumas regras e proibições e estas continuam sendo questionadas por alguns usuários.

<sup>43</sup> Manoel Amorim Cardoso. Interlocução realizada em 6 de janeiro de 2020.

Carneiro da Cunha e Almeida (2002), suas perturbações sobre o meio produzem no sistema os mesmos efeitos diversificadores que as perturbações naturais, ou seja, pelo fator da baixa densidade demográfica e do reduzido impacto técnico sobre a natureza, o ajustamento dinâmico entre população e natureza contribui com o aumento da diversidade. Portanto, a participação efetiva desses indivíduos no plano de gestão é indispensável para a conservação da área e para o incremento da sua diversidade. É sobre esses sujeitos e sua perícia que se debruça o próximo tópico deste trabalho.

### **1.3 Pescadores e pescadoras**

Tomando por base as considerações de Simone Maldonado (1986) o pescador marítimo é um produtor que se apropria, de determinadas maneiras, dos ambientes produtivos e do mundo em que vive por meio do seu conhecimento da natureza ao explorá-la em seu ofício nas lides diárias no mar, mas também em terra. Uma apropriação que se realiza no processo de trabalho, mas ultrapassa esse âmbito ao condicionar também as relações sociais, a exemplo da constituição familiar e da organização do trabalho. Nesse aspecto, é importante destacar ainda a efetiva participação das mulheres na pesca, pois, mesmo invisibilizadas por valores culturais que tendem a subvalorizar o trabalho feminino e supervalorizar o masculino, elas são responsáveis por uma porção considerável da dieta diária de suas famílias, considerando ainda que a pesca não se resume em atividades no mar, onde a participação feminina é menor, mas também em atividades preparatórias e pós-captura, incluindo a confecção e reparo de apetrechos até o beneficiamento e comercialização do pescado, quando a presença feminina é recorrente (LOPES *et al*, 2020).

Para Maldonado, as características do trabalho no mar não inspiram só possibilidades tecnológicas, fomentam um “modo de ser”, e o fato de produzir “no mar” torna o pescador um tipo específico e identificável entre outros trabalhadores. Nestes termos, a autora faz uso da “teoria das adaptações marítimas” a qual defende que “os traços psicológicos dos povos marítimos são maneiras encontradas por eles/elas para se adaptarem às contingências que por ventura venham enfrentar no meio em que exploram” (MALDONADO, 1986, p.29). Um meio, segundo ela, “inapropriável, indivisível e considerado arriscado e perigoso pelos que o têm estudado” (1986, p.29). Nesse contexto, os riscos são minimizados pelo

conhecimento tradicional do meio, do comportamento das espécies e do mercado. Na “Vila dos Pescadores” e nos seus arredores, onde os moradores se dedicam predominantemente a esse ofício, não é difícil visualizar as evidências dessa intimidade com a natureza em suas lidas diárias, um caso exemplar é a escolha da paragem<sup>44</sup> propícia aos cardumes, chamados “bancos de pesca” (MALDONADO, 1986). Como não dispõem de alta tecnologia, faz-se uso da habilidade para julgar o que os olhos registram e a memória ratifica (FERNANDES & FERNANDES, 2015), compartilham um *ethos*, uma rede de significados e práticas profundamente conectados a uma tonalidade local no “fazer” e no “como fazer” as coisas (GEERTZ, 2013). Esse *ethos* circunscreve a identidade do sujeito, se constrói no passado com sua experiência e marca o seu presente como uma fronteira do grupo. Manoel Ramos, quando perguntado sobre sua profissão em nossa interlocução, demarca sua condição de pescador mesmo exercendo outro ofício e afirmou:

Olha, minha profissão é pescador! Eu hoje sou auxiliar de serviços operacionais aqui, concursado, mas o pescador eu nunca vou deixar de ser. Comecei a pescar com doze anos e passei vinte e seis anos sendo apenas pescador [...]. Esse ofício eu aprendi com meu pai.

Quando se autointitula como “pescador”, embora em outra ocupação no presente, Manoel Ramos demonstra a importância de sua experiência para sua identificação e, ao mesmo tempo, exemplifica o conceito de “negociação da realidade” proposto por Gilberto Velho (2003), quando indivíduos estão em um ponto de intercessão onde interagem com sujeitos diversos em suas redes de relações e podem transitar em diferentes domínios “em função de um código relevante para suas existências” (2003, p.291) de acordo com seu interesse e circunstância. Essa “negociação da realidade” seria viabilizada por uma linguagem específica “produzida e produtora da rede de significados, de que fala Geertz” (2003, p.230), e caracteriza uma identidade peculiar importante de ser demarcada em momentos de sua conveniência. Frente a frente com um entrevistador, sua escolha ganha sentido, dá legitimidade a seus relatos.

A lembrança do pai como tutor no ofício de pescar é um sinal de que as reminiscências da memória são utilizadas para elaborar suas identidades, lições passadas de geração a geração na convivência com os mais velhos. Ser pescador, nesse caso, é mais que exercer a profissão, é a experiência e o saber obtidos ao

---

<sup>44</sup> O termo paragem se refere a um local específico do ecossistema.



longo do tempo, é a história do indivíduo, sua memória marcada por um acontecimento e um lugar. Aqui observamos a aproximação entre memória e identidade apontada por Michael Pollack (1992, p. 204), uma vez que a primeira é construída socialmente e a segunda é tomada em seu sentido superficial

(...) é o sentido da imagem de si, para si e para o outro, é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria para acreditar na sua própria apresentação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Não só Manoel Ramos. Nazareno Santos e Lázaro Fernandes também se identificaram como pescadores mesmo não atuando mais como tal, um fato talvez explicado teoricamente pelo complexo processo de construção da identidade, proposto por Pollack (1992) quando agem três elementos essenciais: o sentimento de ter fronteiras físicas, a continuidade dentro do tempo e o sentimento de coerência. Assim, estaria em jogo o pertencimento a um grupo, a continuidade no tempo no sentido moral e psicológico e a busca do indivíduo pela coerência ao tentar unificar os diferentes elementos que o formam. Esse processo se dá em referência aos outros, aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e de credibilidade, fazendo-se por meio da negociação direta com outros sujeitos. Nesse sentido, a afirmação pode estar associada ao fato de a interlocução ter ocorrido em uma vila onde a maioria de seus moradores são pescadores, à questão moral de pertencimento e aceitação dos outros ou mesmo a dar legitimidade aos seus relatos ditos ao pesquisador. A questão do pertencimento vai além da tentativa de dar significado à nossas ações ou concepções sobre nós mesmos, está ligado a uma memória como “campo social de reflexão e diálogo, minado pelas lutas sociais engendradas cotidianamente” (PORTELLI, 2010, p.9). O ocorrido nas interlocuções são evidências da possibilidade de negociação tanto da memória quanto da identidade, pois “são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLACK, 1992, p.205).

Tal como Manoel, o destino dos filhos dos pescadores era seguir o ofício do pai, as alternativas eram poucas, faltava escola, as condições precárias e a maioria da população, analfabeta. Em 1976 só havia uma pequena escola com duas salas de aula onde eram ministradas aulas para o primeiro grau e Mobral<sup>45</sup>. De acordo com o

---

<sup>45</sup> O MOBREAL foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização criado pelo decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, conforme autorizado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 durante o governo

pescador José Amorim, nas salas havia apenas uma mesa para o professor e cinco cadeiras “rústicas”, a metade das crianças da vila não estudavam pela falta de mobiliário adequado. Cinco anos antes, segundo ele, os alunos sentavam na areia. A divisão era por turno e não por classe. À tarde estudavam as crianças e à noite as mulheres. Só existia um professor, pago pelo sindicato dos trabalhadores rurais, para todos os níveis que eram atendidos na mesma sala. Os alunos que desejassem estudar após a terceira série tinham que pagar o professor ou mudar-se de localidade. Assim, apenas alguns poucos mais abonados seguiram estudando (PEIXE..., 1976, p.5).

José Nazareno Santos alegou que antes de 1970 não havia escola na vila e as aulas eram ministradas nas casas das famílias e somente com a intervenção de um líder da comunidade junto ao prefeito Emílio Dias Ramos foi implantado núcleo escolar chamado “Pedro Sousa”. José Nazareno assegura que cursou até a quarta série nesta escola e precisou recorrer à sede do município para dar seguimento aos estudos.

Estudei! Eu, eu iniciei em 1970, a época. Na vila na época é, é... não existia escola e anteriormente as aulas eram dadas nas casas das famílias, e em 70, em 1970 já no governo do seu Emilio Dias Ramos, como prefeito de Bragança. Então através é... de um senhor chamado Domingos de Sousa Melo, que era um grande líder da comunidade por sinal um grande líder político, como também representava os pescadores na época.... E achou por bem né, entrar em contato com o prefeito, até porque eles eram muito amigos e fez, questionou com relação a situação da escola, que não existia escola na vila! E foi possível né implantar a escola, até então essa escola, ela foi uma escola feita de madeira na época, e nós tínhamos uma lancha muito conhecida na época em Bragança chamada Rio Caeté...e essa madeira ela, ela era transportada através dessa lancha da Rio Caeté para construção da nossa escola, a primeira escola na vila de Ajuruteua! Essa escola foi construída por ele mesmo, pelo fato dele ser, dele ser mestre né e construtor de casas...de, de embarcações e ele mesmo construiu a escola com ajuda de outro filho, é também Domingos, conhecido como Lefa. E o meu pai na época também que era... mexia muito com a... é, a construção de casa e outras coisas na vida que ajudou a construir essa escola e outros membros da comunidade. Então eu iniciei estudando nessa escola que na época o nome era chamada Pedro Sousa. (...) na época não existia o fundamental completo né, só existia as series iniciais e eu cheguei até a quarta série, como na época era chamada serie. E depois fui pra Bragança, não, na... na vila não tinha mais como continuar os estudos, aí tive que recorrer a sede do município.<sup>46</sup>

Lázaro Amorim Fernandes não teve a mesma sorte de José Nazareno e não pôde continuar os estudos na cidade porque seu pai não podia lhe manter na cidade. Um exemplo de como a desigualdade de oportunidades interferia no futuro dos jovens da Vila dos Pescadores. Ao comentar as oportunidades promovidas após a construção da rodovia, Lázaro destacou:

Estudei... eu estudei até a... aos quatorze anos, de lá pra cá num tinha... num tinha... essa facilidade de estudo agora. A professora as vezes era daqui mesmo... era. Eu passei da carta de ABC pra uma tal de cartilha, da cartilha pro primeiro livro, aí acabou a professora o papai não tinha... como é que ele ia... ou me botava pra Bragança ou parar que nem eu parei... que não tinha transporte, como que eu ia sair daqui, ir daqui pra Bragança de canoa cinco hora de viagem. Tinha que sair daqui meia noite pra chegar lá seis horas da manhã pra poder ir pro colégio.... e agora não, tem dois... tem três ônibus escolar aí carregando aluno pra Bragança.<sup>47</sup>

Anteriormente à rodovia a expectativa de Lázaro Fernandes era outra, se resumia a trabalhar na pesca. Não havia, segundo ele, em que se empregar a não ser no ofício de pescador, não vislumbrava outras possibilidades: “a minha expectativa era só trabalhar, pescar mesmo! Não tinha... não tinha estudo. Agora não. De primeiro você só se emprega se tiver um grau de alguma coisa, naquele tempo não. Não tinha nem em que se empregar! Era a vida...”<sup>48</sup> O narrador se utiliza de um discurso consolador da cultura de massa comparando o “seu tempo” com o “agora” enumerando suas dificuldades para ir à escola. Portelli (2010) se reporta a esse discurso como uma busca de uma fonte de orgulho: “O orgulho torna-se fonte de si mesmo: se a pobreza te arranca o respeito, manter o orgulho é, em si, algo de que se deva orgulhar” (2010, p.95). O mesmo expediente é usado por Moisés Melo Amorim ao comparar as condições de estudo entre esses tempos distintos “Quando eu terminei meu estudo era só de manhã até meio dia né... horário de estudo né. Mas hoje, hoje está muito bom, eu hoje mano, se eu tivesse hoje cinquenta anos eu ia estudar”.<sup>49</sup> As dificuldades coincidem com as de Lázaro Fernandes e Manoel Ramos: “Eu parei porque aqui o grau de ensino aqui só era a quarta série, aí tinha de ir pra Bragança, tu tinha de arrumar uma casa lá, o pai tinha de arrumar casa, bancar tudo

---

<sup>47</sup> Lázaro Amorim Fernandes. Interlocução realizada em 16 de fevereiro de 2018.

<sup>48</sup> Idem.

<sup>49</sup> Moisés Melo Amorim, 6 de agosto de 2018.

pra deixar o filho estudando e era um custo alto....<sup>50</sup>

O orgulho advém da resistência em ter vivido mesmo em condições duras e difíceis, tempo de escassez, dependentes de safras sazonais:

Rapaz... a gente... até vir a outra safra de novo, ia se aguentando, botando espinhelzinho por aí, pegando peixe de tarrafa né... pra sobreviver... era uma pobreza... uma pobreza que eu vou te dizer... pobreza.... hoje tá muito bom, hoje tá muito bom... égua! Nem se compara! Tu já pensou?<sup>51</sup>

A falta de recursos e a distância da sede do município foram os principais contratempos apontados pelo pescador que precisava também trabalhar para ajudar na renda familiar. Nesse aspecto, é necessário salientar a peculiaridade do trabalho no mar, uma atividade sazonal que muitas vezes obriga o sujeito a se deslocar para outras praias com a família. Como o calendário escolar não considera essa especificidade do ofício, até hoje esse é um dos inconvenientes que levam muitos filhos de pescadores a abandonar os estudos. O ex-diretor da escola local, Fagner Celestino, relatou-me a preocupação com o alto índice da evasão escolar nos meses de setembro a dezembro, por conta da entressafra dos peixes, famílias inteiras de pescadores se mudam para outras praias, especialmente para São João do Abade - comunidade pertencente ao município de Curuçá, no nordeste paraense - em busca de pescado.<sup>52</sup>

A participação da família na inserção do indivíduo no trabalho da pesca ou qualquer outra atividade se repete nas histórias de vida dos interlocutores da pesquisa (Foto 16). Não só o pai, mas os tios, cunhados e primos também têm papel importante nesse processo de aprendizagem. Lázaro Ramos quando narrou sua iniciação no ramo da carpintaria, afirmou: “olhando os mestres a fazer as coisas, trabalhando... na verdade eu fui ajudante de um cunhado meu para a construção de uma casa...”.<sup>53</sup> Já Manoel Ramos relatou: “eu aprendi com meu pai, mas o meu pai me ensinou a pescar aqui nos arredores de Ajuruteua, eu aprendi a pescar mesmo com os meus tios, meus primos e... (...) com um desses meus tios...na verdade o

---

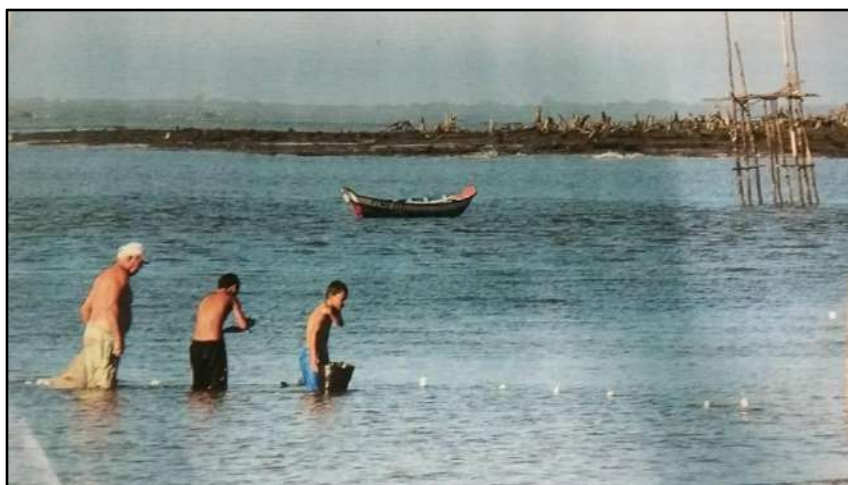
<sup>50</sup> *Idem.*

<sup>51</sup> *Idem.*

<sup>52</sup> O comportamento sazonal dos pescadores está relacionado ao movimento dos cardumes que se deslocam de acordo com o nível de salinidade da água, um fluxo que, segundo a Lourdes Gonçalves Furtado (1987), baseada na tradição oral, está condicionado ao volume de descarga do rio Amazonas na sua foz durante o inverno amazônico que tende a afastar a água salgada do Oceano Atlântico na costa do Pará tornando-a menos salgada ou “salobras”, com isso, cardumes que habitam essa faixa migram à procura de regiões características de seu “habitat”.

<sup>53</sup> Lázaro Amorim Fernandes, 16 de fevereiro de 2018.

principal professor de pesca (...)"<sup>54</sup>. Manoel, com doze anos, teve que tomar a iniciativa, como era o mais velho entre os seus irmãos, de aprender a pescar quando seu pai adoeceu e assim sustentar a família: "comecei a pescar... por uma necessidade, como eu já falei, eu já falei pra você já que meu pai adoeceu e eu na época eu tive que me tornar pescador pra sustentar minha família e meus irmãos..."<sup>55</sup> A participação de parentes no trabalho não se encerra na iniciação do ofício, prossegue nas parcerias durante as pescarias, montagem de currais, na comercialização do pescado e no financiamento dos instrumentos de pesca. Recorrer ao parentesco é uma forma de diminuir os riscos de uma atividade instável, pouco rentável e dependente de ciclos sazonais (MALDONADO, 1986).



**Foto 16** Seu Nilo Miranda e seus dois filhos, Nivaldo e Danilo Miranda, pescando às 6h da manhã de rede em Ajuruteua. Arquivo pessoal de Vilma Miranda.  
Foto: Roberta Barboza, 2005.

Segundo Manoel Ramos, seu principal desafio ao iniciar a profissão foi aprender a se equilibrar no convés das embarcações. Mas é indispensável, além disso, saber nadar, uma vez que o naufrágio é um perigo sempre presente no cotidiano desses sujeitos, principalmente porque

... a segurança nos barcos pequenos ainda é muito precária pros trabalhadores do mar e ainda existe essa possibilidade da pessoa perder a vida é... num naufrágio ainda aqui na comunidade, haja vista que eu já... como eu falei, eu já perdi vários amigos, dois ou três amigos meus já se perderam no mar... já perdi para o mar, na

---

<sup>54</sup> Manoel Ramos, 7 de novembro de 2019.

<sup>55</sup> Idem.

verdade.<sup>56</sup>

Os ensinamentos adquiridos ao longo da vida os qualificam a conhecer a dinâmica da natureza, especialmente as do mar e do movimento dos ventos, saberes elementares ao condicionarem táticas para enfrentar esse meio fluido, “enfurecido”<sup>57</sup> e o conseqüente naufrágio, fatos que tornam a pescaria uma verdadeira odisséia. Partindo de uma visão culturalista, Simone Maldonado (1986) explica que essa característica do meio produtivo seria uma das razões do comportamento desconfiado e independente do pescador, muitas vezes esquivo a mudanças e informações externas, o que leva muitos a classificarem-nos também como conservadores.<sup>58</sup> Essa contingência é minimizada pelo domínio e apropriação simbólica do ecossistema utilizando equipamentos elaborados artesanalmente e a habilidade cognitiva sobre os caminhos e tempos adequados à navegação. Outra razão desse traço psicológico dos pescadores é a imprevisibilidade da produção congruente à natureza cíclica e móvel do pescado, encargo que os expõe às incertezas, reduzidas geralmente ao lançarem mão de mecanismos afetivos e sociais como o parentesco na constituição de equipes, evitando e diminuindo conflitos inerentes à relação de trabalho ou trocando informações sobre as concentrações dos cardumes além de garantir vias de comercialização do produto (MALDONADO, 1986).

Lourdes Furtado atestou a importância da participação da família na iniciação do ofício já na infância em Marudá. De acordo com seus escritos, “o menino, desde cinco ou seis anos, já acompanha o pai nas lides do mar, ou se não, está envolvido por essa atmosfera de pesca desde cedo” (1987, p.129). Ao longo desse tempo, com a experiência acumulada, ele se torna pescador, ganha aptidão e assenhora-se do espaço.

A maioria dos sujeitos que tive contato se considera pescador, inclusive as mulheres, chamadas por alguns de marisqueiras, como foi destacado anteriormente. Sobre esse aspecto, é salutar destacar a divisão sexual na cadeia produtiva da pesca

---

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Maldonado (1967) observou que além dos perigos relativos à segurança do pescador nesse meio envolvente, outras contingências, como a imprevisibilidade da produção e a perecibilidade do produto circunscrevem os riscos da atividade, uma visão que atribui um determinado comportamento do sujeito às circunstâncias da sua relação com a natureza e à sua atividade econômica, ambas permeadas por um caráter instável e inseguro.

artesanal, no qual há uma participação intensa das mulheres na pesca tradicional, sobretudo nas atividades em terra relacionadas a esse ofício, como o remendo de redes, a salga de peixes e a despesca do “curral”, ou na pesca de subsistência, como a captura do caranguejo e do sururu. Atividades que segundo os pescadores são “menos perigosas” e requerem “delicadeza”, uma representação vinculada ao gênero. Mesmo com menos frequência que os homens, elas vão à pesca em alto mar algumas vezes acompanhadas por seus maridos e filhos (Foto 17) e, em alguns casos, mais raros, vão em grupo ou sozinhas.



*Foto 17 A presença da mulher na pesca tradicional acompanhada do marido e filhos.  
Foto: Marcus V. C. Oliveira, 10 set. 2018.*

Algumas mulheres contactadas, muitas vezes responsáveis pelo sustento familiar, hoje estão aposentadas e destacaram sua participação nesse tipo de atividade quando eram mais jovens, acompanhadas ou não de homens. Como foi o caso de Maria Raimunda da Silva, conhecida por “Dica”, que expressou com orgulho sua experiência na pesca quando afirmou:

Minha pesca é o camarão! Pescava peixe e... a gente pesca camarão,

mas no meio do camarão vem outros peixe também... Eu pesco... pescava com meu filho e... pesco com um outro senhor acolá que nós... pesca junto faz bem... sei nem quantos anos... que a gente pesca...<sup>59</sup>

Segundo Ednaldo Ramos de Sousa, sua companheira também pesca em sua companhia. Porém, fica explícito em sua fala que essa participação geralmente está relacionada à captura de caranguejos, siris, pesca do camarão ou na coleta do sururu, atividades consideradas pelos pescadores como complementares à economia familiar:

Rapaz, como diz o cara, essa minha parceira aí, rum! Nós anda por aí... aí nós vamo tirar sururu, vamo pegar uma caíca pro lado daí, tirar caranguejo... de vez em quando nós vamos lá... atrás do marisco também, ela não fica por fora assim não. Um dia nós fomo pegar sururu pra li, eu disse “é, vai tirar o sururu pra li que eu vou tirar caranguejo!” Hum! Tirei logo dois tanto de caranguejo e ela tirou o sururu... aí assim vai... É, é... é aqui em casa mesmo! Tem umas mulher aí “Seu” que... essas uma, essas são marisqueira de verdade mesmo. Rum! Com elas não tem dessa, pesca aí pra fora, pega camarão aí, pega siri, tudo elas pegam...<sup>60</sup>

De acordo com Norma Costa (2015), na comunidade do Bonifácio há um trânsito de homens e mulheres no variado conjunto de tarefas como na confecção e no conserto de apetrechos de pesca e captura e processamento do pescado. No entanto, esse trânsito não representa a ausência de divisão sexual do trabalho, uma vez que sua pesquisa concluiu que as atividades e os espaços de atuação das mulheres estão bem delimitados e estruturados por uma hierarquização de gênero – “isso é de homem, aquilo é de mulher”. Assim, às mulheres caberia às atividades domésticas, ligadas à maternidade e ao “cuidar”, tidas como obrigações femininas. Para essa autora, essas obrigações domésticas e do cuidar talvez expliquem a atuação feminina na pesca mais relacionada às atividades de captura no manguezal ou próximas da costa. Essa atuação mais específica na cata de invertebrados ou de pequenos peixes e, sobretudo, sua dedicação às atividades domésticas tem contribuído para que órgãos responsáveis pelas estatísticas pesqueiras e até as próprias mulheres não as classifiquem como pescadoras, mas sim de marisqueiras, mariscadoras etc., conforme idioma (LOPES *et al*, 2020), essa compreensão têm resultado em prejuízos às mulheres com relação a garantia de direitos básicos como o acesso à benefícios previdenciários, políticas assistenciais de maternidade,

---

<sup>59</sup> Maria Raimunda da Silva. Interlocução realizada em 10 de setembro de 2018.

<sup>60</sup> Ednaldo Ramos de Sousa. Interlocução ocorrida em 6 de janeiro de 2020.



doenças e auxílio defeso, etc.

De acordo com Lopes *et al* (2020) a invisibilidade do papel feminino na pesca está associado ao fato de está mais ligada à pesca de subsistência, atividade geralmente negligenciada nas estatísticas oficiais, o que ignora a importância desta atividade na composição considerável da dieta diárias das famílias, fonte essencial de proteínas e micronutrientes. Essa invisibilidade tem resultado na inadequada ou não remuneração da mulher, pois sua atividade de subsistência tem sido encarada como uma ajuda informal ou uma extensão das obrigações domésticas. Para reconhecer as mulheres como pescadoras é necessário entender o trabalho pesqueiro não apenas como ir ao mar ou ao rio, mas também reconhecer como parte integrante do processo o trabalho realizado em terra, do processamento do pescado à manutenção dos apetrechos pesqueiros (LOPES *et al*, 2020), só assim é possível compreender no que consiste a segurança alimentar e o bem-estar das comunidades pesqueiras e a importância da participação da mulher e da família nesse contexto.

Em tempos mais recentes, a opção pelo ofício da pesca, mesmo diante de outros caminhos abertos após a ligação rodoviária com a cidade e a oferta de ensino público em nível médio e superior, continua muito concorrida entre os jovens. Manoel Ramos diz que a pesca é um “ciclo vicioso” e cita a “vantagem” da atividade em gerar renda imediata e independência diante dos pais, em contrapartida da escolha pelos estudos que requer um tempo maior para dar retorno financeiro. Outro ponto citado foi o bom rendimento em determinadas temporadas, segundo ele, bem maior que o salário de alguns funcionários públicos:

... um ciclo vicioso, ela te dá um dinheiro muito rápido e muito fácil, entre aspas, porque a gente tem que ir lá no mar buscar, mas aí dentro de um mês as vezes o pescador daqui, dentro de um mês ele ganha até mais de que um funcionário público ou... e isso influencia muito a mente do adolescente “ah eu vou pescar porque eu ganho dinheiro logo amanhã eu tô com dinheiro, no final de semana... no final de semana eu tô com dinheiro, se eu for estudar até eu me formar para ser um professor ou um pescador ou outro alguém pra eu ganhar esse salário vai custar muito, eu vou logo é pescar aqui que o dinheiro chega mais rápido, eu vou me manter, eu não vou mais precisar do meu pai nem da minha mãe” então... mas mesmo assim ainda tem muitos adolescentes que pensam em... em estudar, apostado na educação, no estudo.

No entanto, alguns interlocutores têm observado um crescente desinteresse pelo ofício entre as crianças nos últimos anos. Elas estão presentes nas mais

variadas atividades cotidianas, e a infância em Ajuruteua, de modo geral, se divide entre as brincadeiras, a escola, igreja e o trabalho, o que é naturalizado para a maioria dos adultos. Porém, algumas mudanças de concepção sobre essa fase têm incomodado, especialmente o desinteresse e a ausência deles no trabalho, orientados pela legislação atual. Para o pescador Ednaldo Sousa, hoje poucas crianças demonstram interesse em ir acompanhar o pai na pesca e atribui isso, em uma fala condenatória, a preferência pelo brincar ou pelo “estar na rua”:

Tem uns que ainda se interessa pra ir, mas tem uns que não, não vai nem no porto. (Risos) Sempre quando estão zinho assim: “pai eu vou lá e tal”... tem uns que querem ir né, mas uns que ram! Nem diz.... convidando já não vai! (risos) [...] sempre foi assim! Que é difícil a gente vê assim... um caboquinho assim... esperto, eles querem mais é negócio de... negócio de rua... tá brincando, mas é difícil assim a gente vê. Tem, mas é difícil!<sup>61</sup>

A diminuição de crianças nas pescarias também foi observada por Moisés Melo Amorim, que em sua infância dividiu trabalho e estudo: “Era, trabalhava. Era porque eu só tinha aula num turno né, naquela época era só um turno de aula, depois já começou ter turno à tarde né, depois de muitos anos.”<sup>62</sup> Associar a infância ao trabalho, para Moisés, é natural e sinônimo de orgulho, uma vez que representa uma das dificuldades para prosseguir nos estudos.

Segundo Moisés Melo Amorim, não há contradição entre trabalho e infância. Ao contrário, ele atribui os problemas sociais, como violência e dependência química à falta de trabalho aos pequenos:

Hoje não trabalham não! As crianças de hoje não trabalha, se mantém só no estudo e a lei não quer que a criança trabalhe... e isso foi uma lei errada que botaram no nosso país, né? Criança não quer trabalhar, vai estudar... aí tem muitos que em vez de ir atrás do estudo vai fazer besteira, num vai estudar e vai fazer besteira... tu sabe disso né, irmão? Naquela época não, trabalhava desde zitinho... o trabalho não mata ninguém mano. O teu pai... o teu pai não vai botar um peso no teu ombro que tu não dá conta de carregar, isso não existe!<sup>63</sup>

Além das brincadeiras pelas ruas, de pés descalços, jogando futebol, empinando pipas ou pulando das pontes para tomar banho na “maré”, é comum encontrarmos crianças também nos rituais religiosos, como nas missas, procissões

---

<sup>61</sup> Ednaldo Ramos de Sousa. Interlocução realizada em 6 de janeiro de 2020.

<sup>62</sup> Moisés Melo da Amorim. Interlocução realizada em 6 de agosto de 2018

<sup>63</sup> Idem.

e batismos. Essa participação tem sido fundamental para a continuidade e reprodução de valores, crenças e da religiosidade local.



**Foto 18** Crianças participando da missa na Igreja de São Pedro.  
Foto: Marcus V. C. Oliveira, 29 jun. 2020.



**Foto 19** crianças jogando futebol em um igarapé, na Vila dos Pescadores. Fonte: Arquivo Pessoal de Renato Challu.  
Foto: Renato Challu, 2021.



**Foto 20** Crianças pulam da ponte na vila do Bonifácio, em Ajuruteua. Fonte: Arquivo Pessoal de Renato Challu. Foto: Renato Challu, 2014.



**Foto 21** Menino brincando com sua pipa na Vila dos Pescadores. Fotografia: Renato Challu, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1135996466762776&set=pb.100010573002215.-2207520000.&type=3>. Acessado em 13 de dezembro de 2021.

O parentesco, a participação das crianças no trabalho, nos rituais, os saberes ecológicos, o imediatismo e a possibilidade da autonomia têm dado continuidade na reprodução social e cultural dos pescadores que se mantêm mesmo diante de vários infortúnios como o contato com novos valores e crenças, a desvalorização do produto em concorrência com a pesca industrial, os perigos representados pelo trabalho no mar, o ciclo sazonal das safras e sua invisibilidade aos olhos do Estado, que pouco tem assistido suas demandas adequadamente ao longo de sua história. A ideia de que pescadores são conservadores e resistentes às mudanças não se sustenta ao observarmos a dinâmica de suas táticas e estratégias de adaptação à “modernização”. Instrumentos tecnológicos e novos costumes são aceitos ou rejeitados atendendo aos seus interesses e nem sempre as mudanças são impulsionadas por processos externos. Por vezes refletem iniciativas locais, o que infere a existência de uma negociação e a presença da agência desses sujeitos,

exemplificados pela relação de negócio com atravessadores, com a produção de conhecimentos no fazer cotidiano e a atualização de saberes “tradicionais”, temas discutidos mais profundamente no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 2: “A GENTE QUE NASCE AQUI E VÉVE AQUI, A GENTE QUE SABE”<sup>64</sup>: TRABALHO, SABERES E MEMÓRIA EM AJURUTEUA**

*Pescar eu sei que é preciso  
Aqui ninguém é doutor  
Só seja mais responsável  
Não estrague, por favor,  
A pesca é um grande seguro  
E o seu filho no futuro  
Pode querer ser pescador<sup>65</sup>*

Como foi abordado no capítulo anterior, um dos estereótipos reproduzidos sobre os pescadores é a sua desconfiança com as informações que vêm de fora, caracterizando-os como conservadores frente a inovações das práticas. Preconceito estritamente atrelado a uma visão evolucionista projetada sobre a população camponesa da Amazônia, um sujeito que, segundo essa visão, seria “incompleto”, “mal integrado”, que não é branco e nem índio, relacionado a o um modo de vida tipizado, com uma cultura estanque, decorrente de seu isolamento geográfico e socialmente limitado a relações de parentesco e compadrio (ARENZ, 2015). Este tópico demonstrará a capacidade de produção e reatualização de saberes de pescadores de Ajuruteua a partir de experiências do seu tempo presente, recusando ou aderindo saberes técnicos, atualizando conhecimentos transmitidos de geração a geração, articulando a memória com sua experiência cotidiana.

Estudos recentes (CARNEIRO DA CUNHA & ALMEIDA, 2002; ADAMS *et al.*,

---

<sup>64</sup> Moisés Melo Amorim, pescador, 66 anos. Entrevista concedida em 06 de agosto de 2018.

<sup>65</sup> Versos do poema “O Pescador”, de Manoel Ramos, morador da Vila do Bonifácio. (Arquivo Pessoal de Manoel Ramos).

2006; LEITÃO & SOUZA, 2006; CAPELESSO & CAZELLA, 2013; FERNANDES & FERNANDES, 2015) sobre as populações rurais e ribeirinhas amazônicas têm desconstruído esses preconceitos quando demonstram ao mundo acadêmico a riqueza dos saberes produzidos por esses sujeitos, suas adaptações e a adesão às mudanças em seu modo de vida. Essa agência pode ser observada em situações de questionamentos às determinações externas, como no caso da expressão contida no título deste capítulo, quando se remete à interlocução de um pescador ao narrar o seu questionamento da atuação do gestor da Reserva Extrativista Marinha Caeté Taperaçú quando proibiu uma armadilha de pesca em Ajuruteua em uma reunião do órgão. Brandão disse a ele: “eu sei que tu é formado, tu é formado na... no livro, mas a gente que nasce aqui e véve aqui, a gente que sabe, a gente que conhece... não tô desmerecendo o teu trabalho, a tua formatura”. A narração evidencia uma autoridade baseada no conhecimento prático, o qual constitui o *ethos*<sup>66</sup> do pescador, noções e princípios que caracterizam suas relações sociais, assim como sua vivência na paisagem como fator de autoridade perante a constituição do saber, tal como defende a constatação ingoldiana analisada por Murrieta (2017, p.847) entendendo que há uma “interdependência entre práxis, percepção e conhecimento”. A vida em Ajuruteua está imbricada na pesca e, conseqüentemente, sua base está na interação do homem com a natureza.

O sujeito pode até ter outra profissão, mas na ilha é como Manoel Ramos afirmou “hoje sou auxiliar de serviços operacionais (...), mas pescador eu nunca vou deixar de ser”<sup>67</sup>, ou Lázaro Fernandes quando respondeu trabalhar com “pescaria e carpintaria”<sup>68</sup>, mesmo exercendo muito mais a carpintaria que a pesca. Na Vila dos Pescadores, 73% das famílias se dedicam à pesca artesanal comercial (BARBOZA, 2006). Todos os sujeitos que conheci durante o trabalho de campo se declararam pescadores, inclusive os que não se dedicam mais a este ofício, como foi dito anteriormente. É difícil um indivíduo que não saiba a hora em que os barcos atracam no porto, em que a maré vai encher ou vazar, o dia de lua cheia, o tempo das águas

---

<sup>66</sup> Simone Maldonado (1986, p.32) ao analisar os traços psicológicos dos pescadores apontou o *ethos* como princípios e noções que caracterizam as relações sociais entre esses sujeitos. Para a autora, a independência, a autonomia, a competitividade, a desconfiança, o conservadorismo e o respeito ao meio que exploram são alguns traços que formam o seu jeito de ser e sua identidade, e correspondem a tentativa de diminuir os riscos inerentes às especificidades da atividade pesqueira e ao mar como meio explorado.

<sup>67</sup> Manoel Ramos. Entrevista concedida em 20 de agosto de 2018.

<sup>68</sup> Lázaro Amorim Fernandes. Entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2018.



grandes ou a época da safra da gó (*Macrodonancylodon*) ou do bandeirado (*bagre bagre*) atraídos pela presença da sardinha ou de botos (*sotaliaguianensis*). É comum todos que moram ali estarem envolvidos por essa atmosfera. Daniel Fernandes e José Guilherme Fernandes (2013, p.129) defendem que

(...) entre as populações pesqueiras do litoral amazônico, por sinal altamente piscoso, em razão da larga faixa costeira de manguezais, é notória, na observação da paisagem marítima pelos pescadores, a habilidade de reconhecer de que onde há boto há cardumes, pois o golfinho amazônico se desloca atrás de alimento em fartura, e, de longe, ao corrermos os olhos pela paisagem, é possível enxergá-lo em seus movimentos sinuosos e acentuada velocidade. Onde a pesca não dispõe de alta tecnologia, como instrumentos de localização, a exemplo de sonares e GPS, o que vale é a habilidade para julgar o que a visão registra e a memória ratifica pelo acúmulo de saber de gerações.

Diferente de um sujeito passivo e ignorante, esses indivíduos articulam, negociam e reivindicam seus interesses utilizando-se dessa apropriação do espaço. O domínio do meio, sua familiaridade e vivência dá ao pescador autoridade diante de intervenções externas, mesmo técnicas. Em face disso, esta tese concorda com a premissa ingoldiana analisada por Murrieta e Prado (2017) de que a percepção da natureza é produto das formas de engajamento dos sujeitos em suas lides diárias, sendo a pesca tendo papel de destaque ao proporcionar certa vivência na paisagem, chegando a somar conhecimentos em outros domínios não ligados diretamente à essa atividade econômica.

Em consonância com essa análise, concentro minha atenção na habilidade do pescador de Ajuruteua, em sua leitura da natureza, suas tecnologias, na sua capacidade de medir o tempo por meio de sinais registrados no ambiente, tais como o movimento das marés, os ciclos lunares, a presença de espécies como o boto ou a sardinha ou a piscosidade das águas marinhas durante o inverno amazônico compondo um saber singular, de extrema importância para o manejo e a preservação da riqueza e diversidade desse ecossistema. Um saber em constante transformação diante das mudanças impostas pelo tempo, pela natureza e pelo homem.

Segundo Diegues (1999), até pouco tempo as populações haliêuticas foram negligenciadas pela academia e quando lembradas foram estudadas inadequadamente a partir de conceitos e metodologias aplicadas ao meio rural, desconsiderando suas peculiaridades. Ainda de acordo com esse autor, nas ciências

humanas, recentemente a antropologia marítima se consolidou enquanto área específica do conhecimento especializada em estudos etnológicos sobre comunidades que vivem do mar. Nessa disciplina, a preocupação é a variedade e complexidade dos sistemas técnicos, sociais e simbólicos elaborados pelas populações litorâneas no processo de apropriação do espaço. Assim, a questão é apresentar os aspectos distintos do modo de vida da gente do mar em contraste com o modo de vida das “populações continentais”<sup>69</sup>, com as quais mantêm uma relação próxima.

Tendo em vista essas proposições, a intenção neste capítulo, à luz da história, em especial, mas também considerando elementos teóricos advindos de outras áreas, tais como da geologia, oceanografia, biologia marinha, geografia e da própria antropologia marítima, diante das mais variadas relações e construções culturais em relação à natureza e seus componentes, é interpretar a interação desse homem de Ajuruteua com o ambiente litorâneo; especialmente no que concerne à organização do tempo, espaço e produção em suas atividades cotidianas, entre 1970 até 2005, identificando mudanças e permanências ao longo do período indicado, observando adaptações e atualização de práticas e saberes de acordo com a ocasião. O recorte temporal se justifica pela intensificação da ação antrópica nesse período que, somado às mudanças de caráter naturais, especialmente os processos erosivos de 1993, provocaram variados impactos ambientais e sociais, forçando os habitantes a criarem novas estratégias para viver, produzir e se reproduzir.

É importante ressaltar o caráter natural dos processos erosivos por qual passou e passa esse espaço há séculos, especialmente na península de Ajuruteua ocasionados pela retenção de sedimentos arenosos no estuário somado à interação de agentes hidrodinâmicos como ventos e ondas constantes e a alta das marés sujeita a variações intensas de acordo com o ciclo lunar (MANESCHY, 1993; PEREIRA, 2013). O acúmulo desses processos acarretou significativas mudanças geográficas, assim como alterações nas estruturas sociais.

Somado a isso, a partir de meados de 1970, a introdução de dois processos de caráter econômico impactou ainda mais o modo de vida “haliêutico” desenvolvido em Ajuruteua: a exploração da pesca industrial no litoral paraense com alta tecnologia e capacidade de produção resultando em ação predatória; e o início das

---

<sup>69</sup> Expressão utilizada por Diegues para se referir às populações não litorâneas que não compartilham do modo de vida haliêutico e sim de experiências urbana ou rural.

atividades turísticas no local, fomentados pela construção de uma rodovia que aterrou 26 km de manguezais iniciada em 1973 e concluída dez anos depois, facilitando o acesso à localidade e permitindo uma maior pressão sobre os “recursos naturais”<sup>70</sup>; além da especulação imobiliária, assim como a introdução de novos costumes, hábitos e necessidades entre os moradores locais.

É indispensável compreender o que os pescadores fizeram com aquilo que fizeram com eles<sup>71</sup>; em outros termos, elucidar como eles agiram frente aos processos naturais e antrópicos que afetaram suas vidas. As constatações observadas servirão para demonstrar a capacidade de ação, mutação, adaptação, criação, mobilidade e comunicação de tais entidades haliêuticas, vistas muitas vezes como imóveis e congeladas no tempo. Assim como, demonstrará como as interações e trocas não representam um processo de desterritorialização, ao contrário, podem ser um fator de uma nova territorialidade e de enriquecimento cultural e material dependendo das relações de poder estabelecidas (SOUZA, 2008). Nessa análise, é imperioso considerar as conclusões de Certeau quando defendeu que o homem não é passivo diante dos acontecimentos, ele cria estratégias, faz adaptações, se utiliza das imposições do poder independente do que foi projetado para ele, produz “maneiras de fazer (...) práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural (CERTEAU, 2014, p.41)”, mas também das mudanças provocadas pelas ações geofísicas, como é o caso de Ajuruteua. Fazendo uma analogia com as representações de imagens e comportamentos que são difundidos e a forma como são consumidos pelos receptores, Certeau propõe: “(...) a análise das imagens difundidas pela televisão (representações) e dos tempos passados diante dos aparelhos (comportamento) deve ser completada pelo estudo daquilo que o consumidor cultural “fabrica” durante

---

<sup>70</sup> Utilizei o termo “recursos naturais” propositalmente, considerando o sentido econômico dado aos componentes extraídos da natureza, uma vez que os empreendimentos citados têm como único objetivo a exploração econômica da região vendo a natureza apenas de forma utilitária. Em sua tese de doutoramento, Iane Batista (2016) analisou as concepções de natureza nos Planos de Desenvolvimento para a Amazônia entre 1955 e 1985, concluiu que as visões sobre flora, os solos, a água e os subsolos transmitidas nos Planos refletiam um cunho utilitarista, o qual norteava o pensamento estatal, assim os componentes naturais foram qualificados enquanto “recursos naturais”.

<sup>71</sup> O problema da pesquisa remete à reflexão proposta por Jean-Paul Sartre em sua obra “O existencialismo é um humanismo” (1946), quando o filósofo francês pensa o existencialismo como um humanismo, entendendo que nada nos determina, pois existimos por nós mesmos, ou seja, “o homem nada mais é do que aquilo que ele faz a si mesmo” (SARTRE, 1987, p.6). Sendo assim, o problema posto na pesquisa busca compreender o que os moradores de Ajuruteua fizeram de si a partir das mudanças impostas pelo próprio homem e pelas mudanças naturais.

essas horas e com essas imagens (CERTEAU, 2014, p. 39). “Nesse sentido, é substancial compreender as “maneiras de fazer” do morador de Ajuruteua, o que ele “fabrica” ou como ele se reapropria das imposições a partir de mudanças naturais e antrópicas em seu espaço.

## 2.1. O pescador é lunar

O pescador é lunar. As águas estão crescidas, as redes são recolhidas, hoje é dia de lua cheia e a saga vai começar. O rei sol já vai sumindo, a Lua já vem saindo por sobre as ondas do mar. A maré já vai vaziar. O pescador é lunar. Todo dia bem cedinho, no início da vazante, ele segue seu itinerante, e só pode parar na beira apenas por um instante. Quando morrer as águas inteira e chegar o quarto minguante [...].

Autor: Manoel Ramos (BARBOSA [et al], 2017, p.27)

O calendário do pescador é a lua, seu relógio é a maré. Um traço específico da dinâmica na vila de pescadores em Ajuruteua é a sua dependência em relação ao movimento das marés, por sua vez, determinado pelo ciclo da lua, uma continuação da junção tempo-espaço típico, segundo Giddens (1991), de culturas pré-modernas. A ação do homem é condicionada por um evento da natureza, como expresso no poema acima. Para o pescador, quando “as águas estão crescidas, as redes são recolhidas, hoje é dia de lua cheia e a saga vai começar”, é o sinal, é a “sirene” que anuncia o início do trabalho. Tem que correr para não perder a “maresada”<sup>72</sup>. Mesmo após o advento da modernidade e três séculos depois da invenção do relógio mecânico, essa sociedade, assim como outras populações litorâneas, ainda mantém um costume tradicional ao determinar sua vida pelo tempo da natureza. A forma de experimentar o tempo está conectada a marcadores da natureza como o fluxo da maré e entrada e saída da lua. Giddens (1991) afirma que o cálculo do tempo constituía a base da vida cotidiana entre as culturas pré-modernas; o tempo estava vinculado ao lugar, não poderia ser dito sem a referência a marcadores socioespaciais, exatamente como ainda ocorre em Ajuruteua, condicionado por um “saber especializado” sobre a natureza.

Ressalto a distinção entre saber e conhecimento para balizar a importância da discussão empreendida aqui. Analisada no texto “A “experiência próxima”: saber e conhecimento em povos tradicionais” de Daniel dos Santos Fernandes e José Guilherme dos Santos Fernandes (2015), essa tensão entre saber e conhecimento,

---

<sup>72</sup> Para os pescadores de Ajuruteua, a palavra “maresada”, que deriva de maré, é uma categoria êmica que significa maré boa para pescar.

ressaltam os autores, implica visões e práticas distintas na relação sujeito e objeto de apreensão, diferentes formas de construção da realidade que, no entanto, não deve ter caráter valorativo. O conhecimento é resultado da capacidade de cognição (pensamento e reflexão abstrata), implica em um distanciamento maior entre sujeito e objeto; já o saber, por sua vez, além da capacidade de cognição, inclui afeto e volição, capacidade de decidir e escolher em conduta “consciente”, característico dos povos ditos “tradicionais”. Tais conceitos não podem ser tomados hierarquicamente, são perspectivas da construção da realidade distintas e assim tem diferentes situações de aplicabilidade. Para Murrieta e Prado (2017), Conhecimento Ecológico Local e conhecimento científico convergem e são complementares. Nestes termos, no âmbito deste trabalho, me atendo, sobretudo, ao conceito do saber, mais apropriado quando me refiro ao acúmulo de informações “especializadas” e transmitidas mediante a experiência ancestral de pescadores e, também, por abordar temas socioambientais por método etnográfico.

O trecho do poema “O pescador é lunar” apresentado no início deste tópico, do poeta e pescador Manoel Ramos, descreve práticas cotidianas de um pescador do litoral e é exemplar quanto ao conceito de “saber” exposto anteriormente, uma vez que Manoel utiliza sua experiência de atuação e os pressupostos de sua sociedade como fontes de informação. Os sinais do espaço físico e geográfico são lidos sensivelmente e determinam a hora de sair e de chegar, de armar a rede, o momento e o tempo de aportar à beira, os dias que os pescadores estão em terra ou no mar. A lua, a maré, a areia molhada da praia, a onda, a direção em que a maré corre e o vento são evidências lidas e decifradas na paisagem cognitivamente por esses sujeitos e “diz” a eles a melhor decisão a se tomar. Sem a anuência do saber venatório, como de caçadores, há poucas chances de resistir aos perigos impostos pelo mar e de ter sucesso na pesca.

Nivaldo, quando questionado sobre qual critério usado por ele para saber se a maré está enchendo ou vazando, apontou para a areia molhada como sinal de que era hora da vazante, a maré se recolhe e deixa a areia úmida, o inverso de quando a maré está enchendo. Carneiro da Cunha e Almeida (2002, p.13) ao analisarem os saberes dos povos do Alto Juruá sobre a floresta destacaram que a sua “observação é detalhada, minuciosa, e cada um está atento ao que vê e ouve”, hábito semelhante ao dos moradores de Ajuruteua ao “ler” a natureza.

Para Anthony Giddens (1991, p.27), “a invenção do relógio mecânico e sua

difusão entre virtualmente todos os membros da população foram de significação-chave na separação entre o tempo e o espaço”, criando ainda “zonas do dia”, especialmente para atender as necessidades do mercado. No entanto, mesmo levando em conta que a pesca, inclusive a artesanal, não escapou à pressão do capital e da introdução de novas tecnologias, persiste a relação de intimidade e dependência do pescador artesanal com o ambiente na Vila dos Pescadores de Ajuruteua, não seguindo o mesmo nível das mudanças em relação à separação tempo-espaço que ocorreu principalmente nos grandes centros urbanos, conservando determinadas práticas e modificando outras. O que não significa a negação ou resistência a equipamentos “modernos”, mas a busca por alternativas à sua falta ou mesmo a complementação de suas funções quando estes apresentam limitações.

Outra interpretação possível para essa peculiar experiência do tempo dos pescadores pode ser ancorada nos escritos de François Hartog (2015) em *Regimes de historicidade*, no qual defende a existência de várias “ordens do tempo” que varia de acordo com os lugares e as épocas, tão imperiosa para quem a vivencia que são naturalizadas. São temporalidades vivenciadas distintamente de cultura a cultura, com marcadores específicos e significados distintos relativos às experiências históricas. Nesse caso, marcadores temporais estão relacionados a sinais oriundos do mar, da lua, das nuvens, do vento, das chuvas e muitos carregam consigo signos para além da racionalidade ocidental.

O relógio mecânico, até certo ponto, pode ser um instrumento dispensável aos pescadores. Considerando que a divisão do tempo para muitos deles se dá pela enchente e vazante da maré, pela entrada e saída da lua ou mesmo pela posição do sol, o relógio torna-se um instrumento complementar. O calendário está muito mais relacionado à safra de espécie de peixes consumidos tradicionalmente em determinadas épocas, como a chegada do período chuvoso que derrama material orgânico do manguezal nas águas oceânicas deixando-a mais turva e conseqüentemente mais rica em alimentos para diversas espécies. Pescadores contam que esse ambiente é atrativo para sardinhas e, por conseguinte, para espécies maiores que se alimentam desses animais. Quando o cardume de sardinha aparece é sinal de fartura da pesca de espécies maiores, isso se dá pela capacidade de reprodução rápida e alto valor nutricional. No Pará é comum ouvir que “a sardinha é a farinha dos peixes”. Essa espécie constitui-se como principal alimento de peixes

maiores, assim como a farinha é o principal alimento do paraense (BARBOZA, 2017, p.39). Seu Moisés Melo Amorim (2019), o “Seu Brandão”, quando perguntado se havia regras entre os pescadores, respondeu: “Rapaz olha... a sardinha tu não pode matar muito ela, porque se tu matar muito ela é crime!”. Um estudo de Barboza (2006) sobre a interface entre os saberes tradicionais de pescadores de Ajuruteua com o conhecimento científico, concluiu que a menção à sardinha como base alimentar de várias espécies coincidia com as informações da literatura especializada sobre a dieta alimentar dos peixes do estuário do Rio Caeté. A importância da safra da sardinha pode ser constatada pelo anúncio da chegada de um novo tempo, é a época de safra de várias espécies e de fartura e trabalho para os moradores. O tempo é medido assim por um marcador espacial, uma mudança promovida por um componente da natureza.

Os saberes ecológicos e sua adaptação às mudanças geográficas continuam sendo elementos essenciais ao morador de Ajuruteua. O saber e o fazer são adquiridos, como é típico de sociedades ditas tradicionais, pela prática, pela continuidade da atividade e na convivência grupal. São registros mentais, transmitido pela tradição oral de pai para filho, de geração a geração e produzidos nas lides diárias, pois não existe saberes desvinculados da prática, uma vez que práticas e pressupostos não se separam, se informam e se enriquecem mutuamente, como bem alertaram Carneiro da Cunha e Almeida (2002, p. 13-14):

É na caçada, no marisco, na agricultura, no corte da seringa, nas práticas em geral, que se transmite e se amplia o conhecimento da floresta. Não existe e não persiste um saber desvinculado da prática (...). O conhecimento local não é portanto apenas transmitido de geração em geração. Envolve por um lado pesquisa, experimentação e observação; por outro, envolve raciocínio, especulação, intuição. Supõe uma prática constante e, enfim, muita troca de informação.

Até o início da década de 1980, antes da introdução da rodovia PA-458 que liga a Vila dos Pescadores à zona urbana do município de Bragança, os moradores viviam ainda mais dependentes dos eventos naturais. O pescador-escritor Manoel Ramos rememora esse tempo como a época à “mercê da maré”, mas que sabia exatamente os horários em que podia viajar até a cidade para vender seu pescado e comprar gêneros necessários à sua reprodução. A relação com a sociedade circundante era menos dinâmica, mas era essencial para o escoamento da produção e para a aquisição de mercadorias. A fala a seguir deixa entrever um saber

pormenorizado do movimento da maré e a importância da dinâmica marinha na divisão do tempo:

É porque a gente vivia na espera, vamos supor: eu queria ir em Bragança tinha que sair daqui de manhã, pegar um barco pra ir pra Bragança e voltava a tarde e aí eu só poderia ir no outro dia, no mesmo horário ou... ir...a mercê da maré, eu quero dizer a cada dia ela tem uma hora ou quarenta e cinco minutos de diferença. Se hoje eu poderia ir em Bragança, sair daqui seis horas da manhã, amanhã já ia aumentar uma hora ou mais a... e... a estrada nos trouxe o benefício de toda hora ter carro (...)<sup>73</sup>

Saber o dia e a hora em que poderá retornar à sua localidade não foi aprendido em livros ou em sala de aula. É fruto de larga observação, da longa experiência e das trocas constantes de informações com seus pares. Esse conhecimento não enriquece apenas o saber náutico, mas configura-se essencial em sua vida econômica. Conhecer a natureza proporciona estratégias de captura, escolha do pescado, o uso do material correto para uma pesca específica, os métodos a serem utilizados e diligência para evitar acidentes com ferrões ou naufrágios. Para Furtado (1993, p.200), esse “conhecer” e “saber fazer”, no caso dos pescadores se refere a:

Conhecer os pesqueiros ou pontos de pesca, os tipos de peixes que neles habitam; identificar as melhores horas de captura-los; saber sobre a influência dos ventos e da chuva nas pescarias; os espaços que podem ou não pescar; a influência da lua no regime das águas pluviais e fluviais e ainda no trabalho de parto das mulheres de pescadores; o saber manejar o ambiente; o saber tecer uma tarrafa, arpoar um pirarucu, gapuiar ou tapar um igarapé, etc. (...)

Lázaro Fernandes<sup>74</sup> explicou que o pescador de rede de arrastão tem que ter “a base dele”, saber quando é “enchente” ou “vazante”; já o pescador de curral (Foto 22) só “despesca o curral” com a maré seca, quando a maré enche ele pesca de outra forma. Para constatar os horários da enchente e da vazante seu Lázaro se baseia no ciclo lunar e no tempo de cada movimento. Segundo ele, em dias de lua cheia ou lua nova a maré vaza meia noite, no dia seguinte ela vaza uma hora da manhã, ou seja, há o acréscimo de uma hora de um dia para o outro, pois aumenta meia hora na enchente e mais meia hora na vazante. Trinta minutos é o tempo de intervalo entre a enchente e a vazante, um período chamado de “parança” entre os

---

<sup>73</sup> Manoel Ramos, 20 de agosto de 2018.

<sup>74</sup> Lázaro Amorim Fernandes. Entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2018.



pescadores, momento ideal para lançar as redes ao mar. A categoria êmica “parança”, de acordo com Barboza (2017), corresponde para o pescador ao intervalo de “meia maré” entre dois ciclos distintos que ocorrem a cada seis horas, enchente e vazante. Durante esse período a maré tem movimento menor, não “corre”, dando a impressão de estar parada. É uma descrição específica do tempo, com categorias e leituras construídas culturalmente.



*Foto 22* Curral em Ajururteua (MANESCHY, 1993)

José Nazareno Sousa dos Santos lembrou que o pescador precisa de uma “hora exata”, “ele sai quando ela volta e ele chega quando ela enche...”, ou seja, sai para pescar quando ela seca e deve chegar quando ela está cheia. Essa estratégia se fundamenta pela facilidade de navegação na saída quando a maré está secando, ou seja, “a favor da maré”, assim como na chegada, com o chegar da maré. Além disso, a maré cheia na chegada dá condições para que o pescador atraque sua embarcação em um lugar seguro. Após chegar ao ponto de pesca, ele deve esperar a

virada da maré, a “parança”:

(...) É assim, até pra pesca dele ele precisa ter uma hora exata né! Como eu te falei, ele, ele sai na maré vazante e vai depender de maré alta até pra pesca dele lá. Por exemplo, existe uma virada de maré que é o momento da enchente que é uma parada da maré... (...) essa parada da maré, ela... ela é um momento que o pescador utiliza até mesmo pra fazer, como eles mesmos dizem: fazer uma parança!

De acordo com José Nazareno, a “parança” é feita de maré alta. A rede, uma pescadeira<sup>75</sup> por exemplo, deve ser posta meia hora antes da maré vazante nos pesqueiros, onde ele “imagina” que há muitos peixes, geralmente nos lajeiros (substratos rochosos), e só terá sucesso se colocar a rede na hora certa, no momento da virada da maré. Quando a maré começa a voltar, deve tirar imediatamente seus instrumentos de pesca, pois já não terá sucesso a partir de então.

Em todas as interlocuções ficou demonstrado o saber do pescador em relação à cinesia das marés como subjacente ao ciclo lunar. Assim, todo pescador é grande conhecedor dos fluxos da terra e da lua ao redor do sol e suas consequentes influências sobre as águas do mar, assim como, sua relação com a dinâmica das espécies que o habitam, mais especificamente, da recorrência de espécies de peixes em determinadas águas e o uso da armadilha ideal para a captura.

A observação contínua da lua faz parte da rotina de quem reside na região costeira. O conhecimento do ciclo lunar é uma estratégia para diagnosticar as condições da maré para a pescaria. Ao mesmo tempo em que relacionam o tipo de maré às artes de pesca a serem utilizadas. (BARBOZA... [et al.], 2017, p.29)

Um dos exemplos citados por Barboza (2006) sobre a relação da pesca à atividade das marés é a pesca do camarão. Nessa tarefa se utiliza geralmente a rede comum nº25 própria para a maré forte, chamada pelos pescadores como maré “lançante”. Assim, a maré arrasta o camarão imerso na areia. Por outro lado, quando a maré está fraca, com pouca ou nenhuma maresia, a “maré de quarto morto”, eles utilizam a rede nº25 de arrasto, sendo que o chumbo e a força empregada pelo pescador promove a dispersão do camarão até que se emalhe<sup>76</sup> (BARBOZA... [et al.], 2017).

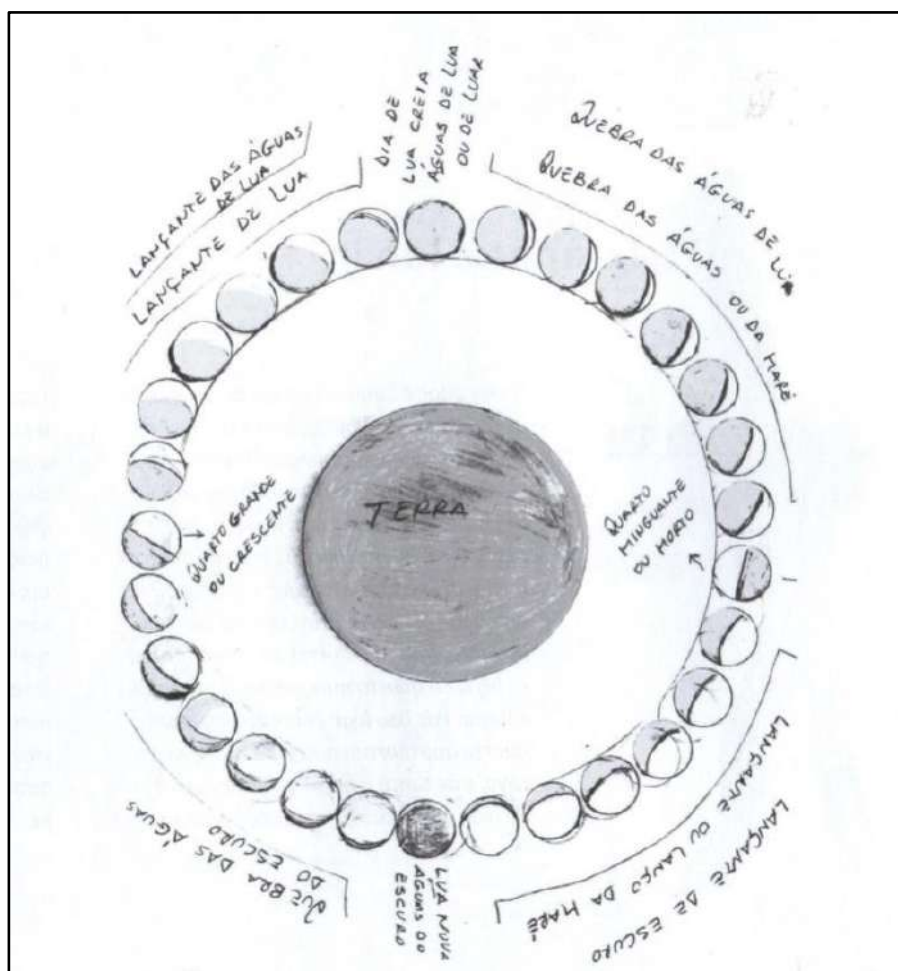
Manoel Ramos foi autor de um desenho explicativo do ciclo lunar e sua influência sobre o movimento das marés utilizado por Barboza (2017), lançando mão

---

<sup>75</sup> Rede de pesca específica para capturar pescada amarela (*Cynoscionacoupa*).

<sup>76</sup> Emalhar é um termo local que indica o momento em que o camarão fica preso às malhas da rede.

de uma linguagem própria e um saber oriundo da prática, experiência e da transmissão de gerações anteriores. As fases da lua impõem várias alterações no comportamento das marés descritas por um conjunto de termos locais como: “lançante de lua”, “quebra das águas”, “lançante de escuro” ou “lançante”, “lançante das águas de escuro”, “quarto crescente” e “quarto minguante”. Observe a Figura 3 abaixo:



**Figura 3** Esquema do ciclo lunar que determina os tipos de marés, desenhado pelo pescador Manoel Ramos de Ajuruteua. (SÁ LEITÃO BARBOSA *et al*, 2017, p.28)

Há na explicação de Manoel Ramos uma tentativa de introduzir um princípio de ordem no universo e a simples tentativa de classificação já possui virtude em relação a sua ausência. Lévi-Strauss defendeu os saberes daqueles que são considerados “primitivos”, tendo em vista que “a explicação científica correspondendo sempre a descoberta de uma “ordenação” – toda tentativa desse tipo, mesma inspirada em princípios “não-científicos”, pode encontrar ordenações verdadeiras” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p.27).

As denominações utilizadas pertencem a um vocabulário local relativo a nomenclaturas que definem as impressões visuais da lua ou da maré pelos pescadores, como: “lançante de lua”, quando a claridade da lua está crescendo; “lançante de escuro”, quando a claridade da lua diminui bastante; “quebra das águas de lua”, quando a lua começa a perder a claridade e a maré perder altura; e “quebra das águas de escuro” quando a iluminação da lua volta a aparecer e as água também diminuem.

Alguns termos utilizados para denominar aspectos do mundo físico são derivados de práticas humanas reais, inerentes às múltiplas relações entre os homens. Se falarmos do homem ou da natureza de forma singular, separadamente, excluimos as relações sociais e suas mudanças. Para Williams (2011, p.102) “(...) quando falamos de seres humanos misturando seu trabalho com a terra, estamos em um mundo de novas relações entre o homem e a natureza, e separar a história natural da história social torna-se extremamente problemático.”

A linguagem entre os povos tradicionais contém elementos de sua concepção de mundo e as palavras usadas em suas narrações dizem bastante sobre a complexidade dessa visão. De acordo com Daniel Fernandes e José Fernandes (2015), considerando formulações teóricas de Gramsci em sua obra “*Espontaneidad y dirección consciente*” (1931), defendem a existência de uma sistematização no saber-fazer dos povos tradicionais, construídos em uma “consciência prática” implícita em suas ações, comuns a seus pares em suas intervenções práticas da realidade. Um exemplo dessa sistematização é sua capacidade em formular textos explicativos de sua realidade. Nesse aspecto é válido observar a explicação de Manoel Ramos sobre sua ilustração:

Desse esquema, aqui ela tá em lua cheia, daí a gente chama quebra de maré quando... quando ela chega nessa meia lua ela tá no quarto min... é... a gente chama quarto crescente, mas ele na verdade é

quarto decrescente, a lua vai ficando em forma de “D”, quando ela... ela vai diminuindo até chegar a gente não vê a lua, ela fica em lua nova e a gente não vê, quando ela aparece ela aparece bem fininha no outro dia, após a lua nova ela aparece bem fininha, aí ela vai crescendo novamente até chegar no quarto minguante e daí ela torna... continua crescendo até dá na lua cheia novamente. Nesse período que eu tô falando aqui que o pescador começa a pescar de rede pescadeira ele pode pegar três marés antes dela chegar aqui na lua cheia e parar três ou quatro marés depois, quando ele vai pescar de rede fina ele vai pegar três marés depois e vai parar umas três depois que... quer dizer, ele só tem no máximo uma semana pra...<sup>77</sup>

A natureza narrativa, como frisaram Daniel Fernandes e José Fernandes (2015), pode ser entendida como o *modus operandi* de repasse do saber, e é por meio do uso de gêneros narrativos, como relatos de experiência, os contos e causos e os mitos, que conferem relação mimética e verossímil entre o sujeito-narrador e a realidade focada. Como bem anotou Le Goff (2003, p.425), a memória coletiva nessas sociedades “interessa-se mais particularmente pelos conhecimentos práticos, técnicos, de saber profissional”, um aprendizado que, todavia, não é repassado “palavra por palavra”, mas por “homens-memória” que desempenham um importante papel de manter a coesão do grupo. Nesse sentido, o esquema explicativo de Manoel Ramos, além de descrever a dinâmica das marés e a influência lunar, aponta o tipo de maré para o uso específico de determinados materiais. Em marés grandes se usa a rede *pescadeira* e em marés baixas se pode utilizar materiais mais frágeis, como redes de linhas mais finas, como as utilizadas em redes ancoradas. Ramos faz o *bricoleur*, “aquele que trabalha com suas mãos, utilizando meios indiretos (...)”; detém “um repertório cuja composição é heteróclita e que, mesmo sendo extenso, permanece limitado” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p.33). Maneschy (1993, p.84) chegou a afirmar que as variações naturais condicionam a vida dos pescadores:

Em termos gerais, as diferentes modalidades de pescaria de Ajuruteua, como em todo o litoral amazônico, são bastante influenciadas por fatores naturais que determinam as épocas mais apropriadas e as diferentes áreas de operação ao longo do ano. Os habitantes possuem todo um vocabulário próprio para expressar tais variações do meio natural que tanto condicionam suas vidas.

Em conformidade com Maneschy, Manoel Ramos ainda sentencia enfaticamente o quanto a maré é determinante em suas vidas, definindo a hora de sair, de chegar, de abastecer a embarcação e nesse contexto, a lua “é a dona!”

---

<sup>77</sup> Manoel Ramos. Interlocução realizada em 20 de agosto de 2018.

Olha o pescador ele depende da maré mesmo, não tem como fugir, depende da maré pra ele pescar, depende da maré... a maré que vai determinar o dia que ele vai parar de pescar, a maré que determina o dia que ele vai sair pra pescar e isso tudo também influenciado pela lua, que a lua é a dona... eu até escrevi que o pescador é lunar um dia porque ele depende da influência da lua que determina isso... a lua determina a maré, é o fator determinante da maré é a lua e a maré que determina a vida do pescador, embora ele não precise dela para viajar, para fazer uma grande viagem, mas ele precisa dela pra sair do porto pra... com... dependendo da maré a hora que ele vai abastecer o barco de gelo, sabe o dia que ele vai sair pra pescar, o dia que ele vai parar de pescar, então a maré é fator determinante...<sup>78</sup>

Com a leitura do ambiente e sua descrição detalhada das distinções com linguagem específica, Manoel Ramos corrobora com a sentença de Lévi-Strauss (2012, p.17) quando afirmou que “a proliferação conceitual corresponde a uma atenção mais firme em relação às propriedades do real, a um interesse mais desperto para as distinções que aí possam ser introduzidas”. Os conceitos emitidos e sua linguagem articulada são objetos de tradução de biólogos, oceanógrafos, engenheiros de pesca e diversos outros cientistas que frequentam a vila dos pescadores todos os anos em busca de informações e auxílio em suas pesquisas.

Em 1976 o pescador José Amorim narrou à reportagem de “O Liberal” como era a vida do pescador. Sua primeira descrição abordou o seu calendário de pesca e a divisão do mês em quatro águas e dezesseis dias de pesca. “Um mês tem quatro águas: Quarto minguante, Crescente, Cheia, Nova. Quando a maré está baixa, os peixes ficam mais distantes. Por isso, de acordo com as águas, é que pescamos. Durante o mês saímos para o mar somente 16 dias” (PEIXE..., 1976, p.5).

Acerca da relação entre a atividade pesqueira e a maré, Moisés Melo Amorim (2018) destacou a existência de maré boa e maré ruim para pescar. Segundo ele, esse fato está relacionado não só à facilidade de captura, mas também à manutenção dos equipamentos e o risco de danificá-los. É comum os pescadores perderem materiais de pesca durante as grandes marés. Quando perdem suas redes, entram em ação as redes de solidariedade e todos os dias vão à praia buscar notícias com outros pescadores, há sempre a esperança que algum pescador encontre o material e traga de volta para o dono. Moisés Amorim detalhou esse aspecto da pesca:

Olha, essas marés agora tão boa pra pescar porque elas tão com pouco volume de água, elas têm menos possibilidade de esbandalhar

---

<sup>78</sup> Idem.

uma rede, elas têm possibilidade da gente matar mais um peixe... (...) Olha, essa maré agora ela vai até quinta-feira boa pra pescar, aí já vai entrar a maré com mais volume de água, aí tem mais perigo de perder uma rede, de tu rasgar a tua rede, porque é começo de lançante alta. O que é o lançante alto que nós diz aqui? O lançante grande... é porque vai dá as água grande...

A “água grande” é no tempo da lua cheia ou na lua nova e as marés lançantes iniciam sete dias antes das marés de lua, após as marés de quarto crescente, lançante de lua, ou minguante, chamada também de lançante de escuro. Assim seu Brandão explicou:

É porque a gente já sabe já, essas água agora é grande porque o luar tá fazendo zinho, as águas do luar tá fazendo maior de que o escuro... (...) Se baseia na lua (risos), é por isso que a gente sabe quando a maré vai ser grande, quando a maré vai ser menor por causa da lua. Porque o luar tá dando zinho e o escuro tá dando grande, agora vai ser a lua minguante, a lua nova né... é... a lua nova.<sup>79</sup>

Mesmo com narrativas distintas, cada um à sua maneira, há uma simetria nas explicações dos pescadores sobre o movimento das marés. Seja a narrativa de Manoel Ramos, José Nazareno, Lázaro Fernandes, Moisés Melo ou José Amorim, todas elas apresentam uma estrutura comum, a pesca como uma atividade submetida à dinâmica marítima e dividem o mês em quatro marés.

Na ausência de uma maré boa para pescar, eles se concentram nas atividades de conserto das redes. Mesmo em casa esses homens continuam trabalhando, horas e horas por dia repetindo os mesmos traçados, com habilidade surpreendente remendando as redes de pesca. Além do saber náutico, de identificar o comportamento dos animais, dos hábitos alimentares e migratórios, o pescador de Ajuruteua tem a habilidade de um artesão. Mais que trançar redes, vários também fabricam outras armadilhas de pesca. Todos os dias na Vila dos Pescadores há pescadores que se reúnem em geleiras<sup>80</sup> para remendar as redes rasgadas da última viagem de pesca. Caso de Everaldo Lobato, apelidado de “Burraco”; Fredson Araújo de Mescouto, chamado de Dênis; e Tunai Araújo Mescouto, este último proprietário da embarcação, um barco de pequeno porte. Eles repetem a mesma atividade por vários dias, com início às 8h da manhã, parada para almoçar às 12h, retorno às 14h e encerramento às 18h horas. O tempo de duração das tarefas é de acordo com a

---

<sup>79</sup> Entrevista de Moisés Melo Amorim, 06 de agosto de 2018.

<sup>80</sup> Abrigos feitos de madeira onde armazenam o peixe no gelo para ser posteriormente comercializado.

chegada da próxima maré. De acordo com Fredson Mescouto<sup>81</sup>, durante a estiagem a maré está clara, há pouco material orgânico nas águas devido à falta de chuva e consequentemente os peixes migram para áreas com mais alimentos. Enquanto trabalham, ouvem músicas gospel e conversam sobre os mais diversos assuntos, especialmente futebol, mulheres (geralmente com piadas sexistas) e pesca. São nesses momentos que fazem circular informações sobre os bancos de pesca, que avaliam acontecimentos ocorridos nas viagens anteriores ou mesmo se vangloriam de feitos e fazem gozações dos colegas sobre situações inusitadas ocorridas durante as viagens. De acordo com Maldonado (1986), como os pescadores não podem controlar as condições do tempo e a mobilidade dos cardumes, usam os laços sociais para controlar a produção, angariar informações sobre a localização da concentração do pescado e garantir o acesso ao mercado. A hora da refeição, durante o almoço, que chamam de “avuado”<sup>82</sup>(Foto 23), com peixe assado na brasa, farinha de mandioca, camarão e açaí, ocorre geralmente nos intervalos do conserto dos apetrechos de pesca:

---

<sup>81</sup> Conversa informal durante pesquisa de campo em 10 de out. 2018.

<sup>82</sup>O termo avuado é utilizado para se referir a pequenas refeições compostas basicamente de peixe e farinha de mandioca. O termo provavelmente foi escolhido por significar localmente um evento de curta duração, uma vez que a refeição é pouca, o número de pescadores é elevado e a comida acaba rapidamente, sem contar que precisam retornar rapidamente a atividade que executam.





**Foto 23** "Avuado" refeição a base de peixe assado e farinha de mandioca, podendo ser complementada com outros itens como açaí e camarão.  
Fonte: Marcus V. C. Oliveira, 10 set. 2018.

Barboza, ao estudar o saber dos pescadores sobre a migração desses animais constatou que há entre eles "a percepção da influência sazonal nos deslocamentos realizados pelos peixes, cuja abundância na região é atribuída ao período chuvoso" (2006, p.60), sendo a chuva responsável por trazer consigo materiais orgânicos e nutrientes dos manguezais.

Além da maré existem outros fatores ambientais determinantes para o aumento da produção segundo os saberes de pescadores. José Amorim declarou ao jornal "O Liberal" (PEIXE..., 1973, p.5), sua preferência pela pesca noturna. Segundo ele, "a maioria aqui (Ajuruteua) pesca à noite. Durante o dia peixe é rasteiro"<sup>83</sup>. Anos depois, declaração semelhante foi dada à Barboza ao pesquisar fenômenos etológicos percebidos pelos pescadores, declarou um deles: "Pesco a noite, o peixe fica mais burro" (2006, p.57). "Rasteiro", segundo explicou Manoel Ramos, significa "ir pro fundo" e, portanto, mais difícil de ser capturado. Já sobre a segunda expressão quando o "peixe fica mais burro", se refere ao padrão comportamental do

---

<sup>83</sup> O LIBERAL, 20 de junho de 1976, p.5.

peixe observado pelo pescador (BARBOZA, 2006), atribuindo a ele um termo pejorativo utilizado entre os homens para menosprezar a inteligência do outro. Murrieta (2001, p. 125), ao estudar a mística da pesca do pirarucu, defende que “o pirarucu incorpora o significado pessoal e social da paisagem”, sendo comum uma percepção humanizada do animal, evidente no uso de vocativos. “Dizem “o pirarucu”, seguindo uma personificação efetiva que transforma o animal em ator, um interlocutor ativo, um ser com vontade, ‘inteligência’ e ‘emoções”” (MURRIETA, 2001, p.123), semelhante à forma como os pescadores de Ajuruteua se remetem aos animais como “peixe fica mais burro” ou “rasteiro”.

Conhecer o regime do vento em cada época do ano também é um elemento importante na vida cotidiana dos pescadores em Ajuruteua, pois assim como pode ajudar no deslocamento da embarcação, não conhecê-lo torna a viagem mais perigosa ao deixar o mar agitado. Questão análoga foi abordada por Alfred Crosby (2011) em seu “Imperialismo ecológico” quando dissertou sobre a importância da decifração do vento para as conquistas dos exploradores europeus entre os séculos XV e XVI. Em seus escritos, ressaltou o desafio desse variante ambiental na vida marítima ao alertar que: “o explorador que sai ao mar na convicção de que sempre haverá um vento para levá-lo aonde ele, explorador, quer ir, descobrirá que o vento carrega os exploradores para onde ele, vento, quer” (CROSBY, 2011, p.116). Ao navegador é essencial descrever o sopro do vento em cada oceano, a direção e a calmaria para alcançar seus objetivos e sobreviver ao mar. Assim é para pescadores, mesmo os que não pescam tão distante da costa. “Quando o vento está forte, não dá pra sair. (...) É preciso muita experiência. Já me alaguei cinco vezes”, alertou José Amorim na mesma nota (O LIBERAL, 1976, p.5). O mar agitado provoca alagamentos e conseqüentemente o perigo de mortes. José Amorim relata um caso:

(...) Já houve um caso muito triste com um colega da praia de Pilão que nunca vou esquecer. Ele alagou sua canoa e ficou sete dias e sete noites no mar. De Ajuruteua foi parar em Salinópolis. Ele ia com dois colegas. No terceiro dia de mar, morreu o primeiro deles. Ele amarrou no barco virado o seu corpo. No sexto dia, morreu o segundo colega. Ele deixou o outro afundar e em seu lugar amarrou este último. Assim ele chegou à Salinópolis. Pescador pode ser inimigo em terra, mas no mar todos são amigos (PEIXE..., 1976, p.6).

Não conhecendo a circunstância do relato, nem as condições em que foi feito, não tenho como afirmar a veracidade do fato, a não ser cruzando com possíveis fontes ainda indisponíveis. Todavia, mais importante que a comprovação, é o

significado da narrativa. Esta elucida o medo do naufrágio e da morte com o qual convivem diariamente os pescadores e a forma como essa perspectiva estreita os laços de solidariedade entre eles.

Portanto, a utilização de um calendário próprio, baseado em eventos naturais, a formatação de uma linguagem específica composta por conceitos, nomenclaturas e um vocabulário local construídos socialmente a partir das práticas e as redes de sociabilidades e solidariedades, são as bases das estratégias de reprodução social e econômica dos pescadores de Ajuruteua. A partir dessas estratégias, esses homens se atualizam no seu presente, se adaptam às situações adversas, conseguem lidar com as circunstâncias desafiadoras do ambiente e aproveitam seus saberes para escolher a melhor maré, a armadilha mais adequada e obter uma melhor produção de pescado. O ambiente litorâneo impõe aos homens que o habitam as mais diversas dificuldades para viver, exigindo destes criatividade e perícia todos os dias para que estes não se limitem e consigam produzir em um ambiente altamente instável e temerário, que não fiquem limitados à mercê da maré, como se viveu durante muito tempo, não só na pesca, mas em vários outros aspectos da vida social, como será demonstrado no próximo tópico.

## **2.2. Das águas para o asfalto**

A rodovia PA 458 é vista de forma ambígua pelos moradores da ilha de Ajuruteua. De uma vida à "mercê da maré", com dificuldades para escoar a produção, tratar dos doentes ou até mesmo para enterrar seus mortos, para uma vida com maior acesso à "modernidade", com a aquisição de novas tecnologias, acesso a bens e serviços e produtos industrializados. Mudanças que promoveram interpretações dicotômicas por parte dos moradores, avaliações de acordo com a conveniência dos sujeitos e das circunstâncias que ora são aprovadas e ora negadas, fruto de negociações.

Em 1976, segundo censo feito por moradores, na ilha haviam 750 pessoas, distribuídas em 194 casas feitas de palha (PEIXE..., 1976, p.5). Manoel Ramos, ao abordar as circunstâncias de seu nascimento, relatou que nasceu em Belém porque seu pai temia que na hora do parto ocorresse alguma complicação que pudesse ameaçar sua vida. O deslocamento até Bragança era temerário; poderia não dar tempo, pois seria necessário esperar a maré certa para embarcar e a viagem até a cidade dependia do vento e durava entre oito e nove horas. As mortes após o

nascimento, segundo ele, eram corriqueiras na vila, havia até um antigo cemitério só para bebês falecidos durante ou logo após o parto.

A morte demandava uma trabalhosa logística, pois a inexistência de cemitério para adultos obrigava-os a procurarem outras comunidades para enterrar seus entes. Os lugares mais procurados eram Augusto Corrêa, município vizinho, e a vila de Bacuriteua, no próprio município de Bragança. A proximidade marítima justificava a escolha desses destinos. Os indivíduos com melhor condição financeira usavam seus barcos ou os locavam; os mais humildes utilizavam canoas. Ambos, canoas e barcos, eram movidos à vela, dependiam do vento e do tempo. Nas canoas se utilizavam também remos e as viagens duravam horas, se convivia com a possibilidade do naufrágio e, tragicamente, de se juntar à condição do morto. Por outro lado, era uma viagem, segundo Manoel Ramos, movida a muita reza, ladainha e cachaça.

O óbito sempre estava muito próximo para quem fosse vítima de doenças graves, sem atendimento médico, ambulatório ou remédios adequados no local – só havia analgésicos ou remédios sem a necessidade de prescrição médica -, a remoção do enfermo para a cidade podia acelerar o falecimento. Em um relato dramático, o jornal “O Liberal”, ao tratar das dificuldades da Colônia Z-17, associação de pescadores de Bragança, incluindo Ajuruteua, expõe a situação de um pescador com úlcera que não conseguiu atendimento médico ou embarcação adequada para transportá-lo até a cidade. Sem acomodamento necessário em embarcações pequenas, sofrendo com a maresia, previa o pior. “Eu não aguento a viagem”, disse ele ao repórter. Diante das agruras, restava ao pescador aguardar sua morte e preparar seu funeral. Já havia comprado roupas novas para o velório e tábuas para seu caixão, guardadas no canto da sala (NA..., 1986, p.6).

A venda do pescado estava, do mesmo modo, atrelada ao tempo da natureza, obedecendo o fluxo da maré. Até a década de 1970, antes da instalação de fábricas de gelo em Bragança, a fim de conservá-lo, o peixe era comercializado salgado, com exceção do peixe *in natura* vendido às embarcações chamadas geleiras vindas de outras cidades como Belém, Soure e Vigia que sondavam o litoral do Pará e encostavam nas praias da região. A melhor viagem acontecia nas marés lançantes, especialmente no verão. Os pescadores só iam de quinze em quinze dias à cidade aproveitando essa maré para comercializar a sua produção e obter gêneros essenciais à sua manutenção, tendo em vista a existência de poucos comércios na

praia. Moisés Amorim relatou sua experiência nesse tempo:

Olha, quando eu me entendi, rapaz... doze anos... assim, doze anos...treze né que a gente conhece, levanta a vista a gente conhece um pouquinho já do tempo, começa a estudar... Aqui não existia motorizado, era só canoa a vela daqui pra Bragança, era oito hora, nove hora de viagem, conforme o vento né, sete hora de viagem daqui pra Bragança né. Aí o peixe tudo era salgado, aí de quinze em quinze dia ia vender lá em Bragança o nosso peixe, já tinha os patrão lá de comprar os peixe naqueles aparadores né, já tinha os patrão lá tudinho pra chegar e entregar o peixe e pagar, todo... tinha... tinha já os patrão, os pescador né. Já sabio o dia que ia chegar né, porque de quinze em quinze dia dá dum lançante num outro né, aí a gente ia lá, como assim... lançante hoje, uma hipótese, hoje, a maré começou a lançar, vou vender o peixe, fazer as despesas aí só vou no começo do outro lançante, quinze dias né. (...) E o que acontecia? Aí tu trazia café, açúcar, sal, sabão, queroseno, arroz, farinha... farinha, era! Carimã pra dar pras crianças feito de tapioca, tu lembra do carimã, a papa que fazia, a papa? Era isso, não tinha leite, não tinha nada nessa época, ninguém usava leite.

Fora os limites da memória de Moisés Amorim, ao usar a expressão “quando eu me entendi”, com a intenção clara de demonstrar segurança em sua narrativa falando de um tempo em que “tomou consciência”, o relato acima revela os hábitos alimentares de um tempo anterior à ligação por via rodoviária com a cidade e a ausência de determinados gêneros, considerados indispensáveis hoje. O “carimã”, uma espécie de mingau feito de farinha de mandioca, era o principal alimento dado às crianças e idosos, considerado na região como “fonte de energia”. Dias difíceis são narrados de forma épica, pois, “rememorar discussões e acontecimentos é também ensinar aos ouvintes como enfrentar situações semelhantes; um convite à participação na história, ao acompanhamento, ao forte envolvimento no que está sendo contado” (MONTENEGRO, 2003, p.44).

A viagem era a oportunidade de comprar produtos que não eram comercializados na vila como café, querosene, farinha, açúcar, sabão e sal. Encontravam-se poucos comércios, os que existiam eram escassos em mercadorias devido à dificuldade do acesso com a longa viagem e o perigo de naufrágios e dos consequentes prejuízos. Com essa situação o cardápio do pescador era reduzido basicamente a peixe, carne bovina era artigo raro, restavam galinha caipira, porco e bode, todos criados domesticamente. Seu Lázaro nos relatou sobre o acesso à mercadorias:

Não tinha! Não tinha! Até porque num podia nem encher uma embarcação porque tinha medo de se naufragar e perder tudo, né? E o pelo... pelo... pelo o transporte terrestre é mais fácil trazer e tem,

vem deixar na porta como eu acabei de falar. É porque é... a parte de alimentação, na época era só o peixe mesmo. Agora tem a carne bovina, tem o frango e... e... a gente varia até, né? Eu aqui em casa tem semana da gente comer frango três, quatro vez na semana. Naquele tempo não, se comia uma carne ou um frango as ve... as vezes final de semana. Porque aqui nós temo... nós temo uma sobrevivência aqui abundante, porque aqui tem o siri, tem o caranguejo, tem o turu, tem o mexilhão, tem o camarão. Então a gente escolhe, é a bondade é daqui e aqui passou pro marisco a pessoa só compra se ele quiser se ele pode, ele mesmo pode ir buscar. Então isso aí da...da...da... de mudança de mui... muitos tempos pra cá teve essa mudança, porque não existia frango, só era... se fosse galinha de quintal ou de terreiro como a gente chama ou então uma carne bovina ou de suíno... e agora não, tem vários tipos de comida, basta que a pessoa tenha o dinheiro pra comprar, aí ele escolhe.<sup>84</sup>

A inserção da rodovia facilitou o acesso a novos produtos, alterando as necessidades e conseqüentemente os costumes da população referentes à alimentação. Seu Lázaro relatou que hoje come frango três vezes na semana. Por outro lado, inerente a essa mudança, o dinheiro ganhou maior importância como item necessário à manutenção familiar para adquirir as novas necessidades, como ficou claro na frase “basta que a pessoa tenha o dinheiro pra comprar, aí ele escolhe”. Citando Marx, Giddens (1991) chama atenção para o caráter impessoal do dinheiro, um meio de troca que nega o conteúdo dos bens e serviços substituindo-os por um padrão impessoal. Essa intromissão altera relações de troca fundadas na solidariedade, antes representadas pelas ajudas e doações de peixe entre os moradores. Sobre a monetarização e as influências da expansão turística na Ilha de Ajuruteua, Maneschy (1993, p.145-146) observou:

A expansão turística, a intensificação da comercialização do pescado, os novos bens de consumo têm como corolário a crescente importância do dinheiro. Esse, passa a permear as relações sociais e, assim, contribui na corrosão de certas formas de solidariedade, a exemplo da doação ou empréstimo de peixes, que constituíam via de acesso direto aos meios de subsistência.

Para exemplificar a questão acima, a autora citou o relato de uma moradora que se queixa do fim dessa rede de solidariedade com a facilidade da venda do peixe para Bragança. De acordo com essa narrativa “antes de ter essa estrada era mais confortável um pouco; e depois que teve essa estrada é porque pegam as coisas aqui, tudo é pra Bragança [...] Vai falar em comprar ou emprestar, pro almoço ou pra

---

<sup>84</sup> Lázaro Amorim Fernandes, entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2018.

janta, ele não vende, é pra Bragança...” (MANESCHY, 1993, p.146)

Manoel Ramos percebe outra mudança cultural, acredita que a rodovia foi positiva ao ajudar os pescadores a superar a dependência da maré, mas a classificou como nociva quanto às mudanças relacionadas à alimentação. Com um ar de insatisfação, balançando a cabeça, lamentou hoje a situação de ter um filho que não come peixe, prefere alimentos industrializados, inaceitável para o pescador. Para ele, esse contato “sufocou a cultura da pesca” e esse fato representa o lado negativo da rodovia PA-458, apesar de superar a dependência em relação à maré:

Olha, tem o lado positivo, mas não deixa de ter também o lado negativo. O lado positivo é que vivíamos muito mais a mercê das marés, vamos supô: a gente dependia da maré pra chegar pra Bragança, o pessoal ia de barco mesmo e até... esse... esse... esse lado aí ele pode também tornou-se negativo que com a chegada da estrada chegam pessoas de diferentes lugares, de diferentes culturas e... é... tipo sufocando o... a nossa cultura da pesca. (...) sobre alimentação eu acho que foi... a estrada foi um... uma coisa é... eu posso dizer que foi até nocivo isso pra nós... essa... essa... essa mudança de hábito de alimentação. Eu tenho um filho de treze anos que ele não consegue comer peixe.... É mortadela, é conserva, é essa... tudo... é essas coisas que fazem mal pra saúde, prejudiciais à saúde e na época não, era peixe mesmo, peixe natural, peixe... a gente chegava com peixe... é... como se diz... o peixe vivo mesmo, ele ainda vinha vivo e já tava cortando já... já... fazendo a comida e... tinha... eu acredito que tinha muito mais gente saudável naquela época do que hoje em dia. E foi uma mudança muito radical mesmo essa... essa... essa civili... vamos supor...essa civilização que veio a tendência, a modernidade, que é uma modernidade mas também pode ser nociva também pra...<sup>85</sup>

Anthony Giddens alertou para esse caráter ambíguo da modernidade questionado por Manoel Ramos. Segundo ele, o desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão deram ao ser humano condições de viver de forma mais segura e gratificante, no entanto, o lado sombrio da modernidade tornou-se aparente no século atual. Como maior marca dessa modernidade ocorreu a separação entre *tempo* e *espaço* e assim “o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico; isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles” (GIDDENS, 1991, p.29)

Manoel Ramos não ignorou também mudanças referentes à atividade da pesca, transformações concernentes à determinados equipamentos fazendo-o questionar a utilização do conceito de artesanal para a atividade de alguns pescadores na Vila, especialmente relacionado ao uso de tecnologia em armadilhas

---

<sup>85</sup> Manoel Ramos, 20 de agosto de 2018.

tornando-as mais eficazes e ao mesmo tempo mais predatórias. Um sinal de que essa modernidade não foi rejeitada, mas negociada e selecionada pelos sujeitos, aceitando novidades que lhes fossem mais úteis.

(...) que era artesanal hoje já não é, não pode ser considerado uma pesca totalmente artesanal por outras culturas, outras... é... outros meios foram inventadas em cima da nossa pesca (...).A tecnologia... a tecnologia é notória mesmo... é navegador, bússola... antes o pescador ele... eu pelo menos eu não sei manusear um... um navegador GPS e todo barco agora tem um GPS, tem rádio transmissor, tem tudo. Essa tecnologia ela... ela... é que tem... é que tem... é que tem comandado mesmo aí a pesca agora, não precisa o pescador ter um bom currículo de pescador, precisa ele conhecer o navegador e saber que o outro foi lá naquela posição pescar e matou peixe, ele vai atrás e também vai matar.

“O bom currículo de pescador” citado por Manoel Ramos refere-se aos saberes tradicionais transmitidos e adquiridos pelos pescadores artesanais de Ajuruteua, substituídos por equipamentos “modernos”, como o GPS. Maneschy apontava já na década de 1980 fatores da modernidade que “ameaçavam” a existência da vila dos pescadores de Ajuruteua, entre eles destaca a concorrência dos pescadores artesanais com a pesca industrial. Segundo a socióloga, os pescadores locais “atuam em um nível tecnológico que os coloca em desvantagem em relação à pesca em grande escala, mecanizada, bem como propicia-lhes pouca independência em relação às variações sazonais que afetam a produção pesqueira” (MANESCHY, 1993, p.131).

Em seguida, Maneschy refere-se ao uso da rede de material sintético (Foto 24) como o único traço de modernidade, na época, usado na atividade pesqueira local. Passados trinta anos desde a defesa de sua dissertação, verifiquei que, em relação às mudanças observadas pela autora, há a adesão da maioria dos pescadores locais ao uso de motores adaptados a pequenas embarcações, chamados de “rabeta”, e também do GPS, mais comum nas embarcações maiores que pescam em alto mar.





**Foto 24** Pescadores despescam sua rede malhadeira de *nilon* na Vila dos Pescadores.  
Foto: Renato Challu, 2015.

A pesquisa observou que ainda é mínimo o uso de aparelhos como o GPS, tendo em vista o pequeno tamanho das embarcações que não os possibilita se deslocar a lugares mais distantes, tornando o uso desse equipamento desnecessário. Para os pescadores artesanais, a utilização de alguns recursos tecnológicos modernos não modificou profundamente sua condição frente à dependência às variações sazonais e sua falta de competitividade diante da pesca altamente industrializada, muito menos retirou a importância dos saberes ecológicos “tradicionais”. A conclusão de Maneschy (1993, p.73-74) sobre o tema ainda é atual:

As transformações por que passou a região, como consequência de sua maior articulação com o resto do país e a unificação do mercado nacional, marcaram profundamente a vida da comunidade, modificando as formas de organização da produção. As mudanças não eliminaram, ainda, a necessidade de um vasto e diversificado conhecimento empírico para o exercício da atividade pesqueira. As diferentes modalidades de pesca hoje praticadas provam, irrefutavelmente, a riqueza cultural dos pescadores e sua criatividade na exploração da natureza. No meio ambiente em que vivem,

praticam pescarias marítimas e fluviais, conforme a época, as safras das diferentes espécies e do tipo de instrumentos utilizados.

A superação de dificuldades básicas da vida social e o acesso a produtos e serviços deram aos moradores uma impressão positiva acerca das mudanças promovidas pela rodovia. No entanto, não escapam a eles às críticas relacionadas aos problemas que vieram ancoradas às benesses, especialmente os impactos aos laços de solidariedade a partir da mercantilização utilitarista da atividade pesqueira com o aumento da pressão do mercado sobre a produção e o valor mercantil agregado ao produto, ou, mesmo, das críticas às mudanças relacionadas à alimentação dos mais jovens, muito ligada ao consumo de produtos industrializados que chegam pela rodovia em detrimento à alimentação tradicional a base de peixe. Por outro lado, é também indispensável destacar a permanência da importância dos saberes tradicionais mesmo diante da entrada de novos equipamentos na atividade pesqueira, uma vez que, mesmo se utilizando de redes de *nylon* e motores de rabeta, pescadores tradicionais abrem mão de aparelhos de GPS e outras tecnologias e continuam se utilizando dos saberes herdados dos mais antigos e produzidos diariamente nas lides cotidianas que os condicionam a enfrentar as inconstâncias e variações da vida litorânea.

### **2.3. A vida litorânea: Águas grandes, erosão, moradia, especulação e conflitos**

É difícil propor uma definição justa aos homens que vivem no mar e em suas margens, pois para um lugar extremamente ameaçador aos grupos mal equipados tecnicamente é necessário criatividade, habilidade, crença e coragem para enfrentá-lo. Jean Delumeau (2009) ao falar da onipresença do medo lembrou que na Idade Moderna ele estava em toda parte, mas se havia um lugar onde o historiador deveria estar certo de encontrá-lo, esse espaço era o mar. Esse historiador destacou a desvalorização do homem frente ao oceano, visto que diante dele se mostravam pequenos e frágeis, por isso os homens do mar eram comparáveis aos montanheses e aos que habitam o deserto. Em Ajuruteua, o naufrágio é um drama constante e o medo é intensificado também pelo fenômeno das “águas grandes” acompanhada pela erosão, concomitante ao inverno amazônico, que faz o mar avançar sobre as casas e coqueirais, colocando fim a praias, ruas e vilas instaladas em suas areias, processo que tem sido acelerado com a ocupação desordenada dos últimos anos.

O fenômeno é uma característica do litoral do Estado do Pará inerente às condições naturais do espaço. No caso de Ajuruteua, a vila situa-se em uma ponta de terra entre a floresta de manguezal, as águas de um furo e o mar, e com a movimentação das águas - especialmente as de março e setembro quando ocorrem as maiores marés - há o processo de erosão ocasionando mudança do tamanho da vila. Nessas circunstâncias algumas casas têm de ser retiradas e levadas para áreas livres momentaneamente das cheias (MANESCHY, 1993). A erosão é tecnicamente explicada pela combinação da retenção de sedimentos arenosos no interior dos estuários adjacentes à praia com a complexa interação de agentes hidrodinâmicos, processo este relacionado às variações do ciclo hidrológico, lunar e solar potencializado pela ocupação antrópica. De acordo com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) a degradação da vegetação, a construção de edificações e o aterramento no ambiente de dunas e mangue interferem no processo de transporte de areia (transporte sedimentar) tanto pelo vento, quanto pelo mar, levando ao desequilíbrio e intensificando a erosão da área<sup>86</sup>.

O recuo da linha da costa natural tem provocado a destruição de casas, ruas, escolas e estabelecimentos comerciais, tanto na Vila dos Pescadores quanto na praia de banho (Campo do Meio). A destruição tem feito muitos moradores ou comerciantes remanejarem suas construções para áreas mais distantes, porém, o relatório do CPRM alertou a possibilidade dessa ação ocasionar problemas ambientais com a degradação do mangue, criando áreas de risco a inundações devido às cheias da maré<sup>87</sup>.

A força dessas águas, principalmente no inverno, causa muitos prejuízos ao pescador pois com sua força arranca árvores de variados tamanhos e as desloca de diversos lugares para o mar, danificando redes e currais. Esses episódios têm gerado conflitos entre pescadores e os órgãos reguladores. Ao questionar um representante do ICMBIO sobre o limite de madeira estabelecido pelo órgão a ser retirado do manguezal para a construção de curral, o curraleiro<sup>88</sup> Moisés Melo defendeu ser insuficiente a quantidade estabelecida pela entidade, uma vez que no inverno e com as águas grandes tinha seu curral danificado e necessitava de uma

---

<sup>86</sup> Ação Emergencial para delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa (Relatório Bragança-PA). Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Ministério de Minas e Energia, 2015. Disponível na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Bragança.

<sup>87</sup> Idem, p.25.

<sup>88</sup> Curraleiro é o pescador que se dedica à pesca de curral.

quantidade de madeira reserva para recuperá-lo.

Não, ninguém vai cumprir (Lei) dele aí, que todo inverno acontece de descer *tronqueira*<sup>89</sup> do curral, vem madeira de fora, da água doce encosta aqui, madeira da água doce... tudo isso encosta aqui. Desce nas correnteza, né? Encosta muito pau grande aqui nessa pancada, pau da terra firma que descola aí e vem. Tu chega no curral de noite rapaz, as vez passa um mangueiro<sup>90</sup>, uma *tinteirona*<sup>91</sup> rapaz que tu olha assim tá só aquele buraco, aquele torado... levou com tudo... aí tem de ter um reserva pra... tem de ter pra substituição se não tu vai perder o teu trabalho....<sup>92</sup>

A insatisfação de Moisés Melo com a decisão do ICMBIO se pauta na incompatibilidade da regra com as necessidades socioambientais dos habitantes daquele ecossistema, uma decisão que desconsidera sua territorialidade e evidencia uma relação assimétrica de poder entre esses agentes e os usuários. Em síntese, “a defesa de uma identidade pode estar associada a uma disputa por recursos e riquezas, no presente ou no passado; a cobiça material não é, de sua parte, descolável do simbolismo, da cultura” (SOUZA, 2008, p.60). Nesse caso, o valor dado aos componentes naturais é resultado da produção cultural e simbólica de cada sociedade no espaço e em interação com ele.

A territorialidade dos moradores deve ser observada nos significados dados à cada maré. Durante as chamadas “águas grandes”, que como já foi dito anteriormente, não são adequadas à pescaria, os pescadores preferem ficar em casa, cuidando da manutenção de seus equipamentos, para não correr o risco de perder seu material ou mesmo naufragar. São águas perigosas, não são boas para pescar. Para Manoel Ramos “não fica muito bom pra pescar porque corre muito, a maré e o pescador dá uma parada em março, como as águas de setembro que é outra... é outra água perigosa que tem.”<sup>93</sup>

As águas são tão intensas que impactam de forma variada a vida da comunidade. Um desses impactos é a destruição de ruas e casas. A rodovia Bragança-Ajuruteua, que atravessou 26 km de mangue, é afetada pela falta de solidez do terreno e vem sofrendo historicamente em todos os invernos com as

---

<sup>89</sup> Pedacos de raízes do mangueiro (*Rhizophoramangle*) trazidos pelo mar durante as “águas grandes” responsáveis por destruir currais de pesca.

<sup>90</sup> Faz menção a uma árvore típica do ecossistema de manguezal chamada Mangueiro (*Rhizophoramangle*).

<sup>91</sup> Refere-se a uma árvore de grande porte predominante no ecossistema de manguezal chamada Tinteira (*Laguncularia racemosa*).

<sup>92</sup> Moisés Melo Amorim. Entrevista concedida em 06 de ago. 2018 (grifo meu).

<sup>93</sup> Manoel Ramos. Entrevista concedida em 20 de ago. 2018.

cheias e o rompimento de trechos. Uma nota no Jornal Diário do Pará, em maio de 1984, informava que as águas haviam levado três quilômetros da rodovia Bragança-Ajuruteua deixando-a intransitável em virtude das “pesadas chuvas que desabaram” e que nada poderia ser feito no momento, somente no verão quando cessassem as chuvas (LIGAÇÃO..., 03 maio de 1984, p.4). Com as chuvas combinadas com a maré alta há o alagamento de partes da rodovia, provocando problemas estruturais.

Esses fatos propõem a reflexão das ações de agentes humanos sobre a natureza, ampliando a compreensão das relações tecidas entre eles, interferências baseadas na dicotomia sujeito/objeto, materialidade/imaterialidade e homem/natureza, como se esta fosse passiva e os homens tivessem total controle sobre ela. Com as ações naturais, os homens criam arquiteturas específicas, suspendem as casas, usam sacos com areia e pedras para deter as ondas, procuram lugares altos, estão sempre modificando suas estratégias para resistir a um ambiente vivo e em constante mudança.

A necessidade de se proteger impõe aos moradores a busca por recursos disponíveis na natureza e o uso de seus saberes práticos para a escolha desses materiais. Os saberes, nesse caso, incluem uma compreensão das transformações permanentes dos “objetos” aos moldes da leitura proposta por Ingold (2012), segundo a qual é preciso devolver a vida aos objetos, considerá-los coisas, priorizar uma leitura “para frente”, onde há a improvisação, seguindo os fluxos na medida em que eles se desenrolam. Para ele “habitar o mundo (...) é se juntar ao processo de formação” (INGOLD, 2012, p.31). Há uma transformação contínua das substâncias, aproveitando esse fluxo os homens se apropriam e adaptam às suas necessidades até que sofram outras modificações que não podem ser contidas, no máximo seguidas. Assim, os homens devem enfrentar as condições locais das mais diversas formas tentando acompanhar o fluxo, adquirem conhecimento durante suas ações e vivências no ambiente (INGOLD, 2000). Constroem casas e armadilhas com matérias que não são inertes como aparentam ser, não são objetos e sim coisas. Matéria em fluxo contínuo com a água do mar, com o sal trazido pelo vento, com os raios solares, com os animais, insetos e milhares de organismos em um processo de transformação constante.

Há algum tempo a erosão se mostra mais intensa e alguns moradores já a relacionam às transformações por qual tem passado a vila desde a construção da rodovia. Como possível corolário do empreendimento citado, afóra as construções

indevidas apontadas pelo relatório do CPRM, houve o aumento populacional, implicando numa maior necessidade da retirada de madeira para construção de casas, para lenha ou fabricação de currais expandindo o desmatamento na região, o que tem promovido maior fiscalização e controle dos órgãos reguladores sobre a extração de madeira. Isto, por outro lado, implica em conflitos com os usuários “tradicionais” desses componentes.

José Nazareno Santos, capataz da Colônia de Pesca de Bragança, ao dar suas orientações aos moradores sobre o meio ambiente, relaciona o desmatamento ao processo de erosão, mesmo que esse fenômeno já ocorresse há “milhares de anos”:

Com relação ao mangue, ao corte da madeira né, a gente orientava muito isso também, porque com essa provocação à natureza, a gente poderia sofrer um processo mais tarde, até mesmo um processo de erosão. Porque a gente já, a gente já, é, é... eu já sabia da minha mãe, do, do meu pai, dos meus avós dizendo que esse processo de erosão, e já vinha há milhares de anos, já vinha é, é... avançando, avançando! Então a gente tentava preservar a natureza de todas as formas né, e eles tinham essas orientações, depois então que os órgãos de proteção foram criados e tudo mais.<sup>94</sup>

José Nazareno Santos liderou o processo de mudança de um grande número de moradores da Vila dos Pescadores para a atual Vila Bonifácio por conta do avanço do mar sobre a ilha. Na época a “Ilha do Bonifácio” apesar de ser uma área da Marinha<sup>95</sup> e administrada pela SPU (Secretaria de Patrimônio da União) estava cedida a um empresário conhecido pelos moradores como Mário Peixoto, com a justificativa de benfeitoria com a criação de gado. Essa disputa se deu no contexto da implantação da atividade turística, quando o território dos pescadores passou a despertar o interesse de agentes econômicos que costumam considerar o espaço de moradia dos pescadores indevidamente explorado pelo capital, iniciando, como considera De Paula (2019, p. 257), uma das faces da modernização, a expropriação da terra.

(...) as áreas de moradias das comunidades despertam o interesse dos agentes da modernização que as consideram como espaço que não é devidamente explorado pelo capital. Logo, instalam-se sobre as comunidades, ou nas proximidades, e provocam a expulsão dos pescadores e/ou submetem estes grupos a outras lógicas de relação

---

<sup>94</sup> José Nazareno Santos. Entrevista Concedida em 12 de set. de 2018.

<sup>95</sup> De acordo com o previsto na Constituição Federal de 1967, no Cap. 1, Art.4, Inciso II: Incluem-se entre os bens da união: II – os lagos e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio ou que banhem mais de um Estado, que sirvam de limite com outros países ou se estendam a território estrangeiro, as ilhas oceânicas, assim como as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países;

social.

Por outro lado, José Nazareno e outros moradores desalojados acusaram Mário Peixoto de utilizar o argumento da criação de gado para ludibriar o SPU e esconder seus verdadeiros planos especulativos de loteamento e posterior venda da área, tendo em vista a valorização do espaço naquele novo contexto. A situação é confirmada por Maneschy (1993, p.8-9) na época de sua pesquisa, contemporânea aos acontecimentos, ao falar de um dos fatores que ameaçavam a existência da comunidade em seu trabalho:

Levanta-se, pois, entre os moradores, sugestões de um novo local, para onde poderiam ser transferidos, com a ajuda do poder público. Cogitam em uma área chamada Ilha do Bonifácio, localizada na própria ilha de Ajuruteua, a cerca de 4 quilômetros da vila. Porém, esbarram num fato novo: o lugar para onde pretendem ir já mudou de estatuto jurídico e fugiu às normas tradicionais de apropriação. Ele foi ocupado por uma empresa imobiliária, que aí desenvolve um projeto de loteamento. Existe alguma mobilização dos moradores no sentido de que o Estado desapropriar a área ou promova algum acordo com os ocupantes, visando garantir a transferência.

Enquanto Nazareno procurava uma solução para o impasse, as condições da praia pioravam, sobretudo à noite e com chuva, quando as ondas eram maiores. O medo tomava conta da população. Na época ainda não havia energia elétrica na vila e quando a maré avançava no meio da noite os moradores eram obrigados a se retirar de suas casas na escuridão, procurar ajuda para desmontá-la e levar para um lugar seguro. Há relatos de algumas histórias de mudança durante a madrugada. Naquelas ocasiões funcionavam as redes de solidariedade, a maioria dos moradores se envolvia na transferência dos abrigos. Para José Nazareno Santos.

O processo de erosão ela já vinha tirando muitas famílias, como te falei ainda pouco, meus avós e meus pais já falavam que há milhares de anos a vila já vinha sendo é... vinha regredindo através dessa erosão, mas essa erosão ela...ela só se estendeu mais a partir do ano de 93! 93 eu... eu tive que...que reunir com os pescadores e ver de que forma nós poderíamos achar local para que pudesse instalar esses pescadores, porque assim em 93 ela se estendeu muito rápido, muito rápido devido a maré alta, o período de inverno é muito chuvoso. Isso ai nós tivemos perda de muitas casas, tivemos perda de muitas embarcações, porque do momento acontecia pela parte da noite né, a maré alta subia e o período chuvoso quando a maré voltava e as vezes tava todo mundo já sossegado, o pessoal chega do mar vai descansar e tudo mais, e, e alguém chamando "olha vai até lá na frente a tua casa, tá sendo soterrado", "seu barco ta sendo soterrado", "a casa de fulano tá descendo hein..." foi... foi

assim...uma... uma... uma...um desespero na época pra todas as famílias. A gente teve em menos de uma semana 30 famílias desabrigadas. É...é... são exemplos de...a gente conviveu pra fora o que acontece, a gente fica olhando e hoje eu assisto, quando eu vejo aqui “poxa, passamos por isso né!” E eu na época era bem novo, eu deveria ter os meus 30 anos de idade, já passamos por isso e eu via essas situações, e ficava pensando de que forma vamos resolver, para ela não podíamos né...<sup>96</sup>

As noites de “águas grandes” eram longas, muitos moradores não dormiam, havia o risco de a qualquer momento a casa ser levada pelo mar, era preciso ficar atento e contar com ajuda dos vizinhos para fazer a mudança, desmontar a casa e salvar seus móveis, objetos e a madeira. Manoel Ramos destaca o trabalho voluntário dos moradores nas mudanças durante a noite, com chuva, a transferência de casas, de todo o material que a constituía e também dos móveis, um dos exemplos da rede de solidariedade presente em seu convívio social:

Se mudaram, tiraram a casa... porque a gente fazia trabalho voluntário, é... muitas vezes a noite eu ajudei a tirar a casa assim a noite mesmo, chovendo e a maré chegando e quebrando a ribanceira do porto: “é rapaz, a casa de fulano vai cair! Então bora tirar!” E chegava fazendo trabalho voluntário e carregava móvel, carregava... carregava telha, carregava tábuas, madeira, enfim, todas as casas foram salvas. Salvas não, algum... algum barraco que num tinha mais valor nenhum aí foi... Sobre isso, a comunidade todo tempo foi unida assim nesse ponto, negócio de... A noite... qualquer hora e todo mundo se mobilizava e ia... ia... ia ajudar.<sup>97</sup>

As águas de março e setembro são as maiores, as de março são potencializadas pelas chuvas do inverno amazônico e pelos ventos de alísio de NE, alcançando níveis muito elevados de erosão, levando consigo praças, ruas, comércio, hotéis e moradias. Há anos o processo vem mudando a geografia do lugar por diversas vezes, alterando a paisagem e a vida de quem se estabelece às margens da praia, como demonstra a **Foto 25**.

---

<sup>96</sup> José Nazareno Santos. Entrevista concedida em 12 de set. de 2018.

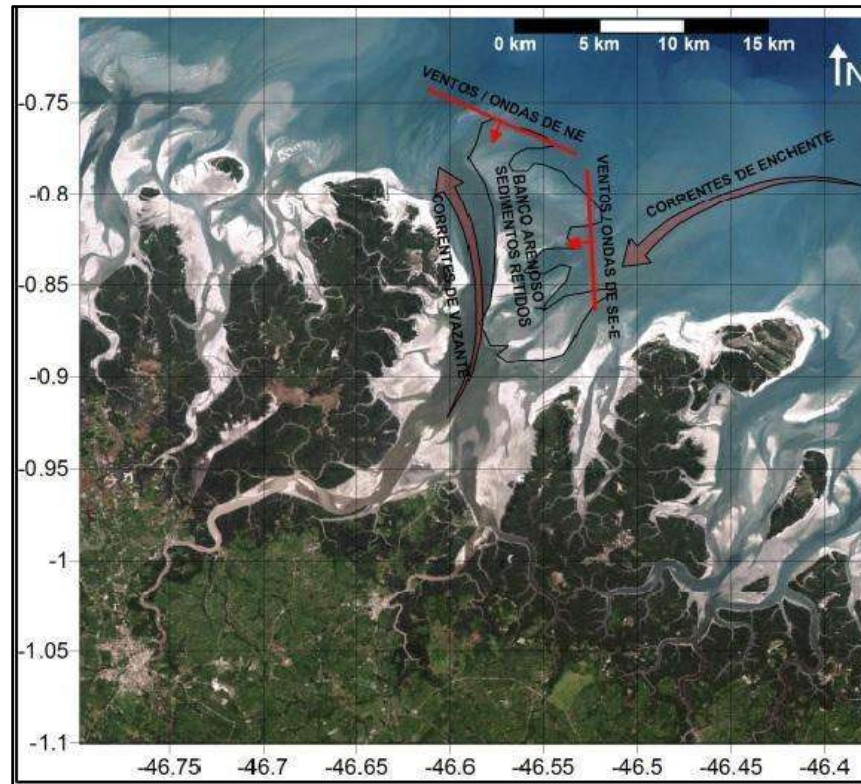
<sup>97</sup> Manoel Ramos. Entrevista concedida em 20 de ago. 2018.





**Foto 25** Fotografia publicada no Jornal O Semanário para mostrar os efeitos da erosão na Vila dos Pescadores em Ajuruteua. Foto: AJURUTEUA..., 1996, p.5)

A **Figura 4** ilustra a formação de um banco arenoso, resultado da combinação de ondas e correntes de maré, associado ao estuário do Caeté. O banco de areia retém os sedimentos arenosos transportados da plataforma continental para a costa e gera um déficit na praia de Ajuruteua. Ocorre, assim, um desequilíbrio na troca de sedimentos, a taxa de areia levada pela maré é maior que a taxa de material que chega, causando a erosão. Esse processo é intensificado com o aterramento do ambiente de dunas e construção de edificações em razão de interferir no processo de transporte sedimentar.



*Figura 4* Formação de um banco arenoso no litoral de Ajuruteua. Imagem de satélite (Landsat TM 3R2G1B – 2001) Fonte: LAIT/UFPA.

Após a erosão de 1993, diante da constatação da irreversibilidade do processo e da precária situação econômica, os moradores, sem ter para onde ir, organizaram-se politicamente e decidiram, diante da recusa do suposto proprietário do terreno, pela invasão da Ilha do Bonifácio. Para sua ação, elegeram como líder José Nazareno Souza dos Santos que chegou a responder processo judicial por invasão de propriedade privada, mas foi absolvido. De acordo com Manoel Ramos (2018):

(...) a gente viu que ia acabar lá mesmo de vez e veio embora pra cá... foi assim, quando essa praia começou a acabar lá, todo mundo pensou numa solução, pensou em... em mudar pra outro lugar. Como ninguém tinha condição de ir pra Bragança aí... o jeito que tinha e... foi... o meu cunhado, Nazareno, foi quem... foi o organizador dessa aqui dessa... da invasão. Ele foi em Belém umas duas vezes falar

com o Mário Peixoto pra ver se o Mário Peixoto cedia uma parte do... da... da ilha pra gente... e como ele recusou aí “então a gente vai invadir essa terra lá... o que a gente acha que dá pra gente fazer nossa nova comunidade” e aí ele... ele liderou a invasão aqui, por isso ele ainda foi julgado umas três vezes ou quatro vezes aí, quase que ele vai preso...

Antes da invasão, algumas famílias chegaram a ficar abrigadas em sede de antigos clubes de futebol. A ideia inicial de Nazareno era mantê-los no clube até a maré baixar, mas diante da extensão do avanço sobre a vila entenderam que não era mais possível retornar. Os moradores mais antigos recordam com saudosismo a paisagem que foi levada pela maré, especialmente os coqueirais. Segundo José Nazareno Santos “a vila era um Havaí, era muito linda né, coqueirais desciam, desciam, desceu escola, desceu, desceu posto de saúde, desceu tudo!” Algumas fotografias antigas compiladas durante a pesquisa são capazes de revelar as mudanças geográficas por qual passou aquela fração litorânea se forem confrontadas com a paisagem atual. Observe as fotografias Foto 26 e Foto 27 abaixo.



**Foto 26** Vila dos pescadores antes da erosão de 1993.

Foto: Nivaldo Miranda, 1993 (Arquivo pessoal).



*Foto 27 Vila dos Pescadores em 2018. Pesquisa de Campo 6 de agosto 2018.  
Foto: Marcus Oliveira, 6 ago. 2018*

Hoje, situada longe da antiga vila (segundo os moradores houve um recuo de mais de 1km de lá pra cá), quase não há mais coqueirais, a vegetação mudou e as casas têm outra estrutura, antes cobertas de palhas, agora recebem telhas de fibrocimento. José Nazareno relata as dificuldades na negociação com o empresário que teria cedido somente a parte do manguezal para os moradores se instalarem, preservando a área mais alta para seu loteamento. Diante da impossibilidade de acomodá-los em uma área baixa com risco de alagamento e de realocar os desabrigados para Bragança, uma vez que eram pescadores e não teriam do que viver na cidade, José Nazareno resolveu procurar a superintendência do S.P.U. em Belém, capital do estado. No S.P.U. foi atendido por um “Almirante da Marinha” chamado por ele de “doutor Genesiano”. Este o recomendou que procurasse o prefeito municipal João Mota para resolver o imbróglio. Mota, por sua vez, descartou qualquer ajuda nesse sentido, argumentando que o terreno não era propriedade da



prefeitura e sim da União, não podendo o poder municipal intervir. Ao retornar à Belém o Almirante recomendou a Nazareno uma última tentativa de negociação com Mário Peixoto e que, diante de uma nova negativa do empresário, deveria limpar e lotear o terreno para distribuir aos pescadores desabrigados, mesmo sem a anuência do suposto proprietário.

Em documento enviado ao prefeito municipal João Alves da Mota em 20 de dezembro de 1995, José Nazareno, respondendo pela condição de presidente da Colônia de Pescadores da Vila de Ajuruteua, solicitou o apoio do prefeito no assentamento das famílias da vila em terra firme. No documento menciona a existência de 220 residências para 1.140 habitantes, embora necessitasse de 300 lotes. Informa sobre a doação feita pelo proprietário da área de 97 lotes (em área baixa), mas que necessitava de mais 203. Sugeriu que a doação ocorresse por meio de decreto de desapropriação, dado o fato representar uma “causa pública” e haver um número elevado de famílias desabrigadas. No final, o documento ainda pede apoio ao gestor, que caso não pudesse sanar o problema, fizesse o encaminhamento do pedido ao governador do Estado.

No verso do documento, há um texto escrito à mão, que segundo José Nazareno, foi a resposta dada pela prefeitura. Diz o texto: “consoante o despacho da secretaria competente, confirmando que as terras estão subordinadas ao S.P.U., o governo do município não tem competência para fazer doação tendo em vista que não pertence ao patrimônio municipal.”<sup>98</sup> Frente a negativa de ajuda da prefeitura e das condições impostas pelo “proprietário”, o loteamento foi consumado e as terras “invadidas” pelos desabrigados.

O jornal “O Semanário” noticiou em março de 1996 que a Vila de Ajuruteua vivia o “suspense de desaparecer no litoral” e por não se tratar de um entreposto comercial com atividades produtivas, faltavam recursos para políticas de contenção. Todavia,

Parece que seus habitantes apesar de humildes estão bem conscientes dessa realidade e já tem alternativas bem próximas e em terra firme para sedimentar sua nova morada. Já começou o êxodo de moradores que carregam seus poucos móveis e a madeira das casas para nova construção em terreno de marinha próximo da estrada da Praia de Ajuruteua. Mais de 100 moradias já foram construídas no local e os moradores necessitam de uma assistência

---

<sup>98</sup> Ofício da Colônia de Pescadores Z-17, capatazia de Ajuruteua, direcionada ao Prefeito Municipal de Bragança, em 20 de dezembro de 1995 (Arquivo pessoal de José Nazareno de Souza).

imediate dos órgãos oficiais.<sup>99</sup>

O terreno foi dividido em lotes e distribuído por meio de sorteio aos pescadores cadastrados na colônia, inclusive aos que permaneceram na vila e não foram atingidos pelo avanço das águas. Estes resistem em sair, porém em caso de mudança futura podem recorrer ao terreno cedido pela colônia.

Como tentei demonstrar, e espero ter convencido o leitor, mesmo que a vida haliêutica esteja consideravelmente associada à dinâmica da maré e, por conseguinte, aos fenômenos da lua; e por mais que a rodovia e o turismo tenham promovido alterações, os saberes adquiridos na práxis, na relação entre homem e natureza, ainda são elementos centrais da agência humana para a manutenção da vida social. Munidos desses saberes, de articulações e expertise, os moradores têm se reproduzido socialmente, se adaptando, atualizando suas práticas, se apropriando de novas tecnologias, fazendo alianças e criando estratégias cotidianas.

### **CAPÍTULO 3: “TÁ RUIM POR UMA PARTE, MAS TÁ FÁCIL POR OUTRA”: táticas, estratégias e adaptações às transformações da “modernidade”**

O capítulo anterior abordou alguns aspectos da relação do homem com o mar, tipificando a faceta “natural” da dinâmica social, ou seja, a medida de interferência da maré na vida dos indivíduos e suas estratégias frente às inconstâncias das variáveis ambientais. Há, todavia, outras nuances que orientam as transformações na vida humana, como as resultantes da intromissão antrópica no meio geográfico, aquelas a que convencionou-se chamar de modernidade<sup>100</sup>, condicionando estratégias de vida, provocando alterações em todos os níveis culturais, sejam materiais ou imateriais, na vida privada e pública, no trabalho, em casa, no modo de se vestir, de se comportar e de se alimentar. Cabe a este capítulo analisar o papel transformador dessas ações implantadas a partir da década de 1970 em Ajuruteua, mas, sobretudo, o comportamento das populações residentes diante dessas mudanças. O que eles fizeram com aquilo que fizeram com eles? Quais as estratégias utilizadas de adaptação à nova realidade que se apresentou a eles? Como atualizaram suas crenças e tradições?

---

<sup>99</sup> O SEMANÁRIO, 2 a 9 de março de 1996, caderno cidade, p.5.

<sup>100</sup> Penso na modernidade à luz das elaborações teóricas de Anthony Giddens (1991), quando a considera como um novo estilo, costume de vida, valores ou organização social que emergiu da Europa a partir do século XVII. Ao longo deste capítulo, características subjacentes a essas transformações, assim como suas consequências e sua recepção acerca dessas mudanças, serão discutidas e aprofundadas.

O título do capítulo reflete a percepção ambígua dos moradores sobre essas transformações oriundas de um pretendido “progresso”. Nunca é demais lembrar o caráter subjetivo do termo, sendo esse conceito, tal qual o conceito de modernidade, adjacentes às sociedades industriais europeias ligado à perspectiva evolucionista do século XIX, comum à uma história ontológica. Nestes termos, referem-se ao estilo de vida, costumes e modos de produção, mas sobretudo a sua capacidade de descontinuidade específica marcado por transformações sem precedentes (GIDDENS, 1991). Outra característica da modernidade, analisada por Antony Giddens (1991), é sua caracterização como um fenômeno ambíguo. Giddens exemplifica a contrariedade do fenômeno ao abordar o tema se referindo ao perigo promovido pela industrialização da guerra e do uso consolidado do poder político em contrapartida das oportunidades oferecidas pelos “novos tempos”. Ficou explícito durante este estudo, a ambiguidade a partir de problemas sociais gerados com as transformações contínuas da “modernidade” em sociedades haliêuticas, assim como o surgimento de novas possibilidades econômicas, sociais e atualizações de práticas antigas, como o caso da religiosidade.

Como dito antes, Ajuruteua foi alvo do interesse dos dirigentes políticos regionais e locais como espaço de exploração turística e para concretizar esse anseio construíram uma rodovia de 36 km de extensão ligando a praia à sede urbana do município, diminuindo um isolamento relativo<sup>101</sup> dos moradores. Este fato aumentou substancialmente a circulação de pessoas na ilha, muitos indivíduos passaram a frequentar o lugar e não apenas com pretensões turísticas, mas também para outros fins, como tentar a sorte na pesca, no comércio do pescado, na abertura de lojas e bares ou mesmo na busca de um lugar para se esconder, como relataram alguns moradores ao longo da pesquisa, dando exemplo de sujeitos que procuraram a localidade após cometerem crimes em outras cidades.

A chegada desse contingente promoveu mudanças significativas no comportamento, nos gostos e hábitos, mudou o rol de aspiração dos jovens

---

<sup>101</sup> Em consonância com Gilberto Velho, compreendo o grande risco metodológico ao tentar isolar segmentos ou grupos de sociedades como se estes constituíssem realmente unidades independentes e autocontidas. Nesse sentido, a naturalidade do isolamento pode ser ilusória, uma vez que, como já demonstraram vários teóricos, grupos aparentemente isolados podem fazer parte, de várias formas de um universo político, cultural ou econômico mais amplo. Nesse caso, para fins metodológicos é preciso fazer ressalvas quanto ao nível ou dimensão da vida sociocultural de que se trata (VELHO, 1981). Assim, o isolamento a que me refiro diz respeito muito mais à dinâmica da vida relacionada ao mar, nas palavras de Mordrel, “o particularismo da gente do mar”, pessoas que têm uma relação com a natureza estruturalmente diversa dos demais tipo (MALDONADO, 1986, p.7).



produzindo novas necessidades e expectativas, alterou as relações comerciais e a organização do modo de produção com a utilização de novos equipamentos e técnicas, assim como atualizaram tradições e ritos religiosos adequando-os ao novo contexto. Sem cair no erro de classificar tais mudanças como deletérias, negando a dinâmica das trocas culturais, como se sua cultura fosse estática, é importante verificar a perspectiva da mudança para esses sujeitos, como a percebem e definem, pois, como avaliou Gilberto Velho (1981, p.18), nestes termos, é “crucial saber, por exemplo, quando estamos falando de economia, política ou religião, se estamos nos referindo a percepções do grupo que estudamos ou a conceitos particulares de nossa cultura, produtos de uma experiência sócio-histórica específica”.

As linhas a seguir aprofundam essas mudanças em três aspectos, que, por sua vez, não representam exclusividade de mudança, mas sim, alterações notórias, marcantes e observadas com recorrência nas interlocuções junto aos sujeitos: a nível demográfico, mudanças na economia e, por fim, nos aspectos religiosos.

### **3.1 “A gente não sabe quem é quem!” Transformações demográficas e a dinâmica da imigração.**

Desde as pesquisas desenvolvidas sobre os efeitos da rodovia PA-458 para os mariscadores de caranguejo na Vila de Bacuriteua, distante 29 km de Ajuruteua, foi constatado aumento da presença de sujeitos de outros lugares nos manguezais e nos igarapés da região, fazendo com que alguns interlocutores da pesquisa relacionassem a escassez de recursos aquáticos à intensa exploração causada pela facilidade de acesso promovida pela rodovia (OLIVEIRA, 2015). Este fato também foi constatado na praia de Ajuruteua quando das interlocuções no trabalho de campo. Para verificar o tamanho desse aumento, foram consultados dados demográficos nas fontes disponíveis. Os dados específicos da Vila dos Pescadores são escassos, mas Maneschy (1993), por exemplo, notou com base em informações da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) a existência de 900 habitantes distribuídos em 200 casas de palha ou madeira no primeiro semestre de 1986. Segundo a autora “embora não se disponha de dados estatísticos de absoluta precisão para Ajuruteua, um conjunto de informações permite supor que, até pelo menos a data da pesquisa de campo (1986), a população total vem aumentando” (p.126), principalmente após o “crescente movimento de produção e comercialização de pescado” que “influiu na atração de famílias de outras áreas”

(MANESCHY, 1992, p.71). As redes de comércio de pescado, ao longo dos anos, têm atraído negociantes e pescadores de outras paragens. É comum a circulação e a estadia de pessoas de municípios vizinhos, proprietários de barcos ou geleiras instalados nas margens. Esses permanecem ali a maior parte do dia, fazendo a manutenção dos equipamentos, comprando óleo diesel, gelo ou peixe.

Em 2010, o Censo apontou para um total de 2.245 pessoas e 399 domicílios ocupados, ou seja, em 24 anos houve um aumento expressivo da população residente, próximo de 150%. Números importantes para um lugar onde os moradores geralmente se reconheciam por nomes e hoje, segundo o morador Lázaro Fernandes, essa identificação não é mais possível. Esse fato se soma ao hábito comum de migrar entre os pescadores, incentivados pela inconstância da atividade que desenvolvem e pelas mudanças geográficas em praias da região. Os pescadores seguem os cardumes em épocas de entressafra e, além disso, algumas comunidades pesqueiras próximas desapareceram com o fluxo do mar e seus moradores, em grande medida, migraram para Ajuruteua ou para comunidades próximas, caso do seu Manoel Amorim, morador da extinta comunidade da praia do Pilão. Além dessa praia, praias com os nomes Bussucanga, Chavascal e Croa Comprida sofreram processo semelhante e seus moradores se espalharam pela região. Manoel Amorim relatou:

Eu nasci na praia do Pilão ali de antigamente... acabou a praia do Pilão... tinha Bussucanga... conheceu Bussucanga? Mas era uma praia bonita, olha. Emendava com o Pilão... acabou, tá só a pancada. A minha família eu construí aqui nessa praia, essa praia de pescador aqui que já caiu ainda... eu foi o quinto a chegar de lá aqui, tu acredita nisso? (...) A maré quebrou mesmo, tirou tudo...o Bussucanga acabou tudo, a praia do Pilão tá... acabou tudo... (...) A praia do Pilão era maior de que essa Bonifácio aqui de casa nesse tempo, antigamente... Bussucanga... Rapaz, uns foram pra Bacuriteua, outros pra Bragança, outros Marudá... taí espalhado no mundo velho... eu já tô morando pra cá... tem muita gente morando aí...(...). Muito... muito... saí antes de se acabar a praia. Passei pra outro lugarzinho que tinha o nome Cuba, sabe Cuba estrangeiro? Pois é, era uma praia... se acabou de novo... aí a minha infância eu foi morar na praia da Sardinha, município de Vizeu né, passei ainda uns três anos morando com a mulher lá.<sup>102</sup>

A crença de que a estrada trouxe desenvolvimento só é arrefecida diante de problemas também creditados à mesma, como se fosse um preço a pagar pelo “progresso”. A facilidade da estrada, ao mesmo tempo que proporcionou oportunidades de acesso à serviços antes ausentes para os moradores, oportunizou a chegada de novos contingentes e com ele o aumento da criminalidade. O caso de

---

<sup>102</sup> Interlocução realizada em 6 de janeiro de 2020.

criminosos que procuram a Vila como destino endossa o argumento a respeito dos males trazidos pela rodovia. Ao falar sobre o significado dessa obra, Moisés Amorim ressaltou que por conta da estrada

[...] entrou a marginalidade, né? O bandido, né? Faz o bandido vir, se infiltrar, se esconder, né? É o que eu te digo, melhorou mais de que piorou né irmão... né? Porque donde o progresso chega meu irmão, chega uma estrada dessa, chega coisa errada... vem muita coisa boa, mas vem coisa errada né irmão... com certeza, né? Aí as tuas galinhas dormia tudo na rua aqui, aí o ladrão já vem aqui e olha: "ih rapaz, lá as galinha tão tudo do lado de fora do... elas ficam do lado de fora.. ê bora lá qualquer hora dessa numa moto ganhar umas galinha." Um já filtra pro outro a conversa, né? Aí se torna roubo, né? (risos) Mas não deixa o caboco agarrar ele (risos)...

Para Moisés Amorim a estrada foi sinônimo de progresso, mas por outro lado trouxe inconvenientes, sendo que junto a ela vieram alguns males como o aditamento da criminalidade, reclamada pela maioria dos moradores contactados na pesquisa. É explícito na fala a mudança de costume ao deixarem de criar animais domésticos livremente pela Vila desencorajados pela nova realidade apresentada.

Lázaro Fernandes, mesmo não atribuindo o crescimento da criminalidade à estrada, ressaltou que "[...] há uns trinta anos atrás a gente dormia com a porta aberta, janela aberta. Agora a gente já dorme sobressaltado." Falou ainda da dificuldade em criar animais hoje porque "[...] não tinha ladrão naquela época e agora a gente não sabe quem é quem."<sup>103</sup> Na percepção de José Nazareno Santos, a entrada de pessoas que "passaram a se envolver na comunidade [...] a gente não teve mais aquela... aquele sossego que tinha anteriormente."<sup>104</sup>

Manoel Amorim Cardoso, "seu Manelão", pescador, 62 anos, ao expressar seu ponto de vista sobre a rodovia destacou sua importância ao proporcionar uma melhor alternativa de deslocamento para Bragança. No entanto demonstrou insatisfação com algumas consequências ao rememorar uma conversa antiga com o ex-deputado Luiz Maria que na época afirmava sua posição contrária a construção da rodovia justificando que "a pessoa podia criar uma galinha aí na rua, qualquer coisa... deixava lá" mas agora com a via "pra cá vinha ladrão de todo canto".<sup>105</sup>

Outro problema relacionado com a nova dinâmica é o consumo de drogas entre os jovens. Manoel Ramos expressa sua insatisfação com a presença de

---

<sup>103</sup> Interlocução realizada em 16 de fevereiro de 2018.

<sup>104</sup> Interlocução realizada em 12 de setembro de 2018.

<sup>105</sup> Interlocução realizada em 6 de janeiro de 2020.

entorpecentes na Vila, situação responsável por sua sensação de ameaça ao sossego do “paraíso”, mas que, ainda assim, é possível dormir de janelas abertas.

(...) eu posso dizer que é um paraíso, sossego total, é... como em muitas comunidades já tem invasão de... de... por causa de um efeito de... de... de drogas, essas coisas que em toda comunidade é... estão sujeitas a isso. Já não posso dizer que seria totalmente um paraíso, mas já... mas ainda... ainda vivemos sossegado ainda, ainda dormimos com a janela aberta e não corre muito perigo de... de.. é... não temos um perigo muito grande na nossa comunidade. Então eu posso dizer que ainda é uma vida muito boa pra se viver.

Maria da Conceição, moradora da Vila dos Pescadores, ao ser perguntada sobre os problemas que a comunidade enfrenta, apontou o vício e o envolvimento de crianças com drogas. Disse ela:

Ah meu filho! A vila está totalmente dominada pela droga! É escolhida uma família que não tem um filho envolvido na droga. A grande preocupação dos moradores com seus filhos é a droga, porque a parceria acaba influenciando para entrar nesse caminho, crianças são muitas que estão envolvidos.<sup>106</sup>

Ajuruteua hoje dispõe apenas de duas escolas, uma dedicada à educação infantil e outra ao ensino fundamental, um problema é a inexistência de instituições que atendam o ensino médio. Para continuar os estudos, os jovens precisam se deslocar para Bragança onde são matriculados e enfrentam dificuldades com o transporte que falham constantemente. Outro problema é a inaptidão do calendário escolar à regularidade sazonal da atividade pesqueira, muitos abandonam a escola quando precisam acompanhar os pais na pesca em períodos de deslocamento dos cardumes para outras regiões. Segundo Fagner Celestino<sup>107</sup>, diretor da Escola Estadual de Ensino Fundamental Domingos de Sousa Melo, o número de desistência aumenta consideravelmente a partir do mês de setembro por conta da migração dos pescadores.

Não há, ainda, quadras poliesportivas, não existe qualquer projeto voltado para modalidades do esporte ou de estímulo a atividades culturais. O esporte mais praticado é o futebol que ocorre em campos de areia improvisados pelos moradores em terrenos alagadiços ou em bancos de areia, as famosas croas.<sup>108</sup> Ocorre um torneio de futebol em período de entressafra, quando times das três localidades se

---

<sup>106</sup> Interlocução realizada em 24 de outubro de 2018.

<sup>107</sup> Interlocução realizada em 6 de agosto de 2018.

<sup>108</sup> Esse fato foi abordado no documentário “O time da croa” de Jorane Castro. São pescadores que sempre embarcam com uma bola na proa do barco e quando encontram parceiros buscam um banco de areia para disputar uma partida. *TIME da croa*. Jorane Castro. Moana Mendes. Bragança. *Cabocla Filmes*, 2015. 15min. Disponível em: <http://amazoniadoc.com.br/filme/37/o-time-da-croa>.

enfrentam em formato de eliminatória (Foto 28). Evento que reúne grande número de torcedores à beira do campo, contando inclusive com a cobertura de uma rádio da cidade. O campo de futebol era uma área de mangue coberto com areia de praia ainda molhada da última maré. Na fase eliminatória do torneio, às margens do campo de futebol lotadas, um público ansioso pela partida com jogadores locais ou vindos de comunidades vizinhas. Bandeiras, uniformes, gritos de apoio e invasão de campo para comemorar os gols. O jogo é também objeto de apostas entre os envolvidos. O torneio é muito aguardado todos os anos, ocorre apenas no verão, na entressafra do peixe e que os pescadores estão mais tempo em suas casas. De maneira geral, há poucas alternativas de ocupação aos jovens, a condição mais viável, às vezes única, é a pesca.



**Foto 28** Campo de futebol na localidade do Bonifácio. Pesquisa de Campo em 23 de outubro de 2018.  
*Foto: Marcus Oliveira, 23 out. 2018.*

O ritmo em que se movem, o fluxo ambiental e os ciclos econômicos caracterizam um modo de ser no tempo desses homens e compõe aspectos de não-reificação da cultura local, uma vez que ela está sempre se modificando. Ajuruteua

se constitui como uma sociedade haliêutica em movimento, com sujeitos antenados às demandas do presente, às mudanças do mar, do comércio e do lazer. Migram, seguem os cardumes, mudam de habitação com as alterações geográficas e buscam melhores lugares para se estabelecer. Uma identidade produto do seu tempo, contrastando com o que foram no passado (HARRIS, 2006) e instituindo o seu presente a cada nova circunstância, contrariando seu rótulo de resistente, conservador e “tradicional”. Esse aspecto de negociação da realidade é bem exemplificado pelas mudanças que acontecem no comércio, onde se destaca a figura do atravessador que nem sempre leva vantagem sobre os pescadores nas trocas comerciais cotidianas, uma relação bem mais aprofundada no próximo tópico.

### **3.2 O comércio do pescado e a economia simbólica: “Tem que morrer na mão deles aqui!”**

As novas contingências de comercialização do pescado empreendidas após a introdução da rodovia são entendidas de diferentes formas, inclusive, consideradas paradoxais entre os interlocutores contactados. Para eles, se por um lado aumentaram as alternativas de escoamento, no sentido inverso, criaram-se novos laços de dependência com o atravessador, figura característica da economia amazônica tradicional. Na verdade, a existência desse agente tem duas faces para os pescadores, em alguns momentos são julgados pela ganância e usura que praticam, em outros são considerados indispensáveis diante do contexto em que se situa o produtor.

Uma ambiguidade notada há tempos na Amazônia, desde a época da atuação de “regatões” pelos interiores da floresta quando comerciavam com índios, pequenos produtores e quilombolas, trocando diversas mercadorias por produtos extraídos da floresta ou oriundos da produção agrícola local (HENRIQUE & MORAES, 2014; MCGRATH, 1999). Para além disso, convém destacar o caráter moral e simbólico dessas trocas que extrapolam as noções de uma economia capitalista clássica (THOMPSON, 1998). Devem ser analisadas, pois, com os pressupostos culturais de reciprocidade e solidariedade entre os agentes (MAUSS, 2003) – princípios de uma “economia plural”, nas palavras de Lévesque (2009)<sup>109</sup> –

---

<sup>109</sup> Lévesque (2009, p. 108-109), propõe uma análise econômica que extrapole os limites de interpretações mercantis, incluindo, por exemplo, tensões ecológicas e sociais. Em suas anotações, destacou que a economia de nossas sociedades não é totalmente capitalista, pois podemos encontrar pelo menos dois outros setores que não são capitalistas. Assim, oferece a concepção de

demonstrando, ainda, uma continuidade sociocultural neste âmbito, o que de certa forma, também questiona a visão de um pescador passivo, “enganado”, “vítima” fácil de “ambiciosos” comerciantes. É razoável considerar que ambas as partes possuem a sua própria interpretação do contexto relacional em que estão imersos e problemas desse caráter, entre partes desiguais, devem ser abordados de forma dialética (CARVALHO, 2003).

A presença do atravessador é histórica na região amazônica, remontando aos tempos coloniais em que negociantes de Belém supriam de mantimentos as empresas coletoras de “drogas do sertão” para receber o pagamento *in natura*. Esse sistema reúne características associadas ao capitalismo mercantil, mas baseado no extrativismo em vez da agricultura (MCGRATH, 1999). Ficou conhecido como sistema de aviamento, um regime de crédito informal onde *aviar* significa vender a crédito. A recorrência desse sistema, de acordo com Roberto Santos (1980) é típica em toda área econômica na qual a base de recursos naturais é espacialmente ampla; onde há “atraso” nas técnicas de produção; a nulidade ou baixa presença do dinheiro nas trocas; a existência de lideranças mercantis locais com ligação à mercados monetizados externos que subministre crédito; e demanda externa sobre um ou mais produtos da área. Critérios consoantes com o contexto de uma região amazônica litorânea, porém, há de se destacar, existem peculiaridades nesse sistema adjacentes ao lugar, fomentadoras de especificações próprias, sendo adaptado à pesca tradicional. Como afirmou o autor, esse sistema de crédito “será o embrião de um grande mecanismo que pôs a funcionar toda a economia amazônica da fase da borracha e que persiste ainda em nossos dias, se bem que modificado e com importância atenuada” (SANTOS, 1980, p.156).

Conforme demonstraram Henrique e Moraes (2014), no século XIX os atravessadores, chamados “regatões”, eram vistos como a “personificação da ambiguidade”.<sup>110</sup> Incomodavam os missionários capuchinos e as autoridades provinciais tanto no Amazonas quanto no Pará as quais pretendiam “civilizar” o gentil, submetendo-o à lei e ao trabalho, mas que, por outro lado, sabiam da

---

economia plural que se fundamenta na pluralidade de princípios e recursos econômicos.

<sup>110</sup> A história controversa do regatão foi notada também por David McGrath (1999) quando analisou a literatura e documentação da época que se referiam a esse sujeito. McGrath afirmou que, enquanto alguns autores destacavam o “papel destrutivo no comércio amazônico” desempenhado pelos regatões quando enganavam “caboclos ingênuos” e roubavam a freguesia de firmas legítimas, “outros autores sustentavam que eles tiveram um papel positivo, introduzindo uma alternativa às relações comerciais tradicionais” (MCGRATH, 1999, p.64).

importância desses sujeitos que constituíam uma relação de comércio alternativa ao abastecimento da população, pois eram pelos rios, nas canoas de regatões, que circulavam os produtos cultivados em pequenas roças ou extraídos na floresta, tais como carne verde, farinha, arroz, milho e mandioca. Com origens em Portugal, quando vendedores ambulantes a varejo percorriam as ruas oferecendo produtos alimentícios de porta em porta, esse tipo de comércio se adequou à realidade amazônica criando um tipo de “mascate fluvial”

(...) em função da existência de grande número de “estradas líquidas” (rios, lagos, furos e igarapés) que marcam sua geografia e que não eram atendidas por navios de maior porte. (...) Dessa forma, o regatão era visto como a personificação da ambiguidade. Necessário, mas temido. Negociante, mas pirata em potencial, saqueador das coisas alheias. A voz meiga, o coração mau. Civilizado, mas nômade, o que o aproximava dos “selvagens” que deveria civilizar (HENRIQUE; MORAES, 2014, p.57-58).

A figura controversa do atravessador se estende no tempo e no espaço. Thompson (1998, p. 156), ao demonstrar princípios econômicos distintos da economia capitalista, utilizou o exemplo dos ressentimentos populares causados pela ação de atravessadores e vendedores ambulante de cereais na Inglaterra do século XVIII, quando esse sujeito “continuava a ser legalmente suspeito, e suas operações eram, em teoria, severamente restringidas”, pois, ainda que essenciais ao mercado, os governantes, reféns do povo e do costume, entendiam que havia algo de fraudulento na sua atuação, assim como falta de transparência nos procedimentos comerciais. Uma ambiguidade bem vinda, pois sempre adotavam as restrições contra os atravessadores em situações de emergência em nome dos costumes e em detrimento da propagada “liberdade natural”.

Em Ajuruteua é antiga a ação desses comerciantes e se assemelha em muitos aspectos à atuação do antigo regatão, assim como, há muito, nessa relação, da economia moral elucidada por Thompson entre os pobres da Inglaterra. Esses sujeitos atuam na área bem antes da construção da rodovia, quando o acesso à praia era ainda somente via fluvial. A presença está demonstrada no relato do pescador Manoel Ramos quando abordou a antiga dependência dos pescadores locais junto aos poucos atravessadores, conhecidos localmente também por marreteiros<sup>111</sup>. Estes determinavam o preço diante das ínfimas opções de mercado

---

<sup>111</sup> Os comerciantes compradores de peixe são chamados também de “marreteiros”, que segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira conceituou em seu dicionário de vendedor ambulante (FERREIRA,



aos produtores na época. Essa realidade começou a se modificar parcialmente com a construção da rodovia PA-458 oportunizando alternativas singulares de comercialização, como a possibilidade de saber o preço praticado na cidade, geralmente acima do proposto pelo atravessador que ia até a ilha buscar a produção.

(...) a estrada nos trouxe o benefício de toda hora ter carro, vai pra... pra... pra onde quer. E quando eu falo do marreteiro, que a gente também vivia à mercê, porque ele... a gente pegava o nosso peixe e vendia por... por um valor determinado, valor que eles... eles... é... diziam “olha, só dá pra pagar esse preço... tal” e hoje a gente já tem uma saída, já pode pegar um carro ou... toda hora tá lá em Bragança, tá vendo como é que tá o preço do pescado, enfim, aí são as melhorias que chegaram com a estrada.<sup>112</sup>

Ao julgar a rodovia benéfica, por esses termos, é sugestivo que Manoel Ramos entenda injusto o preço oferecido ao pescador pela sua produção, assim como a falta de transparência das trocas, o que o faz considerar favorável a opção oferecida pela estrada. A mudança, no entanto, não eliminou o atravessador do processo, ao contrário, aumentou o número de comerciantes interessados na produção local com a facilidade do acesso rodoviário. Já os pescadores, mesmo com a possibilidade de deslocamento pela nova via, pouco se arriscam a levar sua pequena produção até a cidade considerando os novos entraves referentes à gasto com transporte e meios de armazenamento tornando essa alternativa inviável. Assim, a maioria continuou a recorrer aos marreteiros, pois como afirmou seu Manoel Cardoso “eles estão ali”, dispostos a comprar qualquer quantidade:

Esse que é um caso... o atravessador é bom, porque a gente vem morrer na mão dele mesmo ali... é porque a gente não vamo sair daqui pra ir vender uma pescada lá em Bragança. Não vamos sair daqui pra vender dez quilo de peixe lá em Bragança né, tem que morrer na mão deles aqui. Porque aqui, eles tão aqui, é cinco quilo, é dez quilo, compro cem, compro duzentos... eles estão ali...<sup>113</sup>

A frase usada pelo interlocutor “morrer na mão dele” expressa bem a ambiguidade do papel do atravessador na economia local. Mesmo com a possibilidade de ir à cidade negociar, a troca com o marreteiro, pouco vantajosa, continuava sendo a mais viável. Antes da rodovia, alguns abriam mão de vender seu pescado na praia e arriscavam ir à cidade quinzenalmente. Lá os pescadores

---

2001, p.481).

<sup>112</sup> Interlocução realizada em 20 de agosto de 2018.

<sup>113</sup> Interlocução realizada em 6 de janeiro de 2020.

negociavam com atravessadores que os aguardavam nos “aparadores”<sup>114</sup> na feira da cidade. Moisés Melo Amorim, um dos moradores mais antigos de Ajuruteua, descreve essa prática de comercialização anterior à rodovia que ocorria de quinze em quinze dias na cidade e o peixe era comercializado salgado/seco, única opção diante da sua condição perecível, da falta de meios de armazenamento e das dificuldades do deslocamento.

Olha, quando eu me entendi, rapaz, doze anos, assim, doze anos treze né que a gente conhece, levanta a vista a gente conhece um pouquinho já do tempo, começa a estudar... aqui não existia motorizado, era só canoa a vela daqui pra Bragança, era oito hora, nove hora de viagem... conforme o vento né, sete hora de viagem daqui pra Bragança né. Aí o peixe tudo era salgado, aí de quinze em quinze dia ia vender lá em Bragança o nosso peixe, já tinha os patrão lá de comprar os peixe naqueles aparadores né, já tinha os patrão lá tudinho pra chegar e entregar o peixe e pagar, todo... tinha... tinha já os patrão, os pescador né.<sup>115</sup>

O uso da expressão “quando eu me entendi” por Moisés Melo tenta qualificar a informação com base em sua experiência fundante, uma tonalidade típica dos narradores orais. Ao narrar sua história “mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1987, p.205). A comercialização do peixe salgado/seco podia oferecer algumas vantagens ao pescador naquela época. Seu Lázaro Fernandes entendia essa forma de comercialização como mais favorável que a estabelecida atualmente, haja vista justapor o produtor a condições mais favoráveis de negociação diante do tempo oportunizado pela salga. Assim, segundo ele, houve uma piora na situação atual em relação ao passado, pois em seu ponto de vista, a perda da condição de barganha somou-se a novas contingências, tais como a falta de condições financeiras para adquirir novos materiais de pesca, como as redes de plástico. Essa nova necessidade faz o pescador se submeter a empréstimos com o marreteiro e ficar “sujeito a ele”, ou seja, é obrigado a entregar sua produção a quem financiou seus instrumentos, criando laços de dependência.

É porque na época não tinha gelo, a pessoa, ele mesmo pegava, ele mesmo beneficiava o peixe dele. Salgava e levava pra vender em Bragança. Hoje em dia o dinheiro que você investe que... vamo supor num... num... num... numa canoinha dessa é alto, você não tem as

---

<sup>114</sup> “Aparadores”, segundo o pescador Manoel Cardoso, eram os homens que compravam o peixe salgado na cidade. O termo aparador, possivelmente, se refere ao móvel onde colocavam os peixes expostos para comercializar.

<sup>115</sup> Interlocução realizada em 6 de agosto de 2018.

vez o dinheiro, é obrigado você ir com ele, ele vai, vamo supor, ele vai bancar aquilo ali pra comprar o seu produto porque você... a hora que você ficar é... sujeito a ele. Porque é... as coisa tão caro, o material de pesca tá caro. Pra você botar numa canoinha dessa de uma tonelada pra baixo, você tem que botar no mínimo dois mil metro de rede e o pobre não tem esse dinheiro pra comprar, ele vai ter que ir com o atravessador, o atravessador compra o material de pesca, investe nele que é pra comprar a produção. Então nessa parte piorou de que antigamente.<sup>116</sup>

Lázaro Fernandes faz observações importantes e seu relato merece algumas considerações que podem elucidá-lo de forma mais clara, especialmente no que se refere ao papel do marreteiro e a introdução de novas tecnologias na atividade pesqueira. A grosso modo, é expressa a insatisfação do narrador com a expropriação do pescador em relação ao produto final do seu trabalho e a perda de poder na negociação após as mudanças no modo de comercialização do pescado, antes negociado “salgado/seco” e agora “fresco”. Ao iniciar seu relato, chama a atenção o poder que tinham ao negociar o peixe salgado, método tradicional de conservação, considerando que dessa forma havia mais tempo para barganhar o preço, consequentemente podiam forjar condições mais vantajosas.

Esse contexto está associado às mudanças significativas que ocorreram na região alterando o modo de produção e o comércio pesqueiro a partir da segunda metade do século XX. Uma delas foi a ampliação do sistema rodoviário interligando a capital ao Centro-Sul e ao Nordeste do país e, paralelamente, a melhoria da malha rodoviária estadual, promovendo uma melhor comunicação entre os lugares mais longínquos, como as comunidades pesqueiras, e os centros urbanos. Outra mudança significativa foi o início das atividades da indústria da pesca na região, especialmente, com a instalação de fábricas de gelo a partir de 1988 que condicionaram a conservação dos animais em seu estado natural (SOUSA, 2012). A nova realidade ampliou a demanda pelo peixe fresco, uma vez que proporcionou um encurtamento do tempo e das distâncias superando a dificuldade imposta pela perecibilidade do pescado. Assim, a prática de conservação tradicional da salga do peixe perdeu espaço no mercado e implicou em mudanças na comercialização.

Se não bastasse isso, houve a invasão de valores dos centros industriais com a difusão de produtos industrializados na capital e no interior, mudança de expectativas e necessidades entre essas “populações tradicionais” incorporando um

---

<sup>116</sup> Interlocução realizada em 16 de fevereiro de 2018.

estilo de vida urbano e tornando a pesca cada vez mais voltada para atender as demandas do capital e sanar as novas necessidades de consumo dos moradores praianos (MANESCHY, 1993).

Com o início das atividades da pesca industrial e a introdução de equipamentos mais modernos de captura, mesmo na pesca artesanal, a capacidade produtiva foi potencializada e promoveu a crescente oferta de pescado no mercado e a conseqüente desvalorização do produto. Concomitante a isso, o poder predatório de equipamentos utilizados pela pesca industrial, como as redes de arrasto que provocam grande matança de peixes, afetaram a fertilidade nas águas sobretudo nas áreas de atuação do pequeno produtor tornando sua vida mais difícil levando em conta os equipamentos artesanais que dispunha. Todas essas mudanças obrigaram o pescador artesanal a buscar tecnologias mais produtivas que possibilitassem capturas maiores e um raio de atuação mais amplo (MANESCHY, 1993). Não tendo condições financeiras para adquirir tais instrumentos de trabalho, tampouco de obter produtos industrializados que passaram a ser objetos de consumo, muitos pescadores se sujeitam a empréstimos desvantajosos de atravessadores comprometendo sua produção.

A ambigüidade desse serviço também está implícita nos relatos de Manoel Amorim Cardoso quando trata desse endividamento, embora vislumbre como inevitável essa intermediação devido à praticidade oferecida pelo serviço em oposição à sua incapacidade de introduzir sua ínfima produção no mercado. Por outro lado, questiona o sentido das relações comerciais e o seu caráter, salientando que

(...) um marreteiro aqui, hoje... eu vou puxar já já, não é pelo lado do marreteiro, essa... maré passada... eu fiz um muzuá pros menino ali pescar, nessas água passada metemo uns bagre, aí... nós vamo puxar logo num senhor que mora aqui, o nome dele é Athayde, o nome dele, o apelido dele é Athayde<sup>117</sup>, o apelido... aí tem dois muzuá que ele... ele trouxe uns bagre aqui que ele vendeu pro Tunai ali, um marreteiro dali, aí ele vendeu de três reais pra ele o bagre, graúdo. Não podia dar mais porque não dava. Aí o "seu"... o patrão do Torquatro veio de Bragança botou cinco pra ele... vendeu por cinco... pra ele...o pescador eles não querem pagar quatro, porque não dá pra eles, ele pegou vendeu de cinco... só de pegar aqui e entregar, tá entendendo? Sem despesa... agora, atravessador ganha dinheiro, não

---

<sup>117</sup> O Apelido Athayde é bastante adotado na região, ele se refere a um encantado local protetor das florestas de manguezal e que têm como principal característica um pênis avantajado. Esse encantado será abordado com mais detalhes no próximo tópico deste capítulo.

é o pescador, é o atravessador!<sup>118</sup>

Os narradores não apenas utilizam de sua experiência para contar suas histórias, bebem na experiência de outros também e quando o fazem “gostam de começar sua história com uma descrição da circunstância em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir” (BENJAMIN,1987, p.205). Nesse caso, seu Manoel subtrai da experiência de Athayde um fato que considera imoral: a vantagem que os marreteiros levam nas negociações, tendo em vista sua não participação no processo produtivo, considerado perigoso e desgastante entre os pescadores. Segundo o interlocutor, eles ganham mais que o pescador “só de pegar aqui e entregar”. É como se essa ação contrariasse uma norma, uma antiga prática de mercado, como o escambo, típica da economia mercantil, suplantada pelo capital (THOMPSON,1998). A valoração do atravessador por “Manelão” é consoante com a conclusão de Maldonado (1986. p. 9) a respeito do tema ao avaliar que

O processo de comercialização do pescado – seja por sua perecibilidade seja pela demora em se chegar com esse produto à terra - geralmente, se dá através de intermediários, ou atravessadores, que em toda parte tendem a se caracterizar como gananciosos e até certo ponto indesejáveis entre os pescadores, com quem mantêm relações tensas e conflituosas.

A ganância, segundo o entendimento de nosso interlocutor, advém do pouco esforço depreendido pelo intermediador na medida em que ele não participa do processo produtivo, mas se beneficia mais que o pescador em face dos lucros, o que parece uma prática ilegítima perante seus pressupostos morais (THOMPSON, 1998). Insatisfação semelhante é possível notar no relato de Manoel Ramos quando demonstra insatisfação com o poder exercido pelo comerciante na negociação: “quando eu falo do marreteiro, que a gente também vivia à mercê, porque ele... a gente pegava nosso peixe e vendia por... por um determinado valor que eles... eles... é... diziam “olha, só dá pra pagar desse preço, tal”.<sup>119</sup>

Em Ajuruteua a comercialização do pescado é uma grande rede que envolve muitos atravessadores, sem uma regra geral, o certo é que após ser entregue pelo pescador o produto geralmente passa por várias mãos até chegar ao comerciante final. O primeiro deles é um proprietário de pequenas geleiras (Foto 29 e Foto 30) instaladas na beira da praia, estilo palafitas, que são barracas suspensas, em sua

---

<sup>118</sup> Interlocução realizada em 6 de janeiro de 2020.

<sup>119</sup> Interlocução realizada em 20 de agosto de 2018.

maioria de madeira e coberta de telhas de fibrocimento ou palhas e no seu interior geralmente encontramos balança, paneiros<sup>120</sup>, basquetas<sup>121</sup>, óleo diesel e várias caixas de isopor para armazenar o peixe. Cinco *geleiros* são moradores locais, são eles: Arão, Salomão, Tunai, Sergio e Torquato.<sup>122</sup> Outros são comerciantes oriundos de Bragança, mas que geralmente obtêm a produção com os marreteiros locais. Os que têm automóvel levam o peixe para comercializar na cidade junto a supermercados, peixarias, restaurantes ou empresas de exportação. Os que não dispõem de transporte comercializam para outros atravessadores que vão buscar o pescado em caminhões frigoríficos ou veículos adaptados. Os destinos são os mais variados, dependem da quantidade, das possibilidades de consumo das espécies e das opções de venda para outras regiões. Há relatos de atravessadores que levam o pescado para cidades distantes de Bragança dentro do Estado do Pará, como Paragominas, Marabá e Belém, assim como também para outros estados federativos como Maranhão e Ceará. Em pesquisa sobre o mercado do pescado na praia de Apeú Salvador, no município de Viseu, Isabel Soares de Sousa apontou a existência “de quatro categorias de comerciantes ou marreteiros” e, possivelmente, pela proximidade das praias, a situação é análoga à de Ajuruteua. São eles: “os ‘geleiros’; os ‘compradores de grude’ (ictiocola); os ‘compradores de camarão’ (*Pennaeus brasiliensis*) e os ‘marreteiros de peixe salgado/seco’, chamados também de marreteiros da ponta da terra” (LEITÃO, SOUSA, 2006, p.60).

---

<sup>120</sup> Cestos amazônicos feitos de talas de guarimã ou guarumã (planta *Marantácea*), confeccionado em traço hexagonal. Sua utilização é ampla, mas no caso em tela, é utilizado para transportar o pescado.

<sup>121</sup> Caixas plásticas utilizadas para transportar o pescado.

<sup>122</sup> Os nomes foram indicados por José Nazareno Sousa dos Santos durante a pesquisa de campo.



**Foto 29** Geleira instalada nas margens da praia de Ajuruteua. Pesquisa de campo. Ago., 2018  
Foto: Marcus Oliveira, 6 ago. 2018



**Foto 30** Interior de uma geleira. Pesquisa de Campo. Jan. 2018

Foto: Marcus Oliveira 24 jan. 2028.

Os marreteiros locais se posicionam diariamente na beira da praia abordando os pescadores já no desembarque e atribuindo preço ao pescado (Foto 31). De acordo com José Nazareno Santos, Arão e Salomão em geral compram o pescado de parentes, relação muito comum entre pescadores insulares e comerciantes, uma proximidade para além de uma relação estritamente econômica fortalecendo os laços entre os negociantes, diferindo de uma economia capitalista tradicional e explícita, conforme demonstrou Thompson (1998), a existência de uma “economia moral”. Os laços de parentesco, considerados “fortes”, estão associados com a tomada de decisão. Assim, o rompimento desses laços tem perdas sociais e desestabiliza a retribuição de favores (GRANOVETTER, 1992; CAPELLESSO; CAZELLA, 2013). Wilma Leitão e Isabel Sousa (2006, p. 55) chamaram atenção para esse aspecto da relação entre patrão-cliente na qual o compadrio e o parentesco são estratégias “para fortalecer sua posição tanto em sua sociedade, quanto na



sociedade envolvente”.



**Foto 31** O atravessador, com sua balança na mão, abordando o pescador no desembarque de sua produção. Pesquisa de Campo realizada em 23 de janeiro de 2020  
Foto: Marcus Oliveira, 23 jan. 2020.

Os marreteiros estão em contato com compradores da cidade e possuem uma estrutura para armazenar a produção até a sua venda, situação distinta da maioria dos pescadores que muitas vezes sequer são donos dos equipamentos e da embarcação que utilizam, nem tampouco têm acesso ao mercado de compradores. É preciso destacar, no entanto, que a diferenciação econômica e social entre pescadores e atravessadores locais não é tão grande. O elevado número de atravessadores envolvidos na negociação permite uma ascensão social pequena, mas que é suficiente para a concretização da relação patrão-freguês. Para Wilma Leitão e Isabel Sousa (2006, p. 56), ancoradas na proposição de Belshaw (1968), as pequenas vantagens auferidas pelos agentes se devem “a extrema diferenciação nas funções existentes no mercado e a extensa cadeia de comerciantes que ali se

inserem, gerando uma sucessão de negociações que provocam baixos lucros e, conseqüentemente, um baixo acúmulo de capital em cada uma das etapas”. Outro ponto de destaque nessa associação, que fortalece a ligação entre os sujeitos, é a prestação de serviços disponibilizada pelo “patrão” ao “cliente” com ajuda assistencial de adiantamentos monetários ou financiamentos de materiais de pesca gerando dívidas.

Como bem anotado por Leitão & Sousa (2006, p.61) “são considerados ‘patrões’, isto é, pessoas que ‘ajudam’ os pescadores e suas famílias nos momentos de dificuldades”, circunscrevendo vínculo pessoal na troca; ou seja, “há no sistema de produção de pescado analisado um conjunto de relações que une essas pessoas também no plano pessoal”. Carvalho (2003, p.219) entende que “o caráter pessoal dessa interação reforça as relações patronais tornando-as mais flexíveis e duráveis”. A figura do “patrão” é característica nos sistemas de crédito tradicionais da Amazônia, sendo encontrada na relação entre os indígenas e não indígenas, e, inclusive, estendida para o interior das relações entre os próprios índios, mesmo que tenham sentidos diversos. Nesse caso, convém destacar o exemplo dado por Florido (2013) sobre os *deni*, habitantes das margens do rio Cuniuá, no Amazonas, ao tratarem por *patarahu*, uma corruptela do termo patrão em português, os comerciantes do quais obtinham mercadorias a crédito. No primeiro momento foram os chefes a assumirem esse papel, mas em seguida, mais pessoas passaram a mediar o comércio e isso se dissolveu no corpo social, quando índios que obtinham as mercadorias podiam servir de intermediários com os outros moradores da aldeia. É bem verdade que as trocas se davam no contexto do *manakuni*, um “pagamento”, ou melhor, uma retribuição equivalente à coisa dada, sem acréscimo ao valor antecipado, diferindo do “pagamento” típico do capitalismo. Dessa forma, as trocas e a relação entre pescadores e “patrões” devem ser compreendidas dentro do contexto cultural específico, com esforço teórico capaz de vislumbrar a perspectiva dos sujeitos envolvidos e não com a imposição de conceitos exógenos.

Essa combinação de serviços e comercialização têm se mostrado determinante para a estruturação social. Para Capellesso e Cazella “a associação de ofertas de serviços com a comercialização do pescado fortalece laços assimétricos de poder entre pescadores e atravessadores” (2013, p.275). Sobre esse aspecto da relação é exemplar a narrativa de Manoel Ramos:

O marreteiro comprava as redes prontas (panagens), o cabo para

entralho, o chumbo, o “rancho para embarcação” (materiais básicos de consumo: farinha, açúcar, café, leite, e afins, atualmente, além de todos os outros citados, incluem óleo diesel, gelo...) e o pescador arcava apenas com a mão de obra, porém ficava impedido de vender o produto para outrem, mesmo que o outro pagasse um preço mais alto pelo produto. (...) Desfeita essa “parceria” entre marreteiro e pescador, o último acabava acumulando dívidas com o primeiro o que o tornava mal visto pelos demais. Muitas vezes o pescador pagava a dívida com juros e correções, mas era e ainda o é como se todo o lucro arrecadado pelo marreteiro não tivesse sido suficiente para quitar ou satisfazer favor que este fizera ao “companheiro”. Sem esquecer que não podemos generalizar, existem casos de fidelidade que a parceria dura desde sempre e outros que duraram apenas até a primeira discussão. (...) O fato é que marreteiro e pescador, podem não assumir, mas se precisam e se ajudam mutuamente.<sup>123</sup>

A pessoalidade está marcada nessa relação pelos laços de fidelidade construídos após o adiantamento do marreteiro ao pescador. Este último, ao receber a ajuda do primeiro, compromete sua produção e caso não o faça tem sua imagem arranhada perante seus pares. O elo se estende no tempo e no espaço, ultrapassa a natureza econômica e cria laços culturais legitimados por sentimentos morais de fidelidade e lealdade (LEITÃO, SOUSA, 2006). Mesmo depois de pagar a dívida, o vínculo não se esvai, há um laço moral que os prende e o pagamento “não é suficiente para quitar ou satisfazer favor que este fizera ao companheiro”. É um direito constituído culturalmente, não é uma lei formal. O fato de que “se precisam e se ajudam mutuamente” notabiliza a solidariedade presente entre eles, pois “comprando sempre, o comerciante garante ao produtor a revenda de sua produção; enquanto a ‘fidelidade’ do pescador ao comerciante garante o estoque deste último” (LEITÃO, SOUSA, 2006, p.57). É um compromisso análogo ao da reciprocidade nas dádivas discutidas por Mauss (2003), pois ao mesmo tempo que essa “ajuda” é livre, ela não é desinteressada e o donatário tem a obrigação moral de retribuir. No entanto, é mais que dinheiro, é um compromisso. É uma troca/contrato onde se misturam elementos que constituem a vida social e exprimem-se valores de natureza religiosa, jurídica, econômica e moral. Em seu ensaio, Mauss (2003, p. 188) considera, entre o que ele chamou de “fenômenos sociais totais”, apenas

(...) o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e no entanto obrigatório e interessado, dessas prestações. Elas assumiram quase sempre a forma de regalo, do presente oferecido generosamente, mesmo quando, nesse gesto que

---

<sup>123</sup> Texto escrito por Manoel Ramos a mim e enviado por rede social em 16 de abril de 2020. Diante da Pandemia do COVID-19 que assolou o país e nos impôs um regime de quarentena, a comunicação com os interlocutores ocorreu por meio das redes sociais em formatos de textos e áudios.

acompanha a transação, há somente ficção, formalismo e mentira social, e quando há no fundo, obrigação e interesse econômico.

Manoel Cardoso, assim como Manoel Ramos, reiterou a recorrência das dívidas oriundas dos arranjos de solidariedade entre os envolvidos, suprindo as novas necessidades impostas com a aquisição de equipamentos mais modernos inseridos na produção, como o combustível para os motores de rabeta<sup>124</sup> utilizados atualmente.

(...) é mais quem deve muito é pescador, quem deve pra marreteiro é pescador mesmo! Já eu não né... no tempo que eu trabalhei devia também assim porque muitas das vez por que o cara não tem né... pra comprar uma gasolina pra motor... agora que come dinheiro pra disgranha<sup>125</sup>, motor... aí ele já não tem pede pro marreteiro... "rapaz, me dá vinte reais aí, cinquenta reais... ele dá, depois que já intera os cem aí já não dá mais, porque já tem muito já... é... (risos) Dá cem reais, eles já não querem dar mais... "ixe, não!" É sim rapaz, eu digo que é verdade meu amigo! Tô te falando... Já eu não, eu trabalhava bacana eu...<sup>126</sup>

Como já assinalado, as mudanças no modo de produção acarretaram outras amarras ao produtor, como a necessidade de combustível para utilizar o motor de rabeta nas canoas. O motor praticamente eliminou a utilização da força física para o deslocamento e ampliou a área de atuação do pescador possibilitando ir mais longe, entretanto, criou a necessidade de adquirir combustível e quando o pescador não possui condições para realizar a compra, faz adiantamentos com um "patrão". Uma prática que não é exclusiva de Ajuruteua, tampouco da Amazônia, mas comum em comunidades onde prevalece a pesca dita tradicional, como constatado nos trabalhos já citados aqui (MALDONADO, 1986; MOREIRA, 1993; LEITÃO, SOUSA, 2006; CAPELLESSO; CASELLA, 2013). Capellesso e Casella (2013, p. 284), por exemplo, notaram a existência dessa prática no litoral centro-sul catarinense, onde "os compradores prestam, adicionalmente, outros serviços aos pescadores artesanais, chamados de assistências, como o fornecimento de óleo diesel, transporte de motor para conserto etc."

O assistencialismo adquire um caráter de dádiva, solidificando o vínculo entre as partes, implicitamente obrigando a retribuição do donatário com o que interessa

---

<sup>124</sup> Rabeta são pequenas embarcações, canoas feitas tradicionalmente ou lanchas, movidas a motor a óleo diesel.

<sup>125</sup> Disgranha é amenizador do termo "desgraça", um intensificador de valor adjetivo utilizado pelo narrador para dar ênfase aos gastos com óleo diesel.

<sup>126</sup> Idem.

ao doador. Assim, “a manutenção da dívida na sociedade moderna se estrutura na lealdade que sustenta o ciclo estruturado nos três momentos de *dar, receber e retribuir*” (CAPELLESSO, CAZELLA, 2013, p.278). A afirmação de Manoel Ramos que “o último acabava acumulando dívidas com o primeiro, o que o tornava mal visto pelos demais” se justifica pela obrigação de retribuir que é imperativa. Nas palavras de Mauss (2003, p. 250), no caso das dídivas, “perde-se a “face” para sempre se não houver retribuição.



**Foto 32** Canoa, embarcação tradicional construída artesanalmente de madeira, com motor de “rabeta” sendo preparada para pescaria. Fonte: Pesquisa de Campo realizada em 08 de agosto de 2018

Foto: Marcus Oliveira, 8 ago. 2018.

É raro um pescador não comprometido com atravessador. Os próprios moradores se veem obrigados a comprar peixe com eles para o consumo diário quando não há pescador na família ou este está impossibilitado de trabalhar, uma vez que toda produção que desembarca no porto já tem seu destino certo. Turistas que frequentam a praia também costumam consumir diretamente do atravessador

em suas geleiras espalhadas na vila. A comercialização, de acordo com as interlocuções colhidas, é sempre muito vantajosa aos compradores proporcionando a oportunidade de acumular algum capital, adquirir bens que demonstrem sua distinção social em relação aos outros.

Tudo ficando caro! O marreteiro te dá cem reais, não dá pra trazer mais nada pra gente assim pro pescador. É assim... eles ganha dinheiro é ali oh! Aí... aí ganha dinheiro! O atravessador ganha dinheiro, eu tô falando! Essa... essa... essa praia ali, esse negócio de pescada, esse peixe melhor, poxa seu! Eu quero que o senhor veja... eles comprem bandeirado, tava dando três reais bandeirado, parece... eles tavam vendendo de oito aqui na porta... era pro pessoal que tão coisa...agora porque ele tá magro, mas quando tava gordo era um carro em cima do outro comprando bandeirado pra comer... os turistas é... eles que ganham real!<sup>127</sup>

A negociação é assimétrica entre os contratantes não apenas pelo grau de perecibilidade do pescado que força o produtor a entregá-lo com brevidade, mas também pela forma com que se dá o financiamento das pescarias. A compra dos apetrechos de pesca é da responsabilidade unicamente do comerciante, assim como o reparo de motores das rabetas e das embarcações ou gêneros alimentares para as viagens. De acordo com relato de um pescador local, o marreteiro traz o material e desconta do pescador ao receber a produção sem que este tenha acesso às notas fiscais dos gastos. Segundo ele, na prestação de contas, gastos extras com transporte também são contabilizados e descontados dos valores da venda do peixe. Explicitamente, o financiador não cobra juros dos valores adiantados, é possível, no entanto, como insinuou Manoel Cardoso, que eles estejam ocultos nos valores cobrados por esses serviços considerados “caros” pelo “cliente”. Esse tipo de exploração se aproxima de uma análise feita por Roberto Santos (1980, p. 166) sobre o seringalista que quando “na posse de uma contabilidade que não podia ser fiscalizada e que se tornava indiscutível para a outra parte, o seringalista detinha a possibilidade de fazer os números dançarem ao compasso de seus interesses”.

Em uma análise exclusivamente econômica de “mercado” a condição a que se submete o pequeno produtor pode ser avaliada pelo leitor como irracional ou passiva. Todavia, as relações econômicas empreendidas não podem ser explicadas apenas pela lógica de mercado e estão condicionadas a outros valores que não estão dissociados da estrutura social e só podem ser analisadas a partir desta. É preciso

---

<sup>127</sup> Idem.

levar em conta outros sistemas básicos de organização econômica. Nessa perspectiva, a troca entre pescadores e compradores seria um exemplo de sistema econômico de reciprocidade comum em sociedades com comportamento não alinhados aos padrões da economia clássica (BURKE, 2002).

Foi nessa linha que E. P. Thompson (1998, p. 152) analisou os motins da fome na Inglaterra do século XVIII questionando uma análise espasmódica da história. Segundo ele, para além dos estímulos econômicos “as queixas operavam dentro de um consenso popular do que são práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado” e esses critérios estavam balizados por normas, obrigações e funções específicas aos grupos sociais que juntas ele classificou como a “economia moral dos pobres”.

A natureza do vínculo entre pescador e atravessador é naturalizada dentro do consenso popular até que surjam reclamações de abusos dos comerciantes ou rompimentos dos laços por parte do pescador, que não acontece sem traumas. Do contrário, as redes são bastantes perenes, passando de pai para filhos em alguns casos, uma vez que representam segurança e referência nas transações para ambos ganhando um caráter de cooperação e solidariedade, valores essenciais na manutenção social. Como foi notado por Maneschy (1993, p. 122).

A ajuda mútua é também uma condição da reprodução social, o que os leva a determinadas práticas de colaboração que são essenciais em sua manutenção. Como visto antes, ocorre o empréstimo dos meios de trabalho entre os pescadores, em troca de partes do produto, permitindo àqueles eventualmente sem material de pesca garantirem seu sustento. Além disso, quando determinado pescador não pode ir trabalhar, por doença ou outro problema, os parentes e amigos mais próximos fornecem peixe para sua família, até que ele possa retornar ao trabalho..

É importante ressaltar, todavia, que mesmo com perdas para ambos os lados, não são raros rompimentos do contrato partindo do pescador ao não repassar sua produção ao “patrão”, vendendo antecipadamente a comerciantes em outras praias ou deixando de pagar partes da dívida quando a produção não era suficiente. Perguntados se haviam casos em que o pescador não pagava, interlocutores responderam: “tem uns que não pagam!”, “dão canelada!” ou “já vende lá na pontinha, já!” Lázaro Fernandes lembrou dos casos em que o “patrão” adianta valores para a construção de currais de pesca e fica no prejuízo quando a produção é pequena.

(...) as vez ele perde, as vez calha dele fazer o curral e... foi... um ano que não teve safra, que não deu nada ele vai perder. Ali... ali... ali... ele

tá arriscando, né? Ele tá fazendo um investimento ali arriscado ou de... de... de... de repor ou então perder. (...) Quem perde é o que banca! Ele... ele... ele... ele não pode obrigar a pessoa a pagar, porque ele... ele... ele... ele fez aquilo... é... como é que diz? Pensando de dar o peixe, num deu ele não tem como pagar. Se ele tivesse como pagar ele...<sup>128</sup>

A associação entre patrão e pescador se constitui também nas embarcações maiores, conhecida como “pesca pra fora”, uma pesca semi-industrial, com uma estrutura maior, porém não igual a das grandes embarcações industriais da pesca empresarial-capitalista. A semelhança se dá pela distância que alcança, pela utilização de alguns equipamentos mais modernos e a dissociação entre o pescador e o pescado, uma vez que sua função se resume à simples produção. A produção pertence ao patrão, proprietário do barco, na qual o pescador recebe “partes”. No entanto, a despesa da viagem, em alguns casos, é dividida entre a tripulação: manutenção dos equipamentos, alimentação, óleo combustível etc. José Nazareno afirmou que a despesa é feita à parte, paga por todos, para só então dividir os ganhos: “você retira todo aquele valor de uma despesa que foi, em que foi levada né...e retira tudo aquilo ali, é que eles fazem a divisão. Mas as despesas é tirada à parte!”<sup>129</sup> Manoel Ramos chamou esse tipo de prática de escravidão exemplificando que geralmente metade da produção pertence ao patrão, um quarto ao mestre, que é o encarregado da viagem, e o restante é dividido entre os tripulantes, subtraído das despesas e dos “vales” adiantados aos pescadores.

(...) o cara passa quarenta dias e as vezes chega num... chega num... na beirada aí, como a gente fala, o cara não tira saldo, mas tudo que se perde é a tripulação que paga o... da rede, a panela, a faca, o motor se quebrar é a tripulação que paga e o dono do barco ganha a metade de tudo aquilo ali sem custear nada, tá entendendo? Pra mim é uma escravidão e o pescador em si ainda não prestou atenção nisso, ele ainda não viu isso como sendo um trabalho escravo, mas ele tá e... muitas vezes são ameaçados por patrões, eu já... tenho conhecimento... Porque o patrão não quer perder, você... as vezes o cara vai numa pescaria dessas, passa um mês e ele não... quando o cara sai, na verdade, já sai devendo, ele sai com vale de quinhentos ou mil reais e o cara sai... agora né, eu acho que agora deve ser uns mil reais, e quando o cara chega as vezes não tem saldo e traz muitas toneladas de peixe, o cara não tem saldo. Qualquer um... quando ele vai acertar as contas ele vai chama o encarregado do barco, o mestre do barco aí, vamos supô, se ele fez cem mil reais ele tem cinquenta mil e dá cinquenta mil pro encarregado do barco, pro mestre, dividir com a tripulação de dez, quinze homens, conforme...

---

<sup>128</sup> Interlocução realizada em 16 de fevereiro de 2018.

<sup>129</sup> Interlocução realizada em 12 de setembro de 2018.



desses... muitas vezes o mestre do barco ele pega divide os cinquenta mil já em duas partes também, já fica com vinte e cinco e vinte e cinco ele vai dividir com os companheiro. Quer dizer, existe... existe o roubo por parte do dono do barco e existe por parte do... até do encarregado do barco se apropriando daquilo que não é dele. E aí o... as vezes o... o... o moço de convés, como a gente chama, o pescador, não tem nem saldo, quando é na outra viagem ele vai pega mil reais aí ele vai... ele sai e não vai mais na tripulação, por isso o dono do barco, o encarregado as vez, ameaça... ele tem que pagar o... mas ele viu que ele perdeu aí ele “não, não vou mais”, esse vale é... tem feito, tem sido motivo de conflito... entre o pescador e o patrão.<sup>130</sup>

Os pescadores se queixam de práticas de mercado que são entendidas como “inevitáveis” ou “naturais” no mundo do capitalismo liberal. Mas o que parece inevitável e justo para o mercado é escravidão na concepção de alguns pescadores. O “vale” é o adiantamento em dinheiro feito pelo proprietário, o qual prende o pescador à sua embarcação. O valor varia de acordo com a capacidade de produção, medido em toneladas, da embarcação. Caso ele não embarque é ameaçado pelo patrão em “perder a sua vaga” nas próximas viagens. Manoel Cardoso lembrou em sua interlocução que a pesca “lá de fora” tem que ter vale, o que escraviza o pescador, e se este não cumprir com sua palavra o dono do barco fica no prejuízo.

Na pesca lá de fora, taí ele ó, tem que ter o vale. Parece que é trezentos reais, né? É trezentos reais de vale pra cada parceiro nesses barcos de pescar pra fora... que nem um... eu tenho um sobrinho ali que... um tar de Mortadela, enganou o dono do barco nessa viagem, ainda entregou o vale, ainda teve consciência, ainda entregou pra ele, teve consciência... foi, ainda entregou aquele... um tal de Rui, Rui e voltou metade... quem vai pagar? Quem vai? Ninguém! Quem vai ficar no prejuízo é o dono que mora lá em Bragança... É assim, meu amigo, num sei se o senhor vai entender: hoje em dia o pescador... quem pesca pra fora embarcado ficou escravo... ficou escravo, porque se não for não dão vale, se você não for perde a vaga. É, o cara tem que ir. Esse meu sobrinho que mora aqui ele passou ano novo lá fora... foi, passou ano novo... porque se ele não fosse perdia a vaga. Escrava o cara... eu não, nunca fui escravizado de ninguém.<sup>131</sup>

A ideia de que a “pesca pra fora embarcado” é uma escravidão pode estar associada ao senso de liberdade, tão caro aos pescadores, pois esta é ligada à autonomia sobre o tempo e por isso esses trabalhadores são representados como aqueles que estão submetidos à uma “pesca sem liberdade” (MALDONADO, 1986, p.36-40). O fato de não terem o controle sobre a produção e tampouco sobre o tempo vai de encontro a um traço adaptativo do pescador, um modo de ser característico. Essa independência corresponde “à propensão para pensar e agir,

---

<sup>130</sup> Interlocução realizada em 20 de agosto de 2018.

<sup>131</sup> Interlocução realizada em 6 de janeiro de 2020.

livre da influência de outros” (MALDONADO, 1986, p.33) e é extremamente importante em um ambiente de uso coletivo, onde há uma disputa por pontos de pesca. Outra questão, da qual decorre a importância da independência temporal, é o caráter desse tempo medido pelos ciclos da natureza, o fluxo das marés e pelo comportamento dos cardumes.

A dívida entre os pescadores ganha importância na medida em que há debilidade nas prestações de serviços financeiros formais oferecidos às populações ditas tradicionais e de baixa renda ao ignorarem os aspectos não mercantis característicos à economia desses grupos (CAPELLESSO; CAZELLA, 2013). “Sem dúvida, a sociabilidade do dom diferencia-se das lógicas abstratas e anônimas do Estado e do mercado, mas, mesmo assim, infiltra-se nos seus interstícios de tal forma que continua a existir nas bases das sociedades modernas” (LÉVESQUE, 2009, p.113).

Um exemplo prático dessa incongruência foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar estendido à pesca (PRONAF Pesca), criado após a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Ministério da Pesca e Aquicultura em 2009. Esta iniciativa objetivou financiar as atividades de pescadores artesanais, porém teve um baixo acesso da categoria e não conseguiu reduzir os sistemas informais de financiamento com os quais concorre. Ao discorrer sobre o problema, Capellesso e Cazella (2013) apontam questões pertinentes que justificam o insucesso da política pública. Uma delas é que as normas do PRONAF Pesca não consideram a cultura financeira criada a partir dos sistemas de financiamento informais, como a consideração da condição momentânea do pescador na hora de pagar a dívida. Atravessadores cobram de acordo com a produção, que está condicionada às marés e safras. As instituições bancárias, por outro lado, estabelecem datas fixas desconsiderando as variantes ambientais e as especificidades pessoais do produtor. Outra questão apontada pelos pesquisadores é a falta de experiência dos pescadores no relacionamento com os bancos, poucos compreendem as políticas de cobrança de taxas e juros ou não se planejam adequadamente para fazer o pagamento, resultando quase sempre na inadimplência (CAPELLESSO; CAZELLA, 2013, p.290).

A desconsideração da pluralidade cultural é uma prova da unilateralidade das políticas públicas, uma imposição de valores urbanos e normas que muitas vezes não condizem com a diversidade cultural existente na região amazônica e, sobretudo,

exemplo da invisibilidade a qual condenam as sociedades insulares do país. Nesse sentido, o sistema de financiamento informal se apresenta como uma alternativa de adaptação de um modelo produtivo instável à economia capitalista. Longe de vítimas passivas dos atravessadores, os pescadores tiram proveito de um financiamento adequado à sua dinâmica de produção, o qual lhes garante auxílio em momentos de entressafra ou enfermidades, ou mesmo garantem equipamentos de pesca quando não possuem condições financeiras de adquirir. É um financiamento, mesmo sem as garantias e regras tradicionais do crédito formal. Assim, suas relações econômicas também são resultado de sua capacidade adaptativa, expertise e negociação diante de uma nova realidade pouco favorável. Para além desse aspecto, as alterações impactaram também as tradições locais, inclusive a religiosidade, que tem se adequado localmente ao longo do tempo às mudanças do seu presente, geralmente permeada por valores e interesses locais, não apenas atendendo às pressões da “modernidade”, como será demonstrado no próximo tópico.

### **3.3. Santos, benzedeiros, curandeiros e visagens: uma “moderna tradição”**

De acordo com Mark Harris (2006), a história cultural dos camponeses ribeirinhos da Amazônia pode ser sumariada como a reinvenção das diversas tradições deslocadas: as coloniais portuguesas, missionárias europeias e tupis; e a confluência e divergência entre essas tradições, da forma como configuradas, criaram incertezas e ambivalências que são um modo de ser no tempo frente às imprevisibilidades. Para esse autor, a forma mais clara desta ambivalência pode ser notada, além da persistência do capitalismo mercantil, nas práticas religiosas de um xamanismo que se desenvolveu aqui. Nesse sentido, às conclusões do autor, acrescento que outros sinais dessa ambivalência podem ser verificados também no culto aos santos, manifestação central do universo cosmológico amazônico, que, assim como o xamanismo, mesmo diante de uma tentativa de controle pelo poder eclesiástico, cria sua própria trilha, segue desejos e intenções locais, expressando, como bem notou Sherry Ortner (2007), uma vida cultural “nas margens do poder”. Este tópico analisa a dinâmica da religiosidade popular em Ajuruteua, a combinação de crenças e práticas de caráter distintos que constituem um universo cosmológico em constante mudança e adaptação às circunstâncias do presente, assim como aos

interesses locais. A escolha da categoria “religiosidade” deve-se a essa natureza diversa das concepções religiosas identificadas na experiência do trabalho de campo, pois, como anotou Lourdes Furtado (1987), nesses casos, em que o domínio religioso tem seu cerne orientado por concepções de naturezas diversas, não sendo estruturado por uma única concepção religiosa, esse é o termo mais correto a ser usado.

Ao longo deste estudo, notei que a religiosidade em Ajuruteua é mais uma entre tantas, demonstração das conclusões certeiras de Raymundo Heraldo Maués (2005, p. 259) sobre a diversidade cultural do “caboclo” amazônico, caracterizada por “uma grande riqueza de mitos, concepções, crenças e práticas”, sejam elas de origem ibérica, indígenas ou africanas, contemporâneas ou tradicionais. Mais do que isso, a combinação dessas concepções e a constituição de um universo cosmológico instável é também uma prova da capacidade criativa e adaptativa dessas populações. Ali se constituiu, como em várias partes da Amazônia, um catolicismo popular, até certo ponto, liberal, tolerante, fatalista e aberto às influências externas, antenado a demandas do presente, instituindo um modo específico de ser no tempo (HARRIS, 2006).

Não exigiu muito tempo de observação para constatar nas fontes aspectos religiosos da ilha, indícios dessa diversidade não só notados nas falas dos interlocutores, como também nos silêncios, nos risos e nos constrangimentos. Assim como em grande parte da Amazônia<sup>132</sup>, o pescador local se considera cristão, e em sua maioria católico, e tem no culto aos santos sua principal expressão de fé. Um catolicismo flexível, pois, muitos destes interlocutores, mesmo silenciando, “falando baixo”, buscam em práticas xamanísticas ou de pajelança sanar dificuldades não contempladas pela sua crença cristã, ou curar enfermidades diante de um contexto onde lhes falta assistência médica. “Quando não tinha esses posto de saúde, a gente só corria pra esse pessoal. Tudo quanto é beira de praia tem!”<sup>133</sup>. Portanto, o “ser católico” vai além de qualquer filiação religiosa, representa, como

---

<sup>132</sup> De acordo com Maués (2005), a despeito das variações de crenças e práticas nas diversas regiões amazônicas, há um “substrato comum” que nos permite desenhar um panorama geral dos aspectos religiosos do caboclo da Amazônia. Observando esse estudo, assim como uma biografia extensa sobre o tema (FIGUEIREDO; VERGOLINO E SILVA; 1972; FIGUEIREDO, 1996; GALVÃO, 1953; HARRIS, 2006; HENRIQUE, 2009; 1953; MAUÉS, 1995), pude verificar semelhanças e proximidades de práticas e crenças presentes em Ajuruteua com as de outros lugares da Amazônia esboçadas nesses trabalhos, nos permitindo fazer comparações e análises mais pertinentes no que tange a esse aspecto da cultura regional.

<sup>133</sup> Moisés Melo Amorim. Interlocução realizada em 28 de janeiro de 2021.

observou Mark Harris (2006), uma “declaração de ser no mundo” que incluem diversas práticas cotidianas, tem a ver como eles se percebem e sua conexão com o ambiente. Ao declararem-se católicos:

(...) estão invocando seu deleite a diversos tipos de peixes, alimentos e bebidas (não obstante o complexo sistema de tabus; ver MAUÉS, MOTTA-MAUÉS, 1978); seu uso de xamãs e ervas medicinais; suas histórias de encontros com encantados, visagens e espírito malignos; as acusações de feitiçaria; e a misericórdia, que eles pedem aos patrões, aos santos e a Deus pela sua condição; o desejo de serem abençoados na sua humildade e pobreza (HARRIS, 2006, p.98).

Por outro lado, uma análise assertiva sobre o tema não abre mão de registrar o crescimento do protestantismo na ilha, uma conversão que extrapola o caráter doutrinal ao alterar o comportamento, em relação ao modo de ser católico, passando a habitar um universo discursivo diferente (HARRIS, 2006). Essa negação de um modo de ser católico é facilmente perceptível nos “convertidos” na maneira de se vestir, pelas músicas que consomem, pela linguagem bíblica que adotam, pelo comportamento dissidente das práticas anteriores, pela negação da existência de seres encantados. Mudanças, que no olhar incomodado de Lázaro Fernandes, deixa o povo “dividido”<sup>134</sup>. Lázaro sente essa divisão no interior de sua família. Católico, “procurador” da festa de São Pedro, ele foi o único que permaneceu na “crença”, a esposa e os filhos converteram-se à nova doutrina.

Minha família quase toda são evangélica, eu permaneci no catolicismo. Hoje em dia eu sou... eu já fui presidente da festa de São Pedro, durante dez anos, não quis mais e aí me chamaram pra me voltar pra presidência eu não quis, hoje em dia eu sou procurador da festa.<sup>135</sup>

Com a maioria se considerando “católica”, uma das dificuldades comuns aos pesquisadores é identificar os pajés ou curandeiros da comunidade, já que o ofício, mesmo muito procurado, carrega consigo herança de anos de perseguições e de ridicularização por parte das autoridades públicas, eclesiásticas e mesmo da imprensa.<sup>136</sup> Possivelmente essa historicidade esclarece a constatação de Maués

---

<sup>134</sup> Interlocução realizada em 16 de fevereiro de 2018.

<sup>135</sup> Idem.

<sup>136</sup> De acordo com Aldrin Figueiredo (1996) a pajelança sempre esteve alvo de perseguições policiais e dos órgãos governamentais e o início do século XX marcou o momento de maior intensidade das perseguições marcadas por constantes diligências policiais nas casas dos pajés e feiticeiros, na tentativa de combater o que era classificado como prática ilegal da medicina. As ações estavam alinhadas à tentativa de consolidar uma medicina oficial científica, em detrimento de práticas consideradas selvagens e incivilizadas. Nesse contexto, a imprensa escrita teve papel importante ao denunciar os curandeiros e seus clientes, noticiando batidas policiais e listas de presos envolvidos,

(2005, p.269) quando afirma que “na região do Salgado, o termo pajé tem um certo sentido pejorativo e, por isso, não é assumido pelos próprios xamãs, que chamam a si próprios de “curadores””. Outra razão de ser do “não dito” sobre as práticas xamânicas é a sua incorporação às crenças e práticas do catolicismo popular. Há um amálgama desde o processo de formação da cultura regional, iniciado a partir da implantação da colonização europeia na Amazônia. O descimento indígena, a prática de sua catequização e, posteriormente, o “aportuguesamento” implementado com o diretório pombalino<sup>137</sup> redefiniram os elementos que persistiram da cultura dos povos originários, assim como os elementos da cultura europeia, não limitados apenas ao catolicismo oficial. Não se pode esquecer, ainda, da considerável contribuição dos elementos religiosos de origem africana<sup>138</sup>, tocando e sendo tocado por outras crenças, incorporado, desta forma, ao universo religioso do “caboclo”<sup>139</sup> amazônico. Portanto, não há de se contrapor ao fato desses sujeitos, inclusive o pajé, identificarem-se como católicos, o que foi observado em Ajuruteua, e assim, também, notado por Maués (2005) ao estudar a região do Salgado, no município de Vigia, e por Furtado (1987), ao tratar da religiosidade dos pescadores de Marudá.

Para Mark Harris (2006), o predomínio do catolicismo, nesse contexto, é fruto de dois processos históricos: pela forte conversão no período missionário e pelo processo de incorporação dos diversos segmentos étnicos, uma vez que enquanto

---

além de ridicularizar os pajés e seus tratamentos.

<sup>137</sup> De acordo com José Alves de Souza Junior (2009) a política pombalina buscava o estabelecimento de uma comunidade política para garantir a integração do território a partir da criação de uma identidade nacional, e, para que esse projeto se concretizasse, expulsou os jesuítas e exigiu a integração do índio à sociedade colonial pelo processo de aportuguesamento dos índios. A ideia seria a transformação da identidade de um índio-cristão missionário, de sentido universal, para um índio-cidadão português.

<sup>138</sup> Sobre a presença do negro na Amazônia, ver SALLES, Vicente. O negro no Pará sob o regime da escravidão. 3ª ed. ver. Ampl. Belém: IAP, Programa Raízes, 2005; SALLES, Vicente. O negro na formação da sociedade paraense. Belém: Paka-Tatu, 2004.

<sup>139</sup> Há uma historicidade importante nas tentativas de categorizar as populações amazônicas ao longo do tempo, quase sempre ações conjugadas por valores etnocêntricos com fins de dominação, como é o caso do termo “caboclo”, usado aqui propositalmente a fim de problematizá-lo. Para Karl Arenz (2015) a falta de marcadores de identidade claramente definidos e as diversas denominações usadas ao longo da história (caboclo, índio cristão, ribeirinho ou tapuia) impõe certa cautela ao tentar atribuir uma denominação precisa a essas populações. Outrossim, essas alcunhas contribuem para a reprodução de estereótipos relacionados às dicotomias como tradição e modernidade, caso do uso do termo genérico caboclo. Muitos trabalhos têm lançado mão desse conceito, consolidando a ideia de um modo de vida tipizado dos caboclos, reduzindo sua história ao longo isolamento geograficamente disperso e socialmente reduzidas as estreitas relações de parentesco e compadrio. Ver mais em: ARENZ, Karl Heinz. Anticabocloismo. **Revista de Estudos de Cultura**. n.03. Set. Dez. 2015. HARRIS, Mark. What it means to be a caboclo society as an anthropological object. **Critique of Anthropology**, Nova York, vol. 18, n.º, p.83-95, mar.1998. NUGENT, Stephen Lewis. Amazonian Caboclo Society: na Essay on Invisibility and Peasant Economy. Oxford/Providence: Berg, 1993. (Col. Explorations in Anthropology).

europeus, africanos e ameríndios se misturavam, sua descendência nascia num mundo dominado por portugueses e pelo catolicismo. No entanto, Harris destaca que a hegemonia católica se deu menos pela evangelização e mais pela ocasião, fato que para ser compreendido exige separar a análise histórica da religião como instituição (a Igreja Católica) da sua mensuração enquanto experiência e conhecimento (crenças e práticas populares). Mesmo ambos aparentando um universo discursivo semelhante, há diferenças consideráveis e, apesar de lançar mão de uma estrutura de poder consolidada e da popularidade de missionários, padres e colonos, o processo de dominação representou um custo para as doutrinas oficiais. Esse custo pode ser notado facilmente nas tramas do cotidiano amazônico ao observarmos as crenças e os ritos aí praticados.

Na ilha de Ajuruteua, a crença e o culto aos santos aparecem como principais expressões do catolicismo popular, o que é recorrente nas diversas regiões da Amazônia (MAUÉS, 2005). A eles “se empresta um caráter de divindade com poderes de ação imediata e não apenas representação de intermediários entre uma força superior e o homem” (GALVÃO, 1953, p.2). Esses cultos podem ser praticados individualmente, uma adesão particular do fiel relacionado a sua história de vida, ou coletivamente como um santo “padroeiro” do local. Como a ilha está dividida em três localidades, há em cada uma delas a devoção coletiva a um santo específico. De acordo com uma moradora, no passado haviam festividades dedicadas a outros santos, como as homenagens dedicadas a Santa Ana. Almir Melo da Silva, um morador local, revelou a mim sua devoção a N. S. do Perpétuo Socorro por ter lhe socorrido em situações difíceis. Além dele, observei em outras casas imagens de santos diferentes daquele cultuado coletivamente (Foto 21), o que indica a variedade da crença e a adesão individual como resultado de experiências particulares. A escolha do santo padroeiro, por outro lado, pode estar relacionada a diversos fatores, como o ambiente em que se situa a comunidade, sua composição étnica ou mesmo a principal atividade econômica desenvolvida no lugar.



**Foto 33** Interior de uma casa na vila do Bonifácio. Fonte: Pesquisa de campo, set. 2018.  
Foto: Marcus V. C. Oliveira, 10 set. 2018.

Na imagem acima (**Foto 33**) as fotografias das crianças e o calendário cristão dividem espaço com imagens de São Benedito, Santa Luzia, Nossa Senhora de Fátima, com o sagrado coração de Jesus e com um quadro que retrata uma passagem bíblica sobre a arca de Noé. A casa é de dona Baruca, uma moradora antiga, muito conhecida por “pegar criança”, ou seja, fazer partos, na linguagem local. Segundo dona Baruca, mesmo tendo pegado muitas crianças não se considera parteira, pois não tem “documento”, ela apenas, com suas palavras, “arremedia as pessoas” na falta de um carro para transportar as parturientes a um hospital. O ofício de “pegar crianças”, em sua concepção, foi um “dom” que Deus lhe deu e mesmo sendo filha de uma mulher que também “pegava criança”, não aprendeu com a mãe, foi uma “coragem” dada por Deus, diz ela. Além das imagens de santos pregadas na parede, uma imagem de Nossa Senhora de Nazaré e um quadro de São Jorge, além de um moderno aparelho de televisão decoram a estante de sua sala



(Foto 34).<sup>140</sup>



**Foto 34** Dona Baruca (Maria Nelza Pinheiro) e Alcir, seu filho, na sala de sua casa. Fonte: Pesquisa de campo, out. de 2018.

Foto: Marcus V. C. Oliveira, 10 set. 2018.

Na Vila dos Pescadores, o culto é dedicado a um santo com histórico de pescador: São Pedro. Essa relação economia/crença é também presente na Ilha do Marajó, onde foi constatada a forte presença do culto a São Sebastião, que para Frei Benjamim Ramiro, em 1967, podia ser explicada pela forma como a população associava seus problemas ao poder do santo e, em uma região cercada por espaços de criação de bovinos, equinos, suínos e xerimbabos domésticos, “todos querem ter o santo para o caso de necessidade” (SARRAF, 2009, 176).

O culto à São Pedro na localidade está diretamente relacionado à atividade da pescaria dos seus moradores. Perguntado sobre o motivo da devoção, seu Lázaro Fernandes lembrou da hagiografia do Santo, do seu ofício de pescador, um homem

---

<sup>140</sup> Dona Baruca. Interlocução realizada em 10 de outubro de 2018.

que tinha pouca fé, próximo dos homens, além de ser ele o “chaveiro do céu”:

Mas foi um pescador muito... é por isso que... é... ele era um... ele era um... um discípulo sem fé e lançou a rede e... e... tipo que... como dizia meu pai: homem bulho! O que significa o homem bulho? É o homem de pouca fé, ele tava com pouca fé... e aí... daí por diante ele se tor... ele se tornou o profe... depois que ele negou... negou Jesus ele... depois de pescaria ele se tornou, pra nós aqui na nossa... no nosso linguajá da igreja Católica, se tornou chaveiro do céu. E tanto é que ele tem um monte de chave na mão quando... nas... nas... imagens dele a gente vê, né?

Segundo Raymundo Heraldo Maués (2005), São Pedro é considerado pouco milagroso. No entanto, sua identificação com os pescadores advém de sua imagem de pescador, uma espécie de companheiro de trabalho, um igual. Na tradição cristã, Pedro é retratado como uma figura extremamente humana com falhas e virtudes, tendo momentos de fúria – como quando cortou a orelha de um soldado que prendeu Jesus (Mt 26, 51-52) - e acanhamento – como no episódio que negou Jesus três vezes, mesmo após ter dito que morreria por ele (Mt 26, 76). De acordo com o Novo Testamento, “Simão Bar Jonas” (seu nome original) era um simples pescador da Galileia até Jesus o convidar para tornar-se “pescador de homens” (Mt 4, 19). Essa relação de proximidade é explícita tanto na fala de seu Lázaro Amorim, quando o chama de “homem bulho” que negou Jesus, quanto na forma pela qual o santo é exposto aos fiéis durante a procissão, apresentado em um andor em forma de uma pequena embarcação decorada com flores com sua imagem no convés. O ritual em homenagem ao santo é semelhante a Itapuá, no município de Vigia, quando uma “barca dos pescadores”, uma embarcação em miniatura, é conduzida durante a procissão (MAUÉS, 2005). No Ritual de Ajuruteua os fiéis fazem a procissão pelas águas, decoram com flores e bandeirinhas de cor azul e branca um andor que copia a forma de um pequeno barco, como podemos observar na **foto 35** abaixo:



*Foto 35 Procissão fluvial em homenagem à São Pedro.*

Foto: Mayka Mello, 29 jun. 2019

Em Ajuruteua, o culto a São Pedro na Vila dos Pescadores, foi iniciado, segundo os mais antigos, pelos primeiros moradores da localidade, os cearenses, que se instalaram ali nos primeiros anos do século XX. Tal como ocorre em várias comunidades pesqueiras da Amazônia, este santo é considerado o padroeiro dos pescadores. A festividade, organizada por uma diretoria de leigos, ocorre entre os dias 24 a 29 de junho, este último, dia do santo. No dia 24, início da festa, os fiéis promovem ritualisticamente o levantamento do mastro (Foto 36) decorado com frutas e bebidas; entre os dias 25 e 28 ocorrem as novenas nas casas dos fiéis; e, dia 29 sai uma procissão fluvial da ponte sobre o rio "Furo Grande" até a orla da Vila dos Pescadores.





**Foto 36** Mastro dedicado à São Pedro em Ajuruteua.  
Foto: Mayka Mello, 29 jun. 2019.

A procissão fluvial (Foto 37) com a imagem do santo é acompanhada por várias embarcações, todas decoradas em homenagem ao padroeiro, em sua maioria ocupadas por promesseiros que se dedicam a enfeitar suas embarcações ou vestir

suas crianças de anjos em agradecimento às graças alcançadas. As promessas vão desde o pedido de proteção e livramento de doenças, naufrágios e outros perigos no mar, até a realização de grandes capturas nas suas pescarias.



**Foto 37** Procissão fluvial em homenagem à São Pedro.

Foto: Mayka Mello, 29 jun. 2019.

De acordo com Galvão (1953, p.3), “o santo padroeiro, ou mais propriamente, uma determinada imagem que o representa e a qual se atribui grande capacidade milagreira, é objeto de culto especial” e o não cumprimento da promessa, pode despertar a ira do santo e acarretar em futuros “castigos” ao promesseiro:

A promessa é o ponto focal das relações entre os homens e os santos. Em uma cidade, junto às ilhas do delta, onde colhemos essas observações, a noção de pecado e o relato dos milagres de santos subordinavam-se ao tema de cumprimento ou não de promessas. Existia muito pouca preocupação com a vida de além túmulo, pela segurança que o indivíduo possuía de que tudo correria bem, caso não faltasse ao respeito ou às promessas aos santos (GALVÃO, 1953, p.4).

A festividade dura entre seis a dez dias e entre os diversos panfletos de divulgação consultados não há um padrão em relação às datas. Em 2004, a festividade ocorreu entre os dias 20 e 29 de junho. Já em 2006, o santo foi festejado entre os dias 24 e 29 de junho. Em 2009 a homenagem foi do dia 21 a 30 de junho. O rito inicial, por sua vez, é sempre o mesmo: levantamento do mastro.

O cartaz do ano de 2006 descreve o ritual como uma espécie de cortejo que sai da casa do 1º juiz da festa, percorrendo as principais ruas da vila, até a frente da igreja onde é levantado pelos fiéis sob aplausos, marcando o início da festividade. Quando perguntados a respeito do significado desse objeto sagrado, a maioria dos fiéis consultados não soube responder. No entanto, a impressão é de que este símbolo está inserido em um conjunto de dádivas oferecidas ao santo, dádivas no sentido proposto por Marcel Mauss (1978), isto é, uma prestação baseada na reciprocidade. Para Mauss, nestas prestações se incluem festas, esmolas, visitas e comunhões. A oferta do sacrifício de carregar o mastro pelas principais ruas e os alimentos que são hasteados são dados em retribuição a graças alcançadas ou em função de pedidos de fiéis. Assim, situamos esse sistema de troca que caracteriza a dádiva considerando a obrigação de dar, receber e retribuir. A sacralização do objeto é também parte da construção do sentido de uma economia moral, quando a troca extrapola os signos de uma economia mercantil tradicional. A “coisa” dada “tem poder mágico e religioso sobre nós. Enfim, a coisa dada não é uma coisa inerte. Animada, geralmente individualizada, ele tende a retornar ao que Hertz chamava seu “lar de origem”, ou a produzir, (...) um equivalente que a substitua” (MAUSS, 1978, p. 200). Em Melgaço, na Ilha do Marajó, de acordo com o relato de uma professora citada por Sarraf (2009, p. 178), o mastro é um instrumento sagrado, enfeitado com frutos extraídos da natureza, ofertados como dádiva de suor da labuta dos trabalhadores da floresta, representando seu sustento diário e que seriam purificados pelo santo aqueles dias em que estivessem hasteados. Na Vila dos Pescadores, além de frutas, há refrigerantes, salgados e outros produtos industrializados. Para seu Lázaro Fernandes, o mastro:

É porque o mastro, a doação, tipo fruta, outras coisa, aí a gente ele... ele... planta ele e ele fi... aquilo que a gente recebe de doação dos devotos de São Pedro a gen... fica pendurado lá, e uma bandeirinha lá em cima com símbolo de São Pedro, com a foto de São Pedro.<sup>141</sup>

---

<sup>141</sup> Lázaro Amorim Fernandes. Interlocução realizada em 16 de fevereiro de 2018.

As doações dos devotos são dádivas por pedidos ou agradecimentos, de uma relação de confiança entre ele e o Santo. Ao longo dos dias realizam-se missas e novenas em nome do santo, organizado por grupos de vários segmentos da igreja que se dividem na direção das celebrações. No topo do mastro é hasteada uma bandeira do santo que é leiloada no final da festa. A escolha dos diretores e juizes da festa estão igualmente mergulhados em signos de prestações e contraprestações, uma vez que estes ao receberem a graça alcançada sentem a “obrigação” de retribuir ao santo a dádiva, dando mais do que receberam para conseguir honra e prestígio caso tenham sucesso em suas funções.

Após a chegada da imagem do santo, ocorre uma missa, uma das poucas ocasiões em que um padre se faz presente na comunidade, e em seguida, realizam-se casamentos comunitários, batismos e leilões. Os leilões, bingos e a festa musical ocorrem no barracão, instalado ao lado da igreja. Nessas festividades, expressão maior de culto aos santos, é que se observa claramente o caráter sincrético da religiosidade dos fiéis. Nesses momentos ocorre, igualmente, o amálgama de elementos sagrados e profanos, quando festas dançantes, bebidas, o próprio ritual do “mastro” (inexistente na liturgia oficial católica) e leilões se entrelaçam com orações, celebrações e imagens sagradas. No dia 29 de junho de 1984, o jornal Diário do Pará anunciava em seu caderno “Interior” a festa dos pescadores de Ajuruteua dedicada a São Pedro. A nota informava que entre as atrações haveria a “amostragem” de equipamentos de pesca e apresentação de danças folclóricas para um público que contava com autoridades constituídas do município e representante da SUDEPE<sup>142</sup>. A festa, de acordo com o jornal, orientada pela Colônia de Pesca Z-17, seria finalizada ainda com uma série de “brincadeiras da época, como “quebra-pote”, “mata-pato”, “corrida de saco”, “pau de sebo” e derrubada do mastro, num festejo de grande apoteose popular” (DIÁRIO DO PARÁ, 9 de junho de 1984, p.4). Era comum a presença de grandes aparelhagens de som, típicas da região amazônica, que tocavam diversos ritmos, especialmente, brega<sup>143</sup>. De acordo com dona Baruca, a

---

<sup>142</sup> A SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca), criada pela lei nº100, promulgada em 11 de outubro de 1962, autarquia federal subordinada ao Ministério da Agricultura, foi fundada em 12 de setembro de 1962 pelo então presidente João Goulart com o fim de elaborar um Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca. A autarquia foi pensada como um mecanismo de controle da atividade pesqueira nas áreas de jurisdição, onde o cumprimento se efetivou por meio das Colônias de Pescadores (FURTADO, 1981).

<sup>143</sup> Sobre a cultura do ritmo “brega” no Estado do Pará, ver: COSTA, Antonio Maurício Dias. Festa na

festa:

era bonita... quando eu me entendi, matavu... matavu boi né, pra lá pra Bragança. O juiz né, o pessoal mais ou menos, traziam uma banda do boi, o barracão era bonito... de palha! Era de palha nessa época... aí eles faziam a comida né... as mulherada faziam a comida e aí que vinham os mordomos. A gente andava nas casas “quem queria ser o mordomo” pra festividade de São Pedro, eles davam o nome, assinavam... e aí quando era o tempo da festividade, terminava a missa... o padre “tinha o lanchinho” diz ele, aí botavam aquela mesa grande, o pessoal... os mordomo comendo e os outros dançando. Aí foi se acabando, né! Esse negócio se acabou, mas agora a festividade continua... a festividade o padre não aceitou fazer mais a festa né... de dança... acabou-se... é só mesmo... terminou a missa, é batizado, essas coisa... não foram [...].<sup>144</sup>

É possível que a oferta de “uma banda de boi”, e o rico banquete, que caracteriza a fartura desse momento, tenha um significado relacionado ao sistema de trocas analisado até aqui, como no caso das dádivas. Guardadas as proporções, Mauss (1978, p.204), analisando o *potlatch* na Sibéria e entre os esquimós do Oeste do Alaska, percebeu que essas trocas incitam os espíritos dos mortos, os deuses, as coisas, os animais, a natureza, a serem “generosos para com eles” e a troca desses presentes produz abundância e riqueza.

Outrossim, percebe-se mudanças nos rituais, adequações atendendo a demandas circunstanciais e a tentativa de controle eclesiástico dos padres. Na festividade de 26 de junho de 2004, de acordo com o panfleto de divulgação, a “festa dançante” foi animada por uma aparelhagem de som chamada “Nova Geração” e durante o evento ocorreu um concurso de “xote” e “brega” (Figura 5). A festa profana, regada a muita bebida alcoólica, atraía pessoas de várias comunidades vizinhas, assim como moradores da sede do município e da capital do Estado. Era corriqueiro a presença de políticos que, patrocinadores da festa, como se vê no encarte, se utilizavam da ocasião para angariar apoio popular. No entanto, as festas dançantes movidas a aparelhagem, tradicionais na região, foram proibidas pelos padres da diocese de Bragança o que foi acatado pelos organizadores da festa que, todavia, passaram a investir em atividades tidas como mais “tradicionais” ainda que não habituais naquela localidade, em especial a roda de carimbó do “mestre” Lázaro Fernandes (Foto 38).

De acordo com seu Lázaro, seu contato com o ritmo ocorreu somente na

---

cidade: o circuito bregueiro de Belém do Pará. Belém: EDUERPA, 2º edição, 2009.

<sup>144</sup> Interlocução com dona Baruca ocorrida em 10 de setembro de 2018.



década de 1980 quando um grupo de carimbó da capital teria ido se apresentar na comunidade “veio só uma vez um grupo de carimbó aqui, só os Brasa da Marambaia<sup>145</sup>, isso em... deixa eu... eu ver se eu me lembro... em oitenta e seis se eu me lembro, oitenta e seis, por aí assim... com aqueles tambozão e saxofone... só e banjo”<sup>146</sup>. O formato atual da festividade tem atraído turistas e é objeto de exploração de uma pousada instalada recentemente na Vila. As mudanças demonstram na prática como se atualizam as tradições locais, se adequando às novas tentativas de controle do poder eclesiástico e às demandas do mercado.



**Foto 38** Lázaro Amorim Fernandes (à direita agachado de camisa verde) com seu grupo de carimbó “Mani de Urutá” no barracão de São Pedro em dia de apresentação. Fonte: Lázaro Amorim, 27 novembro de 2020. Facebook: Lázaro Amorim. Disponível em <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=118558670070715&set=pb.100057497465054.->

<sup>145</sup> Marambaia é o nome de um bairro da cidade de Belém, capital do estado do Pará.

<sup>146</sup> Lázaro Amorim Fernandes. Interlocução ocorrida em 16 de fevereiro de 2018.

2207520000..&type=3. Acesso em 04 de junho de 2021.

Essas práticas “profanas”, que se repetem em vários lugares da Amazônia, inclusive nos espaços urbanos, representam momentos de confraternização sob a proteção do santo. Não se atribui a elas desrespeito ao homenageado, pois “em suas compreensões, ao participarem primeiro dos atos sagrados, obtém o consentimento do santo para depois usarem e abusarem das dimensões nominadas como profanas” (SARRAF, 2009, p.182). De acordo com Almir Melo da Silva, morador da Vila do Bonifácio, “quando tem atividade dele [do santo], a gente vai por lá jogar um bingo, tomar uma gelada”. Almir era organizador das festas dançantes nas festividades de Nossa Senhora de Fátima em sua vila, festas que contavam com a presença de grandes aparelhagens de som vindas de outros municípios. No entanto,

Porque hoje em dia aqui na praia, a gente... eu fazia festa, festividade de Nossa Senhora daqui, aí eu... organizava, mas duns tempo começou negócio de droga aí caboco só queria fazer bagunça, pronto! Aí parei. Passei pra seresta, aí começou esse negócio agora aí [Pandemia], não teve, esse ano não teve nada.<sup>147</sup>

As serestas organizadas por Almir Silva são festas animadas geralmente por um cantor solo com seu teclado cantando músicas também dançantes, mas com ritmos mais lentos, uma variação do *brega*. Estas, atraem normalmente um público mais velho, levando Almir a acreditar na minimização dos problemas de violência e consumo de drogas atribuídos aos mais jovens. No Pará, esse tipo de programação é chamado popularmente também de festas do “passado”, por ter seu repertório composto por músicas mais antigas e com ritmos mais compassados. É preciso destacar, porém, a natureza profana dessa programação não só no caráter das músicas e danças, mas também no consumo de bebidas alcoólicas “espirituosas” dos tipos mais variados.

---

<sup>147</sup> Almir Melo da Silva. Interlocução realizada em 19 de fevereiro de 2021.

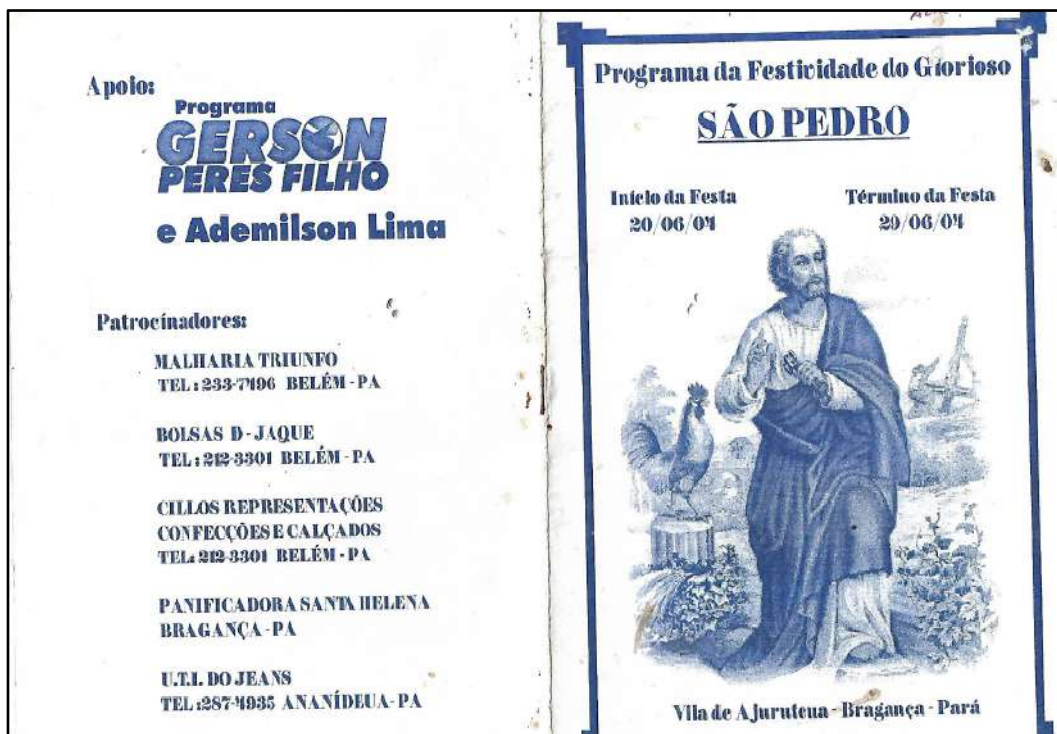


Figura 5 Capa da programação da festividade de São Pedro, 2004. (Fonte: Arquivo pessoal).

<b>Equipe de Ornamentação da Igreja</b>		
Ângela Rocha	D. Marinhotá	
Tereza Cardoso	Kilvia	
Jorgina Ribeiro	Margarida Melo	
<b>Coordenação do Arraial</b>		
Francisco Brito		
Wilson Queiroz		
Saquel Miranda		
<b>Procissão Fluvial Ordem e Segurança</b>		
Coordenação da igreja		
Juizes da festa		
Diretoria da festividade		
Comunidade em geral		
<b>Divulgação</b>		
<b>Fundação Educadora de Comunicação AM,FM</b>		
Rádio Pérola - FM		
Rádio Marajoara - AM/FM		
Rádio Rauland - AM/FM		
<b>PROGRAMAÇÃO DA FESTIVIDADE</b>		
<b>Início da Festa Dia 20/06 Domingo</b>		<b>Dia 21/06 Segunda-feira</b>
Às 17:00 hs - Levantamento do mastro de São Pedro.		Às 17:00 hs - Abertura do arraial com brincadeiras.( pau-de-cebo e quebra potc)
		Às 20:00 hs - Novena em homenagem a São Pedro.
		<b>Organizada pela catequese.</b>
		Às 21:00 hs - Haverá leilão e logo após continuação do arraial.
		<b>Dia 22/06 Terça-feira</b>
		Às 20:00 hs Novena em homenagem a São Pedro.
		<b>Organizada pelo movimento Boa Semente.</b>
		<b>Dia 23/06 Quarta-feira</b>
		Às 20:00 hs Novena em homenagem a São Pedro.
		<b>Organizada pela comunidade da Praia de Ajuruteua.</b>
		<b>Dia 24/06 Quinta-feira</b>
		Às 20:00 hs Novena em homenagem a São Pedro.
		<b>Organizada pelo movimento do Cursilho.</b>
		<b>Dia 25/06 Sexta-feira</b>
		Às 20:00 hs Novena em homenagem a São Pedro.
		<b>Organizada pelo movimento do Jovem Coração de Cristo.</b>
		<b>Dia 26/06 Sábado</b>
		Às 17:00 hs Haverá 1º bingo.
		Às 21:00 hs Início da festa dançante com a aparelhagem "Nova Geração" e durante a festa haverá concurso (xote e brega).

**Figura 6** Panfleto informativo com a programação da festa de São Pedro, 2004 (Fonte: Arquivo Pessoal).

Já as homenagens e festividades dedicadas à Nossa Senhora de Fátima (Foto 39), no Bonifácio, ocorrem no terceiro domingo de maio e apresentam uma estrutura semelhante com a festividade dedicada a São Pedro. Há procissão, levantamento de mastros, leilões, bingo e banquetes. No Campo do Meio, a devoção é à Nossa Senhora da Conceição, e a festividade acontece no segundo domingo de dezembro. São festividades mais recentes, criadas a partir do povoamento dessas áreas após a abertura da rodovia e da erosão de parte da Vila dos Pescadores e seguem os mesmos rituais da festividade de São Pedro, com poucas variações.



**Foto 39** Festividade de Nossa Senhora de Fátima, na comunidade do Bonifácio.  
Foto: Marcus V. C. Oliveira, 19 mai. 2018.

Outra devoção significativa na praia é a de “São Benedito”, maior expressão de devoção no município de Bragança, cuja imagem está nas estantes das casas, nas camisas dos devotos e em muitos calendários expostos nas paredes. O momento de homenagem principal ocorre durante a chegada da comitiva de *esmolação* do santo que peregrina pelos espaços rurais do município antecedendo a grande festividade de dezembro. A *esmolação* é um dos rituais mais antigos que compõe a devoção beneditina, iniciada em abril com a saída de três imagens do santo a três regiões distintas: as praias, as colônias agrícolas e os campos alagados.

São três comitivas que serpenteiam por toda a microrregião bragantina. Cada uma das comissões passa por diferentes paragens de Bragança. Uma comitiva de São Benedito é a das Praias que circula pelo litoral do município e regiões vizinhas, agora indo até a cidade de Carutapera no Maranhão, nas regiões leste, norte e nordeste. Outra é a comitiva dos Campos que se desloca entre os limites dos municípios de Tracuateua e Bragança, em direção ao oeste e noroeste. A última comitiva de São Benedito é a das colônias



que caminha pelo sudeste e sudoeste do município (SANT'ANNA, 2017, p.p.14-15)

As imagens visitam as casas dos fiéis a pedido do próprio devoto que deseja pagar uma promessa por graça alcançada. O promesseiro é o responsável por suprir toda a comitiva com alimentação, hospedagem e bebidas e ainda oferece donativos ao santo. A recepção é digna não apenas de receber a imagem do santo, mas o próprio santo, como se fosse uma pessoa viva, um ente querido (SANT'ANNA, 2017). A comitiva é composta por promesseiros que, ao se revezarem, abandonam seus familiares por alguns períodos do ano para seguir os caminhos do santo a pé. Em 20 de junho de 1976 o jornal O Liberal descreveu detalhadamente a chegada da comitiva na praia:

No centro da ilha, foguetes e bombinhas de São João. Na praia deserta, ao longe, um ponto na areia, que pouco a pouco toma forma: é São Benedito, o "Santo Negro" que chega a Ajuruteua. O sol está a pino. É meio dia. Em caminhada rápida se aproximam os romeiros. São os guardas do "Santo", que suam e caminham. Uma parada. É a preparação para a entrada na vila. É todo um ritual seguido a quase um século com todo o carinho e dedicação dos fiéis.

São Benedito é retirado do "cofre" (uma caixa de madeira pintada). Envolto em um pano branco (a "toalha" do "Santo"), surge uma pequena imagem, de no máximo 30 centímetros, toda talhada em madeira, pintada inteiramente de preto, trazendo uma auréola de prata. Duas bandeiras, amarelo-escuro com a imagem de São Benedito pintadas, são desenroladas. Tambores, onça (cuíca), reco-reco emitem os primeiros toques. Paralelamente, um guarda-chuvas é aberto: o "Santo" não pode apanhar sol.

Assim, segurando em uma das mãos São Benedito e na outra, o guarda-chuva, a promesseira, os tocadores, os porta-bandeiras reiniciam sua caminhada. Já estão em Ajuruteua. O toque africano dos tambores ecoa na primitiva colônia de pescadores; chama seus habitantes: foguetes e mais foguetes saúdam o "Santo". O ritmo dos tambores acelera e aumenta de volume. Cachorros, porcos, patos, galinhas se espantam; correm; se misturam aos romeiros e promesseiros. É a procissão de São Benedito que chega a Ajuruteua. É o santo negro que vem abençoar a vila; que vem receber a paga das promessas feita durante o ano (O LIBERAL, 20 de junho de 1976, 2º caderno, p.1).

Os responsáveis pela comitiva, a maioria lavradores, são de inteira confiança dos diretores da irmandade de São Benedito de Bragança. De acordo com o jornal, são eles: o encarregado-chefe (uma espécie de tesoureiro responsável pelo dinheiro arrecadado); dois tocadores de tambor; dois tocadores de reco-reco, um de cuíca; e dois carregadores de bandeiras. Segundo Sant'Anna (2017), a comitiva é composta por rezadores, contra-altos, tamboeiros, carregadores do Santo e das Bandeiras. A

pé ou de canoa, percorrem durante seis meses cerca de 350 km. Para dar conta da peregrinação eles se revezam, enquanto dois retornam a suas casas para cuidar do roçado e da família, os outros seguem sua jornada peregrina, sendo que esse “afastamento” não dura mais que cinco dias. Ao retornarem, outros dois são dispensados e assim sucessivamente. Dos promesseiros recebem a estada, comida e lanche. Não recebem salários, no entanto ficam com porcentagem do dinheiro arrecadado. Ao encarregado cabe 15% do total, aos outros uma porcentagem menor. Podem dispor do dinheiro arrecadado para comprar chapéus de palha, sandálias, cigarros ou remédios para si ou familiares quando necessário, só não podem adquirir bebidas (SEM..., 1976, p.2).



**Foto 40** Chegada da comitiva de São Benedito das Praias.

Fonte: O LIBERAL, 20 de junho de 1976, 2º caderno, p.2.

Os promesseiros da praia, por sua vez, sem relógio, calendário ou organização prévia, sabem a hora e o dia em que o santo vai chegar (Foto 40). As conversas ao pé do ouvido revelam as promessas dos parentes e vizinhos. Um prometeu o almoço, outro o jantar e um terceiro a “dormida”. O alimento varia conforme a região visitada. Na praia o peixe é o prato principal: “Não, é assim, porque são três comitivas, a comitiva do Santo da praia, beira às praias. E realmente lá tem muitos peixes. Muito pescador e tudo. Então aquela história que eles comem muitos peixes na devoção e

tudo”. (SANT’ANNA, 2017, p.16).

Elcio Sant’Anna considera que as narrativas sobre a devoção ao Santo, sua hagiografia e iconografia tratam de histórias, interpretações das interpretações, espaço de união entre narrativa, história e etnografia. São histórias que se deslocam com as comitivas; trata-se de re-elaborações que se modificam a partir da mudança na estrutura social e nunca se dão por meio do “consumo passivo”, mas sempre por atividade de negociação, aprovação ou recusa. Há, por exemplo, profunda dissensão nas histórias da biografia do Santo entre agentes religiosos e os devotos, como o caso da identificação do menino no colo de São Benedito. Para a igreja, a criança seria o menino Jesus, mas para outros, um miraculado (SANT’ANNA, 2017).

É comum ouvir histórias entre os devotos em que, além da cura, do milagre, da ajuda e graças alcançadas, o Santo preto também castigou e puniu por abuso, desrespeito ou pelo não cumprimento de promessas. Há algumas dessas histórias na praia, uma delas faz referência ao peixe, alimento tradicionalmente ofertado como dádiva e foi anotada por Elcio Sant’Anna (2017, p. 16), que a escutou de um interlocutor:

As histórias da praia geralmente fazem referências a peixes da região. Na verdade, o seu Careca aludiu a um promesseiro que, em vez de dar os patos prometidos, deu peixes em uma ocasião. E como reprimenda a este fato o “Santo deitou”. O santo deitou na mesa e depois no altar, indicando que a promessa não tinha sido cumprida.

Há quem pague sua promessa acompanhando a comitiva de uma comunidade a outra. Em O Liberal de 20 de junho de 1976, se destacou Maria Osarina Ramos Cruz que havia pago parte de sua promessa naquela ocasião da visita do santo. Sem recursos para construir sua casa, recorreu ao “Santo Negro” de tantos milagres:

Se São Benedito possibilitar construir nossa casinha, nos comprometemos a dar-lhe dormida (na casa construída) por dois anos. São Benedito nos atendeu. Neste ano, Ele e os romeiros ficaram lá. No ano que vem também ficarão (SEM..., 20 de junho de 1976, 2º caderno, p.2).

Dona Osarina residia na extinta praia de Chavascal, distante 12 km de Ajuruteua. Ela fez todo o percurso a pé carregando a imagem de São Benedito sobre seu braço esquerdo até a primeira casa de Ajuruteua, quando lá o entregou à dona da casa que, por sua vez, o depositou em um altar improvisado (uma pequena caixa



forrada com panos) e beijou as fitas coloridas que o envolviam (SEM..., 20 de junho de 1976, 2º caderno, p.2).

Após a chegada do santo, tambores e foguetes cessam, os romeiros cercam a imagem, faz-se o sinal da cruz e inicia-se a ladainha que perdura meia hora, cantada quase toda em latim, o que a torna ininteligível e provoca o silêncio dos fiéis durante sua execução. Ao fim da ladainha, a dona da casa oferece um pagamento em dinheiro ao encarregado que lhe agradece: “Glorioso São Benedito lhe ajude!” Em seguida, ouve-se os sons de foguetes, tambores e bombinhas. Uma nova visita, em outra residência, e o ritual se repete. No fim do dia, com maior intensidade dos foguetes e tambores, o Santo chega à casa onde irá passar a noite. Todos largam suas atividades e vestem suas melhores roupas para recepcionar São Benedito, como aconteceu na casa de Domingos de Souza Mello em 1976, pai de Moisés Mello Amorim, um dos nossos interlocutores durante a pesquisa. Na casa de seu Domingos, o santo foi depositado em um altar, semelhante ao da casa anterior, na parede

uma cobertura feita com capas e páginas de revistas coloridas, onde aparecem artistas de cinema, televisão e até Mr. Kissinger, semiescondidos por imagens e retratos de outros Santos. Ao lado, um calendário trazendo a foto de uma sensual loira com seus seios nus. Mas nada disso perturba ou interfere a fé de romeiros, promesseiros e pessoas que, em silêncio, acompanham os preparativos para a ladainha” (SEM..., 20 de junho de 1976, 2º caderno, p.2).

A lógica do catolicismo local não atende aos ditames de uma orientação oficial da igreja católica. Assim, não há contradição ou um sentido de profanação às imagens sagradas ao se misturarem com catálogos eróticos pendurados à parede, assim como, a devoção aos Santos não estão em desacordo com a procura de curandeiros, com a utilização de amuletos ou a crença em encantados e visagens.

Por isso, não raro, quando o santo não atenua determinados males, os interlocutores da pesquisa buscam apoio nos pajés ou curandeiros, como costumam ser chamados. Na Amazônia podemos identificar a pajelança indígena e a pajelança rural ou cabocla (MAUÉS, 2005). Os rituais de cura identificados em Ajuruteua se enquadram nesta última, uma vez que carregam consigo uma diversidade de elementos étnicos e religiosos. A presença do curandeiro é habitual em toda a Amazônia, inclusive nos espaços urbanos como Belém, capital do Estado, onde está localizada a famosa e maior feira aberta da América Latina, a do “Ver-o-Peso”. Lá

encontram-se os mais variados tipos de ervas, chás, amuletos e outros remédios caseiros de tradição afro-indígena comercializados, muitas vezes, pelos próprios pajés. Muitos dos vendedores da feira são oriundos das cidades interioranas do Pará, de onde trazem produtos e saberes. Nos lugares mais longínquos desse Estado, é raro encontrar quem consegue atendimento médico regular ou especializado e são esses pajés, desde sempre, que ocupam essas lacunas e atendem as populações amazônicas. Lázaro Amorim, ao falar das dificuldades de acesso a serviços de saúde em Ajuruteua antes da rodovia, ainda que duvidasse dos pajés, afirmou sua crença na cura:

“as vez tinha uns pajé por aí que contava mentira né na cabeça e... o remédio... o remédio que ele tomava pra ele ficar bom ele... que cura é a fé né. Ainda que tu tome uma água de sal ou doce na hora duma coisa... se tu tomou com fé fica bom.”<sup>148</sup>

Lázaro Amorim, à luz do seu universo cultural, ao destacar o poder da fé e retirá-la do curandeiro, de quem, aparentemente, duvida, desloca o poder do xamã para o próprio indivíduo que busca a cura. É difícil, entretantes, determinar a crença ou descrença de Seu Lázaro em relação ao curandeiro, pois, além das circunstâncias da interlocução, deve-se considerar a crença incontestada na “magia”, o que parece um consenso coletivo, e, levando em conta que essa fabulação da realidade geralmente fundado na tripla experiência (a do xamã, a do doente e a do público), é improvável dissociar esse complexo xamânico (LÉVI-STRAUSS, 2008, p.194). Conforme demonstrou Lévi Strauss (2008), mesmo que o xamã dependa de uma aprovação social, no circuito da cura, o ato depende da crença de quem a busca, uma vez que, como já foi demonstrado, como o fenômeno da feitiçaria se expressa no plano fisiológico, “não há por que duvidar de certas práticas mágicas” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 182).

Os pajés acreditam possuir um dom capaz de lhes colocar em comunicação com Deus e os santos. Um curandeiro local, em sua interlocução, após se identificar como católico “reconheceu” que também tem um “outro lado” e, ainda, durante seus rituais de cura reza o “Pai Nosso” e evoca os santos. Não há, em seu entendimento, qualquer divergência. Ao contrário, sempre recorre à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro para curar os enfermos, a quem se diz devoto e usa sua imagem como “papel de parede” no seu *smartphone*.

---

<sup>148</sup> Interlocução realizada em 16 de fevereiro de 2018.

Para falar a verdade... eu frequento a igreja católica e tenho esse outro lado, né? Da... reza. E assim a gente vai levando a vida devagar. Eu trabalho lá do outro lado... de espírito, né? Eu tenho, como diz o caboco, as minhas linhas. Entendeu? (...) a santa padroeira é Nossa Senhora de Fátima, mas eu sou muito devoto de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Eu sou muito devoto dela. Olha! De Fátima e a do Perpétuo Socorro (mostra as duas imagens armazenadas no aparelho *smartphone*)<sup>149</sup>.

Em sua concepção cosmológica existe um “outro lado”, o dos espíritos, no qual ele acredita carregar o “dom”, dado por Deus, de se comunicar com eles e com os santos, aos quais pede a cura aos pacientes durante os rituais. Há, nesse caso, uma tentativa de reconstruir sentidos e estabelecer relações. Não há, entretanto, uma procura da coerência interna do discurso. Sua consistência advém, como defende Cunha (1999, p.229), “do reforço mútuo dos planos em que se exprime, do *habitus*, em suma”.

Essa laboração, de acordo com Cunha (1999), dá ao xamã a condição de tradutor e profeta, uma vez que a ele cabe “interpretar o inusitado, conferir ao inédito um lugar inteligível, uma inserção na ordem das coisas” (1999, p.227), não apenas como uma ordenação, na verdade, está mais próxima de um remanejamento. Trata-se de uma leitura por meio da observação e de “ouvir por apalpadelas”, adentrar em um plano desconhecido onde só se vê parcialmente. É como traduzir uma língua estrangeira, buscar ressonância, compatibilidade nos sentidos e significados, mas que no final se reduz a uma linguagem que expressa um ponto de vista parcial.

Em sua interlocução, este curandeiro insinuou a busca dos seus “trabalhos” por parte de adeptos do protestantismo, inclusive daqueles que, segundo ele, “falam demais”: “(...) tinha uns que falavam... os que falavam já foram lá na minha casa, na minha porta atrás de ajuda.”<sup>150</sup> Sobre os protestantes, inicialmente afirmou não ter problemas com eles, no entanto, ao longo de nossa conversa os conflitos apareceram. “(...) isso a gente não liga, né? Cada qual no seu, não é verdade? Deixa eles pra lá, né? Comigo, graças a Deus, nunca mexeram!” Um pouco mais a frente em sua narrativa, queixou-se dos olhares e das falas condenatórias ao seu trabalho e contra-atacou: “O evangélico é mais errado do que nós! Começa de lá, umas coisas que diz que é pecado é trepar<sup>151</sup> e eles não trepam?”

---

<sup>149</sup> Curandeiro morador da vila do Bonifácio. Interlocução ocorrida em 19 de fevereiro de 2021.

<sup>150</sup> Interlocução realizada em 19 de fevereiro de 2021.

<sup>151</sup> O termo “trepam” está no mesmo campo semântico de fornicar, praticar o coito, refere-se ao ato

Se admitir pajé ou xamã não é comum, se dizer curandeiro, não obstante, também parece carregar consigo um signo pejorativo. Dentre os quatro que mantive contato, três mulheres e um homem, apenas o homem se admitiu curandeiro e assim foi chamado pelos outros. As mulheres se disseram “benzedoras” ou “parteiras” que “pegam crianças”. Em tom desconfiado, em voz baixa, um interlocutor buscou informações com uma moradora que passava próximo de nós em uma das ocasiões da pesquisa em campo:

João: É, lá tem mais de que aqui! Aqui que eu sei não tem ninguém que benze, só a Maria que pega criança, né dona Antônia?  
Antônia: É, quando dá certo aí ela pega.  
João: É, mas lá tem... lá tem vários benzedô lá. É... resolve, né?  
Antônia: A mulher do seu... é... Como é o nome dele? Antônio! A mulher do seu Antônio ela também benze. (voz bem baixinha)  
João: A Raimunda?  
Antônia: A Raimunda! (em voz baixa) Também.  
João: A Raimunda né! É mesmo, né?  
Antônia: Eu digo porque ele que falou pra nós!  
João: Foi?  
Antônia: Só que ela não gosta dele tá falando... [inaudível]<sup>152</sup>

Os xamãs utilizam-se desses jogos conceituais, modificam linguagens e vocabulários, fazem uso do silêncio e de outras estratégias no enfrentamento ao discurso dominante e se constituem a partir de sua própria lógica, sua maneira íntima de ver o mundo. De acordo com Didier Laveleye (2008), no mundo rural da pajelança não indígena, não há fronteiras estáveis entre os grupos e isso se deve à grande mobilidade dos indivíduos. Daí entendemos, não obstante, a existência de substratos religiosos comuns, a irregularidade de vocabulários, elementos ritualísticos, objetos simbólicos, encantados e práticas que variam de lugar a lugar.

A capacidade de curar, de acordo com os pajés locais, é resultado de um “dom”, mas também é herança familiar, vem dos mais antigos e passa de geração a geração. Na aceção de um curandeiro local, ele foi escolhido por uma entidade, mesmo contra sua vontade:

Curandeiro: - isso já vem de muito tempo... dos velho antigo, sempre fica alguém, né? E aí me escolhero aí, eu não queria mas foi o jeito!  
Marcus Oliveira: - Mas quem escolheu o senhor?  
Curandeiro: - Ah! Aí é que tá, né? (longo silêncio) Entidade que a gente tem por aí, a gente faz alguns trabalhos por aí!  
Marcus Oliveira: Mas os seus pais já eram...

---

sexual.

<sup>152</sup> Interlocução realizada em agosto de 2018. Para evitar constrangimentos e preservar a identidade dos interlocutores e dos citados, decidi utilizar nomes fictícios nesse diálogo;

Curandeiro: Não! Meus pais não. Era... no caso a mãe dele, do meu pai, que tinha esse negócio.

Marcus Oliveira: O senhor chama de quê?

Curandeiro: É um dom! É!

O curandeiro revelou ter descoberto seu “dom” ao se mudar para Belém e lá um rapaz o levou ao terreiro de umbanda, foi quando então “se movimentou e aí pronto, eu fiquei lá. Fica lá no Guamá esse terreiro. E de lá já tá com uns 20 anos que eu vim pra cá e aí eu tô por aqui. Ajudo o povo aí, negócio de reza...”<sup>153</sup> Sua “ajuda”, que lhe confere bastante prestígio, consiste não só na cura de doenças do corpo; ultrapassa as questões físicas, combate o *mal olhado*, *assombração*, o *quebranto*, *panema*<sup>154</sup> e até desenlaxa os dilemas amorosos. Remédios, chás, defumações e amuletos fazem parte do *modus operandi* do pajé praiano, um viajante no tempo e no espaço. De acordo com Cunha (1999, p.227) “viagens mais conformes à nossa definição usual acentuam, todavia, seu prestígio, ou mesmo, ao menos em vários casos, substituem uma aprendizagem de tipo tradicional”. O sujeito se coloca em posição de encarnar o projeto de junção do local e do global, encarnando uma condição de tradutor.

Interessante destacar que a descoberta do dom do curandeiro se deu não em seu lugar de origem, mas sim em um espaço urbano, a capital do estado, quando teve contato com a umbanda em um “terreiro” num bairro periférico de Belém. Mesmo crescendo em um universo constituído por inúmeras crenças xamanísticas, amuletos, rituais e diversos encantados, foi somente nesta circunstância que se “movimentou”.

Não há uma regra uniforme a respeito dessas adesões, concepções ou acerca do comportamento místico. Há uma simbiose de crenças, produto das circunstâncias presentes. As viagens, as experiências individuais, a convivência com o grupo, a personalidade, a mistura de crenças, os saberes coletivos são bases de sustentação que circunscrevem elaborações estratégicas e que suscitam inovações, atualizações e táticas do cotidiano. A linguagem e o jogo conceitual corroboram com sua perenidade no tempo diante de um discurso hegemônico e racionalista. A espontaneidade nas respostas implica sinais de improvisações apreendidas na

---

<sup>153</sup> Interlocução realizada em 19 de fevereiro de 2021. Resolvi ocultar a identidade do interlocutor para preservá-lo, de acordo com sua vontade.

<sup>154</sup> De acordo com a religiosidade popular essas “doenças” seriam supostas influências maléficas por feitiços, por encantamento à distância, advindas do olhar de alguém mal intencionado (OXFORD LANGUAGES. Disponível em [languages.oup.com/google-dictionary-pt/](https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/). Acesso em 10 de janeiro de 2019).

situação, uma espécie de presenteísmo à luz do processo descrito por François Hartog (2015). Trata-se de uma sociedade voltada para o presente, não totalmente de costas para o passado, óbvio, no entanto, atenta às mudanças, necessidades e desejos do seu tempo. Consoante a esse comportamento, como salientou Mark Harris (2006) “o mundo está ali para ser assumido e negociado” e a dinâmica criativa da religiosidade “representa sua resposta ambivalente à modernidade” (HARRIS, 2006, p.106).

Nessa reinvenção das tradições religiosas, como nas interpretações das interpretações das hagiografias dos Santos, num catolicismo que recorre à pajelança na falta de um atendimento médico regular e especializado, na escolha de um Santo padroeiro associado aos problemas cotidianos da localidade, nas mudanças e adequações das festividades contrariando as orientações oficiais da Igreja Católica, num comportamento místico irregular para atender às imprevisibilidades, tudo marcado por um presentismo, está evidente também a agência dos pescadores locais. Evidências de sujeitos modernos que fazem prevalecer seus interesses e projetos a partir do seu universo cultural, imbuídos de valores específicos nem sempre coincidentes com os valores das sociedades urbanas. Para além da luta no campo cultural, essa agência pode ser observada nas lutas pelos seus interesses políticos, quando se organizam, articulam e reclamam por seu território, como ficará bem mais claro no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 4: O MARETÓRIO E O PROTAGONISMO POLÍTICO DOS PESCADORES<sup>155</sup>

### 4.1 Territorialidade, agência e cultura política na praia

Os povos que tradicionalmente ocupam o “interior” amazônico, das colônias agrícolas, passando pelas várzeas e chegando ao litoral, são sujeitos que em sua maioria descendem dos povos indígenas e mestiços e que ao longo de sua história foram submetidos às “diversas tentativas de incorporação ao projeto colonial (séc. XVII e XVIII) e nacional (séc. XIX e XX) promovidas pelas elites regionais” (ARENZ, 2015, p.29). Historicamente na Amazônia, esses povos indígenas e seus descendentes foram compreendidos, tanto pelas elites políticas como pela historiografia tradicional, numa perspectiva evolucionista, como “vítimas ingênuas”, ora pelos colonizadores e jesuítas, ora por regatões. Um estereótipo à primeira vista inofensivo que, no entanto, circunscreve problemas quanto à autonomia desses povos e à posse de seus territórios.

Assentado nessa mentalidade, tem ocorrido, historicamente, recorrentes decisões políticas verticais que recorrem a um padrão histórico de ocupação como foi o do resto do território brasileiro ao longo da história, com a exploração imediatista dos recursos naturais e a apropriação do espaço com base no deslocamento das populações locais e a devastação do meio ambiente (SCHITTINI; FRANCO; DRUMMOND, 2012). Porém, ao contrário da passividade e resignação que prega o paradigma evolucionista, esses povos têm se organizado politicamente em movimentos sociais, reivindicando direitos sobre seus territórios, lutando pela criação de Reservas Extrativistas, impondo seus projetos nessa instituição, negociando as mudanças e se apropriando socialmente das transformações impostas pela “modernidade”.

Vivendo em uma região de rica biodiversidade e de longos quilômetros de praias e mangues, a população da ilha de Ajuruteua não ficou isenta desse processo, nem tampouco dos rótulos que estereotipam seu morador. Como herança do tratamento dado a seus ancestrais, sempre teve sua imagem atrelada à incapacidade, à ignorância, à inocência e à passividade.

Em 1988, o jornal “Diário do Pará indicava Ajuruteua para aqueles com

---

<sup>155</sup> Ao longo deste capítulo, em alguns momentos, omitirei a identidade dos interlocutores, optando pela utilização de pseudônimos criados aleatoriamente, a fim de manter a privacidade das suas identidades e evitar possíveis constrangimentos, considerando que os eventos aqui analisados são recentes e algumas falas e opiniões podem ter desdobramentos aos seus autores.

preferência por “praias primitivas”, uma vez que “sua população é constituída de pescadores, simpáticos e hospitaleiros, que acolhem carinhosamente nas suas palhoças os que por ali passam” (DIÁRIO DO PARÁ, 26 de junho de 1988, Caderno A, p.3). Sempre termos bem burlescos e peculiares estão em destaque, classificando suas casas, seu modo de vida e seu caráter de formas estereotipadas, uma referência geralmente, na história e na literatura, ligada às ideias de “atraso” e ignorância relacionado ao campo, como demonstrou Raymond Williams (2011) em seu *Campo e Cidade na história e na literatura*, uma visão de contraste que remonta à antiguidade..

Contrariamente, ao longo de sua história, mesmo invisibilizados, esses sujeitos engendraram estratégias de luta pela vida e por sua territorialidade, adaptando-se a mudanças geofísicas e antrópicas com a transformação do seu território em uma área de fronteira<sup>156</sup>, conflitando e negociando sua realidade com as modificações e imposições exógenas que se apresentaram como projetos políticos institucionais e de alta demanda comercial de seus produtos extrativos. Nesse sentido, sua “agência” fica evidente no caso da criação da Vila do Bonifácio, após o avanço do mar sobre o litoral, quando os moradores lutaram pelo território contra a privatização de sua terra, e/ou no caso da criação da RESEX para gestão e proteção de seu território, da sua economia “tradicional” e do seu modo de vida engendrada por uma série de articulações com instituições de pesquisa, movimentos sociais, órgãos governamentais e políticos da região. Tais mobilizações evidenciam uma cultura política inerente à história dessa população litorânea da Amazônia, fatos que demonstram articulações, estratégias, apropriações linguísticas e alianças estabelecidas em um contexto de luta entre forças assimétricas.

As intervenções antrópicas de grande envergadura na ilha iniciaram na década de 1970 e a partir daí observou-se uma superposição de diversos territórios, oriundos de interesses muitas vezes divergentes e até contraditórios (SOUZA, 2018). A presença de turistas, de comerciantes, corretoras imobiliárias e também de pescadores “de fora,” com suas embarcações equipadas com novas tecnologias, mais eficientes e, também, predatórias, fomentaram disputas concorrentes aos

---

<sup>156</sup> Uma área de fronteira não exprime aqui limites geográficos que definem politicamente os territórios, mas sim espaços com aceleradas modificações demográficas e de alto potencial econômico com apropriação de “recursos naturais” e altas taxas de modificação da paisagem. Nesses casos, populações previamente residentes tem a possibilidade, por vezes se apoiam nesses processos caóticos e, em alguns casos, podem até se beneficiar dele, no entanto, em geral tendem a ser deslocados de seus territórios (SCHITTINI; FRANCO; DRUMMOND, 2012).



interesses dos moradores que ocupam tradicionalmente o lugar, impondo a eles a elaboração de estratégias de resistência e adaptações a novas circunstâncias, estas que, por sua vez, bom ressaltar, nem sempre são/foram rejeitadas. Há, sim, evidências de interesse, favorecimentos, trocas e negociações que envolvem elementos externos a esse processo e os moradores locais, muitas vezes interessados na propalada “modernização”, são adeptos de mudanças que lhes convém.

Foi nessa década que, em decorrência do surgimento da pesca industrial na região, a atividade pesqueira artesanal passou a contar com novas tecnologias, como redes e linhas de material sintético e motores para os barcos. Vê-se, nesse período, a inserção da mão de obra assalariada e um aporte de capital e tecnologia ainda não experimentado no litoral amazônico, fatores que contribuíram para ampliar o raio de atuação da pesca e dos pescadores, em escalas regionais, e acrescentar elos na cadeia produtiva (NASCIMENTO, 2001, p.81).

O conceito de território utilizado aqui está pautado nas proposições de Marcelo Lopes de Souza (2018), o qual pensa o território como “um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”, ou, “um *campo de forças*, uma teia ou rede de *relações sociais* que, a par de sua complexibilidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*)” (SOUZA, 2018, p.78-81). Atentando para esse âmbito conceitual, entendo os novos relacionamentos e experiências erigidas pelas transformações em Ajuruteua como resultado dessas teias e relações de poder que se constituem a partir da entrada de novos sujeitos no território, um campo de forças onde se embatem e instituem dialeticamente uma realidade conflituosa.

Os embates históricos aqui revelados são a prova de uma cultura política atuante do povo residente na ilha. Desde as primeiras migrações, a dos nordestinos, por exemplo, ou dos milhares de sujeitos pescadores com sua territorialidade flutuante, passando pela ocupação e interação com o espaço, foram muitas as demonstrações de (r)existência frente às adversidades e desafios. Longe dos rótulos pregados à imagem do “caboclo”, ao contrário, emergem daí suas principais características: flexibilidade e resiliência, sua capacidade e expertise de adaptação às mais variadas circunstâncias, favoráveis ou não (HARRIS, 2006). Desde sua constituição histórica, ambientada na colonização, utilizaram-se de grande esforço intelectual para impor suas vontades e seus projetos a fim de garantir sua existência

não apenas física, mas também cultural.

Os embates envolvendo a história das colônias de pescadores, enquanto instituição ligada ao Estado desde a sua criação, a luta pelo seu controle, e sua relação conflitiva com seus associados que ao longo dos anos criaram seus próprios sindicatos representativos é um exemplo da cultura política desses sujeitos. Considerando os escritos de Maldonado (1986), as colônias se caracterizaram desde sua criação pelo assistencialismo, intervencionismo dos ministérios e pela não exclusividade de participação dos trabalhadores desse ofício. Elas incorporam atravessadores, armadores, carpinteiros, artesãos e até adeptos da pesca esportiva, o que tem causado a evasão de muitos pescadores dessa instituição, uma vez que, por essa flexibilidade, a descaracteriza como associação de classe. Esse cenário tem criado uma imagem apática, de que pescadores seriam avessos à associação e que possuem um baixo nível de organização.

Por outro lado, sua proatividade pode ser observada pela sua organização alternativa que promove coesão e articulação social, como no caso da sua integração aos sindicatos dos trabalhadores rurais, ou, da mobilização recente com a difusão de ideias conservacionistas em prol da criação de reservas extrativistas. Ou seja, não encontrando nas colônias representatividade, os pescadores criam alternativas e se associam a instituições em busca de mobilização e articulação para concretização de interesses específicos. Segundo Josinaldo Reis do Nascimento (2021, p.96-97):

(...) a participação mais efetiva dos sindicatos de trabalhadores rurais na luta dos pescadores está ligada aos embates que emergiram na década de 1980 pelo controle das colônias de pescadores, nas quais os pescadores artesanais não se sentiam representados. Formou-se então um levante nacional pelo controle político das colônias e o movimento culminou, entre outras coisas, na participação efetiva dos pescadores e pescadoras artesanais em debates nacionais sobre o real papel dessa instituição.

Nesse contexto, a mobilização dos pescadores artesanais resultou no “Movimento Constituinte da Pesca”, responsável na época por discutir, elaborar e apresentar propostas aos deputados e senadores constituintes que incluíssem as demandas dos pescadores artesanais na nova Constituição (MORAIS, 2001).

Assim, emergem lideranças locais interessadas nas lutas políticas do seu povo, como foi o caso de Patrício Santos, o qual, com orgulho, se definiu como um

líder “extrativista e fundador” da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu<sup>157</sup>; ou Ladislau Ferreira, que destacou-se como uma liderança política especialmente quando representou os pescadores como gestor da colônia Z-17 em 1989, uma época em que já “lutava” em prol dos pescadores ou quando fundou a associação:

Em 89 eles já me consideravam como um líder, porque eu também lutava muito em prol é..., da, da, do em prol dos pescadores e...eu consegui assumir uma, uma, a, a, a presidência da colônia na época! Em 89 já, já representando eles e que na verdade eu passei os 23 anos representando esses pescadores.<sup>158</sup>

Alberto Ferreira, morador da Vila do Bonifácio, reitera a atuação de Ladislau quando relembra das lutas por uma terra para se estabelecer após o início de um grande processo de erosão que afetou a vila dos pescadores na década de 1990. O avanço do mar dia após dia, trazia a certeza de que deveriam abandonar suas casas e se instalar em uma área mais alta, segura e naquele mesmo ambiente, visto que tratava-se de pescadores e mariscadores e que dependiam daquele ecossistema para se reproduzir socialmente.

Para além das representações institucionais, cada comunidade de pescadores cria “naturalmente” suas lideranças, geralmente entre os mais velhos. Uma liderança muitas vezes surge no interior das igrejas, como nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) e depois expande sua atuação para outros campos políticos (NASCIMENTO, 2021). Seu Benício Alves da Silva, 79 anos, morador da Vila do Bonifácio, uma liderança atuante ainda hoje, em sua interlocução deixou claro a satisfação ao participar dos movimentos sociais desde a época em que foi coordenador na igreja e agora como um conselheiro da RESEX:

Quando eu era coordenador, trabalhava na igreja aí, toda vez que tinha reunião eu ia. Quando eu chegava eu chamava o pessoal “olha, é assim, assim, assim, assim... eles tinham que fazer. (...) Foi, o primeiro mesmo do comitê. Eu não, eu tô firmando aí! Quando eu não vou, a mode assim eu fico doente. Eu quero saber lá pra me ver como é pra mim trazer...<sup>159</sup>

Os grupos ligados à igreja são formas de organização social anteriores às associações políticas na praia. Dali emergiam ideias, discussões e mobilizações. Ladislau sempre que relatava sua atuação política de liderança junto aos pescadores, suas ações e conquistas, era comum citar seu envolvimento na igreja e nas festividades religiosas. Há um amálgama nesses temas, a maioria das lideranças

---

<sup>157</sup> Extrativista. Ex-morador de Ajuruteua, atualmente reside na comunidade de Taquandeuá. Interlocução realizada em 04 de fevereiro de 2021.

<sup>158</sup> Interlocução realizada em setembro de 2018.

<sup>159</sup> Interlocução realizada em 22 de setembro de 2021.

contactadas têm ou tiveram participações com papel importante nas paróquias de Ajuruteua:

(...) ai depois a gente foi estruturando, eu consegui fundar a festividade de Nossa Senhora de Fatima, eu consegui fundei a associação ai de pescadores da Bonipesca<sup>160</sup>, eu consegui é, é, é construir a primeira Igreja que é aquela que ta lá a pequena né e agora tão construindo a grande, e eu consegui implantar o ensino fundamental oitavo, é, é o de quinto, hoje é o nono ano, foi implantado.<sup>161</sup>

Outra liderança política muito popular que também tem um papel ativo na igreja é mestre Aurino Gonçalves. Casado e batizado na igreja católica, presidiu por muitas vezes a principal festividade da Vila dos Pescadores, a festa de São Pedro, na qual hoje é “procurador”, função que administra juntamente com a de Conselheiro da RESEX: “Hoje em dia eu sou... eu já fui presidente da festa de São Pedro, durante dez anos, não quis mais e aí me chamaram pra me voltar pra presidência eu não quis, hoje em dia eu sou procurador da festa”.<sup>162</sup> A atividade religiosa é conciliada com sua atuação política e de liderança comunitária, o que tem lhe garantido bastante orgulho e, segundo ele próprio, prestígio entre os seus:

Aqui eu sei tim tim por tim tim! Aqui eu sou liderança, eu sou conselheiro, eu sou médico, eu sirvo... eu já fiz até parto dentro de carro daqui pra Bragança. Dois partos eu já fiz dentro de carro, é... prestando socorro pra comunidade. É como o pessoal as vez me pergunta: O que o senhor é aqui seu *Aurino*? Eu digo: eu sou quase tudo! Então é... é...é, é, é uma referência que eu tenho, eu acho que quando eu morrer eu vou deixar um legado muito grande pra quem ficar pra trás.<sup>163</sup>

Outrossim, é imprescindível apontar eventos e instituições significativas na formação de uma consciência política entre os moradores praianos e que certamente foram importantes para o surgimento de algumas lideranças populares, assim como, criando novas redes de comunicação e novas pautas de reivindicações.

A instalação da primeira escola Pedro Sousa, em 1970, possibilitou a alfabetização de um número maior de pessoas as quais puderam ter o domínio da escrita, o contato maior com a palavra impressa, o contato com órgãos oficiais do governo, acesso à universidade e a movimentos sociais ligados à pesca, como foi o caso de Ladislau, Benício Alves, Aurino Gonçalves e Alberto Ferreira. Ladislau, depois

---

<sup>160</sup> Associação de pescadores artesanais da vila do Bonifácio, fundada em 20 de outubro de 1998, segundo Ladislau.

<sup>161</sup> Interlocução realizada em 12 de setembro de 2018.

<sup>162</sup> Interlocução realizada em 16 de fevereiro de 2018.

<sup>163</sup> Idem.

de alfabetizado, pôde sair e continuar seus estudos na cidade e depois retornar à sua localidade para liderar alguns movimentos políticos, como a Associação dos pescadores artesanais da Vila do Bonifácio/Ajuruteua. Tal instituição, apesar de intitulada como “associação de pescadores” atuou/atua em prol de variados interesses dos moradores, não se limitando a assuntos do ofício pesqueiro, um exemplo de mobilização e organização política dos moradores e na defesa de seus interesses.

Em contato com Ladislau tive acesso a alguns documentos da Associação dos Pescadores do Bonifácio/Ajuruteua liderada por ele. Um caso exemplar foi a ocasião que fez solicitação de expansão da rede elétrica junto à presidência da Câmara dos vereadores de Bragança em ofício de 13 de março de 2001, depois dos cortes das ligações clandestinas, chamadas “gatos”, pela concessionária de energia elétrica. Escrito por Ladislau em sua máquina de datilografia, o ofício registrava:

A Associação dos moradores da Vila do Bonifácio (Ajuruteua) na pessoa de seu presidente, o Sr. *Ladislau*, juntamente com a comunidade em geral; chega a vossa presença para solicitar a distribuição (SIC) da rede elétrica da vila do Bonifácio, pois são mais de cem famílias que necessitam da mesma para o funcionamento de seus equipamentos elétricos. Pois o que nos fez vir solicitar, foi muitos cortes de energia que a CELPA não aceita o tipo de ligação chamado (gato) e por esta razão mais de cem famílias ficaram sem energia na primeira e segunda rua de dentro da vila. Imploramos ao Sr. Presidente, e todos os vereadores que fazem essa casa de leis, que nos ajude a resolver o nosso problema. Que o nosso pedido seja aprovado e encaminhado aos conhecimentos do Prefeito Municipal, para que sejam tomadas as suas providências o mais breve possível.<sup>164</sup>

Em outro ofício, a Associação de “Pescadores” solicita junto a Secretária de educação municipal transporte escolar para a sede do município aos alunos da 5ª série do primeiro grau a fim de que não precisem se mudar da localidade para continuar seus estudos. De acordo com o documento, os jovens ao chegarem a essa série se deslocavam para Belém ou para outros Estados com “pessoas estranhas” precisando exercer trabalhos domésticos para “ganhar o estudo”.

A Associação dos Pescadores da Vila de Ajuruteua, na pessoa de seu Presidente Ladislau, chega a vossa presença para solicitar apoio no amparo dos estudantes da Escola Municipal de Ens. Fund. Pedro Sousa da Vila de Ajuruteua.

---

<sup>164</sup> Ofício (sem número) da Associação dos Pescadores da Vila de Ajuruteua ao Presidente da Câmara Municipal de Bragança, 13 de março de 2001. Arquivo Particular do Sr. José Nazareno de Sousa Santos.

É bastante valioso o número de estudantes desta escola que chegaram à concluir a quarta série do 1º grau. Não tendo como continuar seus estudos, devido a grande carência dos pais, são obrigados a se deslocarem com pessoas estranhas para Belém ou outros estados, trabalham como doméstica para ganhar o estudo. E como é de conhecimento da excelentíssima senhora secretária, imploramos o apoio de um transporte para resolver o problema de 45 (quarenta e cinco) alunos para cursarem a 5ª série do 1º grau.

Para melhores esclarecimentos, segue em anexo um abaixo assinado relacionando o nome de todos e de seus responsáveis.<sup>165</sup>

Entre os documentos da associação consultados, encontrei também pedidos de ajuda a um deputado federal para a construção da igreja católica na vila do Bonifácio e documento solicitando ao prefeito ajuda para realização de atividades religiosas “tradicionais” praticadas pelos moradores desde sua mudança para aquele espaço, em 1993. Sobre as solicitações, seguem os documentos:

Solicitamos a Vsa. em virtude das condições precárias e financeira em que se encontra a Igreja Católica desta vila, no intuito de nos ajudar com alguns materiais necessários para a construção da mesma. Informamos ao Dr. Deputado, que com os pequenos recursos que adquirimos da comunidade, já deu pra fazer uma parte, o material que necessitamos é apenas para fazer o acabamento. Os materiais é o seguinte: vinte e quatro sacos de cimento e dois milheiros de tijolos.<sup>166</sup>

Sobre ajuda para realizar a festividade, encontramos o seguinte registro:

A Associação dos Pescadores da Vila do Bonifácio-Ajuruteua, na pessoa do seu Presidente o Sr. Ladislau (...). Vem através deste com grande satisfação, elevar o seu conhecimento existência da Festividade do Círio de Nsa. Sra. De Fátima, desde o ano de 2003. Realizado no 1º domingo de maio na Vila do Bonifácio-Ajuruteua. Por esse motivo, viemos solicitar a Vsa. Exª o pedido de pintura da Igreja, os programas e cartazes da festividade, pois com seu apoio podemos mais um ano renovar as nossas tradições que movem uma comunidade.<sup>167</sup>

Como “capataz” da colônia dos pescadores Z-17 em Ajuruteua, Ladislau enviou ofício ao chefe do setor de fiscalização do IBAMA solicitando visita dos seus fiscais a área costeira da Vila de Ajuruteua para combater a pesca predatória, chamada “escoramento”, praticada por embarcações na “barra de Ajuruteua”, o que estaria causando grande mortandade de peixes grandes e pequenos e prejudicando os pescadores locais. O documento demonstra noções de direito de uso comum,

---

<sup>165</sup> Ofício (sem número) da Associação dos Pescadores da Vila de Ajuruteua, 29 de dezembro de 1998. Arquivo particular do Sr. José Nazareno de Sousa Santos.

<sup>166</sup> Ofício (sem número) da Associação dos Pescadores Artesanais da Vila do Bonifácio ao Deputado federal Gerson Peres, de 25 de novembro de 2001. Arquivo particular do Sr. José Nazareno de Sousa Santos.

<sup>167</sup> Ofício (sem número) da Associação dos Pescadores Artesanais da vila do Bonifácio ao prefeito municipal, Sr. Edson Oliveira, de 14 de março de 2006. Arquivo pessoal do Sr. José Nazareno de Sousa Santos.

articulação e uma consciência ambiental da liderança, articulando, por meio de seu cargo, com um órgão federal de fiscalização, o IBAMA. Segue o teor do documento:

A Capatazia da vila de Ajuruteua na pessoa de seu chefe capataz o Sr. Ladislau, vem solicitar ao chefe do setor de Fiscalização do IBAMA, o pedido de uma visita deste órgão competente na área costeira da vila de Ajuruteua, no município de Bragança. No sentido de nos ajudar com o afastamento de embarcações pesqueiras, que estão fazendo um tipo de pesca predatória de nome: escoramento. Com esta pescaria, está acontecendo grande mortalidade de peixes grandes e pequenos na barra de Ajuruteua, os mesmos estão deixando muitos pescadores prejudicados, pois os mesmos sobrevive da captura desse pescado. Por isso queremos que seja tomada as providências urgente, para que não venha acontecer mais tarde, o pescador sofrer todas as consequências por falta desse produto.<sup>168</sup>

Segundo Ladislau, algumas práticas sempre foram sustentáveis entre os moradores durante as atividades econômicas, como no caso da produção de carvão comumente praticado pelas mulheres, quando só recolhiam madeiras mortas para esse fim, em suas atividades econômicas complementares. Mas com o passar do tempo, com a estrada e a chegada de extrativistas de outras vilas, turistas e novos moradores a preocupação ambiental se tornou maior e ele se sentiu no dever de orientar os pescadores e alertá-los quanto a diminuição dos componentes da natureza, mesmo quando não havia a presença do IBAMA ou o ICMBIO:

Que... que passa a... a fazer reuniões né com eles, orientar com relação a pesca, orientar com relação ao meio ambiente e tudo mais! Aquilo que pertence a... ao lado dele a gente sempre tenta orientar (...) não havia nem um órgão de proteção! Na época né... a gente já orientava pelo fato de ser um habitat de trabalho deles né, eles conviviam com a natureza. Na pesca por exemplo, a gente já orientava porque sabia que no futuro isso ia ficar muito mais difícil, como por exemplo lá da pesca é... há... há 40 anos atrás você saia bem daqui jogava sua rede do lado e você trazia cheia de peixe, hoje já não traz mais! E a gente fala muito com relação sobre isso pra eles, que futuramente iria acontecer porque enquanto a população ela está, era uma população ainda pequena, por exemplo de 1600 pessoas convivendo na vila, mas é, é futuramente ia crescer! Aí vem filhos, vem netos. Então essa produção em que se fazia agora, já não se poderia fazer mais, porque com o crescimento da... da... da família né, também ia crescer mais embarcações, ia crescer também mais apetrecho de pesca, tudo isso aí ia crescer! E provavelmente não, não teria mais essa facilidade de bem ali né! Então a gente orientava muito, por exemplo com relação ao tamanho, que aqui a gó é o peixe em que mais se... a gó, o bandeirado, então é... é... é a gente... às vezes os... os currais... existia uma malheiro muito pequeno!<sup>169</sup>

---

<sup>168</sup> Ofício nº10/2004 da Capatazia da vila de Ajuruteua à chefe do setor de fiscalização do IBAMA, de 04 de junho de 2004.

<sup>169</sup> Interlocução realizada em 12 de setembro de 2018.

Muito do que compreendia e aprendeu sobre preservação ambiental foi trazido pela experiência adquirida em sala de aula, dos anos de estudo não só na vila, como também na cidade, onde terminou seus estudos na educação básica: “devidamente também já se falava né através... até na própria sala da aula, já se orientava. E essa prática que eu aprendi lá fora eu trazia, eu trazia e tentava implantar nas minhas reuniões!”<sup>170</sup> O direito também era objeto de discussão nas reuniões com os pescadores, assim, por muitas vezes, Ladislau os orientou a respeito do direito à previdência social: “eu reunia eles, com eles todo final de mês, chamava todo mundo. Eu não tinha só essa orientação, como eu tinha também a orientação pra eles da previdência social, como eles poderiam chegar, quais os direitos que eles tinham né, o que assistia a eles e tudo!”

A possibilidade de estudar o colocou em condição de se apropriar dos mecanismos de ação institucionais, como o uso de documentos formais, ofícios, cartas e outros, assim como, também, de uma linguagem adequada (mesmo que visivelmente apresentasse dificuldade com regras gramaticais, mas se fazendo entender com seus pedidos e questionamentos junto às autoridades), conhecimentos de preservação ambiental e de direitos. Óbvio que sua condição de “formado”, em meio a pescadores em sua maioria analfabetos, lhe dava prestígio social e confiança para liderar, no entanto, o mesmo detinha também outras qualidades e artimanhas para ocupar o tal posto, como sua disposição de liderança e sua articulação com detentores do poder, sobretudo a proximidade com políticos locais, fruto de relações clientelistas naturalizadas e ainda muito presente na região.

Vale reiterar que o clientelismo não é uma relação estanque e sempre vertical que funciona apenas no sentido de cima para baixo, não é um dado-evidente, muito menos de funcionamento regular e uniforme atemporal. Como afirma Marcus Carvalho (2003, p.218) “trata-se de uma conflituosa relação social e, como tal, dinâmica e em permanente interação com as relações de classe e raça, também condicionadas entre si e inseridas no tempo e no espaço”. Há nessa relação de poder disputas, negociações, perdas e ganhos, uma vez que o clientelismo “não é um dado estático e sim o produto de um longo conflito (...). Trata-se, então, de uma malha de relações entre partes desiguais” (CARVALHO, 2003, p.218). Quando lutavam para trazer energia elétrica para a vila de Ajuruteua, essa relação próxima

---

<sup>170</sup> *Idem.*



entre a liderança e o prefeito ficou explícita:

a gente teve a felicidade na época quando Zé Diogo foi prefeito de Bragança e que veio a minha comunidade, inclusive vinha muito na minha casa, a gente se reunia muito com o povo aí e ele fez também essa promessa e pelo fato das pessoas não ter cumprido como que falaram antes ninguém acreditou no que ele dizia né (risos)... mas não, "é meu compromisso eu gosto muito do pescador e eu vou assumir esse compromisso com vocês!"<sup>171</sup>

Não apenas "alfabetizados" poderiam ganhar posição de liderança em Ajuruteua. Vários sujeitos, alguns com pouquíssimo estudo, homens e mulheres, que em algum momento, ao longo dos últimos 35 anos, ocuparam essa posição de representatividade política ou religiosa, eram pescadores/as, carpinteiros ou mariscadores/as. Não é incomum, mesmo sem uma educação formal, utilizarem-se de uma retórica com grande poder de convencimento junto a aliados políticos para conseguirem concretizar seus projetos. A relação clientelista no cotidiano não se resume a imposição de uma visão de mundo do patrão:

Na experiência cotidiana, o chefe político tenta impor seu poder, sua visão de mundo. Mas o cliente não se adapta simplesmente às pressões advindas da camada superior da hierarquia patronal. Ele busca agir e pensar também a seu modo. Reinterpreta a noção patronal dos laços de clientela. Tenta, se não impor a sua visão, ao menos influir no processo, pressionando ou persuadindo seu patrão, por mais humilde que seja sua retórica (CARVALHO, 2003, p.219)

Essa cultura política local com o passar dos anos ganhou amadurecimento. Uma experiência marcante, no que concerne esse aspecto, se deu no processo de conquista da terra para o assentamento das famílias após o problema da erosão e do avanço do mar em Ajuruteua, fato já citado neste trabalho. No entanto, ao analisar os relatos, é preciso estar atento para não assumir como verdade absoluta os excessos retóricos dos sujeitos envolvidos, tendo em vista que suas posições estão vinculadas às representações que os contemporâneos construíram sobre o vivido.

Na ocasião, a noção de direito e propriedade de uso comum dos pescadores foi posta como argumento de defesa do direito sobre uma nova terra para se instalar, num contexto em que a região já sofria com a especulação imobiliária, consequência do projeto de criação do balneário na praia do Campo do Meio, no entanto, fica claro que, para Ladislau e seus liderados, o lugar dos pescadores era ali e aquele território

---

<sup>171</sup> Interlocução realizada em 12 de setembro de 2018.

lhes pertencia:

(...) aí eu tive que correr atrás pra Belém, sentei com ele lá em Belém conversei, passei a necessidade do povo. Então não tinha mais como ficar lá, eles tinham que ter um local e o local adequado era esse, eu não poderia por exemplo recambiar esse povo pra Bragança porque lá não é o local deles, quem vive da pesca vai viver numa cidade de quê? *Então eles tinham que ficar nesse espaço que na verdade era deles* (grifo meu). E ele na verdade, ele não me cedeu, ele me cedeu o lado, o lado que era do mangue pra instalar o povo, mas área mais alta ele não cedeu porque também pensava em explorar.

Depois de uma negociação fracassada com um suposto “proprietário” das terras na qual pretendia assentar as famílias, a conselho de um antigo conhecido seu, Almirante da Marinha mercante, loteou o terreno e os sorteou entre os desabrigados. O caso foi parar na justiça. Com o apoio de José Diogo, que viria a ser eleito prefeito municipal no ano seguinte, a questão chegou a Brasília e logo seria constatado irregularidades na tal posse reivindicada pelo empresário. De acordo com Ladislau, o aforamento ainda estava em nome do proprietário anterior e já havia mais de 10 anos de atrasos em pagamentos pela cessão. Outra irregularidade, segundo o interlocutor, é que as terras estavam registradas como terra firme, o que não correspondia à verdade, e logo seria constatado por uma equipe técnica da SPU que teria mapeado o território na ocasião. Assim, foi dado ganho de causa aos pescadores, que deram continuidade ao assentamento e distribuição dos lotes.

Aí o pessoal veio lá, mapeou tudinho, aí foi constatado que não era área de terra firme. Aí ele tava entrando em uma área que ele não tinha utilidade nenhuma, ele não fez nada, ele queria a área pra explorar... aí ele perdeu a questão pra gente, e eu fui começando instalar esse povo, fui começando, fui começando a instalar esse povo. E depois quando eu tinha 50 famílias já... já instaladas aqui, tínhamos uma escola na outra vila que era uma escola que era, era também de madeira, bem pequena, já não tava comportando mais o mesmo número de alunos.<sup>172</sup>

As articulações com instituições e políticos interessados em angariar votos, o uso das relações interpessoais com agentes do poder, de documentos com linguagem formal, o conhecimento da Lei, a luta pelo reconhecimento do direito consuetudinário garantido pelo costume são prova de uma cultura política ativa entre os moradores de Ajuruteua. Mesmo quando ignorados pelo Estado ou usurpados em seus direitos, eles se organizam, buscam alianças e brigam pelos

---

<sup>172</sup> Ibidem.

seus interesses específicos, mesmo em foros estranhos aos seus espaços de luta cotidiana. Ações que se distanciam de uma imagem estereotipada de apático e indiferente aos acontecimentos, ou apenas de utilizados como massa de manobra por políticos locais. Ao contrário, estão sempre dispostos a jogar com as circunstâncias e com as alternativas de luta que lhe são postas, prontos a negociar e lutar por anseios específicos do grupo ou de projetos individuais.

#### **4.2 “Mas se é maré, por que falam território? Então é maretório!”<sup>173</sup>: a institucionalização do território tradicional em Reserva Extrativista.**

O paradigma, que invisibiliza as populações litorâneas, está presente tanto no campo político como nos escritos teóricos, ocultando suas histórias e experiências. Não à toa, por muito tempo, os homens do mar eram pensados enquanto camponeses, e em função disso, utilizava-se categorias e conceitos de sociedades agrícolas para problematizar a vida dessas populações (DIEGUES, 1999). O conceito de “território” é um bom exemplo dessa controvérsia, fato que foi notado por uma liderança do setor pesqueiro em uma sessão de debates chamada “Waldemar Vergara Filho<sup>174</sup> – os avanços e desafios da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros em Reservas Extrativistas Marinhas no Litoral Amazônico”, no XII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia, parte do XVI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia realizado em agosto de 2008. Neste evento surgiu uma nova categoria que se propôs a problematizar tal equívoco. De acordo com relato de uma marisqueira que esteve na sessão de discussão, Célia Regina das Neves, no dia do evento, estavam várias mulheres na comunidade de São Francisco, na RESEX de Mocajum<sup>175</sup>, em um ciclo de discussão dos saberes das mulheres, e quando Célia falava ao público dos componentes dos seus “territórios” uma participante a

---

<sup>173</sup> O trecho é de um diálogo entre lideranças de RESEX no XVI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia, o XII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, realizado de 4 a 11 de agosto de 2018 presenciado e registrado em sua tese de doutorado por Josinaldo Reis do Nascimento intitulada “Nos maretórios da Amazônia: os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará (2021).

<sup>174</sup> Waldemar Vergara Filho (1958-2018) foi uma liderança notável entre os pescadores artesanais do litoral paraense. Técnico do ICMBIO/Pará, esteve na vanguarda do movimento em favor da criação das RESEX no estado do Pará desde 1990, alguns anos depois, em 2008, teve papel fundamental na criação e gestão das RESEX marinhas do litoral amazônico. Em que pese seu envolvimento nos acontecimentos, Josinaldo Nascimento (2021) defende que Vergara adquiriu respeito e admiração entre muitos pescadores e pescadoras artesanais do litoral pela facilidade de se comunicar de forma simples e direta, tanto que até hoje tem seu nome evocado, como forma motivacional, em reuniões, encontros e movimentos de pescadores e pescadoras em prol da conservação do ecossistema de manguezal e das populações tradicionais.

<sup>175</sup> A RESEX de Mocajum se localiza no município de São João da Ponta, na região nordeste do Pará.

interpelou: “Mas se é maré, por que falam território?” No mesmo instante, o próprio homenageado da sessão, Waldemar Vergara, sugeriu: “Então é maretório!”. Nesse dia, o biólogo e professor do Instituto Federal do Pará (IFPA) Josinaldo Nascimento, que acompanhava as discussões de perto, foi desafiado publicamente pelo interlocutor a construir na academia um conceito criado dentro do movimento social, entre lideranças empenhadas na luta em defesa de seus “maretórios”.

Nascimento (2021) sugere que a construção do conceito endógeno de “maretório” contribui na compreensão e discussão sobre os processos de produção/reprodução dos espaços costeiros/estuarinos no Brasil, sujeitos que têm grande parte de sua existência física sob as águas, cooptados pelos regimes das marés, em simbiose com os ciclos lunares, com os regimes dos ventos e toda dinâmica costeira já salientados neste trabalho. Nele, estão contidos elementos constitutivos aptos a contribuir no aperfeiçoamento dos processos de cogestão da pesca com suas peculiaridades, assim como, possibilita pensar saídas para demandas sociais e políticas, considerando outras interpretações e leituras de suas realidades e identidades, como no caso da particularidade da sua economia plural, assimilada a dádiva de Mauss (2003) discutida no capítulo anterior.

A constituição do “maretório” em RESEX na região bragantina é uma história que também circunscreve a destreza política desses “camponeses históricos” que, ao longo do processo, formaram alianças e buscaram ações que demonstram habilidade para usar as circunstâncias e jogar com as armas disponíveis no seu tempo presente. Mas também, por outro lado, expõe múltiplas identidades e territorialidades peculiares, típicas de sociedades ditas haliêuticas. Conforme demonstrou Nascimento (2021), baseado nos pressupostos de Bourdieu, a dinâmica territorial se constitui por uma série de variáveis resultantes das relações de poder, assim sendo, na apropriação do espaço geográfico, de forma dinâmica e versátil, se edificam identidades e territorialidades o que determina a configuração e/ou reconfiguração territorial. Talvez isso justifique o questionamento de uma marisqueira e a afirmação de Vergara quando reivindicou: “então é maretório!”

Nascimento (2021) aponta quatro acontecimentos que se relacionam de maneira indissociável e ajudam a elucidar as ações sociais que culminaram na criação das reservas extrativistas no litoral do estado do Pará: a luta dos seringueiros do interior da Amazônia que resultaram no surgimento do conceito de reserva extrativista; na morte de Chico Mendes e outras lideranças, cujas ideias de

território de uso comum ecoaram para o resto do país; a promulgação da Constituição Federal de 1988, resultado do processo de redemocratização; a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e seus desdobramentos; e a expansão desordenada da pesca industrial e da carcinicultura nas áreas estuarinas, o que gerava a necessidade de constituir marcos regulatórios para a conservação efetiva dos manguezais da região. Sua análise é baseada em interlocuções que sempre rememoram a influência desses eventos; entre elas falas de lideranças dos movimentos sociais ligados à pesca, assim como, também, de agentes de instituições estatais voltadas para a defesa dos direitos dos “povos tradicionais” e do meio ambiente. Pescadores e pescadoras que vem (re)construindo seus modos de vida, sistemas de manejo e de conservação dos “recursos” pesqueiros a partir de uma rede de cooperações e articulação social marcada por conflitos. Por isso, “esses territórios são compreendidos como um produto social construído histórica, econômica, política e culturalmente pelos pescadores e pescadoras da Bragantina” (NASCIMENTO, 2021, p.75).

Ao reconstituir os fatos, a partir das interlocuções das lideranças, especialmente da chegada da ideia dessa modalidade de Unidade de Conservação, Nascimento (2021) destaca a importância do papel da articulação entre o Movimento dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA), o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA)<sup>176</sup>, a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Conselho Pastoral dos Pescadores. Foi a partir da ação dessas instituições, principalmente entre as lideranças comunitárias, que houve a difusão do conceito dessa modalidade de Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável. À medida que retomava o assunto junto aos sujeitos históricos, ouvia histórias relacionadas à intervenção desses entes, articulando discussões, ouvindo pescadores, fomentando eventos e organizando reuniões. Alguns relatos reproduzidos por ele, que versam sobre a importância dessas articulações, são esclarecedores:

A gente militava no MOPEPA, que é o Movimento dos Pescadores do Estado do Pará, nesse tempo tinha a questão da Reserva de Xapuri

---

<sup>176</sup> O CNPT, coordenado por Waldemar Vergara Filho na década de 1990, foi uma instituição criada em 1992 pelo IBAMA para apoiar tecnicamente as Reservas na Amazônia e expandir a ideia para outras regiões do país, e foi um dos principais fomentadores para a institucionalização dos territórios de uso tradicional em Reservas extrativistas no litoral amazônicos (DIEGUES, 2008). O CNPT foi criado em 1992 e extinto em 2007, após a criação do ICMBIO que passou a ser o responsável pela gestão dessas Unidades de Conservação (VOZES do Mangue 3ª edição: Conectando experiências de governança na RESEX Mar. De Caeté-Taperaçu. Mangues da Amazônia. 2021 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eDNKIUXTyR0>. Acessado em 01 de fevereiro de 2022.).

pelo Chico Mendes. Então a gente começou a discutir o nosso marés, a nossa costa, o nosso rio sendo muito visitado por outras pessoas de outros município, de outros estados pra *apoitar*<sup>177</sup> rede, fazer *zangaria*<sup>178</sup>, fazendo tipo de prática que a gente não fazia. Fazendo curral de arame e na nossa costa muito pesca de arrasto. Qual era a discussão? Era justamente para resguardar os nossos territórios que tivemos essas discussões, então veio a questão da RESEX, então veio as discussões em 1994, se não me engano, a gente conversou com a CNPT para discutir a proposta, a questão dos mangues e tudo mais (NASCIMENTO, 2021, p.76)

Zeca Rocha, uma liderança bastante conhecida entre os militantes do movimento social dos pescadores, relatou que conheceu o conceito de RESEX desde 1985 no MOPEPA, quando falavam da Reserva Extrativista do Chico Mendes.<sup>179</sup> Edith Ribeiro, outra liderança bastante atuante na mobilização pela RESEX, relembrou da atuação de Waldemar Vergara Filho pelo CNPT quando ia até as comunidades pesqueiras da região para falar da importância da RESEX<sup>180</sup>. João Gama, atual presidente da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, ao lembrar a participação de Vergara Filho o classificou como herói e lutador da criação da reserva pelo esforço que este empreendeu a frente do CNPT<sup>181</sup>.

Importante destacar que o conceito de Reserva Extrativista no Brasil nasce no seio de um movimento social amazônico que emergiu na década de 1980, quando seringueiros e castanheiros estavam sendo expulsos dos seus territórios tradicionais por pecuaristas, ao mesmo tempo em que assistiam à destruição da floresta para a criação de pastos. Chico Mendes foi o “paladino” das Reservas Extrativistas ao defender o conceito como modalidade de regulamentação territorial na Amazônia e no Brasil. Após seu assassinato, em 22 de dezembro de 1988, houve uma grande repercussão internacional, culminando na criação da primeira Reserva Extrativista no país: a Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Acre (NASCIMENTO, 2021). Sua ousadia política e intelectual pôde ser notada ao recusar o modelo de títulos de propriedade individual sobre lotes e por afirmar direitos de ocupação tradicional sobre territórios utilizados para o extrativismo (BARBOSA DE ALMEIDA; ALLEGRETTI; POSTIGO, 2018).

---

<sup>177</sup> Nome dado localmente ao método de pescaria que consiste em fixar a rede de pesca ao fundo, de forma que impeça a passagem dos peixes por baixo da armadilha.

<sup>178</sup> Nome utilizado para um tipo de rede de semi-faixa, de grande extensão e com malha pequena, abaixo do permitido por lei.

<sup>179</sup> Interlocução realizada em 04 de fevereiro de 2021.

<sup>180</sup> Maria Edith Ribeiro da Silva. Interlocução ocorrida em 04 de fevereiro de 2021.

<sup>181</sup> João Gama de Sousa. Pescador. Interlocução ocorrida em 03 de fevereiro de 2021.

Era a “reforma agrária dos seringueiros”, modificando a compreensão de reforma agrária conservadora que se estabelecia mesmo com o Estatuto da Terra de 1985. As terras continuariam pertencendo à União, mas com uso concedido por um contrato de concessão real de uso, condicionado por um plano de utilização, à associações de moradores locais, com o uso amarrado a deveres de conservação do patrimônio e comprovadamente sustentável. Ideias que reverberaram entre técnicos, ambientalistas e chegaram até lideranças dos movimentos sociais de pescadores e pescadoras do litoral amazônico, “aportando em terras longínquas, numa boa marezada, até a beira do mar” (NASCIMENTO, 2021, p.71).

A recusa pelo modelo de títulos individuais sobre lotes justificava-se pela ameaça representada pela privatização, pois, atribuindo plena propriedade a um indivíduo, a ele facultava-se a capacidade de infringir as regras e comercializar seu lote, ameaçando a continuidade do espaço de produção. Trocando em miúdos, se apenas um indivíduo decidisse vender sua parcela, este colocava em risco todo o equilíbrio do território. Por meio de práticas de corrupção ou influência política, grandes empresas podem fazer uso do seu poder econômico e se apropriar do território como um todo (BARBOSA DE ALMEIDA, 1995, p.46).

O encontro com os movimentos sociais que traziam consigo a ideia dos seringueiros notabilizou-se como prática essencial na construção de uma identidade coletiva entre os envolvidos, uma relação que também gerou processos contínuos de produção de conhecimento juntamente com os extrativistas. Por outro lado, Nascimento (2021), também destaca o papel da Rio-92 como responsável pela notoriedade e potência que ganharam as ideias conservacionistas, reverberando entre os técnicos do CNPT/IBAMA. É importante ressaltar proposições e questionamentos que emergiram no bojo das discussões da Conferência no Rio de Janeiro, especialmente no que concerne às formas de proteção e apropriação da biodiversidade no Brasil, ou mesmo, problematizações sobre a impossibilidade de conciliar soberania, desenvolvimento e manejo sustentado.

Na oportunidade, um documento emitido pelo Banco Mundial, de autoria de Arne Dalfelt, intitulado *Constraints to sustainable management of the tropical moist forest*, afirmava que a floresta tropical úmida primária não podia ser manejada de modo que assegure simultaneamente um lucro macroeconômico suficiente e a sustentabilidade do ecossistema como um todo (NOVAES, 1992). De acordo com esse autor, o desenvolvimento sustentável nessas áreas só seria possível se a carga

de populações de baixa densidade e baixa tecnologia (NOVAES, 1992, p.86). Dentro de um padrão economicista, essas práticas consideradas de “baixa tecnologia” representam um atraso, considerando decisões com base no critério de maximização individual de lucro e alta capacidade de produção. Por outro lado, atividades extrativas “tradicionais” e a preservação da floresta, quando medidas suas produtividades em biodiversidade, representam valores significativos, inversamente proporcional as áreas de cultivos.

O qualitativo de “tradicional” significa que essas comunidades têm utilizado os recursos do território com tecnologias de baixo impacto. Em vez de “atrasadas”, essas técnicas devem ser vistas como eficientes para a conservação. O reconhecimento de territórios tradicionalmente ocupados sob regimes de uso comunitário tradicional significa pluralismo territorial: terras públicas em usufruto por comunidades situam-se entre a propriedade privada de indivíduos ou empresas e terras públicas geridas diretamente pelo Estado (BARBOSA DE ALMEIDA; ALLEGRETTI; POSTIGO, 2018, p.28).

De acordo com Nascimento (2021), foi no V Encontro Nacional de Educação Ambiental em Áreas de Manguezal (V-ENEAM), realizado em Bragança em setembro de 1998, que ocorreram as primeiras manifestações de interesse em ampliar os debates em torno da criação de reservas extrativistas no litoral paraense. Na oportunidade, técnicos do CNTP foram questionados pelos presentes sobre esse modelo de Unidade de Conservação. Importante ressaltar que, anteriormente à mobilização em torno da participação desse encontro, já existiam formas de organização anterior de grupos sociais vinculados historicamente ao manguezal em comunidades dentro do território que hoje pertence a RESEX Marinha Caeté-Taperaçú (OLIVEIRA, 2018).

Foi, no entanto, na década de 1980 que houve maior aproximação de instituições do Estado com as comunidades extrativistas, como foi o caso da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER/PA). Por esse tempo, funcionários do Estado junto a lideranças locais, interagindo com outras lideranças ligadas à diversas esferas de mobilização passam a defender maior inserção das suas demandas no debate público e foi a partir desse contexto “com o movimento dos seringueiros do Acre e da Constituição de 1988” que “os movimentos dessas populações ganham força e conquistam espaços, evidenciando os tensionamentos existentes no uso dos recursos naturais” (OLIVEIRA, 2018, p.74).

Importante destacar também a percepção dos pescadores e pescadoras quanto a necessidade de enfrentamento de problemas relacionados a degradação



ambiental, especialmente, àqueles ligados diretamente ao seu modo de reprodução social, como no caso dos desdobramentos da chegada de pescadores do Estado do Ceará na década de 1990, uma mobilidade populacional que resultou em conflitos com os pescadores locais devido às diferentes dinâmicas de produção, equipamentos e demandas de mercado.

As escalas produtivas de peixes são maiores em relação às que eram praticadas nesse período localmente e parte significativa da produção era destinada ao comércio, ultrapassando a escala local e regional, como já afirmado. Também é necessário afirmar que há pressões advindas do mercado em torno dos produtos extraídos do manguezal e da necessidade advinda das políticas de colonização de abastecimento do mercado da capital Belém. Assim, há conflitos decorrentes do aumento no número de pescadores na região, em relação ao uso de técnicas diferenciadas de captura em larga escala pelos pescadores cearenses. A partir da percepção desses aspectos e de uma outra perspectiva de pesca empregada pelos imigrantes nordestinos, os pescadores locais produzem discursos e perspectivas que colocam as disputas por recursos pesqueiros e pelos territórios como problemas a serem enfrentados (OLIVEIRA, 2018, p.75).

Nessa mesma linha, no início da década de 1990, Maria Cristina Maneschy, ao tratar da concorrência dos pescadores artesanais com a “pesca moderna”, alertou para elementos de ameaça à permanência de diferentes categorias de pescadores artesanais do litoral, especialmente àqueles pescadores de canoa com um limitado raio de ação, tratava-se da pesca industrial desenvolvida por embarcações empresariais da capital do estado do Pará ou mesmo do estado do Ceará:

A par dessa diferenciação, o conjunto das unidades produtivas locais enfrenta atualmente um novo obstáculo que ameaça a permanência das diferentes categorias de pescadores artesanais do litoral como um todo, particularmente os pescadores de canoa, cuja raio de ação é mais limitado. Trata-se da pressão exercida pela pesca industrial de camarão, realizada ao longo da costa norte do país, desde o Ceará até o Amapá. Dedicam-se a essa atividade empresas sediadas em Belém e também no nordeste do país, todas objetivando prioritariamente a captura de camarão para exportação. A tecnologia utilizada é sofisticada. Os barcos são equipados com sondas para detectar cardumes e praticam a pesca com redes de arrasto, manipuladas mecanicamente. Essa pesca tem se mostrado altamente predatória (MANESCHY, 1993, p.133)

Mesmo alguns anos depois, essa percepção é recorrente entre os pescadores da região, muitos relatos caminham na direção do conflito causado pela pesca predatória de embarcações com equipamentos de alta tecnologia oriundas, principalmente, do Ceará, a qual tem provocado a “falência” da pesca artesanal.

É porque, esse aqui sabe, eu não vou falar mal deles não, porque antigamente não tinha essa aperreação de ferrear o ferro lá fora... era o filame, esse aqui sabe... o cara pescava aí no que um quilômetro daqui, de frente a praia do Pilão ia puxar aqui na faixa... só uma redada né... hoje em dia não, veio um pescador daqui do... da... da Raposa, eu digo porque ele me contou, um tar de... como é o nome dele? [...] ele me contou, esse Mandeco, nós chegemo ali na ponta do Camarão assim, na areia branca aqui... "Meu irmão do céu!", eu digo: "Bora simhora que vão prender nós aqui todinho!" Peixe estragado! Que? Era muito peixe, meu irmão! Se esse pessoal de Bragança num denunciar eles, vão botar ferro, como diz eles... Aí pronto, bastou! Tu sabes da onde tá esse pesqueiro? Esse aqui sabe! Nas boia aí pro Abade, um sucado pro rumo do... quase na divisa do coisa... daqui... O pessoal da Raposa pra sobreviver, sabe o que eles fizeram? Tecero rede que dá, só tece na mão mermo rede, peixe que dá teve que remar pra pegar o peixe pra comer... é verdade, o cara me contou! Eu tô contando o que ele me contou... ainda pesquei também, tinha um botinho... ainda pesquei aperriado... olha, tá dando peixinho...<sup>182</sup>

Antônio Ramos destacou as mudanças no modo de produção local provocadas por essas migrações:

"É... como eu falei, a pesca artesanal ela... ela... já modificou muito aqui pra nós, chegaram outras culturas, por exemplo, a cultura da pesca ancorada com rede ancorada ela veio do Ceará, chegou aqui, estacionou aqui e o daqui aprendeu e hoje aqui ninguém pesca com rede mais como se pescou há vinte anos atrás, todo mundo pesca com rede ancorada, todo mundo pesca é...<sup>183</sup>

Para Oliveira (2018), o ENEAM representou uma ação dos sujeitos envolvidos em direção ao combate à degradação ambiental, especialmente focado nas áreas de manguezal e nas possibilidades de uma política de educação ambiental. Um espaço em que se reuniram diversos sujeitos de grupos sociais distintos, mas que tinham interesses coincidentes mesmo que a natureza desses interesses tenha origens diferentes. Foram objetos de discussão no evento o:

uso dos recursos naturais do manguezal, como a retirada de madeira e da coleta dos caranguejos, principalmente as fêmeas denominadas localmente como "conduruas", focando nas comunidades dentro e no entorno do manguezal; há também debates sobre as questões dos direitos e deveres do pescador, do ponto de vista jurídico, enfatizando a atuação do Estado na área da pesca artesanal (OLIVEIRA, 2018, p.76).

É controverso que o tema da pesca industrial e predatória não apareça à primeira vista como tema de discussão, uma vez que é objeto de denúncia por parte de pescadores e pesquisadores na época. No entanto, há de se ratificar, como

---

<sup>182</sup> Interlocução ocorrida em 6 de janeiro de 2020.

<sup>183</sup> Interlocução ocorrida em 20 de agosto de 2018.

destaca Marcelo Oliveira (2018) a inserção dos membros das comunidades no debate público, colocando suas demandas e contribuições, assim como oportunizando o contato destes com ideias caras ao movimento preservacionista, como a ideia de sustentabilidade, de cooperação, de finitude dos componentes naturais e da atuação coletiva.

Oliveira (2018), fazendo uso do conceito de ambientalização de Leite Lopes (2006) - conceito utilizado para definir novas construções sociais, intervenções, institucionalizações e representações acerca do meio ambiente, percebidas no bojo dos conflitos e pela mudança na linguagem utilizada – se refere ao V-ENEAM como evento responsável por uma mudança de representação política sobre o território em Bragança no que toca ao envolvimento e ao protagonismo das populações locais. Seria a partir desse evento que se daria o engajamento definitivo desses sujeitos nos debates públicos, utilizando-se agora, também, de uma linguagem técnica, acadêmica e assim “legitimada” pelo Estado. Muitos dos conceitos utilizados nessa “arena” de luta são de natureza exógenas ao universo dos usuários do território, não fazendo parte do vocabulário habitual e cotidiano de pescadores e pescadoras nos maretórios. No entanto, ao se apropriarem desses discursos, a partir da ambientalização, passam a influenciar na construção institucional do meio ambiente:

Essas novas formas afetam no modo como se interioriza e exterioriza as normas de conduta relativas ao meio ambiente entre diferentes grupos, emergindo disputas entre experts de várias áreas do conhecimento científico e entre eles e as populações que utilizam conhecimentos não científicos, baseadas no empirismo e com perspectivas “próprias” sobre as questões socioambientais. [...] Assim os grupos passam a se utilizar da questão ambiental para externalizar suas reivindicações e interesses e pressionar o Estado e os outros grupos atuantes ou com alguma relação. (OLIVEIRA, 2018, p.78).

O contato dos pescadores com esses funcionários e diversos técnicos das instituições de pesquisa, professores, alunos e pesquisadores em geral, teve também papel essencial na idealização de uma UC que pudesse proteger o “maretório” e o modo de reprodução social dos seus moradores. Durante as interlocuções, não foi raro ouvir histórias de relações de amizade e de trocas de conhecimento entre pesquisadores e extrativistas, alguns inclusive de fora do país. Esse tipo de relação tornou-se ainda mais comum com a chegada do Programa “Dinâmica e Recomendações para Manejo em Áreas de Manguezais de Bragança

(*Mangrove Dynamics and Management* - MADAM), em 1996, um desdobramento da Conferência Rio-92, resultado de um acordo de cooperação assinados entre os governos do Brasil e Alemanha. “Fui escolhida pelo projeto MADAM como liderança comunitária para ajudar na elaboração projeto e discussão nas comunidades sobre a importância da RESEX”<sup>184</sup>, afirmou uma liderança ao lembrar o momento em que despertou para a luta pelo seu território. Após a Rio-92 foram implementadas uma série de iniciativas de cooperação internacional a fim de assegurar o desenvolvimento racional dos ecossistemas do planeta e conseqüentemente sua sustentabilidade e preservação para as gerações futuras (SILVA; COSTA; SILVA, 2003).

Essa participação de instituições de ensino/pesquisa foi também notada por Nascimento (2021, p. 79), as quais, de acordo com esse autor, “contribuíram de maneira decisiva para a compreensão do manejo coletivo dos recursos naturais e da gestão compartilhada dos territórios de uso comum”. Juntamente com lideranças de movimentos sociais oriundos de outras localidades, os intelectuais envolvidos no processo lançam mão de um prestígio que acreditam possuir no campo político-simbólico das ações sociais, pois há um imaginário indicando que se são “de fora”, da “universidade”, carregam novos elementos para o debate (NASCIMENTO, 2021).

Em meados dos anos 1990 se desenhou um embate assimétrico entre pescadores e pescadoras artesanais de um lado, e, de outro, agentes do Estado e empresários do setor pesqueiro. A desigualdade entre as forças refletia a necessidade da articulação com os “de fora”, alianças cruciais até a institucionalização do território em reserva extrativista de uso comum (NASCIMENTO, 2021).

Os laços se arregimentaram, se estenderam para além das fronteiras do seu “maretório”, identificando interesses e lutas comuns, num processo essencial para a construção da consciência da necessidade de defesa do território com a criação de reservas extrativistas no litoral norte. Nos eventos que se seguiram ao ENEAM, extrativistas de todo o litoral amazônico estabeleceram parcerias, juntaram forças e passaram a reunir esforços em prol da defesa dos seus direitos. Participaram da mobilização pela instituição das RESEX da região bragantina lideranças do município de Vizeu, Augusto Corrêa, Tracuateua e Bragança, pesquisadores do MADAM, da

---

<sup>184</sup> Adriane de Nazaré Paixão Reis, interlocução realizada em 22 de fevereiro de 2021.

UFPA, técnicos do CNPT, IBAMA, EMATER, membros dos Sindicatos do Trabalhadores e Trabalhadoras rurais (STTR), Cáritas/Brasil<sup>185</sup> (CNBB) e servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Bragança. Localidades dentro de Bragança, que antes, mesmo próximas, tinham pouca ligação políticas umas com as outras passaram a se organizar, trocar ideias e a protagonizar nos debates públicos contra as “ameaças” ao seu território e, conseqüentemente, à sua existência.

Quanto às lideranças dos movimentos sociais ligados à pesca, o MOPEPA e o CPP tiveram papel de destaque na mobilização para a criação da RESEX. Ressalta Oliveira (2018) que o MOPEPA:

se organiza via seminários e encontros para pescadores, crianças e jovens, capacitando as lideranças locais no sentido de sua organização e na busca por seus direitos em relação à aposentadoria. Neste estudo, a CPP não difere tanto em relação aos objetivos de organização e promoção social dos pescadores, porém seu vínculo é com a Igreja Católica, especificamente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), se utiliza de referencial teórico marxista e da teologia da libertação. Ambas trabalham na perspectiva de construir junto aos pescadores, através de palestras e seminários, a relação desses atores com o meio ambiente, no sentido de construção de identidade pesqueira, em uma perspectiva de movimento social (OLIVEIRA, 2018, p.93-94).

Algumas interlocuções reproduzidas por Oliveira (2018) em sua tese, são reveladoras para o entendimento da importância da CPP no processo de institucionalização dos territórios em RESEX, assim como no caráter do movimento social de viés marxista, transformador da realidade dos pescadores. Um dos relatos colhidos por esse autor em seu trabalho contrapõe o CPP à Colônia dos pescadores e ao Sindicato, modelos de organização social institucionalizados ainda na época da ditadura militar e que carregariam consigo práticas paternalistas e teriam suas ações voltadas apenas para resguardar direitos trabalhistas e de aposentadoria dos trabalhadores do mar (1964-1985).

Mesmo considerando a indispensável participação dos “de fora”, Nascimento (2021) faz questão de enfatizar o empoderamento dos “de dentro” ao lançarem mão de um discurso de conhecimento “de causa” e “da causa”, tendo em vista que estão

---

<sup>185</sup> A Cáritas é um organismo humanitário ligado à CNBB que faz parte de uma confederação da Igreja católica. A Cáritas brasileira é uma das 170 organizações-membro da Cáritas Internacional. Sua origem está na ação mobilizadora de Dom Hélder Câmara, então Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Sua função é promover ajuda humanitária nos países em que atua. A palavra “Cáritas” tem sua origem no latim e significa “caridade”.

em seu *habitat*, vivenciam as mudanças, os problemas e são cientes dos impactos das ações antrópicas sobre esse território. Essa compreensão foi ampliada com as contribuições de pesquisadores do projeto MADAM, sobretudo, com os estudos a respeito das transformações que ocorreram a partir da década de 1970. A convivência, a ajuda mútua entre esses sujeitos levou ao surgimento de uma consciência mais crítica dos acontecimentos.

O avanço da pesca industrial, a introdução de novas tecnologias na atividade pesqueira, a inserção do regime de mão-de-obra assalariada, o investimento de altos capitais nos negócios e o aumento do número de atravessadores são alterações com grandes desdobramentos ainda não experimentados pelos moradores. Há, para além dessas novidades, o início das atividades turísticas e a abertura de uma rodovia ligando a praia até a sede urbana do município, proporcionando maior circulação de pessoas, mercadorias, negociantes e aumentando as pressões sobre os recursos pesqueiros. A atuação do MADAM, especialmente aqueles projetos da área socioeconômica, ocorreu no sentido de antever conflitos socioambientais causados por essas transformações e pela consequente predação do ambiente, identificando prejuízos à reprodução dos modos de vida tradicionais da população e ao ecossistema. É nesse contexto que pesquisadores fortaleceram a ideia de criação de territórios de uso comum:

Os pesquisadores do projeto MADAM, sobretudo aqueles da área socioeconômica do projeto, a par dessas transformações, e antevendo uma série de problemas que certamente implicariam na reprodução dos modos de vida dessas populações tradicionais, perceberam que o fortalecimento da ideia de Reserva Extrativista Marinha seria uma forma concreta de contribuir com os debates (NASCIMENTO, 2021, p.82)

Já Oliveira (2018) ressalta a importância das instituições públicas no processo de mobilização, especialmente de órgãos mais citados por seus interlocutores, nos casos do Centro de Pesquisas e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte (CEPNOR), EMATER e CNPT. Para entender esse contexto, é indispensável destacar a insólita confluência de interesses entre o governo federal e as lideranças dos movimentos sociais locais na época da criação dessas reservas extrativistas na Amazônia (SCHITTINI; FRANCO, DRUMMOND, 2012). Há por esses tempos uma ambientalização a nível nacional, quando a União, o Legislativo e lideranças vinculadas à sociedade civil organizada criam e implementam preceitos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) para a preservação de

ecossistemas específicos. Para Oliveira (2018), o início do movimento de criação da RESEX não parte das populações locais, mas sim de instituições públicas. No entanto, a partir de sua inserção no processo a RESEX é legitimada pela maioria que vê na Unidade de Conservação o atendimento de suas demandas.

Um dos conflitos que arregimentou ainda mais a ideia da necessidade de instituir a RESEX em Bragança foi o temor das populações litorâneas da região bragantina em fins do século XX da derrubada do mangue para a implantação da carcinicultura, tal como já ocorria no litoral nordestino, especialmente Ceará e Rio Grande do Norte. A situação preocupava os tiradores de caranguejo e o movimento social da Pastoral dos Pescadores. Uma liderança do movimento social de pescadores fez o seguinte relato:

[...] então, tinha muitos cearenses aqui em Bragança envolvidos com a pesca, e o camarão tava com o mercado em alta, assim como fizeram no Ceará e no Rio Grande do Norte, grandes fazendas de camarões, se começava a especular a criação de camarão aqui nas áreas de mangue de Bragança e Augusto Corrêa. Então eu ouvia dentro das conversas de empresários da pesca que já tinha especulação de empresários da pesca de trazer o camarão. Então... tinha especulação de pessoas procurando terras nas áreas próximas de manguezais, nas beiras dos mangues para começar a explorar as fazendas de criações de camarões. Isso causava medo nos tiradores de caranguejo. Nós do movimento da pastoral dos pescadores, já tinha visto situações assim no Nordeste (NASCIMENTO, 2021, p.93-94).

As conversas dentro dos movimentos sociais sobre as experiências da carcinicultura em outras regiões do país alertava os pescadores e pescadoras do litoral amazônico quanto à ameaça ao seu modo de produção tradicional, fazendo com que estes discutissem estratégias de defesa do seu território. Foi essencial nesse caso o papel dos movimentos sociais ligados à Igreja, como foi o caso do Conselho Pastoral de Pescadores. Sintomas da atuação dos sujeitos de uma das unidades de mobilização destacadas por Nascimento (2021). O CPP promoveu palestras, trouxe informações de outras realidades, relatos de experiências e levantou discussões subjacentes à sua territorialidade, como a defesa, o manejo e uso dos componentes da natureza para a garantia da sua reprodução social, cultural e econômica. São nesses espaços de troca de experiência que se estreitam os laços, identificam interesses comuns e faz-se a consciência de classe. Essa consciência de classe acontece “quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos

seus (THOMPSON, 1987, p.10).

O caso da carcinicultura é caso exemplar de conflito de interesses, uma vez que a utilização do manguezal para outros fins, como a supressão da vegetação do mangue para dar lugar à tanques e viveiros, afetaria diretamente a reprodução de milhares de trabalhadores que se dedicam diariamente na extração de caranguejos, assim como, afetaria indiretamente a pesca artesanal, considerando que essa degradação do manguezal influiria na dinâmica dos animais que se alimentam dos nutrientes advindos desse ecossistema, além da contaminação dessas áreas pelo despejo inadequado de material orgânico, produtos químicos e farmacológicos como antibióticos e fungicidas (TANCREDO *et al*, 2011; ). Mudanças que resultariam na redução do rendimento de pescadores e marisqueiros e, conseqüentemente, na redução de sua qualidade de vida.

O episódio da carcinicultura, por outro lado, revelou a face desenvolvimentista do Estado na época, ao tentar promover um desenvolvimento sem compromisso ambiental, visando apenas o lucro de agentes do capital na contramão da legislação vigente. Nestes termos, as mobilizações de resistência dos pescadores que criam novas relações sociais e discutem o controle dos seus “maretórios”, depois de anos longe dos processos de tomadas de decisão, traduzem-se como ameaça às pretensões de investidores que gerariam o “desenvolvimento” na região. Esse novo padrão desenvolvimentista “pretendia expandir as áreas de carcinicultura para o litoral amazônico, e para isso teria que, de alguma forma, interferir no arcabouço jurídico-institucional que regulamentava a questão ambiental no país [...]” (NASCIMENTO, 2021, p.95). Assim, não à toa, houve um movimento do Estado no sentido de dificultar o reconhecimento das territorialidades comunitárias, demarcar terras e respeitar a legislação ambiental.

A criação de reservas extrativistas era impensável a esses agentes. Nesse sentido as RESEX eram encaradas como um empecilho ao desenvolvimento do estado. “Nunca iam deixar criar reserva extrativista aqui no Salgado, porque, dizendo eles, não iam entregar uma riqueza tão grande, como o manguezal, na mão do povo que não tem noção das coisas” (NASCIMENTO, 2021, p.94). Contra as RESEX, utilizavam o argumento que esse modelo de gestão territorial representava sobreposição de jurisdição, portanto uma ação de intervenção da União dentro do Estado (SILVA-JUNIOR, 2013). Ao analisar esse evento, Nascimento (2021) entende que:



Nesse contexto, ao meu ver, é fundamental reconhecer que por mais que os governos municipais concordassem com o movimento que estava em curso para a criação das RESEX marinhas, ficava claro que a articulação política do governo do estado do Pará se mostrava claramente contrária a esse modelo de unidade de conservação, gerido pelo governo federal, e, sobretudo, que se incluísse as populações locais nos debates” (NASCIMENTO, 2021, p.85).

No contraponto da atuação sorrateira do governo do estado insurgiu-se a movimentação de servidores da prefeitura de Bragança, não coincidentemente engajados no Conselho Pastoral dos Pescadores. Entre esses agentes do poder municipal emergiram duas lideranças fundamentais para a condução da agenda social de mobilização: o jovem padre João Nelson Magalhães, nomeado secretário da Secretaria Municipal de Economia e Pesca (SEMEP) e seu assessor Luís Eustórgio Borges, o articulador político. Na época, o empenho da prefeitura se deu

[...] em função de duas questões: primeiro, havia um compromisso assumido publicamente durante a campanha política do recém-eleito prefeito Celso Orlando da Silva Leite, do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB); segundo, houve o engajamento da equipe por ele nomeada para gerir a Secretaria Municipal de Economia e Pesca (SEMEP), composta naquele momento basicamente por integrantes do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), recém-criado no município. Em última análise, essa situação foi o que emprestou extraordinária força de penetração das ideias sobre as RESEX Marinhas entre os outros gestores municipais da região (NASCIMENTO, 2021, p.84).

A equipe da SEMEP então assumiu a missão da reconfiguração territorial e iniciou uma série de tomadas de decisões e medidas no sentido de dar seguimento ao processo que estava parado há anos. Na contramão dessas ações, órgãos ligados ao governo do Estado, com exceção da EMATER, trabalhavam no sentido de travar o processo, desarticulando a movimentação dos pescadores, desmarcando reuniões, confundindo os participantes e se omitindo em suas obrigações dentro do processo.

Sem entrar aqui no mérito do grau de ruptura política entre as instituições federais e estaduais, sobretudo aquelas diretamente ligadas ao meio ambiente, na visão dos interlocutores as instituições estaduais, com exceção da EMATER, pareciam orientadas a desarticular a movimentação dos pescadores, como me relatou uma liderança ao falar de suas impressões sobre as instituições que contribuíram com o processo de criação das RESEX na Bragantina: “A SEMA [Secretaria de Estado de Meio Ambiente] do estado nunca contribuiu pra nada..., só fazia atrapalhar. A gente marcava uma reunião, ela ia desmarcava, a gente chegava na comunidade estava desmarcada” (NASCIMENTO, 2021).

Os fatos aqui analisados estão associados a diversos acontecimentos de âmbito nacional e internacional, especialmente relacionados à emergência global das questões ambientais e da tentativa da conciliação entre um modelo de desenvolvimento capaz de garantir a preservação da natureza. Foi fundamental no Brasil a atuação da sociedade civil ao pressionar o Estado por mudanças de estratégias de intervenção na região Amazônica e um redirecionamento dos investimentos que resultou na adoção, por parte dos governantes, de um discurso focado nas políticas públicas voltadas para o “desenvolvimento sustentável” (SCHITTINI; FRANCO; DRUMMOND, 2012).

No entanto, mesmo diante da retórica do desenvolvimento sustentável, o governo do estado adotou um modelo que seguia a tendência de globalização e racionalização da economia, que promoveram mudanças importantes em noções, processos e instituições que são determinantes à reprodução da vida social, impondo valores economicistas em escala mundial. Nesse contexto, novos padrões de racionalidade condicionados ao aumento produtivo e do capital resultam em uma mundialização de padrões de consumo, de exploração e de trabalho. Este último, tem o seu lugar reconfigurado, atingindo sobremaneira a organização dos modos de vida das sociedades. Essa dinâmica, por sua vez, impele o Estado a adotar políticas públicas adequadas ao modelo de globalização, e com isso, passam a constar na agenda dos governantes, como condição irrevogável de desenvolvimento, a integração do país ao comércio mundial (CASTRO, 2005).

De modo geral, em conformidade com essa racionalização, ainda hoje o modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia e no Brasil baseia-se na extração e exploração irracional dos seus componentes naturais, favorecendo ganhos apenas aos grandes agentes econômicos em detrimento das populações locais, obrigadas a enfrentar sérios problemas socioambientais, como a falta de alimento e pobreza econômica - causados pela degradação ambiental e forte pressão do mercado sobre os recursos -, a exclusão social e a perda da biodiversidade. Conforme demonstrou Edna Castro (2005, p. 10):

A Amazônia brasileira foi concebida pelas elites nacionais, como uma fronteira de recursos, no qual o capital deveria refazer seu ciclo de acumulação com base nos novos estoques disponíveis. Vazio demográfico e recursos inesgotáveis são mitos presentes no imaginário das elites políticas, militares e de segmentos médios da sociedade brasileira em pleno século XXI, que persistem apesar dos dados relativos às taxas de desmatamento, fornecido, em tempo real,

por instituições de pesquisa.

O estado do Pará, na época do fato aqui analisado, era governado pelo médico/professor Simão Robison Oliveira Jatene (PSDB), gestor entre 2003 a 2007, que buscava alinhar o seu discurso de crescimento econômico em consonância com a premissa do desenvolvimento sustentável. No entanto, seu programa de governo “Mais pelo Pará” trazia como objetivos fundamentais “o aumento das oportunidades de trabalho e a geração de renda”, as quais não seriam possíveis sem uma “ampla e forte base econômica” e no entendimento do governo na época “a produção é a chave para enfrentar o desafio de gerar emprego e renda e garantir a cidadania, levando adiante o verdadeiro projeto de desenvolvimento do Pará” (JATENE, 2002, p.9). Era preciso aumentar a produção, superar o modelo extrativista considerado “perdulário”, “mobilizar esforços na expansão e diversificação da estrutura produtiva, a partir da formação de cadeias produtivas integradoras dos recursos disponíveis, tendo como eixos prioritários os segmentos econômicos potencialmente mais dinâmicos” (JATENE, 2002, p.9).

Ao tratar do meio ambiente, de acordo com o documento, o grande desafio era “evitar a devastação dos recursos naturais sem abrir mão do desenvolvimento econômico, contido no princípio de desenvolver sem devastar.” Assim, constava como meta em seu programa políticas de incentivo ao aumento da produção atraindo investimentos do setor privado ou público.

Quando tratou da produção da pesca artesanal projetou “Promover o apoio técnico e financeiro para a frota artesanal de captura, a partir da articulação de esforços das representações dos pescadores, organismos de financiamento, órgãos governamentais e demais instituições atuantes no setor” e “Apoiar a recuperação e reativação das unidades pesqueiras atualmente paralisadas, através da gestão compartilhada entre associações de pescadores e empresários industriais e/ou comerciais” (JATENE, 2002, p.13). Os objetivos pautavam-se na introdução de novas tecnologias, financiamentos e aumento da produção. Era um desenvolvimento pautado em índices quantitativos, numéricos, baseados no crescimento material. Conforme Nascimento (2021, p.87) “[...] esse modelo de desenvolvimento em questão no Pará era factível na época estava pautado majoritariamente na análise de variáveis quantificáveis e consideradas relevantes, como os indicadores de crescimento, por exemplo, taxa de crescimento da renda, PIB per capita”. Indicadores

socioeconômicos ou índices de biodiversidade não tinham espaço dentro do programa do governo ao determinar que seu objetivo maior era promover o “aumento das oportunidades de trabalho e de geração de renda” (JATENE, 2002, p.87).

Nesse sentido, o princípio “desenvolver sem devastar” não passava de efeito retórico para justificar políticas de estímulo ao desenvolvimento de novas cadeias produtivas capturadas pela iniciativa privada, especialmente do setor agropecuário e mineral, e com base em políticas de incentivos fiscais (NASCIMENTO, 2021). Com o Decreto Federal nº 4.297 de 10 de julho de 2002, que estabeleceu diretrizes e critérios para o ordenamento territorial no Brasil através do zoneamento ambiental<sup>186</sup>, como um instrumento de planejamento estabelecido pela Política Nacional do Meio Ambiente, o governo do estado tentava adequar em seu planejamento suas intenções desenvolvimentistas alinhadas a padrões de proteção ambiental.

O Projeto de Lei nº 6.745 que estabeleceria os parâmetros para a organização do Macro ZEE no Pará, formulado por técnicos da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) a mando do governo e enviado à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), foi o instrumento pelo qual os movimentos sociais ligados a pesca artesanal entendiam ser capaz de garantir o seu propósito e burlar as intenções do governo que pretendia, por meio dessa Lei, barrar a criação de novas Unidades de Conservação no estado. Estrategicamente, as lideranças do MOPEPA e do CPP se anteciparam e articularam junto ao relator do projeto, deputado estadual Airton Faleiro (PT), alterações no texto original que garantissem a legalidade de novas reservas extrativistas no estado. A alteração se deu especialmente na redação do artigo 7º, que tratou das unidades de conservação do grupo de uso sustentável, incluindo no anexo II os municípios da região bragantina (NASCIMENTO, 2021).

---

<sup>186</sup> O Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) é uma política de ordenamento territorial obrigatória na constituição de planos, obras e atividades públicas e privadas, a qual regula a exploração de recursos naturais por meio de medidas e padrões de proteção ambiental. É, na verdade, uma tentativa de conciliar desenvolvimento e preservação ambiental, ou seja, definir na prática os limites de intervenção na natureza e consolidar um desenvolvimento sustentável. Essa política se alinha a pressões internacionais quanto ao monitoramento da exploração dos recursos naturais e da necessidade de se conciliar desenvolvimento econômico e conservação do meio ambiente, como previa o relatório final da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (CMMAD/ONU). O ZEE é conceituado no Art. 2º como “instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população (BRASIL, 2002).

Com uma pequena mudança na redação do texto e contando com a distração dos deputados governistas, o relator colocou o projeto para ser votado e, mesmo com a mudança, deixando em aberto a possibilidade da instalação de novas unidades de conservação, foi aprovada por unanimidade em 6 de maio de 2005. Waldemar Vergara e outras lideranças deram então seguimento à tramitação do processo levando a documentação para Brasília. Com pedido de urgência, dada a circunstância, a documentação chegou às mãos da então Ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Após aprovado, o decreto foi assinado em 20 de maio de 2005 criando as Reservas extrativistas nos municípios de Bragança (RESEX Marinha Caeté-Taperaçu), Tracuateua (RESEX Marinha de Tracuateua), Augusto Corrêa (RESEX Marinha Araí-Peroba) e Vizeu (RESEX Marinha Gurupi-Piriá).



**Foto 41** Placa de identificação. Crédito: Fernando Repinaldo, abril de 2008.

Fonte: Site Socioambiental.org. Disponível em: [https://img.socioambiental.org/v/publico\\_001/resex\\_marinha\\_de\\_caete-taperacu/Placa.JPG.html](https://img.socioambiental.org/v/publico_001/resex_marinha_de_caete-taperacu/Placa.JPG.html). Acessado em 15 de fevereiro de 2022.

O curto período de tempo entre a aprovação da Lei de Macrozoneamento Ecológico-Econômico e o Decreto criando as reservas extrativistas na região

bragantina demonstra o nível de articulação dos pescadores, lideranças dos movimentos sociais e instituições governamentais. Como anotou Marcelo do Vale Oliveira (2018), a criação da Reserva não parte da iniciativa dos moradores de Ajuruteua, mas é incorporada por eles a partir do contato com as lideranças “de fora”, passando a fazer parte dos seus projetos coletivos e individuais, apropriando-se da linguagem e das categorias de fora do seu universo cultural com o propósito de defender seus direitos e interesses.

#### 4.3 A RESEX idealizada e a RESEX praticada: o pescador como “sujeito” da história

A área gerida pela U.C. é delimitada pelo mapa abaixo e contém populações que ocupam o espaço “tradicionalmente”, dentre estas, na parte superior, encontram-se as já citadas “Vila do Bonifácio” e “Vila dos Pescadores”

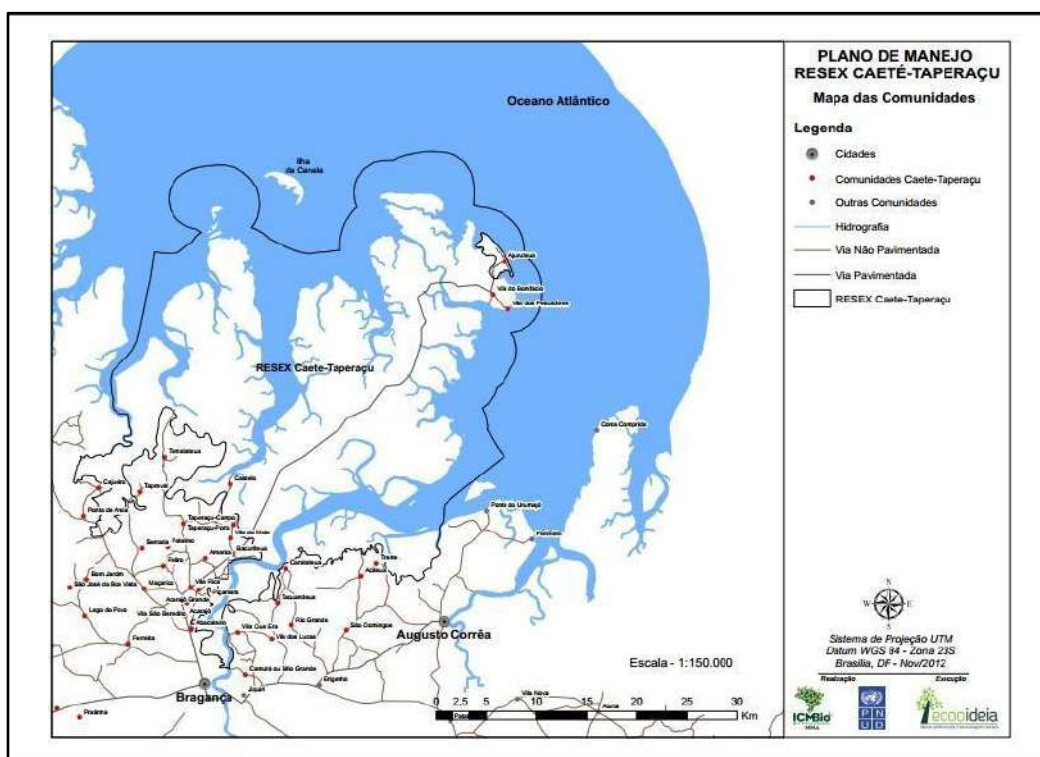


Figura 7 Mapa das comunidades. (ABDALA et al, 2012a, p.76).

A constituição de mapas gera inúmeras interpretações e, na visão de Hurley (2009), facilitou a expressão geográfica dos sistemas sociais, sendo um meio de consolidar o poder do Estado sobre o lugar. Por outro lado, como anotou Souza (2018, p.108), ao estabelecer fronteiras e institucionalizar a propriedade tradicional em benefício dos usuários “tradicionais”, “o espaço social delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material de existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia”. O espaço não pode ser pensado apartado da experiência e existência humanas. Conquanto em sua constituição se circunscrevem acontecimentos históricos e é peremptório “cartografar as linhas de força, o diagrama de poderes que conformam, sustentam, movimentam e dão sentido a um dado recorte regional” (ALBUQUERQUE JR, 2008).

No “mapa das comunidades” há um fato contraditório: a exclusão do “Campo do Meio” da área de proteção da Reserva. Embora tenha sido decisão dos moradores daquela Vila ficar de fora da área da reserva, certamente o fato de o local ser de atuação do capital turístico pesou para essa escolha. Digo contraditório devido aos princípios expressados nos objetivos da criação da própria U.C. que visavam “proteger os meios de vida e preservar os recursos naturais renováveis”<sup>187</sup> e, no entanto, exclui a área, a parte do ecossistema mais afetada pelas construções inadequadas, pela erosão marinha e pelo lixo deixado pelos banhistas. Dejetos que, inclusive, são levados pelas correntes marítimas e chegam a várias comunidades próximas, sobretudo, a Vila dos Pescadores. Sem esquecer que os “recursos” dos quais dependem os usuários são móveis e, conseqüentemente, afetados pela poluição da praia. À frente da preocupação ambiental se apresentam interesses de setores de influência social ávidos por desfrutar do lazer do “exótico” ou dos lucros obtidos com a exploração turística na alta estação.

---

<sup>187</sup> Decreto de 20 de maio de 2005. Casa Civil, Presidência da República. Texto publicado no Diário Oficial da União, em 23 de maio de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10531.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10531.htm).



*Foto 42* Lixo comumente encontrado na praia na Vila dos Pescadores.  
Foto: Marcus V. C. Oliveira, pesquisa de campo, 10 out. 2018.

A criação de uma reserva extrativista na região onde está situada a península de Ajuruteua não partiu dos seus moradores, como já foi dito anteriormente, tampouco teve a adesão automática destes, no entanto, ao tomar consciência dos benefícios que teriam com a mudança de status do território, muitos se apropriaram do conceito ao seu modo e passaram a reivindicar serviços, espaço e voz dentro das instituições criadas para o seu gerenciamento. A história da institucionalização deste território em Reserva Extrativista guarda uma série de disputas de poder, narrativas e saberes que inscrevem na história da região a busca do protagonismo pelo pescador de Ajuruteua.

A gestão da Reserva, que inicialmente esteve exclusivamente nas mãos da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú (ASSUREMACATA) como única instituição-gestora, tornou-se palco de disputas entre os associados e destes com o Conselho Deliberativo<sup>188</sup> e o ICMBIO, órgão gestor criado pelo Governo Federal em 2007.<sup>189</sup> Essas tensões refletiam os diversos

---

<sup>188</sup> O Conselho deliberativo foi instaurado após a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) pela Portaria nº 17 de 24 de setembro de 2007.

<sup>189</sup> A Associação dos Usuários da RESEX Marinha caeté-Taperaçú A(SSUREMACATA) foi instituída



significados da reserva para sujeitos de setores distintos, uma vez que o território em disputa despertava interesses não só dos pescadores, mas também de atravessadores, empresários, ambientalistas, cientistas e políticos locais.

Ao analisar os acontecimentos que se sucederam após o processo de implementação, especialmente a criação do Conselho Deliberativo e a entrada do ICMBIO como órgão gestor, percebe-se que agentes do estado e de instituições envolvidas na mobilização e implementação em alguns momentos desconsideraram as diferenças interculturais entre as populações locais e os agentes externos sobretudo na imposição de regras e proibições. O modelo de RESEX implantado, em alguns aspectos, não era compatível com a realidade da região. No âmbito dessas incompatibilidades, no entanto, há a tentativa de estabelecimento de instrumentos de cogestão a partir da perspectiva de uma “Ação Pública” na tentativa de se constituir uma gestão compartilhada para dar conta das demandas locais (OLIVEIRA, 2018).

Sobre esse fato, Oliveira (2018) chama a atenção para uma mudança de postura histórica do Estado quanto à tomada de decisão no âmbito da gestão pública. Considerando autores como Lascoumes e Le Galès (2012) e Câmara (2013), Oliveira afirma que “nas décadas de 1970 a 1990 há a passagem de um modelo de política pública para o modelo de Ação Pública, que acarreta num movimento de reestruturação do Estado contemporâneo” (2018, p.103) e essa perspectiva muda como

[...] estratégia de revigoração do Estado, caracterizando maior importância, nos processos de governança, às relações de interdependência individual e coletiva entre diferentes atores, propiciando participação da sociedade e dos poderes locais, propondo outras possibilidades de gerenciamento das políticas públicas, frente a crise de gestão ocasionada pela ineficiência dessas políticas públicas.

De acordo com essa análise de mudança de paradigma de gerenciamento, essa transformação se dá a partir da década de 1970 não só pelo fracasso das ações políticas tradicionais, que eram centralizadoras, mas também pela (re) invenção do problema ecológico naquela década<sup>190</sup>, responsável por promover novos

---

juntamente com a RESEX, em 2005, naquele momento o IBAMA foi o único órgão ligado ao Governo Federal que acompanhou o processo de implementação da unidade.

<sup>190</sup> Entre 5 e 16 de junho de 1972 ocorreu uma Conferência das Nações Unidas em Estocolmo, na Suécia, que reuniu 113 países para discutir sobre o desenvolvimento e o meio ambiente humano. A Conferência, presidida pelo canadense Maurice Strong, foi o primeiro grande encontro internacional

questionamentos nas maneiras de governar o espaço, interesse de grupos de diversos segmentos da sociedade. Nesse contexto, esses grupos de interesse passam a reivindicar participação pressionando o Estado para compartilhar as tomadas de decisões, sejam eles empresários, ambientalistas ou populações residentes (OLIVEIRA, 2018).

Nessa perspectiva, as Reservas Extrativistas representam na prática essa nova relação do Estado com seus governados, considerando que as Unidades de Conservação promoverão a maior participação de agentes privados nas decisões de interesse público, tanto por meio da Associação, como por meio do Conselho Deliberativo, os quais terão lugares de representação das populações locais. O próprio espaço conquistado pelas populações tradicionais durante o processo de discussão do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) foi produto do amadurecimento e fortalecimento da mobilização social dessas populações (VIANNA, 2008)<sup>191</sup>. Esses sujeitos, mesmo diante de dificuldades, farão de suas participações instrumento de agência para coordenar suas próprias ações com outros e contra outros, ou erigir projetos coletivos e individuais, ou seja, suas ações repercutirão numa representação social própria, distinta da formulada pelos gestores técnicos da Unidade de Conservação.

Na Caeté-Taperaçú a ASSUREMACATA teve como função primordial mediar os interesses, direitos e deveres dos usuários, assim como a gerência local comunitária responsável como concessionária de direitos de uso cedido pelo Estado. A estrutura da associação é formada por um presidente, um vice-presidente, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros, um conselho deliberativo (CD), um grupo de trabalho (GT) do Plano de Manejo e os comitês representativos das comunidades que constituem os polos: Cidade, Bacuriteua, Acarajó Grande, Ajuruteua, Campos Naturais, Tamatateua, Caratateua e Treme. Se unem a essas as comunidades menores que estão situadas no entorno da área delimitada, classificadas como “área do entorno” ou zona de amortecimento. Nessas áreas, em um raio de 10km, há beneficiários, usuários e demais moradores com direitos licenciados sobre o uso do território, como previsto em resolução do CONAMA

---

reunindo representantes de diversos países para discutir problemas ambientais, especialmente a relação entre meio ambiente e desenvolvimento (BATISTA, 2016).

<sup>191</sup> O SNUC foi instituído pela Lei 9.985 de 18 julho de 2000 e tem como seu primeiro artigo os “critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (UNIDADES, 2008, p.15)

(Conselho Nacional do Meio Ambiente)<sup>192</sup>. O ambiente não obedece a fronteiras assim como a territorialidade flutuante dos extrativistas.

As principais tensões na associação ocorreram no interior do Conselho Deliberativo, o qual passou a ser presidido pelo ICMBIO após sua criação em 2007. O Conselho é formado por representantes de vários segmentos, além da presidência, pela sua executiva, pelos representantes dos comitês das comunidades, da Colônia dos Pescadores Z-17, do Sindicato dos Pescadores, da Associação do Movimento dos Pescadores do Pará (MOPEPA), do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bragança, da Igreja Católica (Diocese de Bragança), da Igreja Evangélica (Assembleia de Deus de Bragança/PA), do Sindicato dos Pescadores Artesanais de Bragança, da Marinha do Brasil/Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Tribunal De Justiça do Estado do Pará (Comarca de Bragança – TJPA), da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Amazônia (SECTAM), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará – EMATER-PA, da Prefeitura Municipal de Bragança – PMB, da Câmara Municipal de Vereadores de Bragança, da Associação dos Criadores e Criadoras de Abelhas de Bragança/PA (AMELIAPIS), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-SR01) e do Movimento das Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012). Teoricamente, há lugar para representação de todos os setores estratégicos da sociedade, mesmo que estes nem sempre se fizessem presentes nas reuniões do conselho, ausência reclamada por diversas vezes pelos interlocutores desta pesquisa.

Os comitês foram constituídos com representantes das comunidades abrangidas por cada polo; no caso do polo Ajuruteua, com representação da Vila dos Pescadores, do Bonifácio e do Campo do Meio. Esse representante é escolhido por eleição ou indicação na sua localidade. As reuniões dos Comitês, do Conselho Deliberativo e do GT do Plano de Manejo ocorrem de maneira ordinária e extraordinária, de acordo com as demandas e justificativas previstas no regimento (CONTENTE, 2013).

Há na associação uma secretaria das Mulheres, incumbida de reivindicar

---

<sup>192</sup> No Art. 2º da Resolução 13/90 do CONAMA está previsto que “Nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente”, o que nesse caso fica a cargo do Conselho Deliberativo da Associação dos Usuários junto com o ICMBIO.

demandas das moradoras e usuárias da reserva junto a outras lideranças de classe, com o poder público local, estadual e federal, com instituições de pesquisa ou com o ICMBIO. Esse grupo se articula com a Secretaria das Mulheres do CNS que tem como meta assegurar os direitos das mulheres como Direitos Humanos; o empoderamento da mulher como condição para o fortalecimento das comunidades e a consolidação institucional para concretização de suas ações (CONTENTE, 2013).

Ficou a cargo da ASSUREMACATA o cadastramento dos “usuários”, tendo em vista que a reserva é parte do programa de reforma agrária e, nesse sentido, os cadastrados ficaram aptos a receber benefícios como ação do poder público, tais como créditos de fomento e habitação, oriundos de projetos de assentamentos extrativistas (CONTENTE, 2013). Esse é um ponto de conflito na associação e está imbricado às questões relacionadas às diferentes interpretações sobre o real papel da Reserva Extrativista, assim como ao jogo de interesses e as pressões externas do poder político local, mas sobretudo atrito à desconsideração de práticas culturais locais na formulação das políticas públicas. Situação semelhante ao que ocorre na Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, município de Curuçá, nordeste do Pará, quando o modo de execução das políticas de apoio a população extrativa indicaram um distanciamento e desconhecimento da complexa realidade socioeconômica e cultural na qual os beneficiários estão inseridos, problemas também resultado das disputas entre lideranças da associação dos usuários e funcionários de primeiro e segundo escalão da administração pública municipal (BATISTA, 2010).

A criação da associação gerou, entre os usuários, a perspectiva de gerenciamento da Unidade sem a intromissão do Estado, assim ficaria a cargo desta as políticas públicas a serem implantadas e o controle sobre o uso e manejo do território. Nesse contexto, a distribuição de benefícios foi a primeira grande ação efetivada na reserva e esteve sob o poder da ASSUREMACATA, o que reforçou, na época, a tese de centralidade das “populações tradicionais” no gerenciamento do território, mas por outro lado, provocou a confusão quanto aos objetivos da RESEX e da associação na perspectiva dos moradores e usuários tendo em vista que a unidade passou a ser vista apenas como distribuidora de políticas assistencialistas. Com a chegada do ICMBIO, órgão gestor e fiscalizador, cumprindo seu papel institucional e interferindo nos critérios locais de distribuição dos serviços, provocou o descontentamento nas lideranças ligadas à associação, passou a ser visto como intruso, se sobrepondo ao papel da ASSUREMACATA e não enquanto um modelo de

compartilhamento de decisões gerenciais (OLIVEIRA, 2018).

Na maioria das pesquisas consultadas aqui, que trataram da percepção da RESEX pelos moradores (BALLARINE, 2012; CONTENTE, 2013; OLIVEIRA, 2018; NASCIMENTO, 2021), tanto quanto nas interlocuções orais, a Unidade de Conservação sempre esteve relacionada diretamente aos benefícios materiais que ela poderia lhes proporcionar. Aparentemente foi o argumento mais enfatizado pelos mobilizadores para o convencimento da adesão das populações residentes. Uma concepção “desvirtuada” no ponto de vista dos órgãos ambientais se tomarmos como baliza o conceito de Reserva Extrativista formulado pelo SNUC, no Artigo 18 da Lei 9.985 de 2000, segundo o qual a unidade tinha por principal objetivo “proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”. Um conceito baseado, em grande medida, na visão idealizada dessas populações, uma noção pautada no modo comunal, “tradicional”, desconsiderando que estes já estabelecem relações econômicas com grupos integrados à lógica capitalista, assim como, o conceito, parte de uma visão romantizada de uma vida em “harmonia” com a natureza, típica das ideias relacionadas ao conceito de populações tradicionais.

A mesma relação foi notada também em Curuçá por Batista (2010), que mesmo destacando a positiva intenção de melhorar a qualidade de vida dos usuários da RESEX, melhorando as condições de habitação, esse processo acabou marcado por situações irregulares e discutíveis, e ainda “o projeto acabou mudando o foco das atribuições da RESEX voltadas à sustentabilidade dos recursos naturais, pois muitas pessoas passaram a associar esta UC à viabilização das “casas do INCRA”” (BATISTA, 2010, p.150)

Para Enyo Barreto Filho (2006, p. 109-110), “população tradicional” tornou-se uma “categoria-ônibus” e “tem sido empregada com liberdade para referir-se a grupos sociais distintos entre si [...] expressa um conjunto de valores culturais coletivos relativos ao meio ambiente – percepções, valores e estruturas de significação que orientam e estão na origem de certas políticas ambientais”, mas que nem sempre correspondem à realidade. Epaminondas, quando perguntado sobre a importância da RESEX assinalou de imediato a conquista de sua casa própria e de eletrodomésticos, assim como a de outros moradores, atribuindo o crédito da conquista àquela nova política: “pra nós aqui ela foi um... que ajudou muito a gente aqui né, principalmente eu que a minha casa veio... muitas pessoas também

conseguiram através da RESEX.... tinha pessoas que não tinha condições de ter uma geladeira, né? Aí já...”<sup>193</sup> Visão semelhante nos apresentou um conselheiro da RESEX, quando falou do interesse despertado nos pescadores ao aderir a mobilização, motivos que eram reforçados pelos agentes institucionais:

Isso ele disse que ia trazer benefício, aí o pessoal... quem que não quer uma coisa dado, né? Aí ele fez o cadastro do pessoal aí tudinho, aí o pessoal aceitaram. Ele foi pra lá e com dois mês ou mais ele voltou e aí já trouxe a relação do que o pessoal precisava. Era rede, canoa, motor, geladeira, casa... tudo isso. A casa... tudo isso ele dava pra gente, né? Saía o fomento... tudo saía pra gente... geladeira, fogão, tudo a gente tinha.<sup>194</sup>

Expressões como “ajudou” e “dava” revela o caráter pessoal dado às políticas de assistência direcionada aos usuários. Uma liderança, ao tratar da adesão dos moradores à instituição da reserva, revelou o descrédito entre os moradores e que “só aconteceu interesse em massa após a vinda dos benefícios do INCRA. Isso foi óbvio em todas as comunidades! Só acreditaram quando viram de fato.”<sup>195</sup> As falas dos interlocutores revelam também a falta de informações e de articulação entre os atores envolvidos, tanto gestores das instituições promotoras quanto de membros da associação, especialmente acerca dos objetivos e procedimentos formais. À primeira vista, não que a ideia de proteção ambiental e dos recursos naturais não lhes fosse caro, na verdade, suas práticas extrativas que já representavam baixo impacto ambiental não colocavam essa preocupação em primeiro plano, sobretudo porque eles já tinham suas próprias regras de limites e restrições ao uso dos recursos.

Além disso, a aparente “infinitude”<sup>196</sup> dos componentes naturais não colocavam a conservação do ambiente natural como problema mais imediato. Para alcançar um status de qualidade de vida, haviam necessidades mais urgentes, especialmente relacionados à moradia e a bens materiais que significavam mais conforto, tais como fogão, geladeira, freezer, motor de rabeta, etc. Quando perguntada sobre a importância da RESEX, uma liderança destacou que a reserva “trouxe vários benefícios como por exemplo a casa, geladeira, fogão canoa, anzol,

---

<sup>193</sup> Interlocução realizada em 19 de fevereiro de 2021.

<sup>194</sup> Interlocução realizada em 22 de setembro de 2021.

<sup>195</sup> Interlocução realizada em 22 de fevereiro de 2021.

<sup>196</sup> É comum identificar essa ideia de infinitude entre os moradores da região. Oliveira (2015), ao analisar a percepção de mariscadores na localidade de Bacuriteua, situada em área dentro da RESEX, observou que estes sujeitos entendiam que Deus havia dado essa natureza aos pobres para que de lá tirassem seu sustento, o que eu lhes garantia a infinitude do “recurso”.

motor rabeta e outros.”<sup>197</sup>

Seu Lázaro, conselheiro da RESEX, que representa o Polo Ajuruteua, quando questionado do interesse dos moradores para participar das reuniões, aludiu: “Comparece... vão, vão sim! Principalmente quando é alguma coisa de interesse, né!” Esse “interesse” insinuado pelo interlocutor, aparece em outro momento de sua fala ao tratar da participação da população nos projetos do ICMBIO “tem sim, porque de vez em quando ele espoca um projeto aí e a gente corre dentro, porque através da RESEX tem muita casa aqui... essa aqui foi... veio pelo governo federal, pelo INCRA e foi através da RESEX.” Um pescador aposentado, quando perguntado da importância da RESEX, confundiu a reserva com o INCRA e só depois de uma breve reflexão lembrou que se tratava de proteção ambiental:

Tem essa resequê que o Almir trabalha né, nessa ressequê é o meio ambiente né... aí ressequê que eu sei é... chama ressequê, né o INCRA? É o INCRA? Não, a ressequê é um e o INCRA é outro, né? Pois é, mas tá acontecendo isso, a ressequê é sobre o nosso trabalho, né? A Resequê, pois é... é o meio ambiente né, tem o meio ambiente a ressequê, tem o meio ambiente, pois é... aí quer dizer que melhorou...<sup>198</sup>

Essa confusão foi percebida também por autores como Ariadne Contente (2013) que constatou em sua pesquisa, com um membro do comitê, que em sua percepção do contexto humano da reserva predominava a concessão de créditos via INCRA, mesmo que para ele, em seu discurso, a questão ambiental deveria ocupar um lugar de destaque entre as demandas da instituição:

Já para um dos membros da ASSUREMACATA, a percepção que tinha do contexto humano da Unidade de Conservação era que seus moradores, usuários e lideranças tinham o foco nos créditos do INCRA. Considerou relevante essa preocupação, porém para ele a questão ambiental deveria ocupar um lugar de destaque, pois está sendo relegada a segundo plano (CONTENTE, 2013, p.698).

O surgimento de políticas públicas, especialmente de créditos, substanciou as pressões políticas sobre os comitês, diminuiu o foco nos debates ambientais e criou impasses políticos no interior da ASSUREMACATA. Políticas como o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a concessão de crédito por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ou o Programa Nacional de Habitação Rural promoveu uma corrida aos cargos de maior relevância na Associação, da mesma maneira, que aumentou o assédio de políticos locais

---

<sup>197</sup> Interlocução realizada em 4 de fevereiro de 2021.

<sup>198</sup> Interlocução realizada em 6 de janeiro de 2020.

sobre os postos de tomada de decisão na instituição para que pudessem ter acesso e controle sobre a distribuição de benefícios. Sobre esses benefícios, Oliveira (2018) os considera como “ponto de conflito entre grupos internos da Associação e com algumas instituições públicas, como o ICMBIO e um dos desafios para o funcionamento esperado da Associação e da Reserva” (OLIVEIRA, 2018, p.113).

A crítica de um conselheiro evidencia esse conflito: “E a RESEX de Bragança é uma das mais preparadas né, apesar de tá... os que os tubarão que tiveram lá que faliram ela, mas aí a RESEX não tem nada... não tem nada com... não tem nada... não tem culpa nisso. A culpa foi dos presidente que... agora ela tá se levantando aos pouco.”<sup>199</sup> A expressão “tubarão” representaria, nesse contexto, o interesse dos administradores para se apropriarem dos benefícios e recursos dos programas direcionado à Unidade, tal como esse animal ao abocanhar suas presas.

Muitos dos conflitos observados, advêm da falta de uma relação pública entre usuários e associação gestora da RESEX pautada em direitos e deveres ao invés da reprodução de um patrimonialismo naturalizado na região. Como já demonstrado nesse trabalho em seção anterior, as populações extrativistas de Bragança moldam suas relações sociais, políticas e comerciais com base no clientelismo, parentesco e compadrio, condição essa que é levada também para as ações políticas da associação, limitando o acesso de beneficiários ao círculo interpessoal de amizade e parentesco das lideranças da instituição ou dos “clientes” políticos. Com isso, no entanto, mesmo que aparentemente o clientelismo político apareça como um instrumento de “dominação” entre aqueles que detêm o poder e os seus clientes, é indispensável destacar que as relações são também moldadas pelos interesses desses “dominados”, quando por meio desse tipo de “acordo” realizam seus desejos e projetos próprios.

Epaminondas reclama da má administração dos recursos da RESEX, insinuando uma possível irregularidade por favorecimento de um pequeno grupo: “só que aí os administradores não souberam levar... aí pronto! Só queriam pro bolso deles... [...] Só que acabou tudo, né? Mas a sede ainda tá lá! Não souberam administrar.”<sup>200</sup>

O critério de compadrio e do parentesco desvirtua o caráter público e justiça na aplicação dos recursos. Essa questão também pode ser relacionada historicamente na relação entre essas comunidades e o

---

<sup>199</sup> Interlocução realizada em 16 de fevereiro de 2018.

<sup>200</sup> Interlocução realizada em 19 de fevereiro de 2021.



Estado. A centralidade do Estado na implementação das políticas públicas em Bragança e a exclusão de grande parte dessas populações desses direitos é primordial para compreender as perspectivas e discursos construídos em torno dos benefícios, não como direitos, mas sim como “ajuda” (OLIVEIRA, 2018).

Porém, as disparidades e disputas não se resumem a esse tema, ocorrem também por causa de imposição de regras e proibições pensadas fora do contexto local, assim como, o caráter policialesco da fiscalização e controle do manejo dos produtos extrativos. Há um grande desencontro de informações, ou mesmo, a falta delas quando se trata da formulação de regras – especialmente nesse contexto anterior ao Plano de Manejo construído coletivamente e publicado em 2012. Nas interlocuções realizadas em campo, foi muito corrente a exposição de dificuldades de convencimento dos pescadores ou mesmo de populares em geral para obedecerem às novas regras colocadas pelo ICMBIO. A falta de “conscientização” é o ponto mais repetido entre os interlocutores, tal como a ausência de ações nesse sentido do órgão fiscalizador, como foi relatado pelo morador do Bonifácio, Joãozinho.:

Pelo menos tentou trazer melhoria, o ser humano é uma coisa muito difícil de se trabalhar... é... de entender... é... a concepção de muitas coisas, mas eles tentaram colocar... impor uma... uma regra, vamos supor, na comunidade embora o povo ainda não tenha, ainda não tava muito habituado a isso, à regras, porque eu sempre falo isso que você ensina, você dá conhecimento, quando a pessoa é pequena, tá aprendendo ainda, é muito fácil você colocar ou diferenciar um pensamento, fazer uma ideologia... mudar uma ideologia, mas quando você chega num pescador e diz que ele deve pescar daquela maneira, ele vai dizer “não, eu aprendi a pescar assim” e aí fica muito difícil de se... você mudar aquela... aquilo que ele já tem já né, paradigmático.<sup>201</sup>

A imposição de novas regras às práticas costumeiras no modo de fazer do pescador não podem ser mudadas apenas por uma norma exógena. A RESEX, de certo modo, representou uma intervenção nas atividades tradicionais da população local que sempre praticou seu ofício sem restrições. Para além da “consciência” e racionalidade, essas práticas são *habitus* costumeiramente repetidos, como pensadas por Bourdieu (2011, p. 62), sem ter a “necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço”. No entanto, sem que se anule sua agência, percebida em muitas das atividades de captura, no sentido para além do pragmático, aquele com significado mítico ou jurídico, quando o costume ganha

---

<sup>201</sup> Interlocução realizada em 20 de agosto de 2018.

“força de lei”. Impõe sanções e restrições ao uso, “um ambiente vivido que inclui práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunham limites aos usos como revelavam possibilidades, normas e sanções tanto da lei como das pressões da vizinhança” (THOMPSON, 1998, p.90).

De acordo com Thompson (1998), o costume também pode ser um lugar de conflito de classe, comumente observada na interface da prática agrária com o poder político. Nesse caso, a imposição de mudanças, sem o acordo, sem um processo de conhecimento dos interesses plurais, do que realmente liga a pessoa ao território, o sentido do “nós” ou o cálculo racional do “o que vamos ganhar com isso?”, sem reconhecer laços e obrigações, como a dádiva e a reciprocidade, estará fadado ao fracasso. Outra liderança, apesar de seu envolvimento na comunidade e sua atuação pela Colônia dos Pescadores, e talvez por isso, faz uma crítica importante à atuação da RESEX:

olha eu te falei... a gente tem uma grande dificuldade né! Eu acredito que anteriormente quando a gente conversava, que o povo se conscientizava disso era até muito mais fácil que hoje. Eu vou contar um exemplo pra você! Porque hoje a gente não vê esses homens, por exemplo o IBAMA, o ICMBIO, eu na verdade eu não vejo esse órgão como órgão preservador, orientador, o órgão que vem pra comunidade pra tentar também ajudar você, ajudar o pescador, orientar ele que não pode fazer isso e aquilo... que o ambiente dele, esse ambiente que ele deve preservar! A gente ver hoje no máximo como caso de polícia...<sup>202</sup>

Mesmo considerando que o relato tem uma visão comprometida levando em conta o envolvimento político do interlocutor, que no momento da pesquisa se posicionou contrário a atual presidência da associação fazendo-lhe críticas, questionando inclusive a legitimidade das eleições da atual gestão, suas observações apresentam um aspecto importante, também apontado por outros sujeitos em outros momentos durante a pesquisa de campo: a falta de conexão entre a gestão e os usuários. Importante destacar que mesmo diante de uma tentativa de gestão compartilhada do território, a participação dos sujeitos não se dá em igualdade de condições e o conselho deliberativo é entendido como um campo de relação de forças, onde há desigualdade de capitais entre os seus membros (MANESCHY *et al*, 2017).

Acerca da falta de conexão entre o ICMBIO e os usuários e da relação de poder entre esses entes, Saldanha relatou dois episódios exemplares. O primeiro

---

<sup>202</sup> Interlocução realizada em 12 de setembro de 2018.

trata da poluição do mar e da praia com lixo, geralmente atribuída pelos ambientalistas aos moradores, mas demonstrada, em reunião, pelo pescador que o lixo tinha uma outra origem:

[...] isso aí eu falei pro Fernando, tu lembra do Fernando em Bragança, que era do ICMBio, gestor federal, Fernando? [...] olha, o Fernando ele chegou aqui muito... muito aloprado, né? Melhor dizendo, muito aloprado, né? queria fazer uma coisa... [...] Porque o Fernando ele queria fazer uma coisa que ele não sabia né, ele chegou aqui quando viu essa lixarada aí ele reuniu o pessoal e ele foi falar... foi falar aí e... sobre a pesca dos curral, ele foi falar sobre esse lixo... eu digo: "olha Fernando, tem muita gente aqui que não queima seu lixo, não tô mentindo, eu sou daqui... eu queimo meu lixo, mas tem muito pescador que não queima o lixo". [...] "Olha canalha, cês tão com medo de falar, eu vou falar, mas vocês vão me dar o apoio, eu vou falar dentro das norma, não vou maltratar ele, não vou chamar de ladrão, eu vou falar dentro das norma, só quero que vocês apoie". Aí rapaz ele falou, falou... Aí tem um cara daqui que anda com ele na voadeira, até um primo meu, aí ele puxou a história do lixo, né... eu disse: "olha Fernando, esse lixo tu tá falando aí não é só daqui!" "Não, porque não queima o lixo, só é lixo aí né?" Eu digo: "olha Fernando, aqui tem muita gente que queima o lixo, mas tem muito que joga fora", os pescador me apoiaro. "Eu queimo meu lixo e muitos pescador queima, tenho prova da onde eu queimo meu lixo, se for preciso eu te levo lá donde eu queimo o meu lixo, boto no carro do lixo, ele leva a parte de vidro, a parte de vidro eu não queimo, eu boto no lixo, eu queimo o resíduo que dá de queimar." Aí falou, falou, falou... maltratou o pescador... eu disse: "olha Fernando, eu vou... eu vou falar um poquinho". "Tá bom, tu já vai falar", aí me deu oportunidade, aí eu bati nesse primo meu que andava com ele na voadeira fazendo apreensão, prendendo, dando ordi aí. Aí eu disse pra ele: "Antônio", o nome dele é Antônio, "quantos barco de pesca tem em Bragança desse que passa vinte dia, trinta dias no mar? Não vou nem dizer esse que passa de quinze dia pra trás... pra baixo, quinze, dez... Eu só vou te perguntar de vinte dia pra frente", ele disse "Olha rapaz, por baixo tem uns quarenta barco de pesca desse que tu tá dizendo que passa vinte dia, trinta dia no mar", eu digo: "me amostra um com uma lixeira, que tenha uma lixeira, que ele levou uma lixeira pra fora e trouxe o resíduo... me amostra um!" Ele disse: "rapaz, nenhum tem!" "O que eu vou falar pra ele é que nenhum tem", o Fernando lá escutando... eu digo: "olha Fernando, tu tá vendo aí? Aí eu vou te dizer o que um barco desse leva pra fora" aí eu falei que nem eu falei pra ti. Ele disse: "isso ele deixou tudo no mar?" Eu digo: eu tô falando errado, Maracuanir... Antônio ou eu tô falando certo?" O apelido desse Antônio é Maracuanir né. Eu disse: "eu tô falando certo, Antônio ou eu tô falando errado?" Ele disse: "Não tu tá certo, tu tá falando a verdade que todo pescador aqui tá vendo que isso que tu tá falando é verdade!" Aí o pescador: "tá certo o que ele tá falando, nenhum tem uma lixeira e a maioria desse lixo a maré traz." Eu digo: "Fernando, o que tu joga em cima do mar, ela leva pra beira... muitos cadáver não chega na beira porque se destrói no mar, os ossos senta, mas plástico ele não senta, ele vem tudo pra beirada, o plástico não tem como sentar... o plástico, isso aqui não tem como sentar no mar isso aqui, não tem como ele sentar, ele fica meia água pra cima, ele

vem pra beira né” então eu expliquei isso pra ele, rapaz... quando eu falei isso, chega ele fez assim oh... ele mudou... tu já pensou? Aí essa foi uma que eu dei nele né. Aí rapaz, aí ele foi se amansando comigo...

203

Saldanha se defende e defende os moradores ao mesmo tempo faz uma denúncia de crime ambiental praticado por embarcações maiores, o que, segundo ele, não era do conhecimento do gestor ambiental, demonstrando a importância da parceria entre ICMBIO e os pescadores na fiscalização na proteção do meio ambiente contra a poluição. Segundo Saldanha, grande quantidade de lixo é despejada no mar por embarcações que passam longos períodos em alto mar, uma vez que ao embarcar toneladas de alimentos embalados em sacos plásticos, latas e caixas de papelão, ao retornarem não trazem nenhum lixo para ser descartado em terra firme, resultando então no descarte desse material em alto mar. Vários são os temas elencados nesse longo e rico diálogo entre o pescador e o gestor do órgão ambiental, mas em especial, destaca-se a proeminência do saber do pescador sobre as coisas do mar, indispensável a uma gerência do maretório com o fim de preservação. Dessa forma, ficou notório em seu “questionamento” (em oposição à passividade), a capacidade de mobilização dos pescadores em defesa dos seus interesses, mesmo em uma condição de desigualdade em relação ao gestor no contexto de uma reunião institucional, o que concorda com a sentença de que “no seio das relações de poder e de desigualdade, as emoções humanas e, por conseguinte, as questões de agência, são sempre complexas e contraditórias” (AHEARN Apud ORTNER, 2007, p.56).

As pessoas em posição de poder “têm legitimamente ou não – o que poderia ser considerado “muita agência”, mas também os dominados têm certa capacidade, às vezes muito significativa, de exercer algum tipo de influência sobre a maneira como os acontecimentos se desenrolam. Portanto, resistência também é uma forma de “agência de poder”, e já temos um repertório teórico bem desenvolvido para examiná-la (ORTNER, 2007, p.64).

Em outro episódio, Saldanha contesta o *modus operandi* do ICMBIO ao tomar materiais de pesca considerados predatórios de pescadores artesanais e “ensina” como deveria agir o representante do órgão fiscalizador:

Aí tinha umas fuzaca na Cuba ali, um lugarzinho que eles chamam Cuba... [...] Um fuzaca, os caboco pescavam de fuzaca lá. Aí eu olho de manhã cedinho a voadeira vem chegando ali, é o Antônio, vem chegando e eu olho oito policial e uma polícia, nove... aí eu olhei

---

<sup>203</sup> Interlocução realizada em agosto de 2018.

ali, aí ele levantou a cara lá, olhou aqui me enxergou e veio né: “e aí seu Saldanha, como é que tá?” “Tá tudo bem Fernando, pra onde tu tá indo rapa com esse monte de polícia?” “Rapaz eu tô indo fazer uma apreensão de fuzaca lá na Cuba.” Eu disse: “mas Fernando com esse monte de polícia, rapaz... só é pai de família lá, não faça isso!...” bastava tu levar dois policial desse, só é pai de família lá... não faz isso, não traz a rede deles que eles só tem uma, eu conheço ali pai de família que tem oito filho, tu vai trazer a fuzaca desse cara eu sei que é crime, ele tá fazendo crime lá, mas tu vai trazer a rede desse cara... de que ele vai sobreviver?” “É seu Moisés, eu tô aqui pra isso, pra...””, eu digo: “não rapaz, olha, eu vou te dar uma ideia: a merma rede dele dá pra fazer curral que nem nós, diz pra eles transferirem pra curral... eles tiram a fuzaca e arma a rede pra curral que a fuzaca ela é uma puçá, no que a maré corre ela se fecha e malha e o curral ela fica todo tempo com a malha aberta no curral né, a gente estica a rede que ela fica todo tempo aberta a rede do curral, é diferente da fuzaca, é por isso que não estraga porque ali ela se fecha com a correnteza, se fecha a malha aí morre tudo quanto é peixinho e o curral não, ele tá com a malha aberta o peixinho... só fica o maior né... aí ele ficou assim: “Porra, seu Saldanha, que ideia sua né?” Eu digo: “é meu irmão, tu vai trazer a rede daqueles cara, rapa, de que eles vão sobreviver, rapa? [...] Eu disse: “é... marca um prazo pra eles, se eles não fizer os curral, aí tu traz... mas dá essa chance pra eles fazer o curral, não traz as rede dos cara, eles vão passar mal[...]” Rapaz, não é que ele foi lá e... “tu deu o prazo pro cara?” [...] “Poxa seu Saldanha, só despesa né?” Eu digo “olha Fernando, tu deveria consultar com pescador pra essas coisa rapaz, tu já pensou quanto tu tá gastando com esse monte de polícia? Despesão rapaz, tu vai passar o dia inteiro com esses cara aí... tá gastando... quando tu não gasta teu dinheiro, mas tu tá gastando o dinheiro da nação que vem né, quando não seja o teu, que não é o teu mesmo é o dinheiro que vem de lá, mas esse dinheiro já tu podia deixar pra outra coisa, pra outra fiscalização. Aí rapaz ele, aí passado o quê... uns dois mês eu falei com ele: “aí rapaz tu fostes lá vê os... – Poxa seu Saldanha, as rede eles fizeram tudo em fia né?” Eu digo “é rapaz, é assim que a gente trabalha, quando não tem conhecimento duma coisa, a gente se informa... porque olha Fernando, eu sei que tu é formado, tu é formado na... na... na... na... no livro, mas a gente que nasce aqui e veve aqui, a gente que sabe, a gente que conhece... não tô desmerecendo o teu trabalho, a tua formatura... mas isso vocês deveriam ter um... uma conversa com o pescador, reunir... conversar né...”

Essa visão de pescadores como predadores, responsáveis pela escassez por conta do uso de equipamentos considerados predatórios ou pelo aumento na quantidade de pescado capturado, ignora o baixo impacto dos métodos tradicionais de captura em comparação com os métodos de arrasto utilizados pelas embarcações industriais, assim como invisibiliza estratégias de preservação criadas culturalmente pelos próprios pescadores. Essa visão desconsidera, ainda, que “o pescador artesanal passa a depredar quando é compelido a tanto (...)”, que, “essa sobrepesca é aliás, um sinal da desestruturação das próprias comunidades dos

pescadores” (DIEGUES, 1995, p. 100), ou seja, a necessidade de aumento da produção e a utilização dos equipamentos considerados predatórios, estão relacionados diretamente ao empobrecimento material do pescador diante da concorrência com a pesca em larga escala.

O desfecho do episódio com o prevalectimento da ideia do pescador e o convencimento do gestor “Fernando” é uma prova da capacidade de imposição e da agência do pescador de Ajuruteua, que, mesmo não dispondo de força policial ou formação acadêmica, ao entender a ação do ICMBIO como inoperante e injusta, usa de sua argumentação e experiência para fazer prevalecer seu ponto de vista, propondo alternativas às regras e medidas do órgão: “a gente que nasce aqui e veve aqui, a gente que sabe, a gente que conhece... não tô desmerecendo o teu trabalho, a tua formatura... mas isso vocês deveriam ter um... uma conversa com o pescador, reunir... conversar né...”; um posicionamento que diverge da ideia que reverbera em preconceitos e estereótipos do sujeito amazônico, de um indivíduo ignorante, passivo e selvagem, sem capacidade de articulação política e avesso à organização e mobilização social.

O questionamento ocorre em um contexto de utilização de equipamentos tradicionais, onde há um sentido de tradição, experiência e um imaginário de infinitude, mas para atender uma demanda diferente, muito maior que no passado, atendendo às pressões do mercado, e, por isso, considerada pelos técnicos do ICMBIO predatória e inadequada à política de preservação implantada pela RESEX desde 2005. Para Oliveira (2018, p.133-134):

O uso de instrumentos proibidos se vincula a partir de fricções entre o tradicional e o moderno, onde há pressões por maior produtividade por parte do mercado, dos consumidores, dos patrões e atravessadores, se desdobrando no uso desses instrumentos, em perspectiva diferente do que esses extrativistas possuíam, mais voltada ao autoconsumo e sem o aumento da produção voltada ao mercado; há instrumentos que são usados historicamente na região, onde há um sentido de tradição, experiência e um imaginário de infinitude dos recursos.

A atuação dos agentes dos órgãos reguladores está pautada nos pressupostos de sua formação técnica baseada na premissa das ciências biológicas e naturais, buscando o regramento do uso por meio de uma forma mais adaptativa que, no entanto, costuma negligenciar postulados das ciências humanas (OLIVEIRA, 2018). Ou seja, percebe-se nessas formulações uma perspectiva dicotômica que

ainda separa homem e natureza, originária da concepção moderna, que criam matrizes de pensamento que percebe uma oposição binária entre sociedade e natureza (MOURÃO, 2011). Nessa perspectiva, há uma compreensão de supremacia da razão e da racionalidade científica sobre a “fé”, a “superstição” e sobre os “mitos”, sistemas entendidos, pelas sociedades urbanizadas, como únicos instrumentos que dirigem as ações dos povos ditos “tradicionais”.

A compreensão e o discernimento que dirige as relações dos pescadores com o meio natural está sempre assentado em saberes ecológicos experimentados, fruto da curiosidade e do desejo de saber. Atividades de baixo impacto ambiental e que em sua perspectiva não ameaçam a existência dos componentes da natureza. De acordo com Lévi-Strauss (2018, p.17) “essa ânsia de conhecimento objetivo constitui um dos aspectos mais negligenciados do pensamento daqueles que chamamos “primitivos”, formulações compreendidas “racionalmente” como resultado apenas das necessidades econômicas e práticas, como se espécies animais e vegetais fossem conhecidas apenas por serem úteis, e não o contrário. Importante notar, que no seio desse pensamento está implícita uma ideia de “atraso” e isolamento, como se esses sujeitos não estivessem integrados à sociedade “moderna”.

Ao contrário, o diálogo demonstra sua capacidade adaptativa e conhecimento antenado às transformações de seu tempo, lançando mão da legislação e do conhecimento ecológico local. A cogestão, nesse contexto, deveria então significar uma complementação entre duas formas de saber, mas, no entanto, como reclamado no relato, tem produzido distinções em alguns momentos, ou mesmo desigualdades no estabelecimento de leis. Para Oliveira (2018), mesmo o Plano de Manejo, construído em colaboração com os extrativistas, carece de mais socialização por conta de sua linguagem e perspectiva técnica distanciada da perspectiva adotada localmente pelos extrativistas, criando incompreensão dos dois lados.

Há também implícito na narrativa, o conflito existente entre os pescadores artesanais com a pesca de caráter industrial, uma das faces da “modernidade” em Ajuruteua. Pescadores têm atribuído ao aumento do número de pescadores e aos barcos industriais a “falência” da pesca artesanal como resultado da utilização de tecnologias e métodos exploratórios em larga escala afetando a disponibilidade dos recursos pesqueiros e causando conflitos:

O uso de práticas consideradas insustentáveis para o manejo dos

recursos naturais, levantados nessa pesquisa, são influenciados por fatores endógenos e exógenos, tais como a pressão do mercado na transformação de espécies valorizadas economicamente, a pesca industrializada e seus métodos de exploração dos recursos, a pressão de grupos sociais exteriores às Unidades e que possuem outros paradigmas de uso dos recursos naturais (OLIVEIRA, 2018, p.137).

Muitos são os fatores do empobrecimento das populações litorâneas e da degradação ambiental dos ecossistemas que afeta diretamente esses sujeitos, entre eles a expansão da pesca industrial e que os pescadores artesanais costumam denunciar. De modo geral, o crescimento da pesca industrial por meio dos incentivos fiscais e a consequente criação de inúmeras empresas de pesca tem provocado a destruição de redes e equipamentos dos pequenos pescadores artesanais e a rápida sobrepesca de espécies de peixes também capturados pelos pescadores artesanais. De acordo com Diegues (1995), parralhas e arrastões não só causaram o empobrecimento biológico, mas também das comunidades humanas que vivem de sua captura.

Por outro lado, como foi exemplificado no relato acima, a fiscalização rigorosa só tem recaído sobre o pescador artesanal, uma vez que, como afirmou Diegues (1995), barcos de arrasto e a pesca industrial são pouco autuados, ficando a imagem de vilão e causador da destruição unicamente para o pescador artesanal. Para esse autor, a intensa e rápida degradação litorânea foi uma das causas da mobilização dos pescadores a partir da década de 1970 que resultou em manifestações de uma categoria social até então dominada pela estrutura corporativista das Colônias de Pescadores, Federações e Confederações criadas pela Marinha na década de 1920, instituições dominadas por oligarquias e lideranças locais alheias aos interesses dos pescadores. Foi nesse processo que então os pescadores se organizaram, participaram da elaboração da carta constitucional de 1988 possibilitando a criação de sindicatos livres, independentes da tutela do Estado, e constituíram o Movimento Nacional de Pescadores (MONAPE), o qual defende que o modo de vida das comunidades de pescadores pode ser uma garantia da preservação dos ambientes naturais (DIEGUES, 1995).

Esses conflitos são resultado da tentativa desses grupos sociais de defender seu modo de vida, sua memória, suas atividades econômicas e sua organização social a partir da conservação do território institucionalizado socialmente contra as



tentativas de sua apropriação por outros grupos econômicos com modelos de exploração dos recursos naturais (OLIVEIRA, 2018).

De modo geral, considerando as interlocuções obtidas e os estudos consultados nessa pesquisa, citados ao longo deste capítulo, a RESEX têm se mostrado importante tanto para a preservação do ecossistema quanto das culturas das populações residentes em sua fronteira, todavia, é notório o questionamento de muitos aspectos do seu funcionamento que precisam de reformulações. O próprio modelo de reserva marinha, por si só, já suscita especificações adequadas às populações haliêuticas. Todavia, para além desse detalhe, a negligência de práticas culturais nas relações sociais específicas daquele lugar, como é o caso das relações de compadrio e clientelismo da política local com os associados, têm gerado incongruências na efetividade das políticas públicas e na maior proatividade da capacidade de proteção ambiental da unidade, uma vez que o interesse nos benefícios tem tirado o foco das discussões ambientais, colocando a sustentabilidade como assunto de segundo plano na associação. Assim como, também, faz-se necessário criar mecanismos de gestão mais democráticos, com a socialização dos conhecimentos técnicos e uma maior escuta dos saberes locais dos pescadores e sua defesa como garantia da preservação do ambiente natural.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em dezembro de 1997, o jornal “O Liberal” publicou uma nota sobre os pescadores de Ajuruteua com o título “caboclo não se curva à educação” (CABOCLO..., 1997, p.29), apontando que uma das maneiras mais eficazes para evitar o fim do manguezal bragantino seria a “educação” do “nativo”, que, no entanto, segundo o jornal, “continua firme em não ouvir as orientações”. Para o autor da

matéria, com a educação desses sujeitos, a captura de caranguejos “ficaria restrita aos caranguejos adultos, nunca os mais jovens e jamais as fêmeas” e ao longo do texto, é clara a ideia de subestimação da capacidade intelectual do “caboclo”, sujeitos presos ao passado, avesso a inovações, visto como único responsável pela ameaça ao manguezal. Um pensamento que ainda repercute em matérias de jornais, nos discursos políticos e até em textos da literatura acadêmica. Discursos e posturas discriminatórias e estereotipadas recorrentes desde o século XIX (ARENZ, 2015).

Este trabalho se propôs a ajudar a desconstruir esse tipo de discurso discriminatório, descrevendo, narrando e analisando a trajetória de homens e mulheres de uma porção do litoral amazônico. Assim, essa tese concluiu que os pescadores de Ajuruteua, diante das mudanças impostas pela rodovia e também pela natureza entre fins do século XX e início do século XXI, tiraram proveito das circunstâncias do seu tempo, estabeleceram complexas relações com a sociedade circundante, utilizaram e atualizaram seus saberes, tradições e crenças diante da “modernidade” a seu favor, se organizam e articulam politicamente para defender seu território e fazer valer seus interesses e necessidades frente às ameaças à sua existência e à sua cultura.

Mesmo invisibilizados ou subestimados, foram capazes de se adaptar a mudanças geográficas características de uma faixa litorânea instável, reproduzindo e atualizando saberes sobre o mar e os animais, aprimorando táticas de captura milenares, consolidando seu calendário lunar junto a dinâmica dos cardumes e a safra das espécies a partir de sinais lidos na natureza, se adaptaram à nova dinâmica do mercado com o aumento da pressão sobre o produto do seu trabalho.

Tornaram o mar e os manguezais, mesmo com suas grandezas, espaços essencialmente culturais, onde exercitam sua maretorialidade herdada de séculos de ocupação. A região, rica em diversidade de espécies, tem sido espaço de reprodução e dinâmica social importantes em si e na contribuição de conhecimentos sobre a natureza e sua conservação, uma vez que o baixo impacto causado pelas suas atividades não tem historicamente representado perigo significativo ou predação da natureza. Ao contrário, estudos mostram que sua dinâmica produtiva contribui para o aumento da diversidade e para a preservação das espécies, fator que tem garantido a sua reprodução ao longo de anos.

Essa relação do homem com a natureza erigiu um tipo de sociedade que

aprendeu a se adaptar e atualizar suas práticas a partir de situações limites, fazendo das intervenções antrópicas oriundas de iniciativas do Estado alternativas de reprodução social, mesmo que elas não tenham sido criadas para esse fim. As mudanças que ainda estão em curso, sobretudo advindas da atuação da pesca comercial/industrial, caracterizadas por incrementos tecnológicos que provocaram uma sensível diminuição dos estoques pesqueiros, somada ao aumento demográfico na região junto a exploração turística, refletiu no *modus vivendi* da população que tem criado estratégias de produção para se alimentar e em manter grande parte seu estilo de vida.

Assim, essa trajetória aqui analisada dá ênfase às suas ações de intencionalidade mesmo em situações de assimetria de poder, seja frente a atravessadores e comerciantes ou de agentes externos do estado ou dos órgãos ambientais ao tentarem impor regras e normas fora da sua aceitação e compreensão cultural. Nas trocas, em que aparentemente são “vítimas ingênuas” de “patrões”, nem sempre são desfavorecidos, há uma interdependência recíproca em que o negócio deve ser entendido para além das lógicas capitalistas. Uma relação que precisa ser lida a partir dos signos da dádiva na cultura local, valores outros que não os oriundos dos espaços urbano-industriais. Trocas e negociações nem sempre desfavoráveis aos trabalhadores do mar, mas que, muitas vezes, usam de expertise para tirar proveito de sua relação com os comerciantes, especialmente em momentos de entressafra ou de enfermidades, onde recorrem a esses “patrões” e garantir seu sustento e a compra de remédios.

Mesmo com a imponente força da mudança por meio de valores da “modernidade”, há permanências de elementos culturais significativos que ainda repercutem e mediam as relações sociais entre eles, como a medição do tempo pautada na junção tempo-espço, a escolha dos locais de pesca, do dia e do turno de trabalho e dos apetrechos escolhidos para a captura de acordo com a espécie e com a maré. Ao mesmo tempo, os pescadores selecionam e negociam mudanças que julgam dos seus interesses, acatando ou dispensando inovações tecnológicas, abolindo ou mantendo práticas consideradas pelos órgãos técnicos como predatórias. Sem relógios, GPS ou máquinas pesadas de captura, dominam a atividade e o mar com destreza há séculos e são grandes responsáveis pelo fornecimento local de peixes e frutos do mar.

Diante da sobreposição de territorialidades a partir da introdução do turismo

na região, jogam com as circunstâncias, instituem mecanismos de participação por meio do fornecimento de produtos do seu trabalho, oferecem prestação de serviços, negociam e se inserem na nova economia de mercado.

Apresentam uma dinâmica criativa em sua religiosidade como resposta ambivalente à modernidade, constituindo sua própria lógica e maneira de ver o mundo com uma simbiose de crenças, símbolos e ritos de origem distintas sem constituir-se uma contradição. Uma maneira de ser, produto das circunstâncias do presente (HARRIS, 2006). Por conseguinte, fazem adaptações, criam tradições, recorrem aos santos, cada um à sua maneira ou de maneira coletiva, em suas necessidades para curar doenças ou mesmo conseguir construir suas casas e para isso oferecem-lhe banquetes, procissões, oferendas, mas ao mesmo tempo, seja católico ou protestante, procuram o curador, um xamã local, para sarar enfermidades, tirar-lhes mal olhado, quebranto e assombrações de visagens.

Não são, do mesmo modo, avessos à organização coletiva e passivos aos acontecimentos políticos que afetam seu território e seu modo de vida, pois reivindicam voz e questionam poderes assimétricos ao seu. Para isso, se apropriam de conceitos e categorias fora do seu universo cultural, reelaborando-os a seu favor, para incutir seus próprios projetos. Fazem alianças, se instruem e constituem estratégias cotidianas de luta quando estão em jogo seus interesses, como foi o caso da criação da RESEX marinha Caeté-Taperaçú, resultado de articulações, alianças e mobilizações. Outrossim, quando tolhidos de participação, reivindicam protagonismo e voz no interior dessa instituição, questionando e denunciando decisões técnicas ou mesmo de lideranças locais, fazendo uso de políticas/ações públicas a seu modo, de acordo com os valores da sua cultura. Denunciam a ação predatória e poluente da pesca industrial ao mesmo tempo em que defendem seu modo de produção de menor impacto ambiental.

Para os moradores, a RESEX, então, deve se configurar como uma nova forma de ocupação do espaço, fundamental para a conservação de áreas extrativas ao conciliar uso sustentado dos recursos e preservação, considerando da cultura local, espaço de experiências, vida e trabalho. Logo, institui-se como um modelo de sustentabilidade, posto que busca articular desenvolvimento econômico - não nos padrões de nível de produção do capitalismo "moderno" - conservação da natureza e qualidade de vida para as populações residentes.

Munido dessas informações aqui sistematizadas, chamo atenção para a

necessidade de rever estudos e políticas públicas que enxergam essas sociedades a partir dessas construções discriminatórias, práticas que resultam na negação de direitos e invisibilidade social e política. Nesses dias difíceis em que vivemos, considerar a diversidade cultural e promover a cidadania dessas pessoas por meio da escrita de sua história também é um ato de luta/resistência e, concomitantemente a isso, uma contribuição importante para entender a história do tempo presente da Amazônia.

## **REFERÊNCIAS**

### **FONTES IMPRESSAS CITADAS**

AÇÃO EMERGENCIAL para delimitação de áreas em alto e muito alto risco a enchentes e movimentos de massa (Relatório – Bragança-PA). Serviço geológico do Brasil (CPRM). Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Bragança-Pará, abril de 2015.

CARTA OFÍCIO nº s/n, de 20 de dezembro de 1995. Emissor: Presidente da Colônia dos Pescadores de Ajuruteua. Endereçada ao Exmºsr. Prefeito Municipal. Assunto: Assentamento das famílias da vila de Ajuruteua.

CARTA OFÍCIO nº s/n, de 29 de dezembro de 1998. Emissor: Presidente da Associação dos Pescadores da vila de Ajuruteua. Endereçada à Exm. Sra. Maria da Conceição Santos Abdon (secretária municipal de educação). Assunto: solicitação de transporte escolar para a sede do município.

CARTA OFÍCIO nº s/n, de 13 de março de 2001. Emissor: Presidente da Associação dos Pescadores da vila do Bonifácio (Ajuruteua). Endereçada ao Exmo. Sr. Vereador Manoel Luís P. de Jesus (Presidente da Câmara Municipal de Bragança). Assunto: expansão da rede elétrica na vila do Bonifácio.

CARTA OFÍCIO nº s/n, de 25 de novembro de 2001. Emissor: Associação dos Pescadores Artesanais da Vila do Bonifácio. Endereçada ao Sr. Deputado Federal Gerson Peres. Assunto: solicitação de material para a construção da Igreja Nossa Senhora de Fátima.

CARTA OFÍCIO nº03/2006, de 14 de março de 2006. Emissor: Presidente da Associação do Pescadores Artesanais de Ajuruteua. Endereçada: Edson Oliveira (prefeito municipal). Assunto: solicitação de ajuda para a realização do Círio de Nossa Senhora de Fátima.

INVENTÁRIO da oferta turística do Município de Bragança. Prefeitura Municipal de Bragança, Secretaria de Turismo. Bragança, Pará, 2013.

OFÍCIO DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-17 nº10/2004. Da capatazia da vila de Ajuruteua. Endereçada ao Ilm. Sr. Chefe do setor de fiscalização do IBAMA. Assunto: solicitação de visita de fiscais na costa de Ajuruteua.

### **JORNAIS CITADOS**

AJURUTEUA: a mais nova opção de lazer. **Diário do Pará**, caderno turismo, 31 julho 1984.

AJURUTEUA: nova praia. **O Liberal**, Belém, caderno de turismo, p.3, 29 maio 1987.

AJURUTEUA. **Diário do Pará**, Belém, política/local, p.A4, 24 março 1988.

AJURUTEUA esteve muito movimentada nas férias. **Diário do Pará**, Belém, interior, p.A9, 2 agosto 1988.

CABOCLO não se curva à educação. **O Liberal**, Belém, atualidades, p.3, 31 dezembro 1997.

ECONOMIA de Bragança será melhorada com o turismo. **A Província do Pará**, 1º caderno, p.5, 29 janeiro 1975.

ESPECULAÇÃO imobiliária em Ajuruteua. **Diário do Pará**, Belém, política local, p.A3, 6 nov. 1987.

JULHO é mês de férias sol e mar. Aproveite. **Diário do Pará**, Belém, caderno turismo, p.1, 26 junho de 1988.

LADO rústico do Marajó atrai veranistas à ilha. **Diário do Pará**, Belém, caderno cidade, p. A11, 12 julho 1988.

LIGAÇÃO com Ajuruteua prejudicada. **Diário do Pará**, Belém, caderno interior, p.4, 3 maio 1984.

MARIAUDIR rebate a acusação de Klautau. **Diário do Pará**, Belém, política, p.3, 19 out. 1984.

NA Z-17 o difícil é ajudar quem pode ajudar. **O Liberal**, Belém, 2º caderno, p.6. 20 jun. 1986.

PEIXE, pureza e religião na praia cobiçada para turismo. **O Liberal**, Belém, 2º caderno, p.5, 20 junho 1976.

SEM programa, sem relógio, todos sabem o dia que S. Benedito vem. **O Liberal**, Belém, 2º caderno, p.2, 20 junho 1976.

TURISMO é a esperança de Bragança. **A Província do Pará**, Belém, 2º caderno, p.11, 9 fevereiro 1975.

## **FONTES ORAIS**

AMORIM, Moisés Melo. Interlocução ocorrida em 06 de agosto de 2018 com Marcus Vinicius Cunha Oliveira às 9h.

FERNANDES, Lázaro Amorim. Interlocução ocorrida em 16 de fevereiro de 2018 com Marcus Vinicius Cunha Oliveira às 14h.

RAMOS, Manoel. Interlocução ocorrida em 20 de agosto de 2018 com Marcus Vinicius Cunha Oliveira às 9h.

REIS. Adriene de Nasaré. Interlocução ocorrida em 22 de fevereiro de 2021 com Marcus Vinicius Cunha Oliveira às 14h.

ROCHA, Oséas. Interlocução ocorrida em 04 de fevereiro de 2021 com Marcus Vinicius Cunha Oliveira às 20h.

SANTOS, José Nazareno Sousa dos. Interlocução ocorrida em 12 de setembro de 2018 com Marcus Vinicius Cunha Oliveira às 15h.

SILVA, Almir Melo da. Interlocução ocorrida em 19 de fevereiro de 2021 com Marcus Vinicius Cunha Oliveira às 16h.

SILVA, Maria Edith Ribeiro da. Interlocução ocorrida em 4 de fevereiro de 2021 com Marcus Vinicius Cunha Oliveira às 17h.

SILVA, Maria Raimunda da. Interlocução ocorrida em 25 de novembro de 2018 com Marcus Vinicius Cunha Oliveira, às 16h.

SILVA. Ubiraci Alves da. Interlocução ocorrida em 22 de setembro de 2021 com Marcus Vinicius Cunha Oliveira às 16h.

SOUSA, Ednaldo Ramos de. Interlocução ocorrida em 6 de janeiro de 2020 com Marcus Vinicius Cunha Oliveira, às 16h.

SOUSA, João Gama de. Interlocução ocorrida em 3 de fevereiro de 2021 com Marcus Vinicius Cunha Oliveira às 18h.

## **Conversas informais durante a pesquisa de campo realizada entre 24 de janeiro à 30 setembro de 2021 (Pesquisa Etnográfica)**

Antônio Amorim

Ednaldo Ramos de Sousa

Everaldo Lobato

Fredson Araújo de Mescouto, vulgo “Denis”

Gonzaga Amorim

Josinaldo Reis do Nascimento Vulgo “Tio Bill”

Manoel Amorim Cardoso, vulgo “Manelão”

Maria do Carmo Amorim

Tunai Araújo Mescouto

Valdecir Gomes da Silva, vulgo “Burraco”

Victor Pinheiro

Vilma Miranda

## **BIBLIOGRAFIA**

ABDALA, Guilherme; SARAIVA, Nicholas; WESLEY, Fábio. 2012a. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu - Volume II - Planejamento das Unidades**. Brasília: ICMBio. 162 p.

ABDALA, Guilherme; SARAIVA, Nicholas; WESLEY, Fábio. 2012b. **Cartilha do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu**. Brasília: ICMBio. 40 p.

ALVES, Alexandre de Brito. **Estrada Bragança-Ajuruteua (PA-458): Desenvolvimento e progresso (1975-1984)**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. 56p.

ALVES, J. P. R. 2001 (Org.). **Manguezais: educar para proteger**. FEMAR: SEMADS. Rio de Janeiro.

ANDRADE, Rômulo de Paula. **A Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, alimentação e meio ambiente**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2012, 378 f.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007, 547p.

BALLARINI, Dante Hadad. **A percepção dos moradores de Caratateua em relação à reserva extrativista marinha Caeté-Taperaçu, Bragança, Pará, Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Biologia Ambiental, 2012, 70 p.

BARBOSA DE ALMEIDA, Mauro W. O Estatuto da Terra e as Reservas Extrativistas. **Reforma Agrária**, 25, 153-168, 1995.

BARBOSA DE ALMEIDA, Mauro W.; ALLEGRETTI, Mary H.; POSTIGO, Augusto. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, v.48, Edição especial: 30 anos do Legado de Chico Mendes, p.25-55, novembro, 2018.

BARBOZA, Roberta S. L. **Interface conhecimento tradicional-conhecimento científico: um olhar interdisciplinar da etnobiologia na pesca artesanal em Ajuruteua,**



**Bragança-Pará.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Biologia Ambiental, 2006, 114p.

BARBOZA, Roberta... [et al.]. **Ecologia costeira-estuarina e os saberes pesqueiros locais.** Belém (PA): Aquarela, 2017. (Ecologia, Saberes, Práticas e Educação na Pesca; v.1) 52 p.

BARRETO FILHO, Henyo T. Sustentabilidade e políticas de desenvolvimento. In: ADAMS, Cristina, Ed.; MURRIETA, Rui, Ed.; NEVES, Walter, Ed. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade.** São Paulo: Annablume, 2006, pp.109-143.

BATISTA, Iane Maria da Silva. **Participação, organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da RESEX Mãe Grand de Curuçá.** Dissertação (Mestrado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)/ Universidade Federal do Pará. Belém, 2010, 199f.

BATISTA, Iane Maria da Silva. **A natureza nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia.** Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará. Belém, 2016, 368f.

BENJAMIN, Walter. "O Narrador". In: **Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura.** Obras escolhidas. 3ª ed., vol.1. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, pp.197-221.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CAPELESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antônio. Os sistemas de financiamento na pesca artesanal: um estudo de caso no litoral centro-sul catarinense. **RESR,** Piracicaba-SP, Vol.51, Nº2, p.275-294, Abr/jun 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do Antropólogo.** São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (Orgs.). **Enciclopédia da floresta.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol. 23, nº45, pp.209-238, 2003.

CASTRO, Edna. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA.** v.8, nº2, p.5-39, dez. 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. A arte de fazer.** 21 ed. Petrópolis,

RJ: Vozes, 2014.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA nº13/90 - Estabelece normas referentes ao entorno das Unidades de Conservação visando a proteção dos ecossistemas ali existentes.** Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Brasil, 1990.

COSTA, Norma Cristina Vieira. **Gênero, geração e saberes na pesca artesanal costeira-estuarina amazônica: dois sexos, lugares de gênero e múltiplas idades.** Tese (Doutorado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2015.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. **A expropriação da terra das comunidades tradicionais de pescadores artesanais.** Revista del CESLA, núm. 23, Janeiro-Junho, 2019, p.254-277.

DELUMEAU, Jean. **A história do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Povos e mares: leituras em socioantropologia marítima.** São Paulo: NUPAUB – USP, 1995, 269p.

DIEGUES, Antônio Carlos. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. In: **Etnográfica**, vol. III (2), 1999, pp.361-375.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 6ª Ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2008.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário.** Lisboa: Presença, 1989.

FERNANDES, Daniel dos Santos; FERNANDES, José Guilherme dos Santos. A experiência próxima: saber e conhecimento em povos tradicionais. In: **Espaço Ameríndio.** Porto Alegre, vol.9, n.1, p.127-150, jan./jun. 2015.

FERREIRA, Lucélia C. Carvalho. **Impactos socioambientais causados pelo fluxo turístico na praia de Ajuruteua – Bragança/PA.** UFMA, 2009.

FIGUEIREDO, Napoleão e A. VERGOLINO E SILVA. **Festas de santos e encantados.** Belém, Academia Paraense de Letras, 1972.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia. A constituição de um campo de estudo**

(1870-1950). Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 1996.

FONTANA, A. 2004. **Ao redor da natureza: investigando a percepção ambiental dos moradores do entorno da Estação Biológica de Santa Lúcia, Santa Teresa – ES.** (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp.3-13.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pescadores do rio Amazonas: Um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

GALVÃO, Eduardo. A vida religiosa do caboclo da Amazônia. **Boletim do Museu Nacional Nova Série: Antropologia,** Rio de Janeiro, 15, 1953.18p.

GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico. In: GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GINZBURG, Carlo. Estranhamento: Pré-história de um procedimento literário. In: GINSBURG, Carlo. **Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GURSKI, B. C.; GONZAGA FI, R. N. P. OLIVEIRA, P. T.. Conferência de Estocolmo: um marco na questão ambiental. **Administração de Empresas em Revista,** v.11, p.65, 2012.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina, Ed.; MURRIETA, Rui, Ed.; NEVES, Walter, Ed. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade.** São Paulo: Annablume, 2006, pp,81-108.

HENRIQUE, Márcio Couto. Folclore e medicina popular na Amazônia. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos,** Rio de Janeiro, v.16, n.4, out.- dez. 2009, pp.981-998.

HENRIQUE, Márcio C.; OLIVEIRA, Marcus V. C. No meio do caminho havia um mangue: impactos socioambientais da estrada Bragança-Ajuruteua, Pará. In: **História, Ciências e Saúde - Manguinhos.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v.25, n.2, abr.-jun. 2018, p.353-369.

- HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HURLEY, Brian. Mapas, saber e poder. *Confins* [online], 5/ 2009, posto online em 24 de abril de 2009. Disponível em [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/geografia\\_artigos/6art\\_mapas\\_saber\\_poder.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/agosto2011/geografia_artigos/6art_mapas_saber_poder.pdf).
- INGOLD, Tim. Ancestry, generation, substance, memory, land. In: INGOLD, Tim. **The Perception of the environment: essays in livelihood, dwelling skill**. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2000, p.132-152.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p.25-44, jan./jun. 2012.
- LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. Belém: Ed. Açai/ Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/ Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.
- LEÃO, José Quintino de Castro. **Encantos e Desencantos**. Belém do Pará: Editora Ricardo Américo, 2009.
- LEITÃO, Wilma Marques; SOUSA, Isabel Soares. Pescadores insulares e mercados: aspectos das relações de reciprocidade no comércio de pescado no Pará. In: **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciência Humanas**. Belém. V.1, n.2, p.53-64, mai.-ago., 2006.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. O feiticeiro e sua magia. In: **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac-Naify. 2008.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. 12ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- LOPES, Priscila Fabiana Macedo; FREITAS, Carolina Tavares de; BEGOSSI, Alpina. A mulher e a pesca: um olhar sobre a pesquisa e a atuação feminina pesqueira no Brasil. In: **Ethnoscência** 5, 2020. v5il. 304.
- MCGRATH, David. Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. Belém: **Novos cadernos NAEA**, vol 2, nº 2, dezembro, 1999.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do Mar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- MANESCHY, Maria Cristina. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada**. Belém: UFPA. CFCH. 1993. 167 p.
- MANESCHY, Maria Cristina A.; RIBEIRO; Tânia Guimarães; MOREIRA, Edma Silva; NUMMER, Fernanda Valli; GONÇALVES, Ida Lenir Pena. Sociologia e gestão ambiental: considerações a partir de uma Reserva Extrativista Marinha. **Ciências Sociais**. Unisinos, São Leopoldo, Vol.53, N.2, p.339-348, mai/ago 2017.

- MAUÉS, R. Heraldo. Origens históricas da cidade de Bragança. *Revista de História*, V.35, nº72 (1967).
- MAUÉS, R. Heraldo. **Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico**. Belém, Cejup, 1995.
- MAUÉS, R. Heraldo. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. *Estudos Avançados*.19 (53), 2005, pp.259-274.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, 536p.
- MENEZES, T. Marçal dos Santos; PERDIGÃO, Ana Klaudia de Almeida Viana; PRATSCHKE, Anja. O *tipo palafita* amazônico: contribuições ao processo de projeto de arquitetura. *Oculum ens*. Campinas 12 (2). Julho-dezembro de 2015, p.237-254.
- MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. **Ação emergencial para delimitação de áreas em alto e muito alto risco a enchentes e movimentos de massa (Relatório Bragança)**. Serviço Geológico do Brasil. Bragança-Pa, abril, 2015.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisada**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- MORAES, S. C. Colônias de pescadores e a luta pela cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 10, 2001, Fortaleza. **Sociedade e Cidadania: novas utopias** – Programas e Resumos. Fortaleza, p. 91-99, 2001.
- MURRIETA, Rui Sérgio Sereni.; PRADO, Helbert Medeiros. A experiência do conhecimento em Tim Ingold e as etnociências: reflexões a partir de um estudo de caso etnoecológico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v.12, n.3, p.839-853, 2017.
- MURRIETA, Rui Sérgio Sereni. A mística do Pirarucu: pesca, *ethos* e paisagem em comunidades rurais do Baixo Amazonas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n.16, p.113-130, dezembro de 2001.
- MUSSOLINE, Gioconda. "Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro". In: Schaden, Egon. **Homem, cultura e sociedade no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p.293. 1972.
- NASCIMENTO, Josinaldo Reis do. **Nos maretórios da Amazônia: os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do Nordeste do estado do Pará**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021, 226f.
- NOBRE, Marina Hungria. **"Para o governo do sal e tainhas e de índios"**. As salinas e

o **Pesqueiro Real no estado do Maranhão e Pará (1640-1750)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em História, 2017.

NOVAIS, Washington. Eco-92: avanços e interrogações. **Estudos Avançados**, 6 (15), 1992.

NUGENT, Stephen, Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: ADAMS, Cristina, Ed.; MURRIETA, Rui, Ed.; NEVES, Walter, Ed. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006, pp.33-44.

OLIVEIRA, Luciana de Fátima. **Projetos de consolidação de um território: da vila de Souza do Caeté à vila de Bragança: 1740-1760**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-graduação em História, 2008, 172 p.

OLIVEIRA, Marcelo do Vale. **Plano de Manejo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu: Coprodução de uma Ação Pública em um Território em Recomposição**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Pará, 2018, 230p.

OLIVEIRA, Marcus Vinícius Cunha. **A estrada para o "progresso": política, cultura e natureza em Bragança, Pará (1970-1996)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em História, 2015.

ORTNER, Sherry B. Uma atualização da teoria da prática. In: ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry; GROSSI, Pillar. **Reunião Brasileira de Antropologia (2ª: Goiânia:2006)** Conferência e práticas antropológicas/ textos de Bárbara Glowczewski, ... (et.alli.). Blumenau: Nova Letra, 2007, pp.19-80.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; TAVARES, Giovana Galvão. **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PARÁ. Lei nº 6.745, de 6 de maio de 2005. Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências. Belém-PA. **Diário Oficial do Estado do Pará**, nº 30.435, de 12/05/2005. Disponível em: [www.semas.pa.gov.br/legislacao/normas/view/483](http://www.semas.pa.gov.br/legislacao/normas/view/483). Acessado em 10 de dezembro de 2021.

PEREIRA, L. C. C.; VILA-CONCEJO, A.; SHORT, A. D.. Influence of subtidal sandbanks on tidal modulation of waves and beach morphology. In:

Amazonmacrotidalbeaches. **JournalofCoastalResearch**, v. SI65-2, p. 1821-1826, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, V. 5, nº10, 1992, pp.200-212.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letras e Voz, 2010.

ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a Gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005, pp.193-200.

SACK, Robert. **HumanTerritoriality**. Cambridge. Cambridge University Press. 1986.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro, ed. Zahar, 2004.

SANT'ANNA, Elcio. A narrativa, a Esmolação e o emaranhado: Um estudo a partir das comitivas de São Benedito de Bragança do Pará. In: **Dossiê Religiões afro-indígenas: história e ritual no plural**. Belém: UEPA. V.3. nº1, 2016.

SANTOS, Boaventura. S. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, (63), 2002, pp. 237-280.

SANTOS, Boaventura S. **Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Revista Novos Estudos Cebrap, (79), 2007, pp. 71-94.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SARTRE. Jean Paul. **O existencialismo é um humanismo**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte, Bento Prado Júnior. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SCHITTINI, Gilberto de Menezes; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Expansão da fronteira de recursos naturais e Unidades de Conservação da natureza na área de influência da BR-163. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES; Giovane Galvão. **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, pp.119-146,

SILVA, Rommel Benicio Costa da; COSTA, Antônio Carlos Lola da; SILVA, Livia Rejane Gomes da. Desenvolvimento Sustentável em ecossistemas de manguezais. **Educação Ambiental em Ação**, Novo Hamburgo, RS, v.1, n.4, 19 set. 2003. Disponível em: Disponível em: <http://www.revistaeea.org/artigo.php?idartigo=132>.

SILVA-JUNIOR, S. R. da. **Participação e relações de poder no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Bragança-PA**. 2013. Tese (Doutorado)

– PPGSA/IFCH/UFGA, Belém, 2013.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. In: CANCELA, Cristina Donza e SILVEIRA, Flávio L. A. (Org.) **Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade**. Belém: EDUFPA, 2009.

SILVEIRA, M. I.; SCHAAN, D. P. Onde a Amazônia encontra o mar. Estudando os sambaquis do Pará. **Revista de Arqueologia**, n.18, pp. 67-79, 2005.

SNUC. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. MMA/SBF. 2000.

SOUSA, Elisamar Silveira de. **Amazônia atlântica: implicações socioespaciais da indústria de pesca no nordeste paraense**. Belém-PA: UFPA (Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dissertação de mestrado), 2012, 138p.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. **Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos**. Belém: ed. ufpa, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 57-72.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de.; CORRÊA, Roberto Lobato.; GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia: conceitos e temas**. 18ª ed. Bretand Brasil. Rio de Janeiro, 2018, 354 p.

TANCREDO, K. R.; NOBREGA, R. O.; DIAS, T.; LAPA, K. R. Impactos ambientais da carcinicultura brasileira. **3rd International Workshop Advances in Cleaner Production**. São Paulo – Brazil, May 18th-20ndth, 2011.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa I, a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNIDADES de conservação da natureza: Senado Federal, subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2004.



VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas** (3a ed.).Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Materialismo**. Tradução André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011a.

WILLIAMS, Reymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**; tradução Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.